

The background features a series of thin, grey, wavy lines that create a sense of depth and movement, resembling a topographic map or a stylized landscape. These lines are interspersed with small, light grey plus signs (+) scattered across the page.

A WORLD FULL OF ENERGY

RELATÓRIO E CONTAS 2012

edp renováveis



INDICE

mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
entrevista com o CEO	8
a nossa empresa	11
a nossa presença global e crescimento	12
o nosso negócio	14
principais acontecimentos de 2012	16
o nosso desempenho	18
o nosso mercado	20
a nossa estratégia	21
os nossos objetivos	22
o nosso setor	25
o futuro está na energia renovável: porquê?	26
tendências a nível das energias renováveis	28
o nosso desempenho	33
desempenho operacional	34
excelência operacional	39
capacidades sólidas numa equipa de nível mundial	41
impacto positivo no ambiente e na sociedade	44
desempenho financeiro	48
gestão de risco	56
o nosso futuro	59
as nossas opções de crescimento	60
equipa que prospera num ambiente desafiante	62
fazer mais pelo meio ambiente e pela comunidade	64
o nosso desempenho financeiro futuro	66
informação gri	69
governo da sociedade	93
demonstrações financeiras	142



MARGONIN (POLÓNIA, REGIÃO DE LUBIN)

120 MW | 190 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA | DE CAPACIDADE INSTALADA NA POLÓNIA

60
TURBINAS

REMUNERAÇÃO:

POOL + CERTIFICADOS VERDES

O parque eólico de 120 MW de Margonin é um dos maiores projetos da EDPR na Europa. A EDPR descobriu o potencial do mercado polaco em 2007 e o mesmo desenvolveu-se até se tornar num dos principais motores de crescimento da carteira global da empresa. Atualmente, a EDPR tem 130 MW em construção na Polónia e *pipeline* total de 1,2 GW em várias fases de desenvolvimento.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

A EDP Renováveis (doravante designada “EDPR”) publica, pelo quinto ano consecutivo, um relatório integrado com a descrição do seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

A EDPR visa melhorar continuamente o seu desempenho a nível da sustentabilidade, o que está bem patente na sua Visão e Missão, como forma de criar valor para os nossos acionistas e para a sociedade. Como líder no sector das energias renováveis, a EDPR desempenha um papel fundamental na liderança do Grupo EDP em termos de sustentabilidade.

A EDPR está empenhada em seguir as diretrizes G3.1 da Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração de

relatórios de sustentabilidade. No capítulo ‘Avaliação GRI’ está disponível um índice GRI completo do relatório.

ÂMBITO DESTE RELATÓRIO

Este relatório refere-se ao ano fiscal de 2012, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2012, incluindo também alguns dos principais acontecimentos dos primeiros meses de 2013. O relatório contém informação relativa à EDP Renováveis, S.A., bem como a todas as suas subsidiárias no período de referência.

Num esforço para adaptar a elaboração de futuros relatórios às necessidades das partes interessadas, está disponível um inquérito de avaliação no nosso website em: www.edprenovaveis.com.

RELATÓRIO ANUAL EM REVISTA

Pela primeira vez, o Relatório e Contas é disponibilizado em formato de revista. A publicação apresenta a informação e os acontecimentos mais relevantes do ano de 2012, numa versão resumida e mais visual.

ONLINE



O Relatório e Contas de 2012 está disponível em formato eletrónico, a partir do endereço 2012annualreport.edprenovaveis.pt.

A versão digital permite uma navegação simples e disponibiliza a informação de uma forma interativa e dinâmica. Entre outros materiais, conta também com o vídeo corporativo anual da EDPR.

O relatório digital inclui:

- Resultados operacionais e financeiros;
- Desempenho social e ambiental;
- Relatório do Governo Corporativo;
- Avaliação GRI;
- Revista do Relatório Anual.



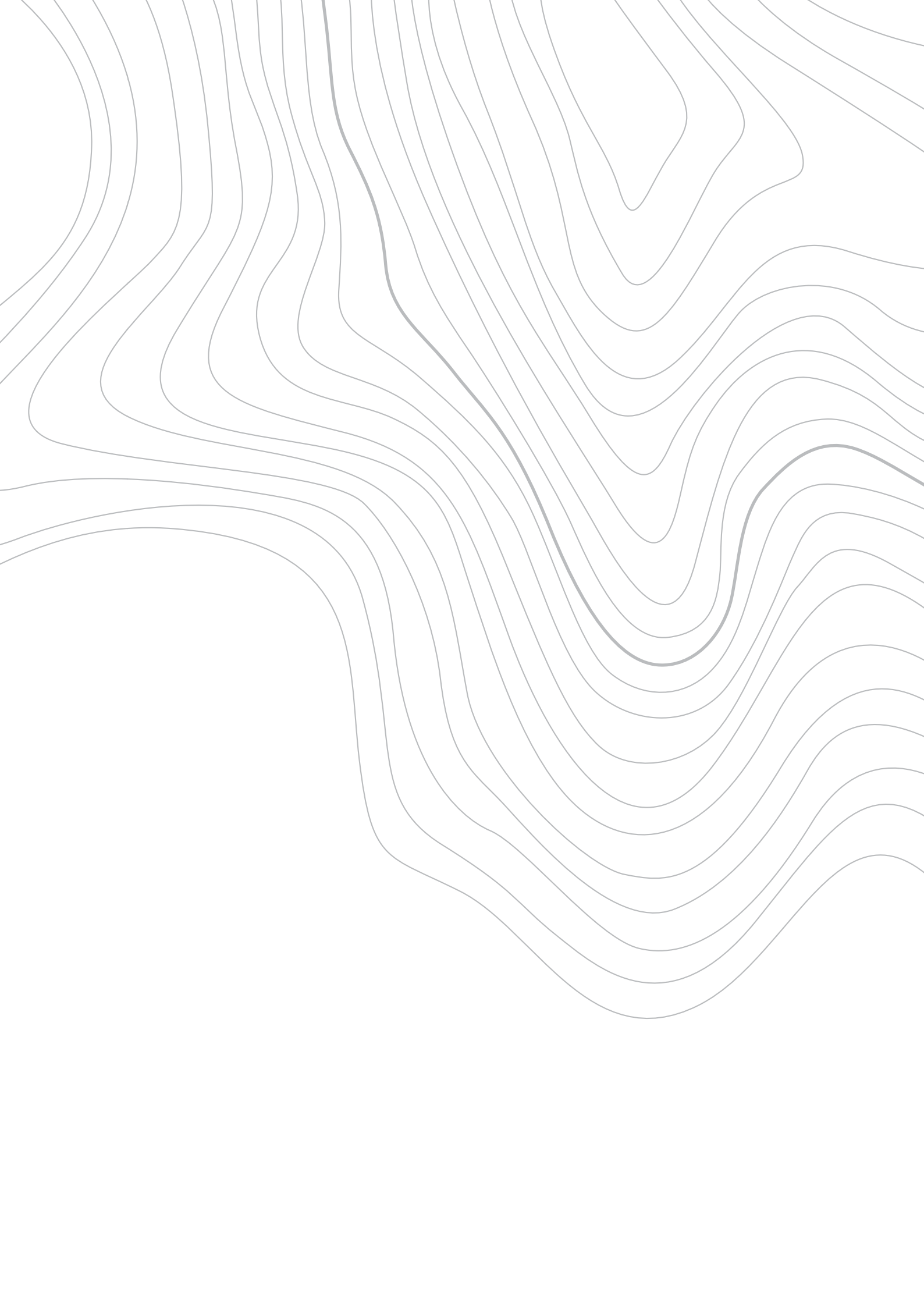
TABLETS E SMARTPHONES

O site do Relatório e Contas de 2012 está adaptado para smartphones e tablets, sendo possível aceder a qualquer momento através de dispositivos móveis.



Visite o site da EDPR em www.edpr.com e fique a par das últimas notícias e actualizações, de entre as quais:

- As últimas publicações e apresentações de resultados trimestrais;
- Calendário de Investidores;
- Comunicados e notícias;
- Actualizações sobre Governo Corporativo e estratégia da empresa.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caro acionista,

O ano de 2012 foi marcante para a EDP Renováveis. Foi um ano no qual mantivemos a nossa estratégia de criação de valor, apesar das fortes adversidades.

Foi sobretudo um ano no qual a EDPR fortaleceu o seu compromisso de longo prazo com o desenvolvimento de energias renováveis através da implementação de novas iniciativas estratégicas. Num sector que apresenta desafios constantes, estas alterações são fundamentais para impulsionar o crescimento da companhia, assegurando criação de valor num futuro próximo.

Em 2012 a EDPR obteve uma vez mais um desempenho sólido, cumprindo as exigentes expectativas do Conselho de Administração, assim como entregando os compromissos que se tinha proposto aos seus acionistas. A companhia continua a executar a sua estratégia de crescimento, com a carteira de projectos de energia renovável a atingir os 8,0 GW, e a alcançar

métricas de eficiência operacional e financeira de elevada qualidade. A parceria com a CTG foi implementada rápida e eficientemente e a primeira transação, abrangendo parques eólicos em Portugal, foi finalizada 7 meses após a entrada da CTG na estrutura acionista da EDP. Importa ainda referir que este desempenho foi alcançado num período onde a companhia enfrentou grandes desafios nos seus principais mercados, em virtude do abrandamento da procura, de alterações regulatórias ou da percepção incorrecta da opinião pública relativamente aos custos das energias renováveis.

Mais do que nunca, estamos comprometidos com a nossa visão, definida quando inicialmente identificamos o potencial das energias renováveis. Acreditámos que estas tecnologias, então numa fase inicial, iriam rapidamente registar um sólido desenvolvimento para se tornarem competitivas e serem responsáveis por uma grande parte do mix de produção mundial. Esta visão é agora realidade. As energias renováveis representam cerca de metade de todas as novas fontes de energia instaladas a nível global e têm registado um grande desenvolvimento da sua competitividade. A energia eólica *onshore* é hoje competitiva com as fontes de geração convencionais, como o carvão, energia nuclear ou centrais de ciclo combinado utilizando turbinas de gás. As centrais solares fotovoltaicas e os parques eólicos *offshore* estão a registar um forte crescimento na sua competitividade e rapidamente estão a atingir o mesmo nível.

A nossa visão a longo prazo mantém-se inalterada, no entanto, os mais recentes desenvolvimentos na indústria estão a criar novas oportunidades para o futuro da EDPR. À escala global, novos mercados de energia renovável estão a surgir, e a crescente contribuição de energias renováveis no mix de produção energética são tendências que identificamos antecipadamente e que procuramos aproveitar. Em linha com este dinamismo, temos sido capazes de nos posicionar rapidamente nestes mercados e de executar novas iniciativas estratégicas que continuarão a impulsionar a criação de valor de longo prazo. Esta estratégia direciona-se para o desenvolvimento dos nossos mercados na Roménia, na Polónia e no Brasil, procurando, ao mesmo tempo, selectivas oportunidades de investimento em novas áreas geográficas e em novas tecnologias. Encaro com satisfação pessoal, o investimento, antes do planeado, em centrais solares fotovoltaicas, sendo este apenas um exemplo da implementação eficaz destas iniciativas. Como forte apoiante dos benefícios das tecnologias de energias renováveis, vejo um grande potencial no desenvolvimento na energia solar fotovoltaica. Esta tecnologia está a atingir um nível de competitividade que permite investimentos em larga escala. Este desenvolvimento vai potenciar novas oportunidades para a EDPR, mas também vai trazer benefícios de know-how e de criação de valor para a indústria e para as comunidades circundantes. A parceria com a CTG irá certamente desempenhar um papel principal na execução dos novos objetivos que estabelecemos. No que a isto diz respeito, tenho a certeza que 2013 será um ano com mais desenvolvimentos, em outras áreas que não apenas estratégia de rotação de ativos.



Gostaria de sublinhar o apoio unânime e entusiasta do Conselho de Administração relativamente a estas novas iniciativas. Nesta indústria em constante mudança, não nos podemos dar ao luxo de cair na prostração e inatividade. Acreditamos firmemente que este é o caminho correto para continuar na liderança desta indústria. Neste âmbito, gostaria de destacar a forte participação de todo o Conselho na discussão do novo plano de negócios. É nosso dever assegurarmo-nos de que os interesses de todos os investidores são tomados em consideração ao decidir questões de tal magnitude. Esta tem sido a posição constante da EDPR e comprova a qualidade da sua estrutura de governo societário.

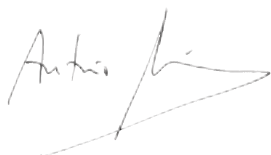
É com satisfação que comunico que nos tornámos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e que nos comprometemos a apoiar e a por em prática os 10 princípios do Pacto Global no que diz respeito aos direitos humanos, ao trabalho, ao meio ambiente e ao combate à corrupção. A forma como a companhia executa a sua estratégia, desenvolvendo e operando activos à escala mundial gerando eletricidade limpa e sem emitir CO₂, respeitando a biodiversidade e apoiando a sociedade são fatores decisivos que contribuem para uma posição de liderança na área da sustentabilidade global.

Em nome dos meus colegas do Conselho, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento aos nossos colaboradores. Foi graças ao seu esforço e dedicação que atingimos os nossos objetivos ao longo dos anos. Mais uma vez, iremos solicitar o seu contributo experiente e dedicado para enfrentar os desafios vindouros. A companhia compromete-se a fomentar um ambiente que incite o crescimento e o desenvolvimento. Procuramos ativamente cumprir as normas mais exigentes de saúde e segurança, de ética e diversidade, promovendo oportunidades de carreira desafiantes para todos.

Alcançámos um forte desempenho em 2012 e temos implementado ativamente uma estratégia que irá continuar a criação de valor durante a próxima década. Contamos com o apoio constante dos nossos acionistas para cumprir estes objetivos ambiciosos.

Atenciosamente,

António Mexia
Chairman of the Board of Directors



MAIS DO QUE NUNCA, ESTAMOS COMPROMETIDOS COM A NOSSA VISÃO, DEFINIDA QUANDO INICIALMENTE IDENTIFICAMOS O POTENCIAL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS. ACREDITAMOS QUE ESTAS TECNOLOGIAS, ENTÃO NUMA FASE INICIAL, IRIAM RAPIDAMENTE REGISTRAR UM SÓLIDO DESENVOLVIMENTO PARA SE TORNAREM COMPETITIVAS E SEREM RESPONSÁVEIS POR UMA GRANDE PARTE DO MIX DE PRODUÇÃO MUNDIAL. ESTA VISÃO É AGORA REALIDADE.

ENTREVISTA COM O CEO

João Manso Neto | Chief Executive Officer

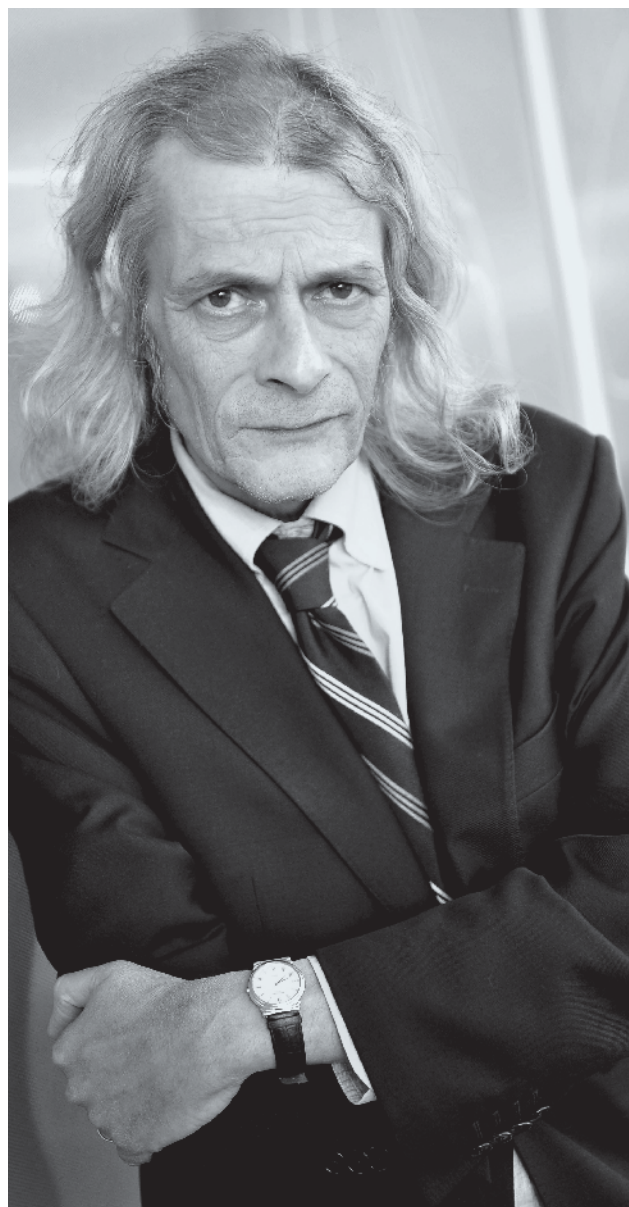
JOÃO MANSO NETO SABIA QUE IRIA ENFRENTAR IMPORTANTES DESAFIOS QUANDO ASSUMIU AS FUNÇÕES DE CEO DA EDPR NO INÍCIO DE 2012. A INDÚSTRIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS ESTÁ A PASSAR POR GRANDES MUDANÇAS. NESTA ENTREVISTA, JOÃO MANSO NETO ABORDA A FORMA COMO A EDPR MANTEVE A SUA FORTE POSIÇÃO NO ANO PASSADO, APESAR DOS CONTRATEMPOS NO SETOR, BEM COMO A SUA VISÃO E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DESEMPENHO

Poderia dar-nos uma visão global dos principais desafios enfrentados pela EDPR no ano passado e da evolução que perspetiva para o futuro?

O panorama da energia renovável, no qual prosperámos, foi mudando ao longo dos últimos anos.

A procura de energia abrandou nos nossos principais mercados, como resultado de uma ampla crise económica. Este abrandamento colocou em questão o papel das energias renováveis e aumentou o preconceito de que as energias renováveis são caras como fonte de energia. Agora, mais do que nunca, é importante esclarecer a opinião pública no que diz respeito aos benefícios das energias renováveis e gerir a agenda regulatória.



Apesar destas questões, alguns governos têm demonstrado ter visão. Gostaria de salientar a extensão do regime de créditos fiscais à produção (Production Tax Credits - PTCs) nos EUA e o importante acordo alcançado em Portugal, em setembro, que respeita a estabilidade jurídica dos contratos atuais.

Neste contexto de mudança, é importante antecipar as alterações e tomar medidas decisivas. Acredito que este é o maior desafio que enfrentamos. Mas também acredito que estamos bem preparados para ter sucesso. Atualmente, já esperamos que a maior parte do nosso crescimento venha de países fora dos nossos principais mercados na Península Ibérica, onde desenvolvemos um sólido *pipeline*, e estamos também a considerar novos países que mostram potencial. O nosso recente investimento na energia solar fotovoltaica permite-nos beneficiar das oportunidades desta tecnologia cada vez mais competitiva, que tem demonstrado potencial de crescimento global. Por fim, fomos rápidos a adaptarmo-nos a um ambiente de menor disponibilidade de financiamento, centrando-nos no nosso *cash-flow* operacional para financiar investimentos, e numa combinação equilibrada de venda de participações minoritárias e financiamento através de estruturas contratuais de project finance.

Como foi o desempenho da EDPR durante este ano de desafios?

Em 2012, a Empresa apresentou um crescimento de qualidade. Atingimos as nossas metas de crescimento com o acréscimo de 504 MW ao nosso portfólio, que atingiu 8,0 GW. A produção acompanhou esta tendência com 18,4 GWh, enquanto as receitas atingiu a marca de 1,3 mil milhões de euros.

Durante o ano, fomos capazes de executar os nossos projetos em Espanha e nos EUA de forma célere, antes dos prazos críticos, instalámos os primeiros parques eólicos em Itália e obtivemos fortes progressos na nossa expansão na Europa de Leste, bem como na energia solar fotovoltaica. Fomos também o primeiro consórcio a fazer o pedido das autorizações administrativas relevantes necessárias para o desenvolvimento de parques eólicos *offshore* no Reino Unido (UK Round 3) com uma capacidade estimada de cerca de 1 GW. Lançámos as primeiras fases de prospeção de novos mercados e estamos desejosos por aproveitar essas iniciativas a curto prazo.

Simultaneamente, fomos capazes de executar com sucesso a nossa agenda estratégica, tendo terminado o ano com um espírito muito positivo. Demos início à nossa estratégia de rotação de ativos e chegámos a acordos atrativos em duas operações muito importantes de venda de participações minoritárias em parques eólicos em funcionamento, nos EUA e em Portugal. O forte desempenho verificado ao longo do ano produziu naturalmente um sólido desempenho financeiro no final do ano. O nosso EBITDA cresceu 17% em relação a 2011, os nossos resultados líquidos aumentaram 43% e, pela primeira vez, tivemos um *cash-flow* positivo. Em linha com o nosso compromisso, a Administração da EDPR propôs, pela primeira vez, a distribuição de dividendos.

EDPR A LONGO PRAZO

Recentemente foi relançado o debate sobre o papel das energias renováveis. Que mensagem gostaria de deixar às partes interessadas, governos e consumidores?

A minha principal mensagem é clara e simples. Energia renovável ou energia competitiva não é uma escolha que os consumidores e os seus governos tenham de fazer. Podem ter ambos. A energia eólica encontra-se numa fase em que é claramente competitiva a nível de custos com as fontes

de geração convencionais, enquanto a competitividade da energia solar fotovoltaica está a aumentar ano após ano.

Tenho plena consciência de que há um preconceito público de que as energias renováveis são caras e que os governos e os contribuintes têm de pagar mais se pretenderem beneficiar das fontes de produção de energia livres de CO₂. Acredito que é nosso dever esclarecer e informar o público no que diz respeito a esta questão.

Para novos investimentos, se observarmos as diversas fontes de produção de energia, renováveis e convencionais, ao longo de toda a sua vida útil, considerando o investimento inicial, combustível, custos de operação e manutenção e de CO₂, pode-se concluir que o custo médio de um MWh produzido por um parque eólico *onshore* é mais barato do que um MWh produzido por uma central elétrica alimentada a carvão ou a gás, enquanto o de uma central de energia solar está a aproximar-se rapidamente deste nível.

Dada a atual competitividade crescente das energias renováveis, estou certo de que irão desempenhar um papel fundamental no nosso futuro energético. Como fontes endógenas de geração de energia livre de CO₂, as energias renováveis são vitais para garantir a segurança energética e combater as alterações climáticas. Além disso, têm um forte impacto na economia, através da criação de emprego, desenvolvimento económico, know-how e inovação.

Em maio, a EDPR apresentou o seu plano de negócios para 2012-15. Poderia dar-nos uma ideia dos temas-chave?

O ponto de partida para o plano de negócios é o nosso atual portfólio de ativos. A nossa base de ativos é jovem e tem fortes métricas de eficiência, o que nos irá proporcionar um *cash-flow* estável e recorrente. Este *cash-flow* garante a criação de elevado valor para os nossos acionistas e será fundamental para sustentar o crescimento.

A qualidade do crescimento é o segundo ponto do nosso plano. Nos próximos três anos esperamos ganhar uma posição forte em novos mercados em crescimento, tais como a Polónia, Roménia e Brasil. Estes mercados constituem os principais motores do crescimento da EDPR. Além disso, em função da recente extensão dos PTC nos Estados Unidos, estamos a considerar novas oportunidades de crescimento. Também pensamos diversificar as nossas opções de crescimento, investindo em novos mercados e/ou novas tecnologias nos próximos anos. Importa salientar que esperamos que estes novos projetos, a serem adicionados nos próximos anos, virão a ter métricas de rentabilidade acima da nossa média atual, o que demonstra a qualidade intrínseca destas oportunidades de crescimento.

Por fim, a nossa estratégia de rotação de ativos será um pilar fundamental para acelerar a criação de valor para os nossos acionistas. Irá permitir receber antecipadamente os *cash-flows* futuros e reinvestir em projectos de valor acrescentado.

De que forma a rotação de ativos está alinhada com a estratégia da EDPR?

A rotação de ativos consiste na venda de participações minoritárias em parques eólicos em funcionamento. A principal vantagem desta nova estratégia é que nos permite encaixar o valor criado durante a fase de desenvolvimento do projecto.

Durante as fases iniciais de desenvolvimento do projeto, em que os riscos são maiores, aproveitamos a nossa experiência para levar os projetos até à sua conclusão. Uma vez que o projeto fica operacional e os riscos são significativamente reduzidos, consideramos a possibilidade de venda de participações minoritárias a investidores. Devo confessar que fomos positivamente surpreendidos pelo interesse demonstrado por muitos investidores. A parceria com a China Three Gorges Corporation (CTG) está claramente no centro desta estratégia. Há o compromisso de a CTG investir 2 mil milhões de euros até 2015 em participações minoritárias. Até agora, já concluímos uma transação sobre ativos portugueses no montante de 359 milhões de euros.

GESTÃO DE UMA EMPRESA GLOBAL

Que conclusões retira do seu primeiro ano como CEO da EDPR?

Acredito que fazer mudanças revolucionárias não pode ser a obsessão de um novo CEO. A abordagem que escolhi é concentrar-me em ganhar um conhecimento profundo da companhia e, em seguida, ir implementando progressivamente as mudanças que eu acredito que irão conseguir extrair o máximo, tanto das equipas como dos negócios.

Embora não tenha sido uma surpresa para mim, tenho de dizer que encontrei uma companhia com uma excelente equipa, um *cash-flow* robusto e uma capacidade notável para encontrar opções adequadas de crescimento. Dito isto, houve naturalmente alguns ajustes, aperfeiçoamentos e iniciativas de melhoria que eu, pessoalmente, tomei como prioridades durante os meus primeiros 365 dias como CEO.

Implementei mudanças destinadas a promover a nossa excelência operacional, a prospeção de novos países e a execução do nosso programa de rotação de ativos. A um nível de topo, tenho sublinhado a necessidade de se verificar uma tomada de decisões e uma implementação rápidas, uma vez que um só dia de atraso tem logo impacto nos resultados da companhia.

Gerir uma companhia multinacional, espalhada por 11 países, também tem sido um desafio. Considero que é muito importante estar perto dos nossos negócios e dos nossos colaboradores, compreender os problemas in loco, o que me levou a visitar a maioria das nossas áreas geográficas mais de uma vez.

O que está a EDPR a fazer para preparar os seus colaboradores para as mudanças no setor?

Temos a sorte de contar com uma equipa extremamente valiosa de colaboradores jovens e dinâmicos. Eles têm sido a força motriz do nosso desempenho atual e continuarão a sê-lo.

No futuro, continuamos a contar com a sua vontade de mudar e o seu impulso para melhorar. Nos próximos anos, o crescimento virá de diferentes áreas geográficas, bem como de novas tecnologias. A mobilidade e a formação em diferentes tecnologias serão cada vez mais importantes para a EDPR e os nossos colaboradores estão preparados para este desafio.

A companhia vai continuar a investir fortemente em formação para satisfazer as nossas necessidades futuras, desenvolvendo o know-how e as qualificações que atualmente possuímos.

Como é a relação da EDPR com a CTG?

A relação e a comunicação com a CTG têm sido positivas e naturais. Eu, pessoalmente, visitei Pequim várias vezes para participar em reuniões e negociações.

A experiência de ambas as empresas e os seus portfólios são complementares, o que proporciona uma base sólida para o futuro. Estamos constantemente à procura de novas áreas para partilhar conhecimento e analisar oportunidades de investimento. Em 2012, esta parceria já foi proveitosa, com a conclusão da primeira transação de rotação de ativos. Em 2013, para além da continuação das transações financeiras planeadas, antecipamos mais desenvolvimento em outras áreas, nomeadamente em investimentos conjuntos. Penso que atualmente estamos apenas a ver a ponta do iceberg em relação a esta parceria. A parceria tem um enorme potencial em muitas áreas estratégicas para além da rotação de ativos.

Gostaria de deixar uma mensagem final?

Para concluir, gostaria de dizer aos nossos acionistas que:

Estamos no lado certo do setor de energia e na melhor posição para tirar proveito de futuras oportunidades de crescimento rentável.

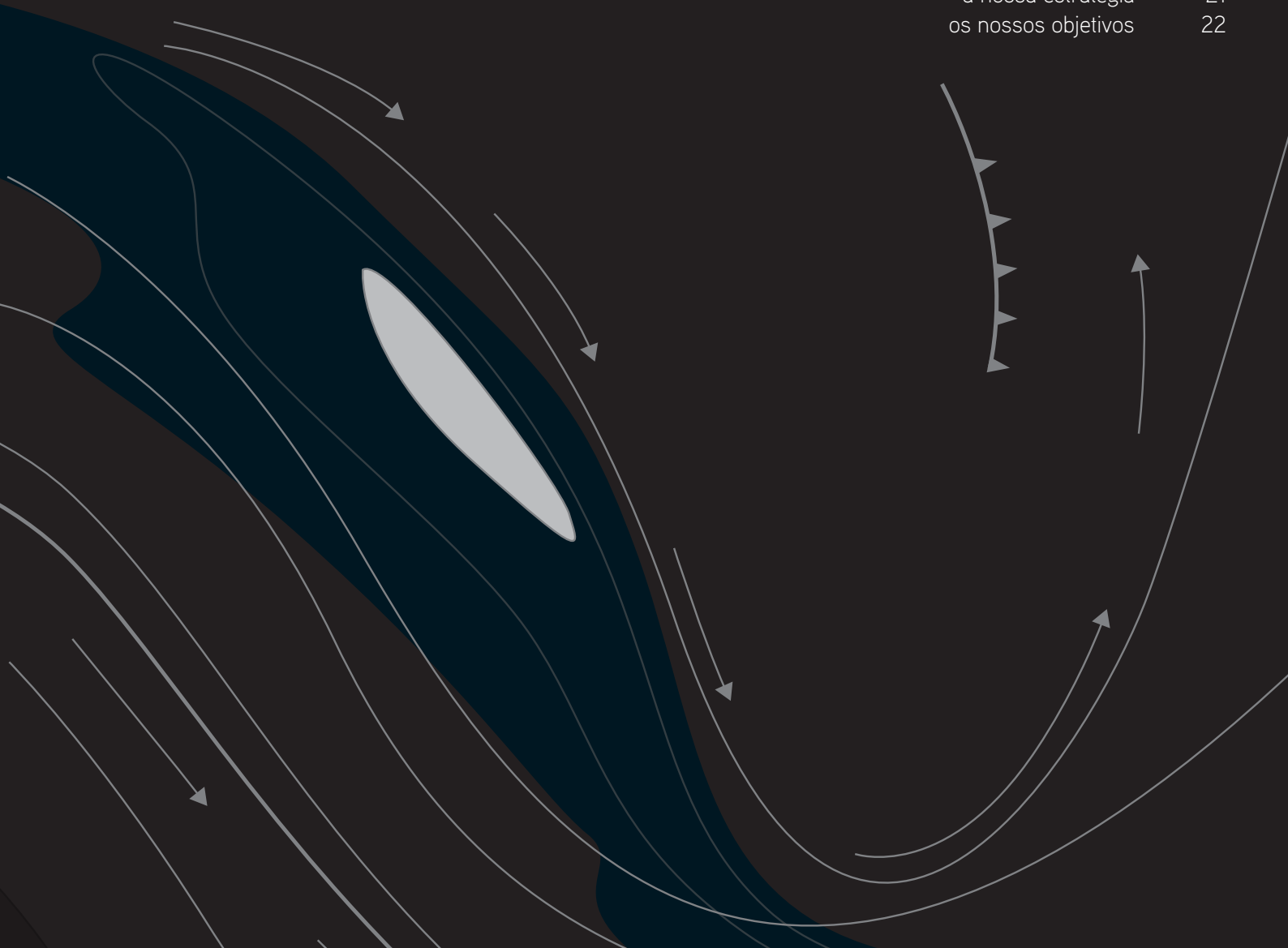
Continuaremos a lutar pela excelência, garantindo e maximizando a criação de valor, tanto através dos nossos ativos como através do crescimento seletivo, de baixo risco e rentável.

Finalmente, gostaria de lhe agradecer, pessoalmente, bem como a todos os nossos stakeholders pela confiança e dedicação que dispensaram à EDPR.



A NOSSA EMPRESA

a nossa presença global e crescimento	12
o nosso negócio	14
principais acontecimentos de 2012	16
o nosso desempenho	18
o nosso mercado	20
a nossa estratégia	21
os nossos objetivos	22



CENTRAIS SOLARES FOTOVOLTAICAS DA ROMÉLIA (ROMÉLIA, REGIÃO DA OLTÉNIA)

39 MW | 350 MW
DE CAPACIDADE INSTALADA | DE CAPACIDADE INSTALADA NA ROMÉLIA

4 | REMUNERAÇÃO:
PROJETOS | POOL + CERTIFICADOS VERDES

Estes projetos marcam a entrada da EDPR na energia solar fotovoltaica, assim como a execução adiantada de um dos objetivos estratégicos da empresa para o período 2012-2015. Em funcionamento desde o último trimestre de 2012, as quatro centrais solares fotovoltaicas beneficiam de um enquadramento regulatório de apoio, de radiação de qualidade e do potencial do mercado romeno. A execução rápida desta oportunidade é prova da experiência da EDPR, em colaboração com o seu parceiro local.

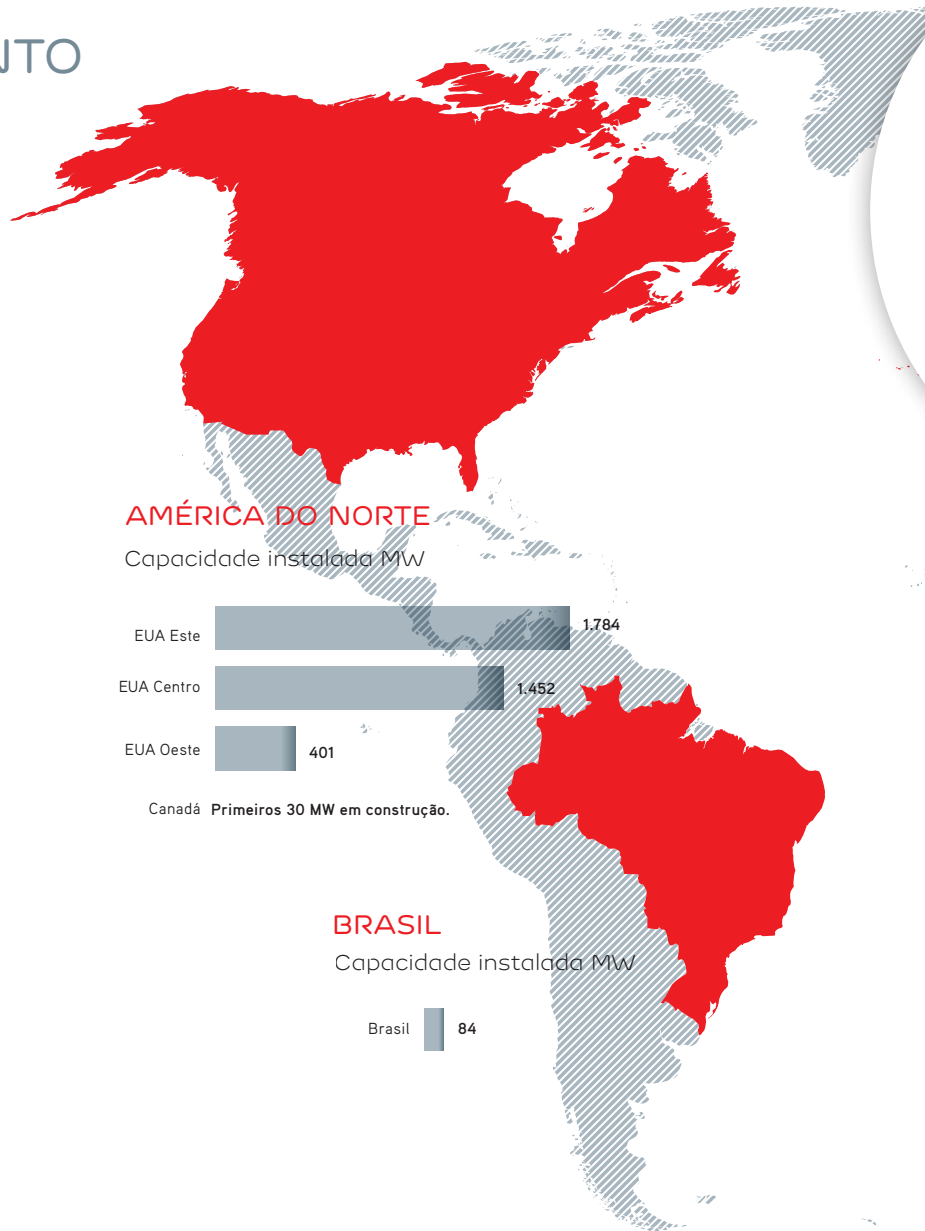
A NOSSA PRESENÇA GLOBAL E CRESCIMENTO

A NOSSA PRESENÇA GLOBAL

A EDPR é uma empresa global líder na área das energias renováveis, especialista no desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos.

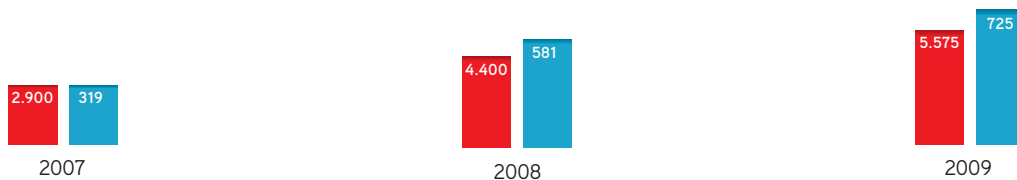
Incorporada em 2007 com o objetivo claro de fornecer energia isenta de CO₂ e energias renováveis a um número crescente de áreas geográficas, a EDPR rapidamente se tornou uma empresa global e um dos líderes deste mercado. Com uma capacidade instalada de 8,0 GW e 18,4GWh gerados em 2012, a EDPR é o terceiro maior produtor mundial de energia eólica.

O negócio da EDPR está organizado em torno de três plataformas (Europa, América do Norte e Brasil) e a empresa está presente em 11 países. Estas plataformas são complementadas por uma rede de escritórios em diversos países e instalações regionais que asseguram os conhecimentos “no terreno” e uma maior proximidade com os stakeholders regionais. Esta estrutura garante o equilíbrio perfeito entre a perspetiva global necessária para desenvolver a sua liderança nas energias renováveis e a abordagem local crítica para o desenvolvimento com sucesso dos nossos parques eólicos e centrais solares. A relação de proximidade estabelecida com os proprietários de terrenos, autoridades municipais, reguladores e outros stakeholders é um fator crucial e uma pedra angular para o sucesso da EDPR.



O NOSSO CRESCIMENTO

■ Capacidade instalada em MW
■ Receitas (€m)



6 ÁREAS GEOGRÁFICAS, 2,9 GW INSTALADOS

Nos primeiros meses de 2007, a EDPR contava já com Portugal, Espanha, França e Bélgica como parte do seu portefólio crescente, a que acrescentaria, pouco depois, mais 2 países. Em março, a EDP adquiriu a Horizon Wind Energy, um promotor eólico líder nos EUA, com uma capacidade instalada à data de 559 MW brutos e um conjunto considerável de projetos em carteira. Mais tarde, nesse mesmo ano, a Polónia seria acrescentada à lista através da aquisição de um *pipeline* de qualidade.

BRASIL, ROMÉNIA E A MAIOR OPA NA EUROPA OCIDENTAL

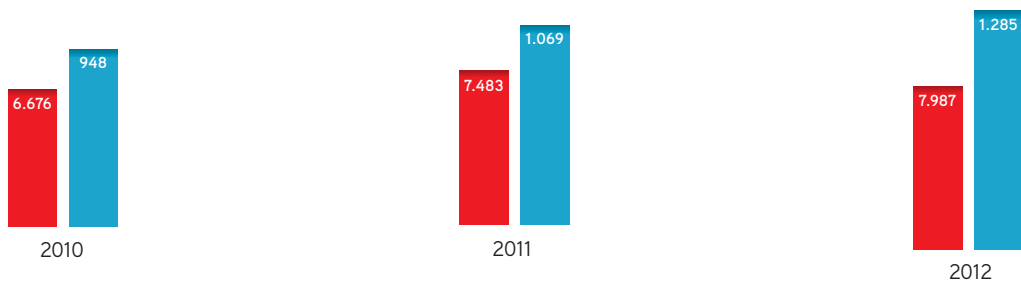
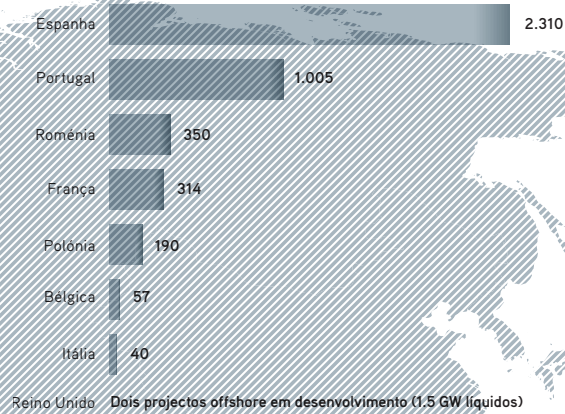
Em 2008, a EDPR entrou nos mercados brasileiro e romeno através da aquisição de promotores eólicos locais. Estas aquisições criaram a base para um forte crescimento futuro em ambas as áreas. Em Julho, a EDPR protagonizou a maior OPV (Oferta Pública de Venda) na Europa ocidental nesse ano, aumentando em 1,6 mil milhões de euros e proporcionando a disponibilidade financeira necessária para prosseguir a sua ambiciosa estratégia de crescimento.

5,6 GW INSTALADOS E FORTE CRESCIMENTO

Em 2009, a EDPR assistiu a um sólido crescimento do seu portefólio, com o aumento de 1,2 GW durante este período. Foi alcançado um marco importante na Polónia com a conclusão de um dos maiores parques eólicos do país (120 MW). Os resultados financeiros acompanharam esta fase de expansão, ultrapassando os 700 milhões de euros em receitas pela primeira vez.

EUROPA

Capacidade instalada MW



REINO UNIDO, ITÁLIA E CANADÁ

Em 2010, a EDPR assistiu a um forte crescimento do seu portefólio global com o aumento de 1,1 GW ao longo do ano. Adicionalmente, foi atribuída à EDPR 1,3 GW de capacidade eólica *offshore* no Reino Unido, o que marcou a sua entrada neste novo mercado e numa tecnologia desafiante. A entrada nos mercados de Itália e Canadá foram também marcos importantes para a Empresa durante este ano.

RECEITAS DE MIL MILHÕES DE EUROS E PARCERIA COM A CTG

Como resultado do forte crescimento da EDPR e do seu elevado nível de eficiência, as suas receitas alcançaram o valor histórico de mil milhões de euros em 2011. O maior acionista da Empresa - EDP - também estabeleceu uma parceria estratégica com a China Three Gorges que inclui iniciativas na área de geração de energias renováveis a serem levadas a cabo pela EDPR. Esta parceria definiu as regras básicas para a venda de posições minoritárias nos parques eólicos da EDPR, o desenvolvimento conjunto de projetos na área de energias renováveis e iniciativas para partilha de conhecimentos.

ENERGIA SOLAR E ROTAÇÃO DE ATIVOS

Em maio, a EDPR apresentou a sua nova estratégia até 2015. A entrada no mercado de energia solar fotovoltaica, um objetivo estabelecido para 2014-15, foi alcançada mais cedo através da conclusão dos primeiros projetos de energia solar fotovoltaica (39 MW) na Roménia durante o quarto trimestre de 2012. As transações de rotação de ativos entre a Borealis (EUA) e a CTG (Portugal) constituem uma prova adicional da capacidade da EDPR para levar a cabo a sua agenda estratégica relativamente ao seu autofinanciamento e rotação de ativos.

O NOSSO NEGÓCIO

O negócio da EDPR consiste no desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos e centrais solares de elevada qualidade em todo o mundo. O conhecimento-chave adquirido durante estas três fases críticas do desenvolvimento de projetos aliado à orientação para a melhoria constante são fatores cruciais para maximizar a criação de valor dos nossos ativos.

FASE DE DESENVOLVIMENTO

O nosso futuro sustentável depende de esforços de desenvolvimento sólidos.

As equipas de projetistas da EDPR, altamente experientes e qualificados, começam por encontrar um local com recursos renováveis de qualidade, eólicos ou solares, perto de linhas de transmissão de eletricidade. Depois de criadas as parcerias com os proprietários dos respetivos terrenos ou municípios

tem início o processo crucial de medição do vento, sendo que a recolha de dados pode prolongar-se por vários anos. Se o local continuar a parecer favorável, são realizados mais estudos e são asseguradas as autorizações até ser tomada uma decisão de investimento.

FASE DE CONSTRUÇÃO

O objetivo da EDPR é ser uma referência no setor industrial da construção de parques eólicos e centrais solares mais competitivos, seguros e eficientes.

As nossas equipas de compras, engenharia e construção estão bem equipadas para selecionar as melhores turbinas eólicas e sistemas de painéis solares com base na especificidade de cada projeto. Também recorremos aos conhecimentos internos para conceber os melhores locais e garantir engenharia e padrões de construção de topo.

CICLO DE VIDA DE UM PARQUE EÓLICO OU SOLAR

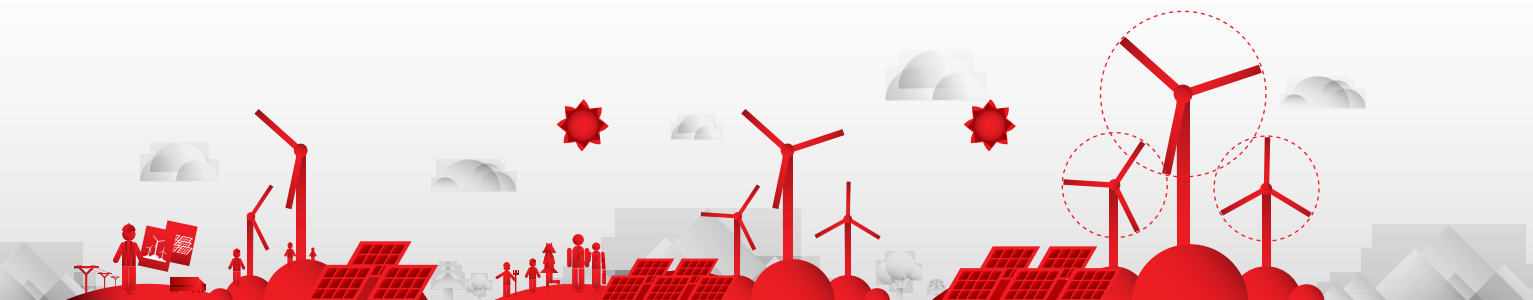


escolha da localização do parque

Procurar um local com recurso eólico ou solar de topo e analisar a possibilidade de ligação à rede elétrica.

acordo com o proprietário do terreno

Contatar os proprietários do terreno com vista a negociar um acordo de arrendamento.



desenho do parque e construção

Otimizar a disposição do parque e selecionar o modelo de turbina que maximize a produção esperada de energia.

cerimónia de inauguração

Partilhar os resultados e os benefícios das energias renováveis com os habitantes das comunidades locais, indústrias, autoridades e outros *stakeholders*.

operação do parque

Completar conexão à rede e começar a produzir energia renovável.

A construção de um parque eólico costuma demorar entre seis meses a um ano, enquanto as centrais solares podem ser construídas num período consideravelmente mais curto, dependendo do tamanho do projeto. Trabalhamos no sentido de minimizar as perturbações no terreno e devolvê-lo à sua integridade inicial. Na maior parte dos casos, as turbinas eólicas e as estradas de acesso ocupam menos de um por cento do terreno em toda a área do projeto, e o terreno restante continua disponível para agricultura ou para outros fins.

Em 2012, a EDPR acrescentou mais de 500 MW, principalmente em parques eólicos, mantendo a sua posição de entre os maiores intervenientes no setor industrial de energia eólica. Adicionalmente, neste período, foram instalados os primeiros MW solares, marcando a entrada da EDPR nesta nova tecnologia e abrindo uma nova via de crescimento para a empresa.

FASE DE OPERAÇÕES

Enquanto proprietária e operadora, a EDPR está empenhada em manter a operação dos projetos a longo prazo para benefício dos nossos acionistas e *stakeholders*, mantendo sempre o impacto ambiental em níveis mínimos.

Os nossos parques eólicos estão projetados para durar 25 anos e, por isso, é fundamental para a nossa longevidade que nos concentremos em manter os níveis mais elevados de disponibilidade através de programas de manutenção regular e iniciativas de melhoria do desempenho, minimizando, ao mesmo tempo, os custos associados através da nossa forte estratégia de Operação e Manutenção.

A EDPR tira partido da sua experiência de operação de 8,0 GW de capacidade instalada a fim de garantir a melhoria contínua e wimplementar as melhores práticas.



análise dos recursos renováveis

Instalar torres meteorológicas para recolher dados e estudar o perfil eólico (ou a irradiância solar).

obtenção de consensos e licenças

Contatar com as autoridades locais e regionais para assegurar a obtenção de licenças ambientais, administrativas, de construção e outras.

análise de mercado

Estudar a dinâmica de mercado em termos de preços de energia, regulação e financiamento para apoiar a decisão de investimento.



análise de dados

Monitorizar em tempo real o desempenho do parque e identificar oportunidades de melhoria.

manutenção regular

Mantener elevados níveis de disponibilidade e minimizar falhas de operação.

disponibilizar energia segura, sustentável e livre de CO₂ para a população

Uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2012

T1



NOVO CEO

A 29 de fevereiro, João Manso Neto assumiu as funções de CEO da EDPR. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDPR desde 2008, o CEO exerceu ainda diversos cargos executivos no Grupo EDP desde a sua incorporação em 2003. Numa entrevista, João Manso Neto comentou: “Vejo a minha nomeação para CEO da EDP Renováveis como um importante desafio pessoal e profissional. Intrinsecamente, as energias renováveis serão a área de maior crescimento nos próximos anos, uma área em que os nossos investidores estão particularmente empenhados.”

PROJECT FINANCE EM ESPANHA

A 5 de março, a EDPR estabeleceu uma estrutura contratual de project finance com um consórcio de bancos europeus para 125 MW que correspondem a três parques eólicos na região da Catalunha, em Espanha. A dívida de longo prazo contratada totaliza 177 milhões de euros, o que constitui uma prova dos projetos de elevada qualidade da EDPR e da sua estratégia para diversificar as fontes de financiamento a um custo competitivo.

T2



PLANO ESTRATÉGICO ATÉ 2015

A 22 de maio, a EDPR realizou no Porto o seu Dia do Investidor. Este é o momento escolhido para apresentar o Plano de Negócios da EDPR aos acionistas, analistas financeiros e potenciais investidores. Alguns dos tópicos apresentados no decurso deste evento foram a estratégia de diversificação tecnológica e geográfica da EDPR bem como os objetivos financeiros para os próximos anos.



PRÉMIOS RECEBIDOS EM 2012:

Prémio “Best Sustainability Deal” na atribuição anual de prémios EMEA Project Finance Awards.

Prémio “Best Investor Relations Alternative Energy” pela revista IR Magazine e prémio “International Investor”.

Prémios “Top Place to Work” tanto em Espanha como em Houston, atribuídos pela Great Place to Work® e pela Houston Chronicle respetivamente.

Prémio “Best in Show” atribuído pela International Academy of Visual Arts e um prémio SAPO pela versão online do Relatório e Contas de 2011 da EDPR.

T3



1º PROJETO SOLAR FOTOVOLTAICO

No terceiro trimestre, a EDPR iniciou a construção do seu primeiro projeto de energia solar fotovoltaica na Roménia. Este projeto marca a entrada da EDPR na tecnologia solar fotovoltaica, alcançando um dos seus objetivos estratégicos a curto prazo. Os projetos que somam 39 MW, entraram em funcionamento no quarto trimestre, combinam um esquema remuneratório favorável e um recurso de irradiância de qualidade.

GESTÃO DO RISCO REGULATÓRIO

A 3 de setembro, o setor português de energia eólica e o governo português alcançaram um acordo que dá maior visibilidade à remuneração dos parques eólicos da EDPR sob o “antigo regime de tarifas”. No geral, o acordo estende o esquema remuneratório de 15 para 22 anos, por contrapartida de um investimento por MW.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

No terceiro trimestre de 2012, a EDPR atingiu um total de 850 colaboradores espalhados pelas suas 3 principais plataformas. Esta estrutura de recursos humanos altamente qualificados e diversificados é a chave do sucesso da EDPR desde o seu início. Apesar do enquadramento económico desfavorável, a EDPR tem sido capaz de converter o seu crescimento e sucesso em oportunidades para a comunidade.

T4

INÍCIO DA ESTRATÉGIA DE ROTAÇÃO DE ATIVOS

A 6 de novembro, a EDPR chegou a um acordo para a venda de uma participação acionista minoritária num conjunto de parques eólicos num total de 599 MW, num valor de aquisição de 230 milhões de dólares. A EDPR inicia assim a execução da sua estratégia de rotação de ativos, considerada um fator-chave para a obtenção dos seus objetivos a médio-longo prazo por permitir que os resultados sejam reinvestidos em projetos que trazem um acréscimo de valor.

PRIMEIRA TRANSAÇÃO COM A CTG

A 20 de dezembro, a EDPR chegou a um acordo de venda de uma participação acionista minoritária em parques eólicos portugueses num total de 615 MW (mais 29 MW prontos para construção), num valor de aquisição de 359 milhões de euros. Esta foi a primeira transação com a CTG no âmbito da parceria estratégica firmada com a EDP e que dá continuidade à execução da estratégia de rotação de ativos da EDPR. Este acordo destaca a qualidade dos ativos da EDPR e o seu cash-flow de baixo risco.



CONSTRUÇÃO DE PARQUES EÓLICOS DE QUALIDADE

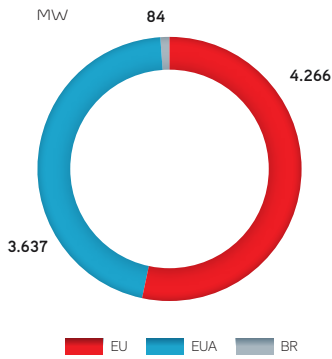
No quarto trimestre, a EDPR alcançou dois marcos importantes. A concessão dos primeiros parques eólicos em Itália e a conclusão do maior parque eólico de fase única até à data, com uma capacidade de 215 MW, o parque eólico Marble River no estado de Nova Iorque. Estes projetos fazem parte dos 504 MW adicionados ao portefólio da EDPR ao longo do ano.

O NOSSO DESEMPENHO

DATOS OPERATIVOS

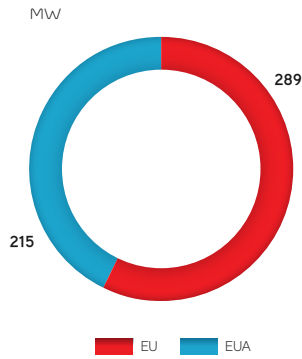
CAPACIDAD INSTALADA

2012	7.987	↑ 7%
2011	7.483	



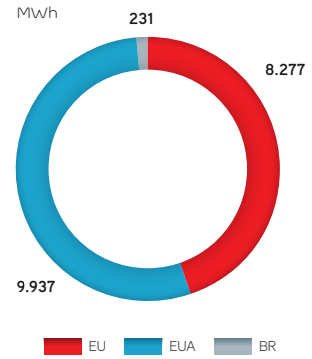
CAPACIDADE INSTALADA EM 2012

+ 504 MW



PRODUÇÃO

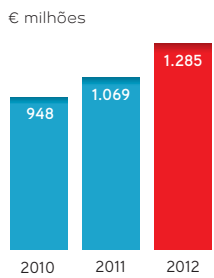
2012	18.445	↑ 10%
2011	16.800	



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

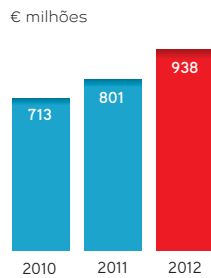
RECEITAS

2012	1.285	↑ 20%
2011	1.069	



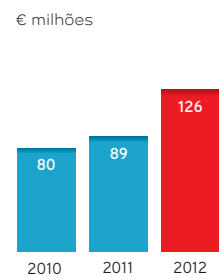
EBITDA

2012	938	↑ 17%
2011	801	



RESULTADO LÍQUIDO¹⁾

2012	126	↑ 42%
2011	89	



POSIÇÃO FINANCEIRA

TOTAL DE ATIVOS

2012	13,3	↑ 2%
2011	13,0	

13,3
€MM

DÍVIDA LÍQ./EBITDA

2012	3,6x	↓ 15%
2011	4,2x	

3,6x

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

2012	666	↑ 4%
2011	643	

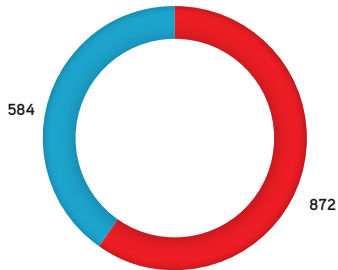
666
€M

ECONÓMICO

VALOR ECONÓMICO GERADO

2012	1.457	↑ 15%
2011	1.265	

€ milhões

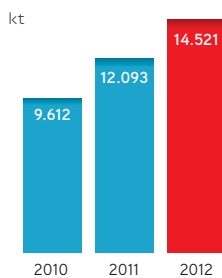


Valor econ. distribuído Valor econ. retido

AMBIENTAL

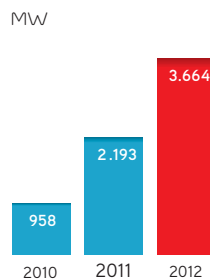
CO₂ EQ EVITADO²⁾

2012	14.521	↑ 20%
2011	12.093	



MW CERTIFICADOS ISO14001³⁾

2012	3.664	↑ 46%
2011	2.193	



1. Resultado líquido atribuível aos acionistas da EDP.
2. Gases de estufa evitados, convertidos para o equivalente em emissões de CO₂.
3. Certificação ambiental (ver página 44).
4. Assistências a formação por colaborador.
5. Certificação de saúde e segurança (ver página 43).

SOCIAIS

COLABORADORES

2012	861	↑ 8%
2011	796	

861

ASSISTÊNCIAS A FORMAÇÃO⁴⁾

2012	2,93x	↑ 4%
2011	2,81x	

2,93x

MW CERTIFICADOS OHSAS 18001⁵⁾

2012	2.707	↑ 23%
2011	2.194	

2.707

O NOSSO MERCADO

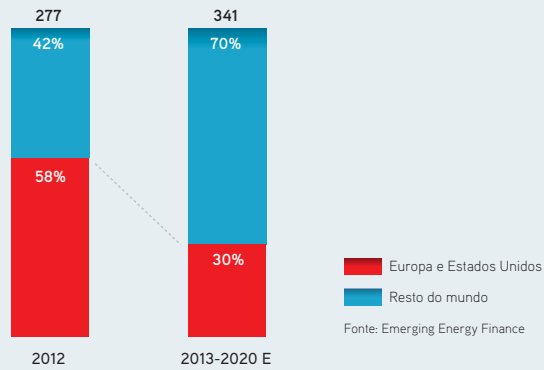
Impulsionado pelos vários benefícios deste tipo de fonte de geração de energia para a sociedade, o panorama global de energia renovável tem passado por um crescimento contínuo ao longo da última década. No contexto desta indústria em crescimento, há uma série de tendências críticas que trazem

simultaneamente oportunidades e desafios à EDPR. Estas tendências têm impacto em todas as vertentes do negócio da EDPR e a sua identificação atempada tem constituído um fator crítico para o nosso sucesso.

CRESCIMENTO PARA MERCADOS DE ENERGIA EÓLICA

O desenvolvimento de fontes de energia renovável, anteriormente limitado a um número reduzido de países desenvolvidos, tornou-se um fenómeno mundial. Motivados pelos claros benefícios destas tecnologias, cada vez mais países registam fortes crescimentos de energia renovável. Em 2005, apenas 11 países tinham mais de 1 GW de capacidade eólica instalada, em 2012 este número tinham mais que duplicado atingindo os 24 países. Como resultado desta tendência crescente, no período de 2012-2020, espera-se que 70% do aumento da energia eólica *onshore* venha de áreas geográficas diferentes dos mercados originais da União Europeia e dos Estados Unidos.

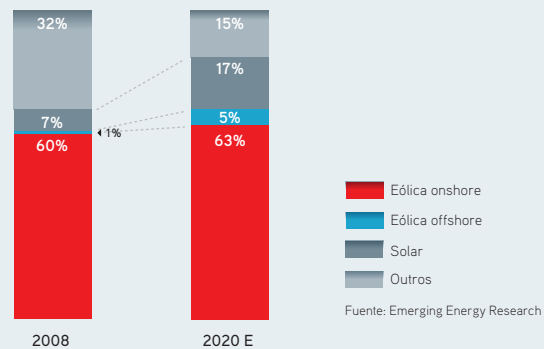
Capacidade Eólica Onshore por mercado (GW, %)



NOVAS TECNOLOGIAS AUMENTAM O SEU PESO NO CONJUNTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Uma tendência que está a moldar a indústria de energias renováveis e o panorama da energia como um todo é o aumento constante de novas tecnologias alternativas à energia eólica *onshore*. Este aumento está a ser impulsionado pela crescente competitividade de outras fontes de energia que, devido aos avanços tecnológicos dos últimos anos estão agora a ganhar força na indústria. De entre as tecnologias que irão marcar este setor nos próximos anos encontram-se a energia solar e a eólica *offshore*. Espera-se que ambas as tecnologias aumentem significativamente a sua participação no conjunto global de energias renováveis, sendo a energia solar a mais promissora como consequência do seu aumento de competitividade.

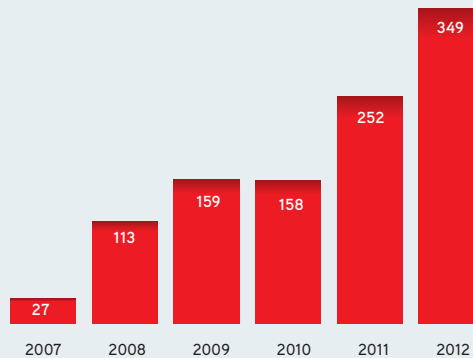
Evolução do mercado de energias renováveis (% GW)



DESAFIO DOS MERCADOS DE DÍVIDA

A evolução dos mercados de dívida desde o início da crise financeira global em 2008 tem tido um impacto significativo no setor de empresas de eletricidade europeias. Este impacto tem-se feito sentir através do estreitamento dos mercados de crédito e do aumento do custo dos empréstimos. Esta tendência teve um impacto significativamente mais elevado nas empresas com exposição a países que têm passado por um período de tensão nas finanças públicas. Para estas empresas o alargamento do prémio de risco soberano tem tido um efeito em cadeia no seu custo de capital e na sua capacidade aceder aos mercados globais de dívida. Isto é visível na evolução do custo que os investidores têm que pagar quando querem comprar um seguro sobre dívida corporativa, o spread Credit Default Swap (CDS). De 2008 até 2012 o spread CDS 5 anos para empresas de eletricidade do Sul da Europa mais do que duplicou. Esta tendência diminuiu após os anúncios do Banco Central Europeu na segunda metade de 2012.

Spread CDS elétricas do sul da Europa (pb)



A NOSSA ESTRATÉGIA

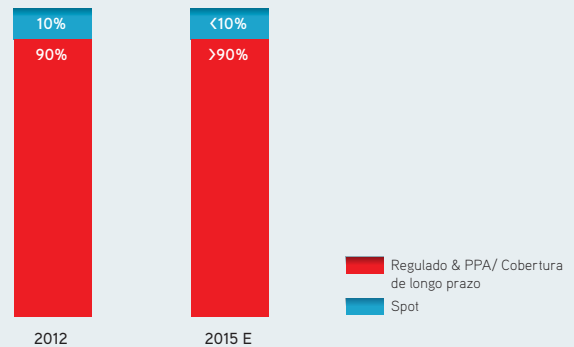
A estratégia da EDPR assenta em três pilares fundamentais: crescimento enforcado, risco controlado e rentabilidade superior. Adicionalmente a esta estratégia de orientação global, a EDPR tem desenvolvido uma série de iniciativas estratégicas que

visam beneficiar de tendências de mercado importantes no setor das energias renováveis. A pronta execução destas iniciativas estratégicas é fundamental para a manutenção do estatuto de liderança da EDPR e para definir o futuro da Empresa.

ASSEGURAR CASH-FLOW VISÍVEL A PARTIR DA BASE DE ATIVOS INSTALADOS

Assegurar que o portefólio atual da EDPR gera um cash-flow estável durante todo o seu ciclo de vida é fundamental para a sustentabilidade do nosso modelo de negócio. Alcançar este objetivo implica assegurar uma exposição a mercados de reduzido risco, com ativos enquadrados em esquemas regulatórios estáveis ou em acordos de aquisição de energia (PPA) de prazo longo. Adicionalmente, temos como objetivo atingir elevados padrões de eficiência operacional, maximizando a produção, com disponibilidade de alto nível e melhoria contínua nos indicadores de gastos operacionais. Atingir estes objetivos é fundamental para o sucesso da EDPR.

Capacidade por tipo de remuneração (% GW)

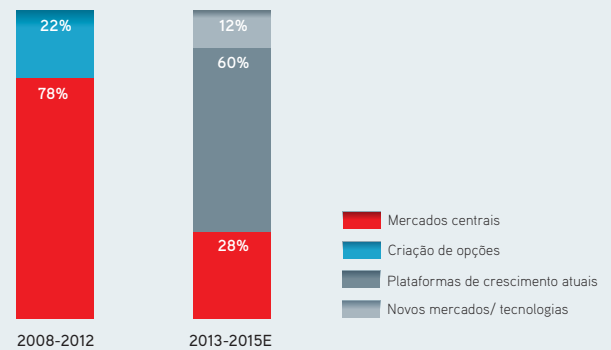


REDIRECIONAR O CRESCIMENTO PARA MERCADOS EMERGENTES E NOVAS TECNOLOGIAS

O facto de ter entrado numa fase preambular nas 11 áreas geográficas onde está presente permitiu à EDPR desenvolver competências sólidas que lhe permitem entrar com sucesso em outros mercados eólicos promissores. A entrada em alguns dos seus mercados de crescimento atuais, como a Polónia e a Roménia, é uma prova desta capacidade. O objetivo da EDPR é replicar este processo com a entrada em mercados emergentes de energia eólica para garantir o seu crescimento futuro.

O desenvolvimento de novas tecnologias para diversificar ainda mais o portefólio da EDPR e fornecer meios adicionais de crescimento é outro objetivo-chave da Empresa. A EDPR procura investir em tecnologias renováveis maduras e competitivas com elevado potencial de crescimento. Os primeiros passos desta estratégia foram alcançados com os seus primeiros projetos de energia solar fotovoltaica na Roménia.

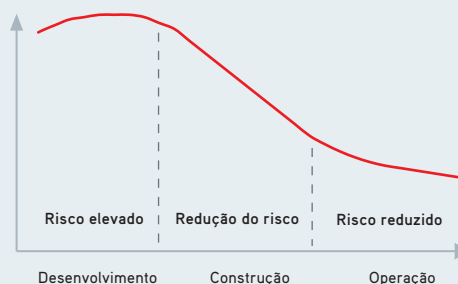
Segmentação do crescimento da EDPR (% GW)



ROTAÇÃO DE ATIVOS

A EDPR implementou uma nova estratégia de rotação de ativos que permite cristalizar o valor gerado durante o processo de redução de risco de um projecto, bem como gerar caixa. Esta estratégia consiste na venda, a investidores, de participações minoritárias em parques eólicos em operação. Neste processo a EDPR é capaz de realizar o valor criado durante as fases com mais risco do projecto, o desenvolvimento e construção. Os proveitos gerados nestas transacções podem ser utilizados para reinvestir em novos projectos ou para outros fins que gerem valor para o accionista. Durante 2012 a EDPR executou, com sucesso, duas transacções de rotação de ativos envolvendo parques eólicos dos EUA e Portugueses.

Custo de capital ao longo do ciclo de vida de um parque eólico (WACC; %)



OS NOSSOS OBJETIVOS

Os objetivos financeiros da EDPR para 2015 foram apresentados ao mercado durante o Dia do Investidor em maio de 2012. A execução destes objetivos garante a criação de valor para os nossos acionistas.

AUMENTAR AS MÉTRICAS DE RENTABILIDADE DO PORTEFÓLIO

A estratégia de investimento da EDPR para o período 2012-2015 irá conduzir a um aumento contínuo das métricas-chave de valor da EDPR. O nosso objetivo é investir em novos projetos com recursos eólicos de nível superior, localizados em regiões com um preço médio de venda superior ao do portefólio, com um enfoque constante na melhoria das métricas de gastos operacionais. A execução destes objetivos será o principal motor para alcançar as métricas de EBITDA por MW médio.

+25%

aumento do EBITDA por MW em operação em 2015

MELHORIA NOTÓRIA NA GERAÇÃO DE CASH-FLOW

O enfoque continuado da EDPR na eficiência operacional em conjunto com a sua estratégia de investimento seletivo resulta num portefólio de alta qualidade com capacidade de criação de um cash-flow elevado. O nosso objetivo é o de que o EBITDA da EDPR vá aumentando de forma constante até superar os 1,35 mil milhões de euros em 2015. Durante o período de 2012 a 2015, o cash-flow operacional da EDPR irá também ultrapassar significativamente o CAPEX.

1,35-1,5

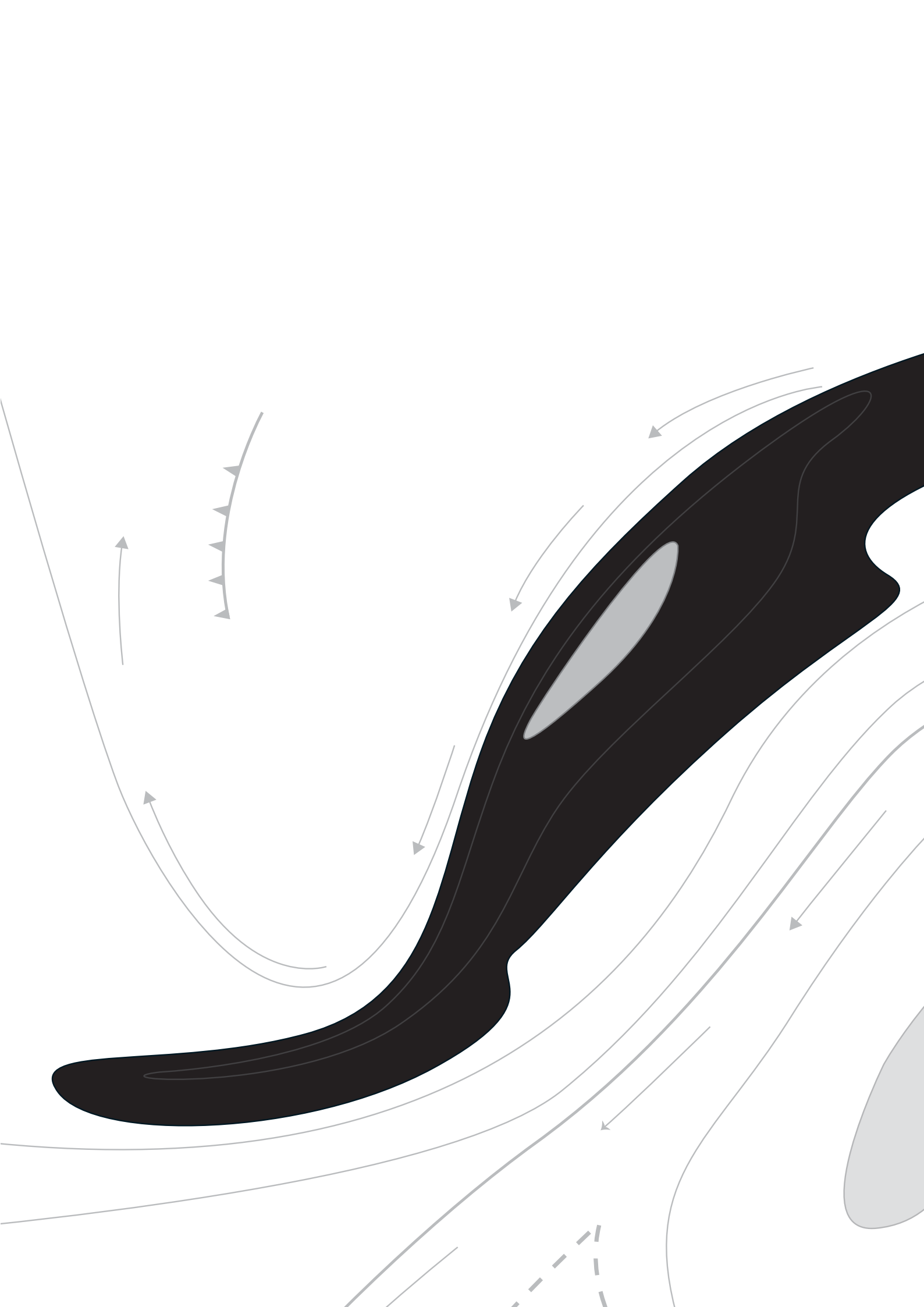
mil milhões de euros de EBITDA até 2015

AUMENTAR SIGNIFICATIVAMENTE A RENTABILIDADE FINAL

Gerar uma rentabilidade sustentada do investimento para os nossos acionistas é o principal objetivo da EDPR. A nossa meta é mais do que triplicar o resultado líquido de 2011 no decurso dos próximos 4 anos.

>3x

aumento do lucro líquido vs. 2011





O NOSSO SETOR

o futuro está na energia renovável: porquê?	26
combate às alterações climáticas	26
criação de emprego	26
contribuição para o crescimento do PIB	26
redução dos preços grossistas	27
aumento da competitividade vs. produção convencional	27
melhoria da segurança energética	27
tendências a nível das energias renováveis	28
macro-tendências nas energias renováveis	28
desafios regionais com impacto nas áreas geográficas da EDPR	31



LAS MONJAS (ESPAÑA, REGIÃO DA ANDALUZIA)

34 MW
DE CAPACIDADE INSTALADA

18
TURBINAS

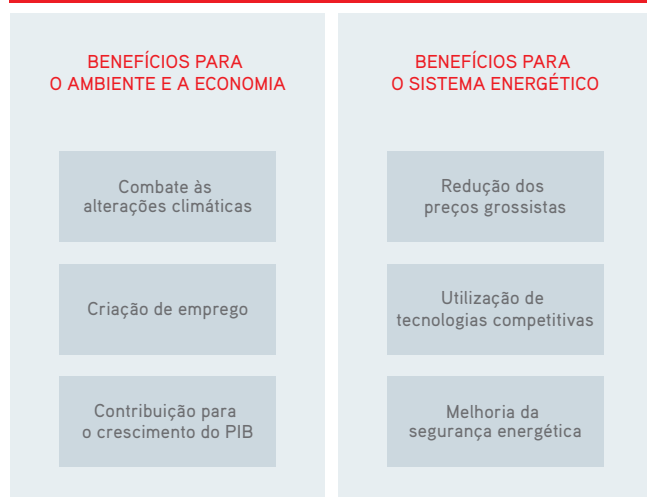
REMUNERAÇÃO:
TARIFA FIXA

O projeto de Las Monjas, no sul de Espanha, faz parte de um conjunto de parques eólicos construídos ao abrigo do pré-registo de energia renovável. A EDPR executou com sucesso toda a capacidade atribuída neste sistema garantindo, assim, a inserção destes projetos no regime de remuneração de energia renovável de Espanha. Tal como os restantes projetos do portefólio da EDPR, Las Monjas possui um forte recurso eólico, contribuindo para manter o elevado factor de utilização que se mantém consideravelmente acima da média do mercado Espanhol.

O FUTURO ESTÁ NA ENERGIA RENOVÁVEL: PORQUÊ?

As energias renováveis proporcionam uma rentabilidade elevada para a economia doméstica através da criação de valor acrescentado local e da criação de emprego, contribuindo para atenuar os efeitos das mudanças climáticas. Os benefícios para o sistema energético são também notórios uma vez que as tecnologias renováveis proporcionam elevada competitividade, reduzem os preços da energia, reduzem a importação de combustíveis a um preço elevado e melhoram a segurança energética.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS



COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O relatório das Nações Unidas sobre o aumento das emissões de gases com efeito de estufa lembrou aos governos de todo o mundo, em dezembro passado, que os seus esforços para combater as alterações climáticas estão longe de serem suficientes para cumprir a meta definida de limitar o aquecimento global a 2°C acima dos níveis de 1990. Por forma a garantir esta meta é necessário que se verifiquem, pelo menos, estas duas condições: as emissões globais de gases com efeito de estufa devem atingir o pico abaixo de 50 Gton/ano antes de 2020 e as emissões devem atingir metade dos níveis de 1990 até 2050.

O setor de energia é responsável por mais de 40% de todas as emissões de CO₂ provenientes da queima de combustíveis fósseis e por cerca de 25% do total de emissões de gases com efeito de estufa. Promover a mudança de combustíveis fósseis convencionais para energias renováveis é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de, a curto prazo, atenuar a mudança climática. As fontes de energias renováveis não são apenas livres de carbono como também não emitem SO_x nocivo, NO_x, ou mercúrio poluente, protegendo valiosos recursos atmosféricos e hídricos.

A energia eólica só por si já reduziu as emissões em cerca de 400 milhões de toneladas de CO₂ em 2012.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

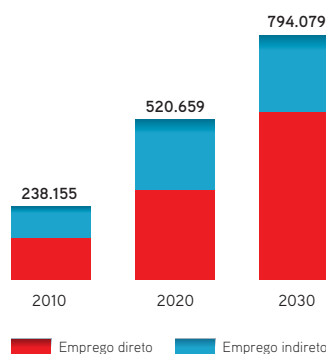
Com os governos a lutarem com altas taxas de desemprego em muitos países, o potencial da indústria de energias renováveis para a criação de emprego torna-se cada vez mais importante. Especificamente na energia eólica, de acordo com o Global Wind Energy Council (GWEC), por cada MW de nova capacidade instalada é criado emprego para 14 pessoas por um ano pelo fabrico, fornecimento de componentes, desenvolvimento de parques eólicos, construção, transporte, etc.

Na Europa, de acordo com o relatório da Ernst & Young “Análise do potencial de criação de valor de políticas de energia eólica”, realizado para a Acciona EDPR e publicado em agosto de 2012, o setor da energia eólica cria 21 postos de trabalho/ano por milhão de euros investidos, em comparação com 13 por uma turbina a gás de ciclo combinado (CCGT).

De acordo com a EWEA (European Wind Energy Association), o emprego no setor europeu de energia eólica foi de 238.155 postos de trabalho em 2010, direta e indiretamente, e este número deverá mais do que duplicar até 2020, o que ilustra o enorme potencial de criação de emprego da indústria.

De acordo com a AWEA (American Wind Energy Association), a indústria de energia eólica é responsável por 75.000 postos de trabalho (diretos e indiretos) nos EUA.

Postos de trabalho criados na europa pelo setor de energias renováveis (#)



CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DO PIB

A grande implementação de energias renováveis em todo o mundo tem sido possível graças ao desenvolvimento da indústria das energias renováveis, o que, conseqüentemente, representa uma parte crescente da economia global.

O desenvolvimento da indústria eólica é, hoje, um dos principais contribuintes para o PIB de muitas economias em todo o mundo. De acordo com o estudo realizado pela EWEA “O impacto da energia eólica no emprego e na economia”, publicado em abril de 2012, a contribuição direta do setor de energia eólica para o PIB da UE foi de 17,6 mil milhões de euros em 2010, o que corresponde a 0,26% do PIB europeu. No mesmo ano, as exportações líquidas do setor valiam 5,7 mil milhões de euros e é importante notar que apenas 9,9% do consumo de energia eólica era importado, o que ilustra a competitividade da indústria eólica europeia. Adicionalmente, o crescimento da contribuição da indústria eólica para o PIB da UE é maior, durante o período 2007-2010, que o crescimento global do PIB da UE durante este mesmo período,

o que demonstra, portanto, que o setor de energia eólica continua sólido mesmo em períodos de recessão.

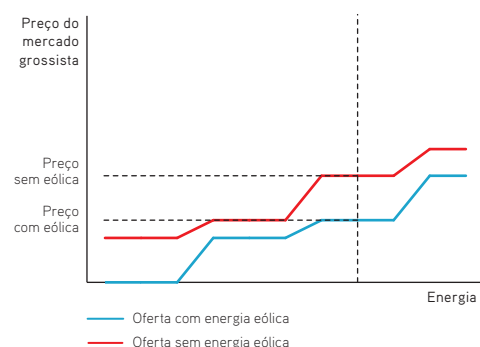
Nos EUA, de acordo com os dados da AWEA, a energia eólica reforça a economia dos Estados Unidos através de uma cadeia de fornecimento de cerca de 500 fábricas e mais de 2.500 empresas que investem em todas as fases da energia eólica norte-americana.

REDUÇÃO DOS PREÇOS GROSSISTAS

Os geradores de energias renováveis vendem a sua produção diretamente nos mercados grossistas a custo zero uma vez que a energia eólica não tem custo marginal. Como os preços de energia são determinados pela interseção entre a oferta e a procura de energia, a venda a zero provoca uma deslocação das tecnologias mais caras mudando, consequentemente, a curva de oferta. Para um mesmo nível de procura, quando a produção eólica está disponível, o preço de mercado cai.

Este efeito não é negligenciável. Em Espanha por exemplo, a redução do preço de mercado devido à energia eólica varia entre 4 e 8 €/MWh, que se materializa em poupanças energéticas de cerca de 1.000 milhões de euros por ano.

Mercado grossista de energia – ilustrativo



AUMENTO DA COMPETITIVIDADE VS. PRODUÇÃO CONVENCIONAL

A redução drástica de custos de investimento por MW de nova capacidade através de tecnologias renováveis levou ao aumento da competitividade destas mesmas tecnologias, principalmente devido ao progresso tecnológico e a economias de escala.

A energia eólica *onshore* com factores de carga robustos (> 2.500-3.000 horas) já é competitiva com a nova tecnologia CCGT full-cost, mesmo nos EUA.

A energia renovável é vista como dispendiosa pois o custo total da energia renovável é implicitamente comparado com os preços grossistas das centrais elétricas já existentes.

No entanto, essa comparação é injusta e não é exata porque:

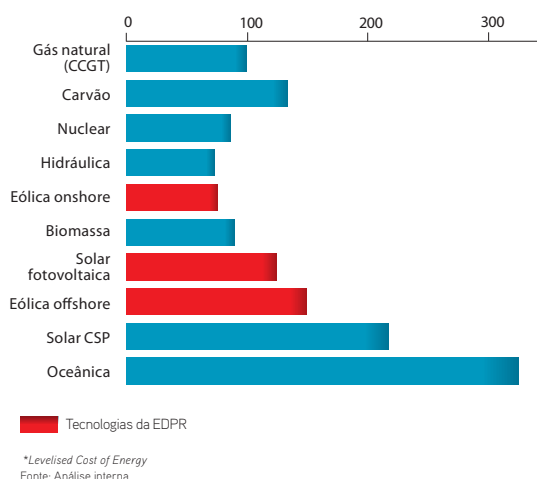
- Os preços grossistas não contabilizam o investimento de capital inicial da central, visto que o investimento já foi parcial ou totalmente amortizado.
- Algumas tecnologias convencionais não estão a cobrir os seus custos não variáveis totais com o preço grossista e, portanto, não são sustentáveis a longo prazo.

- Em alguns casos, as tecnologias convencionais recebem receitas adicionais para além do preço grossista, incluindo pagamentos de reserva de capacidade e por serviços complementares.
- As energias renováveis contribuem efetivamente para a redução dos preços grossistas, o que gera benefícios para o sistema, que não lhes são atribuídos.

Um indicador mais exato para comparar tecnologias é o custo nivelado de energia (LCoE – Levelised Cost of Energy), ou seja, o preço constante por unidade de energia que possibilita o breakeven do investimento, e que já permite, consequentemente, comparar o custo de geração de eletricidade com fontes alternativas.

De acordo com este critério, algumas tecnologias renováveis, como a eólica *onshore*, já são competitivas face a fontes de geração convencionais. Enquanto outras, como a energia solar fotovoltaica e a eólica *offshore* estão a emergir rapidamente e tornar-se mais competitivas. Há um terceiro conjunto de tecnologias renováveis, como a energia solar térmica concentrada (CSP) e a energia das ondas, que ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento e não são atrativas para o investimento em grande escala, sem estruturas de apoio.

Custo tecnológico total (LCoE*€/MWh)



MELHORIA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

Ao investirem em energias renováveis, os países estão a reduzir a sua dependência energética, aumentando a sua segurança de abastecimento de energia e minimizando a sua exposição a potenciais aumentos dos preços dos combustíveis. Isso acontece porque as tecnologias eólica, solar e hídrica usam recursos endógenos. De forma oposta, os combustíveis fósseis são escassos e concentrados em apenas algumas regiões do globo, o que explica o seu preço elevado e volatilidade.

A UE importa até 50% da energia que utiliza e a Comissão Europeia previu que, se tudo se mantiver igual, a dependência da UE das importações de energia aumentará para 65%. A dependência das importações de gás deverá aumentar de 57% para 84% em 2030, e de petróleo de 82% para 93%. No entanto, nos EUA a dependência energética não é uma questão tão urgente porque o país apenas importa cerca de 20% das suas necessidades energéticas.

TENDÊNCIAS A NÍVEL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

MACROTENDÊNCIAS NAS ENERGIAS RENOVÁVEIS



O aumento da procura global, a volatilidade dos preços das commodities e a segurança do abastecimento são os principais motores da forte implantação de energias renováveis, em linha com as preocupações prementes relativas a alterações climáticas. Esta expansão tem permitido uma rápida redução dos custos de algumas tecnologias renováveis, nomeadamente, energia solar fotovoltaica e energia eólica *onshore*.

CRESCIMENTO CONTINUADO DA CAPACIDADE GLOBAL

A procura de energia está fortemente correlacionada com o crescimento económico. A nível global, a procura de eletricidade deverá continuar a crescer mais rapidamente do que qualquer outra forma de energia final. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), a procura irá crescer acima dos 70% entre 2010 e 2035. Mais de 80% do crescimento vem de países fora da OCDE, mais de metade só na China (38%) e Índia (13%). A China ultrapassou os Estados Unidos em 2011 tornando-se o maior consumidor mundial de energia elétrica.

Espera-se que este crescimento económico futuro, juntamente com um aumento de 1,7 mil milhões na população mundial até 2035, corresponda a um aumento das necessidades de energia mundiais. De acordo com a IEA, a procura mundial de energia primária aumentará em 35% entre 2010 e 2035.

Apesar desta tendência, os combustíveis fósseis devem continuar a ser os maiores responsáveis pela satisfação das necessidades de energia no mundo em 2035 (75%, excluindo energia nuclear). As energias renováveis não-hídricas terão um crescimento sem paralelo uma vez que se espera que a sua procura aumente por um fator de seis entre 2010 e 2035.

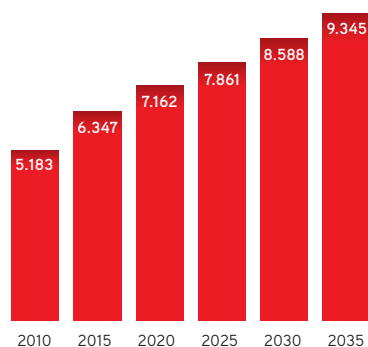
A economia mundial deve instalar nova capacidade de geração de eletricidade para alimentar o seu crescimento (principalmente nos países em desenvolvimento) e para substituir as velhas centrais alimentadas por combustíveis fósseis que estão a ser descontinuadas (tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento). A energia renovável é uma opção competitiva e amiga do ambiente para novos investimentos em capacidade. Adicionalmente, as centrais de energia renovável têm geralmente

um tempo de construção relativamente curto e, portanto, a vantagem de uma rápida implementação. Um parque eólico de 10 MW pode facilmente ser construído em dois meses, enquanto um parque eólico maior de 50 MW pode ser construído em seis meses.

ENERGIAS RENOVÁVEIS SÃO RESPONSÁVEIS POR METADE DO AUMENTO DA NOVA CAPACIDADE MUNDIAL

As tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis são responsáveis por cerca de metade de toda a nova capacidade de geração de energia a nível mundial. Em 2011 a nova capacidade incluía 41 GW de nova energia eólica, 30 GW de energia solar fotovoltaica, 25 GW de energia hídrica, 6 GW de biomassa, 0,5 GW de solar CSP e 0,1 GW de energia geotérmica, segunda a IRENA (International Renewable Energy Agency).

Evolução mundial da capacidade elétrica (GW)



Fonte: IEA "New Policies Scenario" (2012)

EMERGÊNCIA DE NOVOS MERCADOS

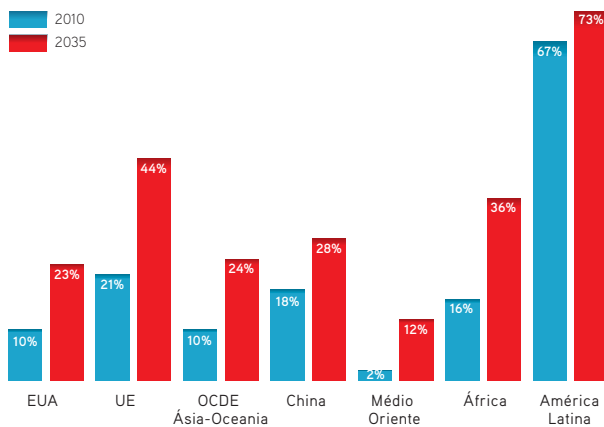
As energias eólica e solar são agora fontes de produção de energia elétrica comuns e consolidadas e têm um papel central num número crescente de países.

A tendência mais notável, para além do enorme crescimento destas indústrias, tem sido a sua expansão geográfica. A indústria eólica começou como uma indústria eurocêntrica,

mas tem-se verificado um grande desenvolvimento nos EUA na última década e, mais recentemente, o crescimento massivo em outros mercados.

O exemplo mais marcante é a China. Embora a sua capacidade eólica total fosse apenas de 568 MW em 2002, dez anos depois a China chegou ao surpreendente número de 75 GW. A China ultrapassou os EUA como o maior mercado de energia eólica em 2010. Em 2012, a China contou com 30% das novas instalações eólicas.

Geração mundial de energia renovável sobre a geração total de eletricidade (%)



Nota: Cenários da IEA para novas políticas. O cenário de novas políticas é o cenário central e considera os compromissos políticos existentes e assume que as políticas recentemente anunciadas são efetivamente implementadas, apesar de cautelosas.

A Índia também se tornou um mercado líder na energia eólica e é hoje o 5º maior mercado de energia eólica em todo o mundo com 18 GW de capacidade eólica instalada. Outros mercados surgiram em força nos últimos anos, como o Brasil, México, Canadá, África do Sul, Polónia e Turquia, entre outros.

A tecnologia solar fotovoltaica também tem evoluído de forma semelhante. Enquanto em 2008 apenas três países (a Alemanha, Espanha e Japão) tinham ultrapassado o marco de 1 GW de capacidade instalada, hoje outros países surgiram, com destaque para os EUA, China, Itália, França e República Checa, entre outros.

De acordo com projeções da IEA, espera-se que todas as regiões (exceto a América Latina, que já tem uma grande quota de energias renováveis) aumentem a sua quota. À medida que a procura nestes países aumenta e a segurança energética é uma prioridade, os governos viram-se para as energias renováveis para preencher a lacuna.

AUMENTO DO CUSTO DOS COMBUSTÍVEIS

Os aumentos passados e atuais dos preços do petróleo atingiram seriamente o desempenho económico de muitos países do mundo. Os preços do Brent aumentaram de 20 dólares por barril em 2004 para mais de 120 dólares por barril em 2012, o que levou a uma vulnerabilidade cada vez maior de diversos países importadores de petróleo. Como as reservas de petróleo são escassas e concentradas em poucos países, os preços devem continuar a crescer e permanecer muito voláteis.

Os preços do gás em todo o mundo tendem a aumentar em paralelo com o crude. Esta relação é muito forte na Europa e na Ásia, onde os preços do gás acompanham de perto o preço do crude. No entanto, nos EUA, o recente desenvolvimento de gás de xisto reduziu a solidez dessa relação, com o decréscimo do preço do gás e a dissociação do preço do crude negociado.

O aumento sustentado dos preços dos combustíveis fósseis é um fator-chave para o crescimento das energias renováveis. Tecnologias como a eólica e a solar, que dependem de recursos endógenos livres para a produção de energia, tornam-se cada vez mais competitivas à medida que aumenta o custo do combustível usado na geração convencional.

REDUÇÃO DOS CUSTOS DAS TECNOLOGIAS RENOVÁVEIS

O custo nivelado da energia (LCOE) de tecnologias mais maduras, como a eólica, a solar fotovoltaica, solar CSP e algumas tecnologias de biomassa está em acentuado declínio. Esta situação é motivada pelo facto de as tecnologias renováveis serem atualmente a solução mais económica para nova capacidade num número crescente de países e regiões.

O relatório já mencionado da Ernst & Young, “Análise do potencial de criação de valor de políticas de energia eólica”, realizado para a Acciona EDPR, confirmou o menor custo líquido da energia eólica em comparação com a tecnologia CCGT para a maioria dos países da Europa e a nível europeu em geral. De acordo com este estudo, as tecnologias de energias renováveis, como a atual geração de energia eólica, na maioria dos casos apresenta um custo maior do que as tecnologias de geração com base em combustíveis fósseis. No entanto, a energia eólica também cria retorno para a economia nacional ao gerar valor acrescentado local e criando emprego, o que, em última instância, conduz a um menor custo líquido da energia eólica. Por contraponto, o gás natural é em grande parte importado, mas estes gastos geram benefícios muito limitados para a economia doméstica.

A energia solar fotovoltaica também já se está a tornar competitiva a nível de custos em muitas regiões porque os seus custos continuam a cair rapidamente.

PROVAS DA REDUÇÃO DO PREÇO DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

O preço dos módulos de painéis solares fotovoltaicos de silicone cristalino constitui um outro bom exemplo da redução de custos. De acordo com um estudo⁽¹⁾ realizado pela International Renewable Energy Agency, os preços médios dos módulos chineses baixaram em mais de 65% durante os últimos dois anos abaixo de 0,75 dólares/W em setembro de 2012. O aumento crescente dos mercados globais de energias renováveis e a variedade de fornecedores resultou em mercados mais competitivos para as tecnologias renováveis.

1 - “Renewable Power Generation Costs in 2012”

MUDANÇA PARA ECONOMIAS COM BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

Os governos promovem economias com baixa emissão de carbono para reduzir os efeitos das mudanças climáticas. As economias com baixa emissão de carbono traduzem-se em sociedades onde a agricultura, fabrico, transporte e produção de energia, entre outros setores, procuram minimizar as suas emissões de carbono.

As políticas mais rigorosas em relação ao carbono, particularmente na Europa, estão a gerar mudanças neste sentido. A curto prazo, a UE adotou legislação para reduzir as suas emissões para 20% abaixo dos níveis de 1990 até 2020, e os dados mostram que está no bom caminho para atingir esta meta. A Europa propõe-se também intensificar esse corte para 30% se outras grandes economias concordarem em fazer a sua parte para um esforço global de redução.

O setor da energia tem o maior potencial de redução de emissões. Por exemplo, de acordo com o “Roteiro Energético Europeu para 2050”, um documento em que a Comissão Europeia explora os desafios da descarbonização na Europa, o setor da energia poderia reduzir as suas emissões de CO₂ de 93% para 99% em 2050. Para que isso aconteça, é obrigatório o fortalecimento do sistema de comercialização de emissões da UE e um investimento considerável em “redes elétricas inteligentes”.

Os novos compromissos incluem energias renováveis e objetivos de eficiência energética bem como metas nacionais para redução das emissões de gases de estufa comunicadas na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), entre outros.

Em termos de compromissos internacionais relativos à redução das emissões de gases com efeito de estufa, a Conferência das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada 2012 em Doha (Catar) foi celebrada com uma extensão do Protocolo de Quioto (que expirava em 2012) até 2020, com 37 países (que representam cerca de 15% das emissões mundiais) a comprometerem-se com objetivos de redução de gases com efeito de estufa. Em 2015 um novo tratado com obrigações para todas as partes deve estar pronto para que possa estar operacional em 2020. As negociações vão prosseguir a fim de chegar a um tratado abrangente e vinculativo para um maior número de países, incluindo, espera-se, os Estados Unidos (que nunca ratificaram o Protocolo de Quioto) e países em desenvolvimento, como a China, Índia e Brasil.

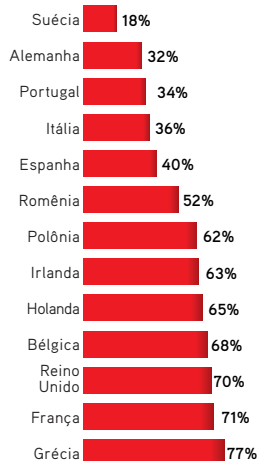
Na União Europeia, os Estados-membros estão sujeitos à Diretiva 2009/28/EC sobre energias renováveis, implementada pelos Estados-membros em dezembro de 2010 e que define objetivos ambiciosos para todos os Estados-Membros, de modo que a UE atinja uma quota de 20% de energia proveniente de fontes renováveis até 2020. Estas metas proporcionam clareza e confiança à indústria e aos investidores para fazerem investimentos de longo prazo.

Cada Estado-membro tem o compromisso de elaborar um “Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis”, que é um documento que define o caminho a seguir no sentido de cumprir a sua meta individual. Para garantir que as metas são atingidas, cada país deve elaborar um plano de ação e enviar relatórios regulares sobre o desenvolvimento do plano.

Desde 2009, o progresso tem sido variado, mas a capacidade global mostra que a Europa está a meio caminho de cumprir o seu objetivo. No final de 2012, a Europa tinha instalados 98 GW de energia eólica (*onshore* e *offshore*), quase metade da sua meta global de 209 GW para 2020. No geral, os Estados-membros estão atrasados face às suas metas.



% adicional para atingir objetivos de 2020



Nota: Inclui apenas países com objetivo 2020 acima dos 4 GW.



DESAFIOS REGIONAIS COM IMPACTO NAS ÁREAS GEOGRÁFICAS DA EDPR



Pressão sobre os preços pelo gás de xisto nos EUA

Agravamento fiscal no sul na Europa

Fraco aumento da procura em alguns países desenvolvidos

PRESSÃO SOBRE OS PREÇOS DE GÁS DE XISTO (SHALE GAS) NOS EUA

A explosão da produção de gás de xisto nos EUA desde meados dos anos 2000 impulsionou o fornecimento global de gás reduzindo os preços. Por esta razão, os preços de gás no mercado dos EUA moveram-se a um ritmo diferente do que no resto do mundo. De acordo com a IEA, em junho de 2012 o gás local era negociado a um preço tão baixo quanto 0,10 dólares por milhão de unidades térmicas britânicas (M Btu) no Henry Hub (o ponto de comércio mais importante dos EUA) em comparação com 9,9 dólares/M Btu no Reino Unido, 12 dólares/M Btu para o GNL local no Mediterrâneo e 17,40 dólares/M Btu para o GNL local no nordeste da Ásia.

No entanto, os atuais preços baixos do gás nos EUA não são sustentáveis a médio e longo prazo e devem aumentar no futuro (IEA, "World Economic Outlook" 2012). É ainda importante notar que a energia eólica *onshore* com sólidos fatores de carga ainda é competitiva com o gás de xisto CCGT.

Adicionalmente, os temores sobre os seus riscos para a saúde humana poderiam impedir um maior desenvolvimento. A raiz do problema está no facto de que a técnica de perfuração utilizada para libertar o gás de xisto (o "fraturamento hidráulico" ou "fracking") expele água, areia e produtos químicos tóxicos no subsolo para quebrar a rocha e libertar o gás. Embora a Agência de Proteção Ambiental (EPA - Environmental Protection Agency) tenha declarado que o processo é seguro, tem havido relatos de contaminação da água em mais de mil lugares onde a perfuração está a acontecer, levantando preocupações crescentes sobre a sua segurança.

GÁS DE XISTO NA EUROPA

Atualmente, o gás de xisto não tem o mesmo impacto nos mercados europeus. Preocupações ambientais, restrições às técnicas de perfuração, incerteza quanto às reservas e falta de infraestruturas são fatores que atualmente estão a atrasar o desenvolvimento do gás de xisto.

AGRAVAMENTO FISCAL NO SUL DA EUROPA

Nos últimos dois anos, a crise da zona euro e a ameaça de contágio da dívida está a ter o seu maior impacto em países como Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. Desde a primavera de 2010, três países da zona euro, a Grécia, Irlanda e Portugal, têm sido arrastados por crises da sua dívida soberana para programas da UE-BCE-FMI sem precedentes, com medidas para prestar ajuda financeira em troca da redução dos seus elevados níveis de dívida pública, para voltar a equilibrar as suas finanças e, por fim, conduzir as suas economias de volta ao caminho do crescimento.

Os ajustamentos às finanças públicas têm resultado em aumentos de impostos em muitos desses países. Espanha e França introduziram novos impostos a nível regional e estatal, respetivamente. Adicionalmente, foram estabelecidos limites para a dedução dos custos de financiamento em Portugal, Espanha e França.

FRACO AUMENTO DA PROCURA EM ALGUNS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Como a procura de energia está altamente correlacionada com o crescimento do PIB e com a eficiência energética crescente, espera-se que muitos países europeus assistam, nos próximos anos, a uma menor procura de energia elétrica. Segundo as previsões da IHS, na Bélgica, Grécia, Espanha, Portugal e Reino Unido, entre outros países, irá mesmo verificar-se uma diminuição da procura de energia no período 2012-2015.

Esta previsão de redução da procura forçou Espanha e Portugal a anunciar uma moratória sobre novos projetos de energias renováveis. Outros países também implementaram regimes menos favoráveis para os operadores de energia eólica ou novos impostos sobre os operadores de energias renováveis, porque a diminuição da procura teve um impacto na sustentabilidade dos regimes remuneratórios anteriores.

No entanto, serão necessários novos investimentos avultados no setor de energia, já que mais de metade da capacidade energética de geração fóssil atualmente instalada na UE chegará ao final do seu ciclo de vida dentro dos próximos 20 anos e terá de ser substituída. Neste contexto, as energias renováveis ajudarão a preencher esta lacuna.



O NOSSO DESEMPENHO

desempenho operacional 34

capacidade	34
produção	36
tarifa	37

excelência operacional 39

capacidades sólidas numa equipa de nível mundial 41

perfil do capital humano	41
satisfação dos colaboradores	41
política de remuneração e outros benefícios	42
equilíbrio entre a vida profissional e pessoal	42
voluntariado	42
garantir a saúde e segurança	43

impacto positivo no ambiente e na sociedade 44

estratégia ambiental durante a fase de operações	44
vantagens para a sociedade	46

desempenho financeiro 48

demonstração de resultados	49
balanço	50
demonstração de fluxos de caixa	51
dívida financeira	52
europa	53
américa do norte	54
brasil	55

gestão de risco 56

MARBLE RIVER (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ESTADO DE NOVA IORQUE)

215 MW | **3.637 MW**
DE CAPACIDADE INSTALADA | DE CAPACIDADE INSTALADA NOS EUA

70 | REMUNERAÇÃO: CONTRATO REC DE
TURBINAS | LONGO PRAZO + CASH GRANT

Marble River é o maior parque eólico, de fase única, da EDPR. Este parque é capaz de gerar energia renovável suficiente para abastecer cerca de 60.000 casas nos EUA. O parque eólico, desenvolvido em 2012, beneficia de um Contrato de certificados de energias renovável (REC) de long prazo e de um *Cash Grant*, sendo um complemento valioso no portefólio de projetos da EDP.



DESEMPENHO OPERACIONAL

A EDPR tem um histórico sólido e capacidade comprovada de execução de projetos e cumprimento de metas. A EDPR gere atualmente um portefólio global que marca a sua presença em 11 países, espalhados por três continentes.

CAPACIDADE

8,0 GW INSTALADOS

Desde 2008, a EDPR aumentou a sua capacidade instalada em 3.586 MW, resultando numa capacidade total instalada de 7.987 MW. No final do ano de 2012, a EDPR tinha 4.266 MW instalados na Europa, 3.637 MW na América do Norte, e 84 MW no Brasil.

+504 MW INSTALADOS EM 2012

Durante o ano de 2012, a EDPR adicionou 504 MW à sua capacidade instalada, dos quais 289 MW na Europa e 215 MW nos EUA.

FORAM ALCANÇADOS MARCOS IMPORTANTES NA EUROPA COM OS PRIMEIROS PARQUES EÓLICOS EM ITÁLIA E OS PRIMEIROS PROJETOS SOLARES FOTOVOLTAICOS

Na Europa, a EDPR adicionou 289 MW à sua já consolidada capacidade eólica instalada para atingir 4.266 MW. Dois importantes acontecimentos marcaram o ano de 2012, a conclusão dos primeiros parques eólicos em Itália e a entrada em funcionamento da sua primeira central solar fotovoltaica. O crescimento do seu portefólio na Europa veio em grande parte de fora da Península Ibérica, com 113 MW.

Na Roménia registou-se um crescimento tanto na energia eólica como nas instalações solares, com 26 MW adicionados de energia eólica e 39 MW de energia solar fotovoltaica. Com estes marcos, a EDPR consolidou a sua posição de primeira linha no mercado romeno de energias renováveis.

A EDPR finalizou o seu primeiro parque eólico em Itália durante o quarto trimestre de 2012. O parque eólico de 20 MW está localizado na cidade de Villa Castelli, na região de Apulia. No mesmo trimestre, a EDPR completou o seu segundo parque eólico, Pietragalla, localizado na região de Basilicata, por mais 20 MW.

Em França, a EDPR concluiu a extensão do parque eólico Prouville, adicionando 8 MW.

A EDPR completou 110 MW em Espanha, alcançando uma capacidade total instalada neste país de mais de 2,3 GW, consolidando também a sua posição de líder de mercado na Catalunha, com a adição de 48 MW e superando 300 MW de capacidade total instalada nesta região autónoma. A data de 31 de dezembro de 2012 marcou o prazo final para a conclusão da capacidade adjudicada no âmbito do pré-registro de energia renovável. A EDPR foi capaz de completar 100% dos seus projetos no prazo previsto, garantindo assim que beneficiam do regime de remuneração atual.

Através da ENEOP em Portugal, um consórcio para desenvolver 1,2 GW, em que a EDPR detém uma participação de 40%, foram adicionados 64 MW em 2012 atingindo um total de 390 MW atribuíveis à EDPR no final do ano. Adicionalmente, a EDPR aumentou a capacidade através da sobre-equipamento em 2 MW de um parque eólico existente.

A EDPR CONCLUIU A INSTALAÇÃO DE 215 MW NO ESTADO DE NOVA IORQUE

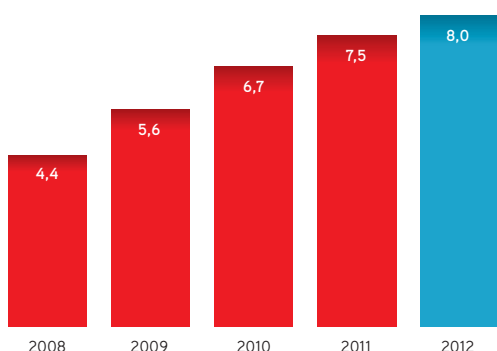
Na América do Norte, a EDPR atingiu uma capacidade total instalada de 3.637 MW, o que representa um crescimento anual médio de 17% desde 2008. Durante o ano, a EDPR completou o parque eólico Marble River na zona nordeste do estado de Nova Iorque, com uma capacidade total de 215 MW.

Para este projeto foi estabelecido um contrato a 10 anos com a NYSERDA para Créditos de Energia Renovável (Renewable Energy Credits - RECs), o que proporciona visibilidade à venda de energia renovável. Adicionalmente, foi concedido a este projeto, pelo Tesouro dos EUA, um *Cash Grant* (uma subvenção) no valor de 122 milhões de dólares (recebido nas primeiras semanas de janeiro).

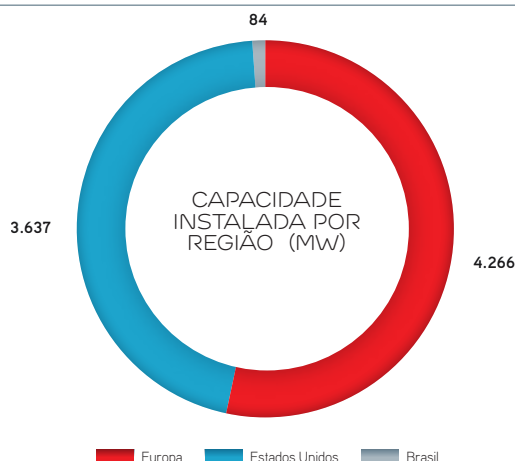
PRIMEIRO ANO COMPLETO DE OPERAÇÃO EM TRAMANDAÍ

No Brasil, a EDPR tem atualmente em funcionamento três parques eólicos, totalizando 84 MW, todos abrangidos por programas de incentivo às energias renováveis. Em 2012, o parque eólico de Tramandaí de 70 MW, no estado do Rio Grande do Sul, completou o seu primeiro ano de operação, entregando mais de 200 GWh de produção total. Tramandaí tem um acordo de venda de energia (PPA) a 20 anos com a Eletrobrás, a companhia elétrica propriedade do Estado Brasileiro.

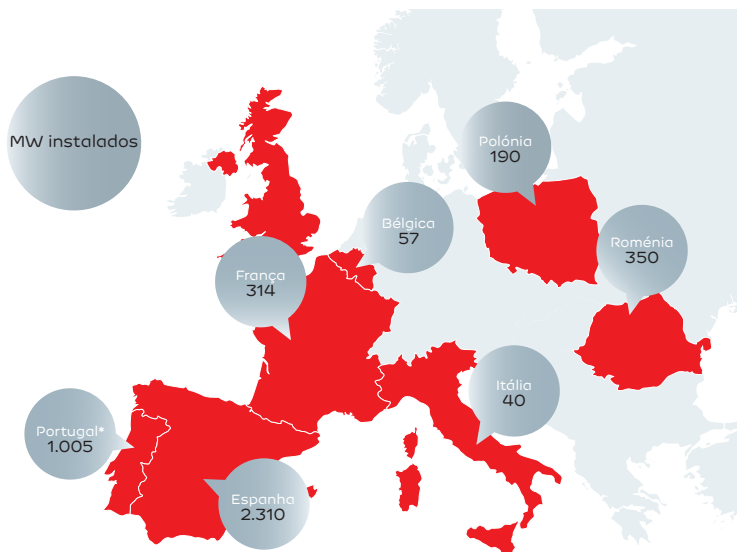
Capacidade total instalada (GW)



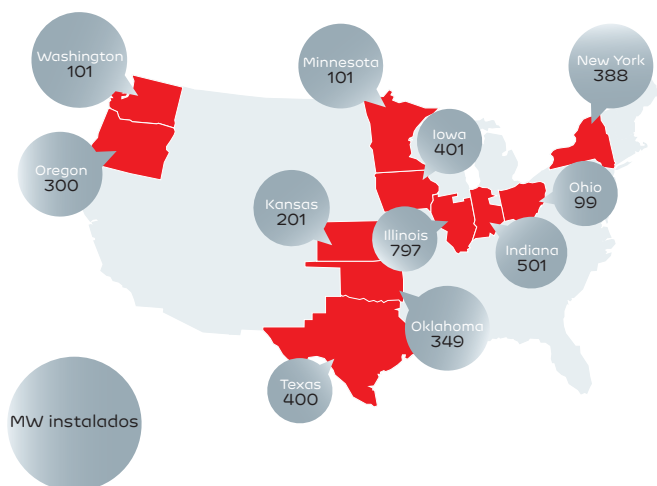
Nota: Inclui ENEOP - Eólicas de Portugal consortium



DETALHE DA CAPACIDADE E PRINCIPAIS PROJETOS DE 2012



*inclui ENEOP – Eólicas de Portugal consortium



SOLAR FOTOVOLTAICO NA ROMÉNIA

Detalhes:

Região: Oltenia
Dimensão: 39 MW (4 projetos)
Esquema remuneratório:
Pool + Certificados verdes

Este projeto marca a entrada da EDPR na tecnologia solar fotovoltaica. Combina um esquema remuneratório atrativo, qualidade de irradiância e o potencial do mercado romeno. A rápida conquista desta oportunidade é testemunha do know-how da EDPR potenciado pelo relacionamento com o parceiro local.

VILLA CASTELLI

Detalhes:

Região: Apulia
Dimensão: 20 MW
Esquema remuneratório:
Pool + Certificados verdes

Este projeto é a primeira exploração de energia eólica da EDPR em Itália e beneficia do anterior esquema remuneratório. O projeto marca um passo importante no desenvolvimento da EDPR na Europa e espera-se que proporcione diversas oportunidades nos próximos anos.

COLL DE MORO

Detalhes:

Região: Catalunha
Dimensão: 48 MW
Esquema remuneratório:
Tarifa fixa

Um projeto importante em Espanha que assegura a liderança na região da Catalunha. Este parque eólico com 48 MW incluídos no pré-registro ainda irá beneficiar do esquema remuneratório atual.

MARBLE RIVER

Detalhes:

Região: Est. Nova Iorque
Dimensão: 215 MW
Esquema remuneratório:
Contrato REC de longo prazo + *Cash Grant*

O maior parque eólico de fase única no portefólio da EDPR, Marble River permite gerar energia renovável para abastecer mais de 60.000 domicílios nos EUA. Este parque eólico, que beneficia de um contrato a longo prazo e de uma subvenção ao investimento, constitui uma mais-valia para o portefólio da EDPR.

PRODUÇÃO

A produção de eletricidade da EDPR totalizou 18,4 TWh, um aumento de 1,6 TWh face a 2011, e um crescimento médio anual de 24% desde 2008, superando claramente o crescimento da capacidade.

A EDPR continua a atingir elevados fatores de utilização, encerrando o ano com um fator de utilização de 29%.

A EDPR avança as suas competências essenciais para maximizar a produção eólica e confia no seu portefólio diversificado para mitigar o risco de volatilidade da energia eólica. Este facto ganha maior relevo quando se verifica que a EDPR possui um dos maiores valores de fator de utilização no setor de energia eólica, o que atesta a sólida qualidade dos nossos ativos.

A EDPR atingiu o nível histórico de disponibilidade de 97%, demonstrando a alta qualidade dos seus ativos e da execução da sua gestão de operações.

EUROPA ALCANÇA RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA DE RECURSOS EÓLICOS

Na Europa, a EDPR produziu 8.277 GWh, um aumento homólogo de 13% suportado na nova capacidade instalada e atingiu um crescimento médio anual de 21% desde 2008, superando o crescimento da capacidade.

A maior alavanca de crescimento na geração deve-se ao aumento de 522 GWh em Espanha, principalmente devido à recuperação no recurso eólico, resultando num aumento de 2 p.p. do fator de utilização de 25% para 27%. Adicionalmente, a EDPR manteve a sua vantagem competitiva em Espanha por ter superado o restante mercado espanhol.

Todas as regiões, à exceção da Polónia, apresentaram fatores de utilização superiores aos registos homólogos anteriores, resultando num aumento do fator de utilização global de 25% para 26% na Europa. Apesar do decréscimo homólogo, a Polónia registou um fator de utilização de 26%, em linha com a média europeia.

ANO HISTÓRICO NOS EUA AO ATINGIR O SEU SEGUNDO MAIS ALTO FATOR DE UTILIZAÇÃO

Na América do Norte, a EDPR produziu 9.937 GWh, um aumento de 6% face ao período homólogo, principalmente como resultado

da nova capacidade adicionada em 2011. Este é um ano excepcional em termos de energia eólica para a Empresa, ao ter atingido o seu segundo mais alto fator de utilização registada. A geração cresceu a uma taxa média anual de 26% desde 2008, superando o crescimento da capacidade.

O fator de utilização de 33% manteve-se estável em 2012 face ao ano anterior.

Os menores cortes de produção nos projetos Pioneer Prairie (300 MW em Iowa) e Prairie Star (parque de 101 MW no Minnesota) também contribuiu para uma disponibilidade mais forte.

PRODUÇÃO E FATOR DE UTILIZAÇÃO

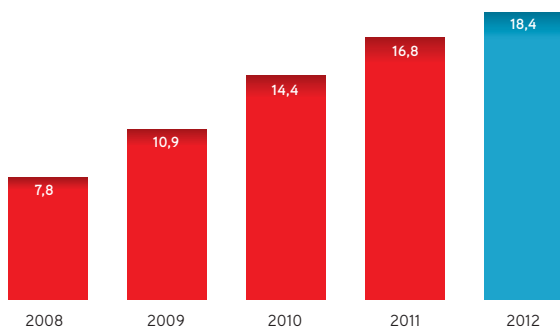
	GWh	Δhom. (%)	Fator de utilização	Δhom. (p.p.)
EDPR	18.445	+10%	29%	+0 pp
EUROPA	8.277	+13%	26%	+1 pp
Espanha	5.106	+11%	27%	+2 pp
Portugal	1.444	+4%	27%	+0 pp
França	693	+18%	24%	+1 pp
Bélgica	123	+5%	24%	+1 pp
Polónia	435	+16%	26%	(1 pp)
Roménia	476	+95%	21%	+5 pp
EUA	9.937	+6%	33%	+0 pp
Oriental	4.243	+6%	30%	(0 pp)
Central	4.774	+11%	37%	+1 pp
Ocidental	919	(9%)	26%	(3 pp)
BRASIL	231	+36%	31%	(4 pp)

TRAMANDAÍ COMPLETA O SEU PRIMEIRO ANO COMPLETO DE OPERAÇÃO

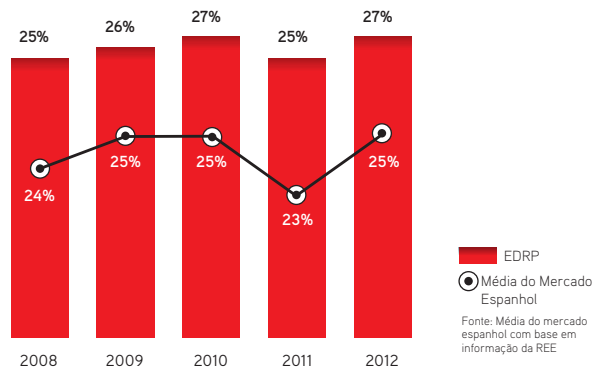
Com a conclusão do parque eólico de Tramandaí, a produção aumentou quase 36% face ao ano anterior no Brasil, alcançando 231 GWh. Este resultado deve-se principalmente ao novo parque eólico de Tramandaí, responsável por mais de 85% da produção total do Brasil.

Apesar do aumento significativo na geração, o fator de utilização de 31% é 3,5 p.p. menor do que no ano anterior, o que se deve principalmente a um efeito sazonal devido ao início da contribuição de Tramandaí, a partir de meados do ano anterior.

Produção (TWh)



EDPR vs. mercado espanhol fatores de utilização (%)



TARIFA

Mais de 90% do total da capacidade instalada encontra-se sob regimes de remuneração regulamentados, possui contratos de longo prazo de venda da energia, ou a sua produção exposta a preços de mercado está protegida com instrumentos financeiros de cobertura de risco. Esta garantia permite à EDPR minimizar os riscos relacionados com os preços comerciais.

O preço médio de venda subiu 10% vs. 2011 para €63,5/MWh (+€5,8/MWh) devido: i) à subida de preço na Europa (+€2,7/MWh); ii) à valorização do Dólar (+€1,5/MWh); iii) à subida do peso da produção de electricidade na Europa (+€0,7/MWh); iv) à melhoria de preço nos EUA (+€0,6/MWh), e; v) ao crescimento do preço e produção no Brasil (+€0,3/MWh).

MELHORIA DE PREÇOS E AUMENTO DO PESO DA ROMÉNIA LEVA A FORTE AUMENTO DE 7% NO PREÇO MÉDIO NA EUROPA

O preço médio de venda da EDPR na Europa atingiu os €94/MWh, aumentando €6/MWh, ou seja, 7% acima de 2011.

Todos os países apresentaram evoluções homólogas positivas à exceção da Polónia, principalmente devido aos preços mais baixos da electricidade no mercado spot.

Diversos fatores contribuíram para a evolução positiva dos preços na Península Ibérica, juntamente com um maior peso da produção na Europa Central e de Leste com preços acima da média.

O preço médio de venda registado em Espanha em 2012 aumentou 6% no período homólogo para €88/MWh, beneficiando de um aumento no preço da pool e da decisão tática da EDPR de deslocar mais MW para a opção tarifária mais favorável no âmbito do regime estabelecido pelo Real Decreto 661/2007 de 25 de maio. Neste período, 88% da produção foi vendida sem exposição a preços de mercado e os restantes 12% vendidos a preços de mercado acrescidos de prémio de €38/MWh.

Em maior detalhe, poderemos referir que o desempenho do preço face ao período homólogo é explicado por: i) melhor proteção de preços (52 €/MWh vs. 44 €/MWh, +18% hom.); ii) decisão estratégica de escolher a opção tarifária no âmbito do RD 661/2007, que atualmente implica um preço médio realizado acima do preço mínimo; iii) atualização do CPI-x de todos os preços regulados pelo RD 661/2007; e iv) menor volume de produção vendida a preços de mercado (-26% hom.)

DETALHE DAS ALAVANCAS DE RECEITAS

As alavancas que anualmente afetam as receitas da EDPR demonstram de forma clara a nossa abordagem para minimizar o risco do preço. Em 2012 apenas 10% das receitas foram sujeitas a alterações nos preços de mercado de energia elétrica. Os restantes 90% ou são fixos, sujeitos à inflação ou a aumentos, ou protegem o nosso orçamento de volatilidade indesejada. Em conjunto com a nossa estratégia de financiamento de custos fixos, estas abordagens asseguram a rentabilidade a longo prazo dos nossos projetos ao fixar o spread IRR/WACC..



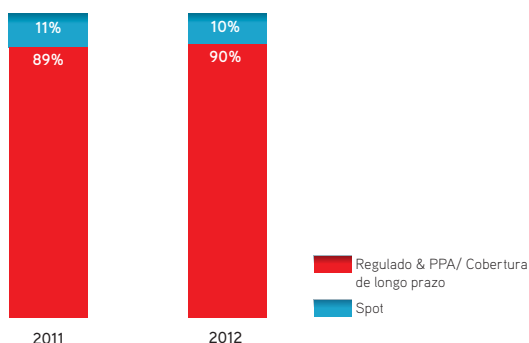
O preço médio de venda alcançado em Portugal em 2012 aumentou 3% face ao período homólogo, para €102/MWh, refletindo principalmente a atualização da indexação ao preço de consumo CPI e a remuneração extra para a prevenção de quebras de tensão.

O desempenho do preço médio de venda de €137/MWh (+54% homólogo) na Roménia acompanha a plena implementação do esquema de dois certificados verdes por cada MWh produzido, reforçando a atratividade da Roménia para o desenvolvimento de energia eólica.

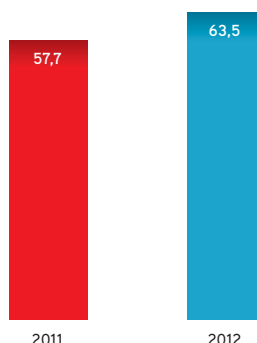
Na Polónia, o preço médio realizado foi de €102/MWh sob atrativos contratos de longo prazo. A evolução negativa face ao período homólogo deve-se principalmente aos preços da electricidade historicamente baixos realizados no mercado spot.

Em França, a tarifa de energia eólica melhorou 2% face ao período homólogo, para €89/MWh, enquanto na Bélgica, o preço de venda permaneceu estável em €112/MWh conforme os contratos de longo prazo em vigor.

Segmentação da capacidade instalada por remuneração (% GW)



Tarifa média da EDPR (€/MWh)



675 MW DE NOVOS PPAS ENTRARAM EM VIGOR EM 2012, NOS EUA

O preço médio de venda nos parques eólicos sob acordos de aquisição PPA tiveram um aumento homólogo de 2%, em resultado das atualizações programadas de preços, enquanto o preço de venda nos parques eólicos com exposição a mercado aumentou 3% devido a uma recuperação nos preços do gás a partir do ano passado.

Para além do parque eólico Marble River de 215 MW, que tem já um contrato de longo prazo, cerca de 460 MW da capacidade previamente instalada começou a beneficiar dos acordos PPA assinados em períodos anteriores.

Por forma a melhorar a previsibilidade da receita exposta a preços de mercado, em 2012 foram cobertos de risco 615 TWh (24% da receita exposta a preços de mercado) mediante a celebração de contratos de futuros, o que permitiu garantir um preço fixo para o volume indicado. Estas coberturas de risco proporcionaram estabilidade de preços e reduziram efetivamente a volatilidade do *cash-flow* mediante preços impulsionados pelo mercado de energia elétrica

PREÇOS NO BRASIL SOBEM EM LINHA COM AUMENTOS

Em 2012, o preço médio de venda da EDPR no Brasil subiu 3%, para \$R285, após a atualização de preços.

PAÍS	ESQUEMA REMUNERATÓRIO PARA ATIVOS OPERACIONAIS	% EBITDA MW	2012 TARIFF ΔHom.
ESPAÑA	Tarifa fixa – €81,2/MWh para 2013 e atualização indexada à inflação nos anos subsequentes.	30%	€87,7/MWh +6%
PORTUGAL	Tarifa fixa (“Regime antigo”) – Tarifa calculada de acordo com uma fórmula que considera o fator de utilização (load factor) e a capacidade instalada, entre outros parâmetros	8%	€101,8/MWh +3%
FRANÇA	Tarifa fixa – Estável durante 15 anos. Nos primeiros 10 anos: recebe cerca de €82/MWh; indexado à inflação e com um fator “x” apenas até ao início das operações.	4%	€88,8/MWh +2%
BÉLGICA	Preço de mercado + certificados verdes – Preço dos certificados verdes com máximos e mínimos diferentes para a região da Valónia (€65/MWh - 100/MWh) e da Flandres (€80/MWh - €125/MWh). Opção de negociação de aquisição PPA.	1%	€112,0/MWh +0%
POLÓNIA	Opção de escolha de preço regulado de electricidade (PLN198,9/MWh em 2012) a cada 12 meses. As Distribuidoras têm penalização por incumprimento da obrigação de CV (PLN286,7/MWh em 2012). Opção para negociar CAE de longo prazo.	3%	€102,2/MWh (6%)
ROMÉNIA	Preço de mercado + certificados verdes – Os produtores de energia eólica recebem 2 certificados verdes por cada 1MWh produzido até 2017. O valor de comercialização dos certificados verdes para 2012 tem um nível mínimo de €28,2 e máximo de €57,4.	5%	€137,1/MWh +54%
ITÁLIA	Preço de mercado + certificados verdes (“Regime antigo”)	1%	
EUA	Preço da electricidade (preço de mercado ou acordo de aquisição de longo prazo PPA) + certificados de energia renovável (REC) – Adicionalmente, poderão ser aplicados alguns esquemas de incentivo, como créditos fiscais à produção (Production Tax Credits - PTCs), <i>Cash Grants</i> (CGs) e Sistema de Amortização Acelerada Modificada (Modified Accelerated Cost Recovery - MACRS).	48%	\$47,1/MWh +3%
BRASIL	Tarifa fixa – PROINFA.	1%	R\$286,4/MWh +3%

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

PRINCIPAIS ÁREAS DE EXCELÊNCIA-SUCESSO ALCANÇADO EM 2012

AVALIAÇÃO ENERGÉTICA

Fator de utilização líder no setor

Desempenho do portfólio em linha com as estimativas

Análise aprofundada de 14 novos projetos

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Construção das primeiras centrais solares fotovoltaicas

+504 MW construídos no prazo definido, alcançando os objetivos

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Evolução positiva do EBITDA por MW em operação para 131 mil euros (+9% em termos homólogos)

Elevados níveis de disponibilidade, aumentando para 97,5%

A EDPR continua a alcançar consistentemente fatores de utilização e resultados operacionais acima da média em todas as áreas geográficas onde opera. Estes resultados são fruto das elevadas capacidades e experiência adquirida das suas equipas, que desenvolveram sólidos processos para otimizar o desempenho.

A excelência operacional está na base do funcionamento da EDPR, e todas as áreas técnicas dedicam-se a continuamente melhorar as suas operações, com um objetivo muito claro: otimizar o desempenho ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos.

AVALIAÇÃO ENERGÉTICA

A avaliação energética é uma das atividades mais importantes para a indústria eólica, e uma das principais fontes de preocupação para muitos dos intervenientes no setor, que viram a produção dos seus parques eólicos ficar abaixo das previsões.

A EDPR tem uma das equipas mais experientes na indústria, incluindo especialistas com mais de 10 anos de atividade nesta área. Conduzimos, assim, a nossa própria avaliação energética, cobrindo todos os aspetos do processo, desde a supervisão da instalação de torres meteorológicas e sua manutenção até à filtragem de dados, análise, modelação, avaliação e desenho final dos parques eólicos. A nossa experiência, garante-nos uma maior fiabilidade na estimação da produção real do que a média da indústria ou do que os fornecedores independentes destes serviços. Adicionalmente, interagimos com os grupos ligados ao mercado da energia para assegurar a exatidão das nossas previsões e reduzir quaisquer desvios de custos.

A estabilidade do fator de utilização da EDPR, a longo prazo, bem como os valores acima da média do mercado (175 pontos-base de prémio em 2012 em Espanha) alcançados constituem prova inequívoca da excelência das nossas capacidades de avaliação energética.

Importa ainda mencionar que, em 2012, as nossas equipas estudaram novos projetos em 14 países e realizaram iniciativas de acompanhamento da eficiência em mais de 5.100 turbinas eólicas em operação.

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

A minimização do investimento inicial e dos custos associados ao ciclo de vida dos nossos parques é uma das maiores preocupações da EDPR, e uma área prioritária de atuação para as nossas equipas de Engenharia e Construção em todas as plataformas.

A engenharia dos projetos é essencial para conceber parques eólicos economicamente viáveis. A EDPR estabeleceu elevados padrões de engenharia com base na vasta experiência da sua equipa, pelos quais se deve pautar a conceção de todas as novas centrais. Quando concluídas, são retiradas todas as lições de um novo processo de construção e incorporadas nestas diretrizes, a fim de melhorar continuamente os padrões de engenharia estabelecidos e a execução dos projetos. Concentramos os nossos esforços especificamente nos aspetos mais críticos que possam melhorar continuamente a conceção dos nossos futuros parques. Finalmente, as nossas equipas aplicam também a sua experiência na supervisão dos projetos de engenharia.

Os projetos de construção são atribuídos no âmbito de um processo muito competitivo, para garantir os preços mais baixos possíveis, subcontratando os trabalhos de engenharia civil e elétrica e a instalação das turbinas à melhor oferta. Os nossos gestores de construção supervisionam a execução e conduzem inspeções durante o processo, para assegurar uma boa garantia de controlo e qualidade, para além de coordenarem o planeamento do projeto e garantirem a conclusão dentro do prazo e do orçamento.

À medida que surgem novos desafios, a EDPR tem rapidamente desenvolvido equipas especializadas para melhor gerirem estes projetos. Tal tem sido o caso dos nossos novos projetos solares fotovoltaicos, bem como dos nossos projetos em curso de energia eólica *offshore*.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

A EDPR atingiu um dos mais elevados níveis de desempenho da indústria nos seus parques eólicos, com taxas de disponibilidade acima dos 97%, mesmo em instalações mais antigas ou em locais com condições eólicas mais difíceis.

A atividade no local é mantida ao longo de toda a vida do projeto pela equipa interna de Operações e Manutenção (O&M). Na primeira fase (período de garantia), acompanhando o fornecedor das turbinas eólicas ou painéis solares, e depois gerindo a atividade dos empreiteiros especializados que cobrem diferentes áreas de trabalho.

A evolução dos custos de O&M é também uma área-chave que merece especial atenção da EDPR, especialmente quando os períodos de garantia inicial expiram. A área de O&M da EDPR mantém o controlo das atividades de elevado valor acrescentado, tais como planeamento de manutenção, logística e operações por controlo remoto, subcontratando, sob supervisão direta, atividades intensivas em pessoal, tais como trabalhos de campo. Os serviços são contratados através de processos competitivos, em que o modelo de O&M é definido caso a caso através de uma análise de risco-retorno. A nossa experiência revela que esta estratégia permitirá à EDPR reduzir os custos de O&M no período pós-garantia dos parques eólicos até 15%.

A atividade de O&M é suportada por dois sistemas principais: sistema de gestão de energia eólica (WEMS), sistema de gestão do desempenho operacional (OPMS), para além do nosso sistema interno informatizado de gestão da manutenção (CMMS).

A EDPR desenvolveu uma infraestrutura de controlo remoto de última geração, o sistema WEMS. Os nossos supervisores em três centros de controlo remoto (Porto, Oviedo e Houston) têm acesso direto a mais de 5.600 turbinas de 13 fabricantes diferentes e 200 subestações. Conseguem, assim, acompanhar e controlar cada um dos ativos em tempo real, podendo reinicializar as turbinas à distância, enviar notificações para as equipas no terreno e responder aos pedidos mais exigentes dos operadores das redes elétricas. São armazenados mais de 2 milhões de dados diários numa base de dados central com todos os registos históricos, que constitui o núcleo do nosso sistema de gestão do desempenho operacional (OPMS), o qual deverá conduzir as nossas atividades de análise de desempenho e operações no terreno a um nível de excelência ainda mais elevado.

Uma vez que as falhas de grandes componentes são um importante fator de custos futuros, é dada especial atenção à manutenção e otimização do custo e tempo de reposição.

O processo começa antes do fim da garantia, através da monitorização de potenciais defeitos de série, da realização de revisões de manutenção preventiva para garantia e controlo de qualidade, e executando inspeções completas no fim da garantia. A utilização de ferramentas de manutenção preventiva e o nosso sistema interno informatizado de gestão de manutenção (CMMS) permitem reduzir o tempo de inatividade por ser efetuado um melhor planeamento das atividades de campo e uma redução de danos, enquanto os nossos próprios serviços de logística, abastecimento direto e oficinas de reparação certificada ajudam a manter os custos sob controlo. A taxa de falha de componentes mais sensíveis, tais como caixas de mudanças e geradores permanecem, em média, abaixo de 2% ao ano, mesmo em parques eólicos com mais antiguidade (5-12 anos).

Ambos os sistemas, em conjunto com outros sistemas de gestão, são apoiados por uma rede de comunicações que combina as diferentes tecnologias disponíveis, abrangendo todo o projeto com a redundância necessária para garantir a sua exploração.

SIMPLIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES E MELHORIA CONTÍNUA

A EDPR decidiu lançar em 2011 um programa interno Lean, visando a otimização de processos em todos os departamentos da Empresa e em todas as áreas geográficas, utilizando a metodologia Lean Seis Sigma.

O objetivo do programa Lean é o de melhorar os processos de negócios a fim de otimizar as receitas da empresa e os custos, mas também o de melhorar a segurança, impacto ambiental e a coordenação interna e externa.

O processo Lean incentiva o desenvolvimento de iniciativas de melhoria na organização através de uma abordagem bottom-up. Os colaboradores de primeira linha trabalham em equipas multifuncionais (as chamadas "equipas lean") para analisar os processos de negócios atuais numa perspetiva estruturada, do início ao fim. Concentram-se na identificação de ineficiências ou os chamados "resíduos", utilizando ferramentas lean comprovadas. São, então, estimulados a propor soluções que são testadas antes de serem totalmente implementadas.

Atualmente há seis equipas lean a trabalhar nos principais processos de negócios na América do Norte e na Europa, incluindo a venda de energia, atividades de campo ou custos BoP (Balance of Plant). Mais de 30 iniciativas específicas já foram lançadas, e espera-se que produzam melhorias significativas e tangíveis a partir de 2013. O objetivo final do programa é o de reforçar uma mentalidade de melhoria contínua nas atividades diárias da Empresa.

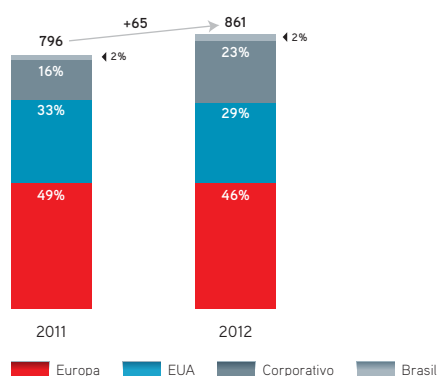
CAPACIDADES SÓLIDAS NUMA EQUIPA DE NÍVEL MUNDIAL

Uma das principais vantagens competitivas da EDPR, e que a tem conduzido a apresentar, ano após ano, excepcionais resultados operacionais é o capital humano da empresa: uma equipa jovem de nível mundial, com excelentes qualificações e um amplo conhecimento local. A capacidade da EDPR para atrair e reter estes recursos qualificados tem sido vital para desenvolver e manter um forte know-how, essencial para prosseguir a sua estratégia.

PERFIL DO CAPITAL HUMANO

No final de 2012 a EDPR contava com 861 colaboradores, 23% a trabalhar na EDPR Holding, 46% na plataforma Europeia, 29% na plataforma Norte Americana e 2% no Brasil. Dos nossos colaboradores, 99% tem um contrato indefinido com apenas 8 casos de trabalho temporário.

Colaboradores (#)

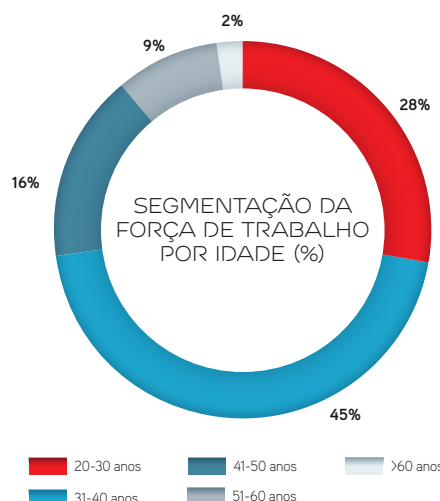


Nota 1: Não inclui membros do Conselho de Administração excepto três da Comissão Executiva.
Nota 2: Em 2012, 40 colaboradores da EDPR Corporativo estavam sediados nos EUA.

Contamos com uma equipa qualificada e diversificada, alinhada com a nossa estratégia de negócio, na qual 81% possui formação universitária e 71% têm uma idade inferior a 40 anos. Este conjunto altamente qualificado tem constituído o suporte para o crescimento exponencial da EDPR e oferece a base ideal para enfrentar as oportunidades e desafios futuros. Adicionalmente, o nosso capital humano reflete a energia e o entusiasmo da EDPR.



Ao longo do ano, juntaram-se à EDPR 145 novos colaboradores enquanto 80 já não se encontram na empresa, o que resulta numa taxa de rotatividade de 13%, inferior aos anos anteriores.



SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

A satisfação dos nossos colaboradores tem sido um dos principais motores para manter uma força de trabalho altamente qualificada. Assegurar um dos melhores locais de trabalho aumenta o orgulho dos nossos colaboradores e o seu sentimento de pertença face à Empresa. É também um grande canal de comunicação para transmitir os nossos valores a potenciais novas contratações. Portanto, na EDPR, procuramos – e temo-lo conseguido – alcançar diferentes certificações que confirmam a nossa distinção como um dos melhores lugares para se trabalhar.

UMA DAS MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR

Em 2012, a EDPR foi incluída no ranking Great Place to Work® (GPTW) em Espanha. Esta distinção foi alcançada após um órgão independente ter enviado um inquérito aos nossos colaboradores, pedindo a sua opinião sobre diversos fatores da vida da Empresa.

Apesar de esta ter sido a primeira vez que nos candidatámos, a EDPR ficou classificada entre as seis melhores empresas para trabalhar em Espanha, na categoria de 250 a 500 colaboradores. Adicionalmente, a EDPR foi um dos três primeiros na categoria de contratação, que avalia as empresas mais preocupadas com a qualidade do seu processo de contratação.



Em 2012, desenvolvemos um plano de acção com base na avaliação GPTW, porque pretendemos renovar a nossa presença no GPTW em 2013, em Espanha, e também iniciámos a nossa participação nos rankings GPTW no Reino Unido e na Polónia.

Em 2012, a EDPR foi votada como um dos melhores locais de trabalho nos EUA pelo terceiro ano consecutivo. Mais de 72.500 trabalhadores da área de Houston contribuíram com as suas opiniões para a secção “Top Workplaces” deste ano da Houston Chronicle – classificando as empresas em diferentes áreas como oportunidades remuneração e benefícios, e capacidades de comunicação e gestão dos seus empregadores.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E OUTROS BENEFÍCIOS

Estamos empenhados em oferecer uma remuneração competitiva e um pacote de benefícios para reconhecer o trabalho e talento dos nossos colaboradores, sem distinção entre emprego a tempo integral ou parcial.

A nossa política de remuneração responde às necessidades de cada mercado local, com flexibilidade suficiente para se adaptar às especificidades de cada região. É composta por uma base fixa, complementada por uma componente variável que depende da avaliação de desempenho medida em função do desempenho da Empresa, da área e do desempenho individual.

O nosso pacote de remunerações é complementado com múltiplos benefícios e um pacote de remuneração flexível, o que permite aos nossos colaboradores beneficiarem de incentivos fiscais, de acordo com a legislação local. Adicionalmente, estabelecemos acordos com parceiros locais para oferecer descontos aos nossos colaboradores em produtos específicos.

EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

Uma das nossas principais preocupações continua a ser a promoção e incentivo do equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e a vida pessoal dos nossos colaboradores. Este equilíbrio aumenta a satisfação dos nossos colaboradores, a sua produtividade, empenho e responsabilidade.

A EDPR implementou programas de equilíbrio trabalho-vida pessoal em todas as áreas geográficas em que se encontra e procura constantemente melhorar e proporcionar benefícios adicionais. Os benefícios específicos do programa de equilíbrio trabalho-vida pessoal incluem, entre outros, e dependendo das regiões, subsídios para que os filhos dos colaboradores realizem atividades de verão, dias de folga pagos para prolongar a licença parental ou para comemorar o aniversário, e outros.

EMPRESA FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL

Em 2011, a EDPR foi reconhecida com a certificação Empresa Familiarmente Responsável, pelas suas práticas relacionadas com o equilíbrio trabalho-vida pessoal em Espanha.

Em 2012, a nossa atuação foi auditada como parte do processo de renovação da certificação atribuída a cada dois anos. Os resultados do processo de auditoria confirmaram a excelência do atual modelo de gestão, bem como a conformidade com os standards da certificação. No relatório da auditoria há uma menção especial aos esforços de melhoria contínua das práticas da Empresa, o que deverá ter um reflexo positivo em avaliações futuras.

Garantir que os colaboradores conseguem conciliar o seu trabalho e a sua família é fundamental para um equilíbrio trabalho-vida pessoal saudável. Em 2012, realizámos atividades para os filhos dos colaboradores, para lhes dar a conhecer os nossos escritórios na Europa e nos EUA. Queríamos que vissem onde os pais trabalham e o que fazem.



A história da EDPR, livro sobre e energia eólica distribuído pelos filhos dos colaboradores.

VOLUNTARIADO

Como empresa sustentável, que se orgulha de ser um membro ativo das nossas comunidades, encorajamos os nossos colaboradores a participarem e a serem sensíveis e estarem atentos às necessidades emergentes através de diversas iniciativas de voluntariado.

Adicionalmente, as nossas práticas de voluntariado criam um ambiente, tanto dentro da empresa como nas comunidades mais aberto a novas ideias, que apoia as diferenças individuais e incorpora o que o voluntariado tem de melhor.

Para se envolverem nos nossos programas de voluntariado, os colaboradores podem participar em várias campanhas, fazendo doações ou realizando diversas atividades, durante o horário de trabalho ou durante os fins de semana. Nos EUA, há um Comité de Voluntariado que efetua o planeamento de atividades periódicas destinadas a gerar um impacto positivo na sociedade.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DE VOLUNTARIADO

- **Crianças em risco e idosos:** Em 2012, participámos em muitas atividades dirigidas a pessoas em risco de exclusão social que estão a lutar com dificuldades económicas e sociais. Os nossos voluntários participaram, entre outras, nas seguintes atividades:
 - Atividades de formação em Espanha para mulheres e jovens com dificuldades de regresso ao mundo do trabalho;
 - Angariação de fundos em França para uma ONG dedicada a crianças a quem foram diagnosticadas doenças graves;
 - Atividades pós-escolares na Polónia com crianças em risco;
 - Prestação de primeiros socorros e apoio social a pessoas desfavorecidas e idosos em Itália;
 - Organização de uma campanha de recolha de material escolar, na qual os colaboradores trouxeram material escolar para os alunos com dificuldades na área de Houston.
- **It's up to us ("Cabe-nos a nós")** é uma vasta iniciativa de voluntariado ambiental do Grupo EDP. Muitos colaboradores, juntamente com as suas famílias, passam um dia perto de um dos nossos parques eólicos em Espanha para ajudar a limpar o local, plantar árvores e construir uma lagoa.
- **Campanha de Natal:** Os colaboradores da EDPR de todos os locais doaram um total de 8.582 euros e 810 brinquedos para famílias com baixo rendimento, severamente afetadas pela crise. A EDPR complementou o donativo com 28 euros por cada empregado, aumentando o donativo total para 18.158 euros.

GARANTIR A SAÚDE E SEGURANÇA

Garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro é fundamental para salvaguardar a nossa equipa de nível mundial. A política de Saúde e Segurança da EDPR, disponível no nosso site, reflete o compromisso da Empresa com a prevenção de riscos profissionais associados às nossas atividades como uma prioridade-chave da gestão da Empresa.

Uma parte significativa da nossa organização desempenha um papel fundamental na implementação da nossa política de saúde e segurança. A empresa criou comissões de saúde e segurança que recolhem informação de diferentes níveis operacionais e envolvem os colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Em 2012, 3% dos nossos empregados participaram em reuniões das comissões de saúde e segurança, em representação de 68% da nossa força de trabalho. Foi ainda criada uma nova comissão no Reino Unido para complementar as comissões já existentes em Espanha, França e nos EUA.

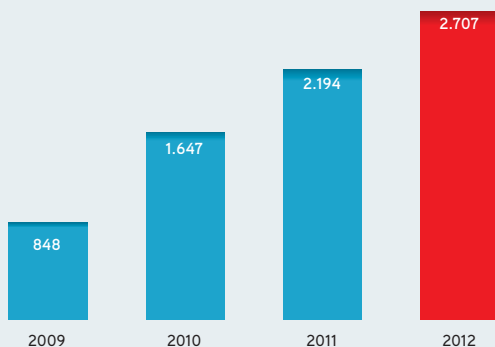
SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA

Para apoiar a nossa estratégia de saúde e segurança, implementámos sistemas de gestão adequados. Estes sistemas são adaptados para cada região específica, com normas e procedimentos próprios, com base na regulamentação do país e nas melhores práticas da indústria.

2.707 MW COM CERTIFICAÇÃO OHSAS 18001

Na Europa, o Sistema de Gestão possui certificação OHSAS 18001:2007. A certificação foi renovada em 2012 e estendida também à Polónia. No final de 2012, 2.707 MW eram certificados pela Norma OHSAS 18001:2007, o que representa 34% da capacidade instalada da EDPR.

Certificação OHSAS 18001 (MW)



AVALIAÇÃO DE RISCOS E FORMAÇÃO

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Em 2012, foram realizadas mais de 189 atividades de formação sobre temas relacionados com os riscos associados às diversas responsabilidades profissionais, o que representou mais de 4.313 horas de formação.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de saúde e segurança dos colaboradores das empresas subcontratadas. Nesta medida, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa tem de apresentar provas de ter fornecido a formação necessária aos seus colaboradores.

PLANOS DE EMERGÊNCIA E SIMULAÇÕES DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Todos os nossos escritórios e parques eólicos na Europa e nos EUA possuem um plano de emergência próprio com informação sobre contactos úteis e instruções a seguir em caso de emergência. Em 2012, continuámos a realizar simulações para podermos estar preparados para situações de emergência.

Em 2012, a EDPR realizou 76 simulações nos nossos parques eólicos, tendo também realizado simulações nos escritórios.



Simulacro de resgate

DESEMPENHO NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA

Indicador (S&S)	2012	2011	Δ%
PESSOAL DA EMPRESA E SUBCONTRATADO			
Nº de acidentes industriais	22	21	+5%
Nº de acidentes industriais fatais	0	0	-
Dias de trabalho perdidos por causa de acidentes	717	621	+15%
Taxa de ferimentos (IR) ¹	4,21	4,42	(5%)
Taxa de dias de trabalho perdidos (LDR) ²	137	131	+5%

¹ Taxa de ferimentos calculada em função de [# de acidentes/horas de trabalho * 1.000.000]

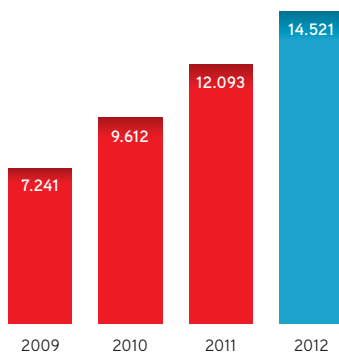
² Taxa de dias de trabalho perdidos calculada em função de [# de dias de trabalho perdidos/Horas de trabalho * 1.000.000]

IMPACTO POSITIVO NO AMBIENTE E NA SOCIEDADE

As energias renováveis têm uma forte influência nas comunidades locais onde são desenvolvidas. As centrais são geralmente construídas em locais remotos, trazendo um desenvolvimento sustentável para as comunidades locais, que beneficiam dos impactos económicos e sociais positivos que a geração de energia elétrica livre de CO₂ cria, ao mesmo tempo que contribui para a luta mundial contra as alterações climáticas.

A nossa capacidade instalada de 8.0 GW utiliza a força do vento para produzir energia, substituindo a eletricidade que, de outra forma, seria produzida pela queima de combustíveis fósseis. Em 2012, foram produzidos 18,4 TWh, o que se estima evitar a emissão de 14.521 mil toneladas de CO₂ equivalente.

CO₂ eq evitado (kt)¹



¹ Estimado como: [produção x fatores de emissão térmica do país]. Informação adicional no capítulo sobre informação GRI

ESTRATÉGIA AMBIENTAL DURANTE A FASE DE OPERAÇÃO

A EDPR está fortemente empenhada em contribuir para a proteção do ambiente e da biodiversidade através de uma gestão ambiental proactiva dos seus parques eólicos em operação, como se afirma nas nossas políticas ambientais e de biodiversidade (informação detalhada disponível em www.edpr.com).

A nossa estratégia ambiental centra-se em três aspetos principais: conformidade legal, gestão de riscos ambientais e melhoria contínua. Em todas as fases dos processos de negócio são incorporados inúmeros procedimentos ambientais de avaliação e monitorização, assegurando que estes pilares centrais são aplicados. Em 2012, 8,25 milhões de euros foram investidos e gastos em atividades relacionadas com o ambiente.

Tudo isto é sustentado por uma equipa qualificada alinhada com a estratégia ambiental da empresa. Tanto os nossos especialistas em meio ambiente como a rede de parceiros externos que trabalham connosco se destacam pela sua vasta experiência profissional e conhecimentos da área ambiental.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A fase de operação dos parques eólicos, com uma vida útil de 25 anos, é a fase central do nosso negócio. Assim, estamos realmente conscientes da importância da gestão adequada das questões ambientais nas nossas centrais em operação, que é assegurada através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

O objetivo principal da EDPR na implementação deste sistema é o de melhorar o negócio global. O sistema garante a conformidade com os requisitos legais e centra-se em aspetos ambientais, estabelecendo objetivos e metas para melhorar o nosso desempenho ambiental tanto a nível de plataforma como nacional.

CERTIFICAÇÃO ISO 14001:2004



A EDPR alcançou o seu objetivo de ter o seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA) certificado pela norma ISO14001 em todos os seus parques eólicos na Europa*. Mais especificamente, a empresa tem 3.664 MW, cerca de 46% de toda a capacidade instalada da EDPR, cobertos por um sistema com a certificação ISO14001.

**Parques eólicos europeus em funcionamento antes do segundo trimestre de 2012 e operados pela EDPR*

Nos EUA, a EDPR está a realizar atualmente um esforço para unificar as suas políticas e procedimentos num único Sistema de Gestão Ambiental para todas as operações no país. Pretendemos dispor de uma visão holística dos seus impactos e procedimentos atuais, para garantir que os papéis e responsabilidades pela prevenção, minimização e minimização dos impactos ambientais são claramente definidos e interligados.

MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO

Os nossos procedimentos internos garantem que os aspetos ambientais, como consumo, resíduos, ruído ou emergências ambientais estão controlados.

A geração de resíduos é um dos principais impactos ambientais dos parques eólicos em operação. Assim, para melhorar a nossa eco-eficiência operacional, temos procurado analisar os tipos de geração de resíduos nas nossas operações e o método de tratamento dado pelos transportadores de lixo autorizados.

A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos gerados por GWh nos nossos parques eólicos em operação.

RESÍDUOS GERADOS PELOS PARQUES ¹

	2012	2011	Δ%
Total de resíduos (kg/GWh)	60,5	42,1	44%
Total de resíduos perigosos (kg/GWh)	30,2	23,4	29%

¹ Não inclui Brasil

Embora a quantidade total de resíduos gerados tenha aumentado no período homólogo, consideramos que se trata da consequência de uma série de aspetos não comparáveis com o mesmo período de anos anteriores.

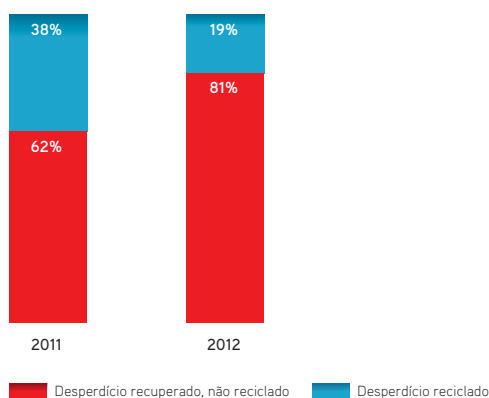
A produção de resíduos perigosos está altamente correlacionada com os ciclos de manutenção periódica da capacidade instalada da EDPR. À medida que a capacidade cresce, a quantidade de resíduos relacionados com óleo gerados durante as etapas de

manutenção (84% do total de resíduos perigosos) irá continuar a aumentar, simplesmente em função do fator de escala.

Os resíduos não perigosos aumentam principalmente devido a um incremento em metais e resíduos de lama do tanque séptico, como resultado de substituições de turbinas e drenagem de vários tanques sépticos instalados em 2010 e que podem armazenar resíduos por mais de 1 ano.

No entanto, em 2012, melhorámos o tratamento de resíduos. Em conjunto com os nossos gestores de resíduos priorizámos a recuperação de resíduos. Assim, a proporção de resíduos recuperados aumentou de 62% em 2011 para 81% em 2012. Em 2013, a gestão de resíduos será reforçada através de formação.

Tratamento de resíduos em parques eólicos (%)



Apesar de o maior impacto dos nossos parques eólicos ser o desperdício, também monitorizamos outros consumos nos nossos parques. As nossas turbinas requerem uma pequena quantidade de eletricidade para operarem. Este consumo de energia é geralmente satisfeito pela própria geração do parque eólico, mas, em casos específicos, é necessário utilizar energia da rede para o funcionamento das turbinas. Para podermos dispor de uma visão abrangente dos nossos impactos indiretos, monitorizamos e calculamos as nossas emissões indiretas do consumo de eletricidade dos parques eólicos.

EMISSIONES INDIRECTAS DOS PARQUES EÓLICOS

	2012	2011
Consumo de energia (GWh)	51,2	51,0
Mil toneladas de CO ₂	21,7	21,0

SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A EDPR implementou processos para lidar com emergências ambientais e procedimentos para identificar situações near-miss (situações inesperadas de que não resultam danos, mas com potencial para que tal viesse a acontecer). A identificação precoce destas situações é crucial para prevenir futuros incidentes.

Em 2012 tivemos um derrame significativo, com um volume total de 0,27 m³ equivalentes a 1,3 barris. Embora essas emergências ambientais não sejam comuns, devido à natureza do nosso negócio, temos realizado exercícios de simulação em todos os países da Europa para garantir que os nossos colaboradores possuem formação para superar adequadamente possíveis acidentes, tais como derrames de substâncias perigosas.

RESPEITO PELO ECOSISTEMA

A perda de biodiversidade deverá continuar ao longo deste século, com o número de espécies que enfrentam a extinção a crescer dia após dia. A EDPR está empenhada em promover a conservação da biodiversidade e aspira ter um papel ativo no contributo para o objetivo mundial de reduzir a perda de biodiversidade.

Para tal, levamos sempre a biodiversidade em linha de conta em todas as nossas atividades, procurando um equilíbrio global positivo. Temos medidas específicas para monitorizar e promover a conservação da fauna local. No reduzido número de locais situados dentro ou perto de áreas protegidas, intensificamos os nossos esforços com procedimentos de controlo específicos, conforme definido no nosso Sistema de Gestão Ambiental (a listagem completa de parques eólicos da EDPR situados dentro ou perto de áreas protegidas está disponível em www.edpr.com).

INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM PROJETOS

Durante as fases de desenvolvimento e construção do parque eólico Coll de Moro (Espanha), procedemos à monitorização por GPS de uma águia de Bonelli (*Aquila fasciatus*) para compreender a utilização real que as águias fazem da área.

Adicionalmente, foi promovido um ambicioso programa de reforço das espécies que constituem presas para a águia para melhorar o fornecimento de alimentos próximo da sua área de criação. Isto foi conseguido através da melhoria do habitat de espécies de presas, principalmente coelhos.

Melhorar a disponibilidade de alimentos resulta num menor gasto de energia na caça e, portanto, numa maior possibilidade de reprodução, o que aumenta significativamente as possibilidades de conservação da espécie.



Águia de Bonelli (*Aquila fasciatus*) espécime

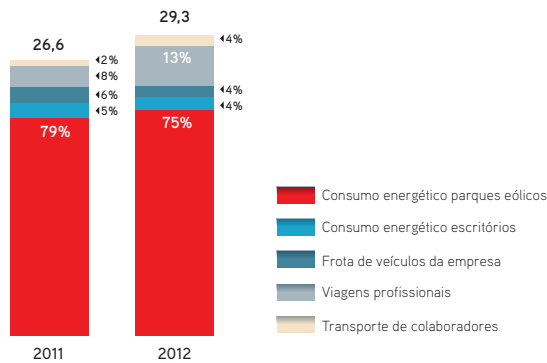
Num esforço para procurar um equilíbrio positivo na biodiversidade, foram realizados diversos projetos em 2012. Através destas atividades procuramos mitigar os potenciais impactos identificados sobre a biodiversidade. Para tal, habitualmente associamo-nos a instituições reputadas neste domínio, bem a como a associações regionais que nos fornecem um sólido conhecimento da fauna local (para mais informações sobre alguns projetos realizados ao longo de 2012, visite o site www.edpr.com).

PEGADA ECOLÓGICA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

As nossas atividades administrativas exigem viagens, consumo de recursos nos nossos escritórios e a eliminação ou reciclagem dos resíduos produzidos.

As nossas emissões indiretas representam apenas 0,2% quando comparadas com o valor total de emissões evitadas e aproximadamente 75% dessas emissões têm origem no consumo elétrico dos parques eólicos, necessário para alimentar os parques eólicos que produzem eletricidade verde.

CO₂ Equivalente emitido (kt)



Nota 1: Emissões de transporte calculadas de acordo com os padrões DEFRA 2012, e o protocolo GHG 2011.
 Nota 2: Emissões por viagens profissionais aumentam como consequência de uma alteração na metodologia de cálculo. Emissões aumentam 94%, enquanto que a distância percorrida aumenta apenas 3%.
 Nota 3: Deslocações de colaboradores calculadas com base num inquérito feito a todos os colaboradores e apenas em 2012 inclui transporte público.

Na EDPR, acreditamos que é importante promover uma cultura de uso racional dos recursos. Mesmo que apenas 25% de nossas emissões sejam causadas por atividades administrativas e seu impacto seja mais do que compensado pela nossa atividade de geração, acreditamos que faz parte de nossa cultura tentar minimizar esse impacto. Assim, em 2012, lançámos uma campanha de ecoeficiência denominada “Because we care”, que se centra na promoção de boas práticas ambientais nos nossos escritórios.

SALA SOCIAL SUSTENTÁVEL

Como medida para fomentar oportunidades de networking e de brainstorming na EDPR na América do Norte, criámos uma sala social no nosso escritório de Houston. Este espaço social está a ser preenchido pelos nossos colaboradores, graças à adoção de práticas ambientalmente responsáveis no dia-a-dia.

Com o objetivo principal de promover práticas sustentáveis, os colaboradores podem equipar a sala de convívio com objetos adquiridos no mercado de sustentabilidade. Esses objetos podem ser adquiridos através de créditos concedidos às equipas dos departamentos que adotam práticas sustentáveis.

VANTAGENS PARA A SOCIEDADE

A energia eólica tem um impacto direto e positivo para a sociedade. Este impacto não está limitado ao fornecimento de energia limpa. A natureza do nosso negócio cria impactos positivos adicionais de longa duração para os municípios rurais onde se encontram os nossos parques eólicos. Esses benefícios incluem, mas não estão limitados a, investimentos em infraestrutura, pagamento de impostos, pagamento de direitos aos proprietários dos terrenos, criação de emprego e contribuições diretas para projetos comunitários.

As contribuições económicas para os municípios vizinhos, através de contratos de arrendamento de terras e impostos, são uma forte contribuição para o seu orçamento anual, complementada com a participação em diversos projetos locais. Como resultado, a construção de um parque eólico torna-se um fator de

desenvolvimento económico para os municípios. Só em 2012 contribuimos para essas comunidades com 48,8 milhões de euros em impostos e pagamentos às administrações locais, e investimos 1,4 milhões de euros em projetos de apoio à educação local, cultura e outras associações locais.

O enfoque do nosso trabalho na comunidade assenta em três pilares: transmitir o nosso conhecimento, apoiar o desenvolvimento de capitais locais e envolvermo-nos na comunidade.

AUMENTAR O CONHECIMENTO

Em 2012, contribuimos para o aumento do conhecimento através da participação e patrocínio de diversas conferências e workshops. O nosso contributo foi a partilha do nosso conhecimento, a fim de melhorar a proteção da biodiversidade, a adoção de práticas socialmente responsáveis e a promoção de energias renováveis. Em 2012, a EDPR também patrocinou o VII Fórum anual de Responsabilidade Social, participando na sessão “Como fazer as energias renováveis funcionarem”, organizado pela prestigiada universidade IE *Business School*.

PRIMEIRO CONGRESSO IBÉRICO SOBRE ENERGIA EÓLICA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SELVAGEM

A EDPR participou no primeiro encontro científico-técnico sobre energia eólica e a conservação da Biodiversidade, que se realizou na Extremadura (Espanha). A conferência reuniu especialistas líderes no sector para apresentar os resultados de estudos científicos sobre o efeito dos parques eólicos na fauna, partilhar as melhores práticas na minimização dos impactos e estabelecer acordos para responder aos novos desafios.



Primeiro encontro científico-técnico sobre energia eólica e conservação da biodiversidade na Extremadura.

APOIO À EDUCAÇÃO

O apoio aos habitantes das nossas comunidades locais, particularmente aqueles que lutam para ter acesso a educação de qualidade, tem um forte impacto na sociedade a curto prazo. Adicionalmente, esses esforços, a longo prazo, beneficiam a empresa porque poderemos mais facilmente encontrar uma força de trabalho mais qualificada para potencialmente contratar ou com quem estabelecer parcerias.

BOLSAS GREEN EDUCATION

A EDPR continuou com o programa *Green Education*, na sua segunda edição, projeto que concede bolsas para promover a educação entre os alunos espanhóis cujas famílias têm dificuldades financeiras. As bolsas foram concedidas a crianças

das comunidades onde a EDPR está presente, com base no desempenho académico e no rendimento familiar. O valor total das bolsas atingiu 12.500 euros.

EDP UNIVERSITY CHALLENGE

Sob o título “EDP e as energias renováveis: enfrentando o futuro lado a lado”, a empresa organizou o Desafio Universitário EDP. Dos 30 projetos recebidos de 25 universidades diferentes, três projetos receberam bolsas de estudo num total de 16.500 euros.



Prémios EDPR University Challenge

PARTILHA DOS BENEFÍCIOS DA ENERGIA EÓLICA

Num esforço para divulgar os benefícios da energia eólica, temos promovido atividades educativas e visitas aos nossos parques eólicos. Os nossos parques eólicos recebem visitas de uma ampla variedade de público: crianças, estudantes, profissionais, autoridades e público em geral.

FAZER PARTE DA COMUNIDADE

Os nossos parques representam uma parceria a longo prazo com as comunidades onde estamos presentes. Desta forma, queremos tornar-nos parte integrante dessas comunidades. Para tal, queremos acolher as *stakeholders* nas nossas instalações em eventos especiais, assim como queremos participar dos eventos especiais das comunidades nossas vizinhas.

CERIMÓNIAS DE INAUGURAÇÃO

As cerimónias de inauguração dos parques eólicos não permitem apenas uma grande exposição do nosso negócio, constituem também boas oportunidades para partilhar os resultados com a comunidade. Habitantes locais, industriais, autoridades e público em geral têm a oportunidade de celebrar o momento com a EDPR e os seus colaboradores. Oportunidades como estas permitem aprofundar as raízes da cooperação entre a empresa e seus stakeholders locais.

A título ilustrativo, em junho de 2012 a EDPR inaugurou dois parques eólicos localizados nas cidades de Marcellois e Massingy-lès-Vitteaux, na região da Borgonha francesa.

ATIVIDADES EDUCATIVAS NA POLÓNIA

Na Polónia são realizadas diversas atividades educativas todos os anos. Mais de 2.000 alunos de toda a Polónia participaram num evento iniciado em 2011 para explicar como funciona a energia eólica e qual o seu impacto na sociedade através de representações teatrais. Essas atividades são complementadas com *workshops* sobre ecologia para crianças para lhes transmitir o nosso compromisso com o meio ambiente e para formar a sua consciência sobre energia renovável.

Nas áreas vizinhas aos nossos parques eólicos, foram realizadas *workshops* específicas sobre segurança para aumentar a consciência sobre a importância dos comportamentos de segurança a seguir para evitar perigos potenciais das obras realizadas na área. Adicionalmente, mais de 40.000 boletins informativos foram distribuídos aos moradores das áreas vizinhas.



DIA MUNDIAL DO VENTO

Em junho de 2012, a EDPR participou no Dia Mundial do Vento, uma iniciativa que promove a consciencialização da importância da energia eólica e cria oportunidades para os cidadãos descobrirem os benefícios desta energia.

Vários parques eólicos na Europa abriram as suas portas ao público e realizaram sessões de informação e outras atividades para alunos, moradores e público em geral. São também lançadas campanhas de comunicação em torno deste dia especial.

PATROCÍNIO DE ATIVIDADES LOCAIS

A EDPR patrocinou diferentes eventos locais, importantes para as comunidades onde estamos presentes, como o Movie & Music Festival Wiatrakalia, o principal evento de verão próximo do parque eólico de Margonin, na Polónia, ou o KiteSurf Pro Cascais 2012, em Portugal.

Na América do Norte, a iniciativa de um colaborador levou à organização de uma corrida de caridade para apoiar a Jog the Journey, uma organização sem fins lucrativos, co-fundada por este colaborador. Os colaboradores da EDPR apoiaram esta iniciativa com mais de 200 participantes na corrida, angariando fundos num total de mais de 6.000 dólares.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA DE 1,3 MIL MILHÕES DE EUROS

Em 2012, a EDPR registou novamente um excelente desempenho, tendo alcançado 1.285 milhões de euros em receitas. Este aumento anual de 20% foi impulsionado pelo aumento de capacidade instalada e pelo acréscimo dos preços de venda. A produção aumentou em 10% como resultado da capacidade que entrou em operação e do recorrente elevado fator de utilização. O preço médio de venda da Empresa cresceu 10%, refletindo o desempenho positivo dos preços em todas as regiões da EDPR e o efeito de um dólar mais forte.

EBITDA DE 938 MILHÕES DE EUROS EM 2012

O EBITDA totalizou 938 milhões de euros, um aumento anual de 17%, com uma margem EBITDA de 73%. Se excluirmos os eventos não recorrentes em 2012 e 2011, os resultados EBITDA teriam aumentado 23%.

+43% DE CRESCIMENTO DO RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do exercício teve um aumento anual de 43%, ascendendo a 126 milhões de euros, enquanto o resultado líquido ajustado (pelos eventos não recorrentes de 2012 e 2011, incluindo diferenças de câmbio e mais-valias) aumentou 32% para 134 milhões de euros. Estes valores colocam em destaque a forte capacidade da EDPR para transformar a elevada eficiência operacional dos seus parques eólicos em resultados financeiros de elevada qualidade.

FLUXO DE CAIXA LIVRE POSITIVO

No final do ano, o fluxo de caixa operacional aumentou 4%, para 666 milhões de euros, e, pela primeira vez, excedeu o CAPEX do período. Adicionalmente, a EDPR completou duas transações de venda de participações minoritárias (com a Borealis – já com encaixe financeiro – e com a China Three Gorges), executando um dos pilares do plano estratégico. Consequentemente, verificou-se uma redução da dívida líquida em 33 milhões de euros, para 3,4 mil milhões de euros, apresentando a Empresa, pela primeira vez, um *Free Cash-Flow* positivo.

Em 2012, o capex foram de 612 milhões de euros, refletindo os 440 MW adicionados em 2012 e as obras realizadas neste

período para a capacidade em construção. Como resultado do menor acréscimo de capacidade no período, o capex tiveram um decréscimo de 26% face a 2011.

DESTAQUES FINANCEIROS (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%/€
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Receitas	1.285	1.069	+20%
EBITDA	938	801	+17%
Resultado líquido ¹	126	89	+43%
FLUXO DE CAIXA			
Fluxo de caixa operacional	666	643	+4%
Capex	612	829	(26%)
BALANÇO			
Ativos	13.302	13.045	+257
Capital próprio	5.749	5.454	+295
Passivo	7.553	7.591	(38)
PASSIVO			
Dívida líquida	3.355	3.387	(33)
Passivos com investidores institucionais	942	1.011	(68)

1 – Resultados líquidos atribuídos aos acionistas da EDPR

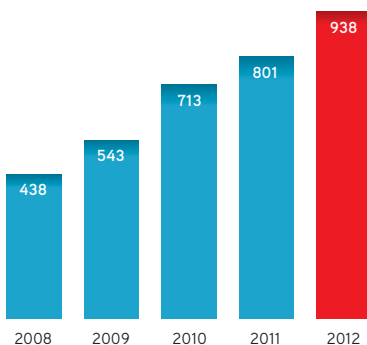
BALANÇO ROBUSTO

Os ativos totais aumentaram 257 milhões de euros em 2012, para um total de 13,3 mil milhões de euros. Esta alteração é impulsionada por um aumento principalmente em empréstimos concedidos não correntes (99 milhões de euros) e um aumento dos ativos fixos tangíveis (83 milhões de euros), tendo em conta o capex incorrido no período.

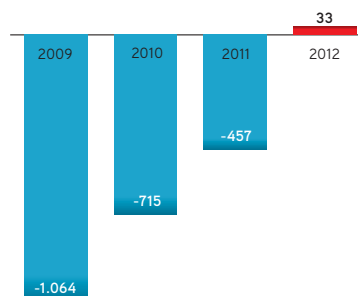
O capital próprio no fim do exercício, de 5,7 mil milhões de euros, aumentou 295 milhões de euros durante o ano, essencialmente como resultado da venda de participações minoritárias no valor de 177 milhões de euros e o resultado líquido do exercício de 126 milhões de euros.

O passivo total de 7,5 mil milhões euros no final de 2012, inferior ao ano homólogo, inclui cerca de 51% por dívida financeira (3,9 mil milhões de euros) e cerca de 12% derivado de responsabilidades com parcerias institucionais (0,9 mil milhões de euros).

EBITDA (€ milhões)



Free Cash-Flow / variação da dívida líquida (€ milhões)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

SÓLIDO DESEMPENHO DAS RECEITAS

Em 2012, a EDPR continuou a ter um sólido desempenho operacional, que se traduziu num crescimento anual das receitas, atingindo 20%. O grande aumento da produção de energia elétrica e os preços médios de venda mais altos conduziram a um volume total de receitas de 1,3 mil milhões de euros.

Como resultado do enfoque contínuo da EDPR na eficiência operacional, os custos operacionais (líquidos) subtraídos de outros proveitos operacionais tiveram um aumento anual de 17% abaixo da evolução do crescimento das receitas.

O EBITDA teve um crescimento de 17%, atingindo 938 milhões de euros, acompanhando o crescimento das receitas, os elevados níveis de eficiência operacional e o impacto positivo de forex, apesar de ter sofrido um impacto negativo por eventos não recorrentes.

Os resultados antes de juros e impostos (EBIT) tiveram um aumento anual de 30%, para 450 milhões de euros, acompanhando o desempenho do EBITDA e o aumento de 7% das amortizações e imparidades do exercício. Os custos com amortizações sofreram o impacto da nova capacidade que entrou em operação, a extensão do prazo de vida útil dos ativos e imparidades (53 milhões de euros), na sua maioria relacionados com projetos em desenvolvimento em Espanha. Excluindo os eventos não recorrentes em 2012 e 2011 e o ajustamento para o impacto da extensão da vida útil dos ativos, o EBIT teria crescido 34%.

A nível dos resultados financeiros, os encargos líquidos com juros antes de capitalização aumentaram 8% para 205 milhões de euros em 2012, abaixo da evolução anual da dívida financeira média de 14%. Os custos com parcerias institucionais tiveram um aumento anual de 4% devido ao facto de o dólar estar mais forte, enquanto as diferenças cambiais e derivados permaneceram positivas.

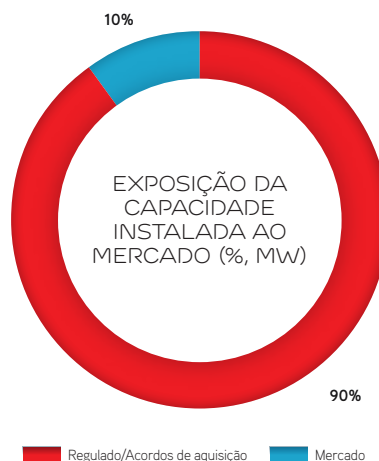
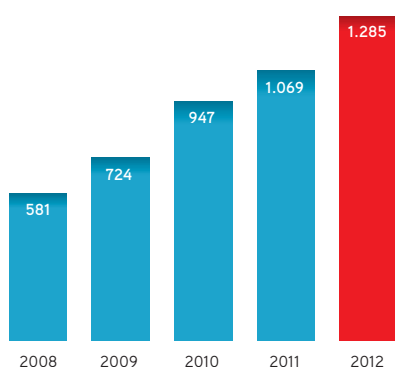
Os resultados antes de impostos aumentaram 53%, para 182 milhões de euros, em 2012. Neste período, os impostos sobre o rendimento subiram para 46 milhões de euros, com uma taxa de imposto efetiva de 25% (face a 24% em 2011). As participações minoritárias totalizaram 10 milhões de euros, acompanhando o melhor desempenho da EDPR Europa e a venda de participações minoritárias de 599 MW nos EUA.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
Receitas	1.285	1.069	+20%
Outros proveitos operacionais	63	85	(25%)
Fornecimentos e serviços externos	(262)	(225)	+16%
Custos com pessoal	(63)	(61)	+3%
Outros custos operacionais	(86)	(67)	+29%
Custos operacionais (líquidos)	(348)	(268)	+30%
EBITDA	938	801	+17%
EBITDA/Receitas	73,0%	74,9%	(2,0 pp)
Provisões	0	0	(99%)
Amortizações	(503)	(468)	+7%
Amortização do proveito diferido (subsídios governamentais)	15	15	+2%
EBIT	450	347	+30%
Ganhos / (perdas) na alienação de ativos financeiros	3	10	(74%)
Resultados financeiros	(278)	(244)	+14%
Ganhos / (perdas) e em associadas	7	5	+42%
Resultado antes de impostos	182	119	+53%
IRC e impostos diferidos	(46)	(28)	+64%
Resultado Líquido do Exercício	136	91	+50%
Resultado líquido (Acionistas da EDPR)	126	89	+43%
Interesses minoritários	10	2	+384%

Em resumo, o resultado líquido aumentou 43% face ao ano anterior, para 126 milhões de euros em 2012, enquanto o resultado líquido ajustado aumentou 32% para 134 milhões de euros, quando ajustado pelos eventos não recorrentes com impacto nos proveitos de exploração, diferenças de câmbio e mais-valias (em 2012 e 2011).

Receitas (€ milhões)



BALANÇO

ATIVO (€ milhões)	2012	2011
Ativos fixos tangíveis (líq.)	10.537	10.455
Ativos intangíveis e goodwill (líq.)	1.327	1.334
Investimentos financeiros (líq.)	57	61
Impostos diferidos activos	89	56
Inventários	16	24
Clientes (líq.)	180	146
Outros devedores (líq.)	849	750
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	0	0
Caixa e equivalentes	246	220
Ativos detidos para venda	0	0
Total do ativo	13.302	13.045

CAPITAL PRÓPRIO (€ milhões)	2012	2011
Capital + prémios de emissão de ações	4.914	4.914
Resultados e outras reservas	384	325
Resultado líquido atribuível aos acionistas da EDPR	126	89
Interesses minoritários	325	127
Total do capital próprio	5.749	5.454

PASSIVO (€ milhões)	2012	2011
Dívida financeira	3.874	3.826
Passivo com investidores institucionais	942	1.011
Provisões para riscos e encargos	64	58
Impostos diferidos passivos	381	381
Proveitos diferidos das parcerias institucionais	738	773
Credores e outros passivos (líq.)	1.555	1.542
Total do passivo	7.553	7.591
Total do capital próprio e passivo	13.302	13.045

Os ativos totais em 2012 totalizaram 13,3 mil milhões de euros, dos quais cerca de 79% estão relacionados com os ativos tangíveis, refletindo o capital acumulado líquido investido na geração renovável de energia.

Os ativos fixos tangíveis aumentaram para 10,5 mil milhões de euros (+82 milhões de euros), principalmente devido às adições de nova capacidade instalada neste ano, reduzido pelos custos do ano com as amortizações dos ativos operacionais, com o menor valor do dólar, e com alienações e abates de ativos.

11,3 MIL MILHÕES DE EUROS INVESTIDOS EM 7.597 MW

A totalidade do capital acumulado investido nos parques eólicos em operação, ativos em construção, *pipeline* e excluindo as subvenções recebidas ascendeu a 11.318 milhões de euros.

Os ativos intangíveis líquidos incluem maioritariamente o goodwill registado nas contas da EDPR nos EUA e em Espanha, enquanto as contas a receber de devedores estão relacionadas fundamentalmente com empréstimos concedidos a entidades relacionadas, garantias, depósitos caucionados e impostos a receber.

CAPITAL PRÓPRIO AUMENTA 295 MILHÕES DE EUROS

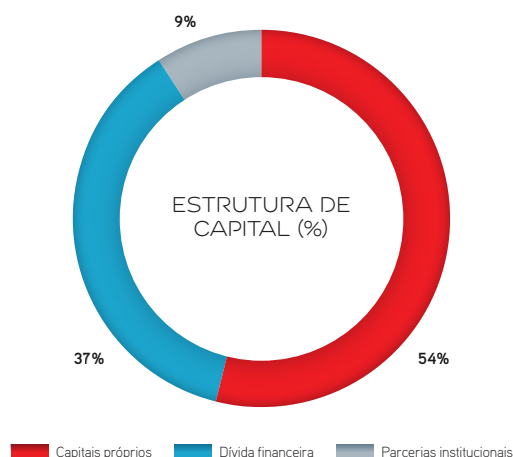
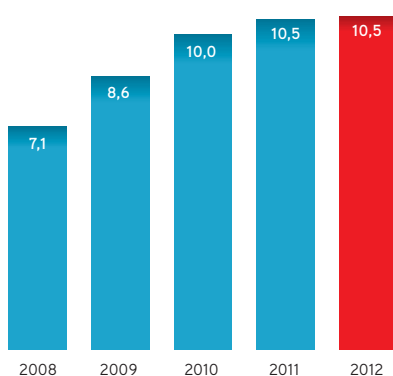
Os capitais próprios de 5,7 mil milhões de euros no final do exercício aumentaram 295 milhões de euros durante o ano, essencialmente a partir da venda de participações minoritárias no valor de 179 milhões de euros e do resultado líquido do exercício de 126 milhões de euros.

O passivo total de 7,5 mil milhões de euros no final do exercício de 2012, menor do que no final do ano anterior, inclui cerca de 51% de dívida financeira (3,9 mil milhões de euros) e cerca de 12% de passivo relacionado com as parcerias institucionais (0,9 mil milhões de euros).

As parcerias institucionais ascenderam a 942 mil milhões de euros. As receitas diferidas de parcerias institucionais representam o passivo não económico relacionado com os créditos fiscais de que o investidor institucional já beneficiou e que serão inscritos nas contas de resultados, distribuídas ao longo da vida útil dos respetivos parques eólicos.

O passivo por impostos diferidos no valor de 381 milhões de euros é um reflexo fundamentalmente dos efeitos fiscais provocados pelas diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Por outro lado, os valores a pagar aos credores incluem fornecedores de ativos fixos tangíveis, proveitos diferidos com subvenções ao investimento recebidas e instrumentos financeiros derivados.

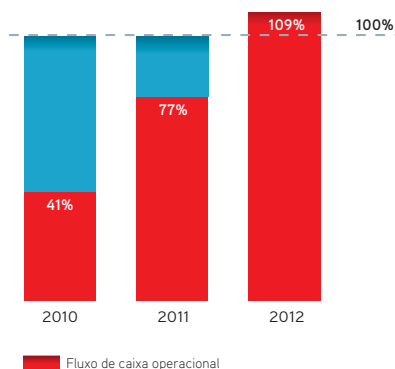
Ativos fixos tangíveis (€ mil milhões)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 2012, pela primeira vez, a EDPR gerou um fluxo de caixa operacional acima da globalidade dos investimentos realizados. O fluxo de caixa operacional aumentou 4% para 666 milhões de euros, o que não se compara de forma favorável com a variação relativa dos fundos provenientes de operações (FFO) dados os movimentos favoráveis não recorrentes registados no ativo circulante em 2011 e o aumento dos certificados verdes por liquidar na Roménia, que foram cobrados apenas no início de 2013.

Fluxo de caixa operacional (% do CAPEX)



Os seguintes fatores-chave justificam a evolução de 2012 no fluxo de caixa:

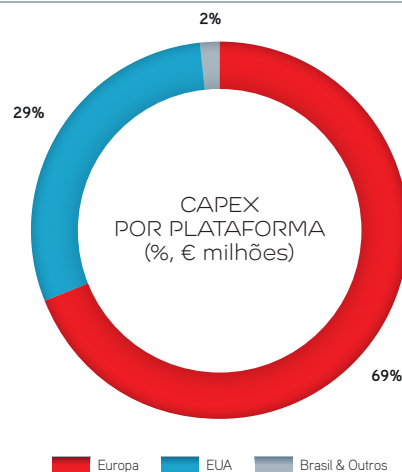
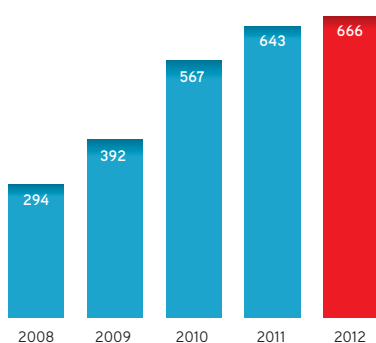
- Os Fundos Gerados pelas Operações, resultando do EBITDA após juros da dívida, ganhos em associadas e impostos, aumentaram 11% face a 2011 para 655 milhões de euros;
- O Fluxo de Caixa Operacional, ajustado por juros financeiros líquidos, componentes não caixa (nomeadamente receitas de parcerias institucionais nos EUA) e líquido de variações de fundo de maneo, totalizou 666 milhões de euros (+4% vs. 2011). A comparação anual da variação de necessidades de fundo de maneo foi influenciada por recebimentos não recorrentes em 2011 (relacionados maioritariamente com recebimentos de IVA) e o aumento de inventário de Certificados Verdes relativos à Roménia, que entretanto foram vendidos no início de 2013;
- Investimento Operacional com projectos em fase de construção somou 612 milhões de euros, enquanto outras actividades de investimento atingiram 22 milhões de euros;

FLUXO DE CAIXA (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
EBITDA	938	801	+17%
Imposto corrente	(85)	(29)	+193%
Juros financeiros líquidos	(205)	(189)	+8%
Ganhos em associadas	7	5	+36%
FFO (Fundos provenientes das operações)	655	588	+11%
Juros financeiros líquidos	205	189	+8%
Ganhos em associadas	(7)	(5)	+36%
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(120)	(158)	(23%)
Variações no fundo de maneo	(66)	29	-
Fluxo de caixa operacional	666	643	+4%
Investimentos operacionais	(612)	(829)	(26%)
Investimentos financeiros (desinvestimentos)	(22)	(237)	+91%
Variação do fundo de maneo de fornecedores de imobilizado	2	(23)	-
Cash Grant	5	3	+105%
Fluxo de caixa operacional líquido	39	(444)	-
Venda de interesses minoritários	176	6	-
Recebimentos (pagamentos) com parcerias com invest. intit.	(15)	141	-
Juros financeiros líquidos (após capitalizações)	(189)	(156)	(22%)
Diferenças cambiais e outros	22	(161)	-
Redução / (aumento) na dívida líquida	33	(616)	-

- No período, a EDPR concretizou duas vendas de participações minoritárias executando a sua estratégia de rotação de activos de vender interesses minoritários em activos operacionalmente otimizados. Através da primeira venda de uma participação de 49% num portfolio de parques eólicos nos EUA com 599 MW, a EDPR recebeu 230 milhões de dólares (177 milhões de euros). O encaixe envolvido na segunda transacção anunciada em dezembro de 2012 com a CTG, para activos em Portugal, é esperado realizar-se no primeiro trimestre de 2013.
- Assim, a Dívida Líquida caiu 33 milhões de euros para 3.355 milhões de euros. Em 2012, a EDPR apresentou pela primeira vez um fluxo de caixa positivo e é esperado que inicie um período de forte geração de fluxos de caixa positivos, impulsionado pelo crescimento do fluxo de caixa operacional e pela execução da estratégia de rotação de activos.

Fluxo de caixa operacional (€ milhões)



DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2012, a dívida financeira da EDPR totalizava 3,9 mil milhões de euros (aumento anual de +1%), dos quais cerca de 76% constituíam empréstimos do Grupo EDP e o restante era dívida contraída junto de instituições financeiras, a maioria relacionada com iniciativas de project finance.

A dívida líquida atingiu 3,4 mil milhões de euros em 2012, diminuindo 33 milhões de euros, uma vez que o fluxo de caixa operacional e a primeira fase da estratégia de rotação de ativos cobriu as atividades de investimento e serviço de dívida do período.

A dívida da EDPR tem um perfil de longo prazo. Grande parte da nossa dívida tem prazos de maturidade posteriores a 2018. Os empréstimos contraídos junto do Grupo EDP foram contratados por um período de 10 anos a taxas de juro fixas. As iniciativas de project finance também têm uma duração de longo prazo. Esta estratégia permite que a Empresa mantenha a compatibilidade entre o seu perfil de fluxo de caixa operacional e os seus compromissos financeiros.

76% da dívida financeira da EDPR foi contratada através de empréstimos acionistas com o Grupo EDP – o principal acionista da EDPR –, enquanto os empréstimos com instituições financeiras representam 24%. Por forma a continuar a diversificar as suas fontes de financiamento, a EDPR continua a executar projetos de elevada qualidade, permitindo à Empresa assegurar financiamento através de project finance local a custos competitivos. Em 2012, a EDPR firmou três novos contratos de project finance para um total de 273 milhões de euros para projetos em Espanha (125 MW), Bélgica (57 MW) e Roménia (57 MW). Adicionalmente, toda a capacidade eólica da EDPR instalada na Roménia (285 MW) conta neste momento com estruturas de project finance totalmente asseguradas (238 milhões de euros).

PROJECT FINANCE ESTABELECIDOS EM 2012

País	Projeto	Capacidade (MW)	Valor (€m)
Espanha	Torremadrina	50	177
	Coll de Moro	50	
	Vilalba dels Arcs	25	
Bélgica	Froidchappelle	25	46
	Cerfontaine	22	
	Chimay I	10	
Roménia	Sarichioi	33	50
	Vutcani	24	

DÍVIDA LÍQUIDA (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ€
Empréstimos bancários e outros	917	837	+80
Dívida com empresas do Grupo EDP	2.957	2.989	(32)
Dívida financeira	3.874	3.826	+48
Caixa e equivalentes	246	220	+26
Empréstimos a empresas associadas e cash pooling	274	219	+55
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	+0
Caixa e equivalentes	520	439	+81
Dívida líquida	3.355	3.387	(33)

Em dezembro de 2012, 57% da dívida financeira da EDPR estava denominada em euros, enquanto 39% estava denominada em dólares em função dos investimentos da Empresa nos EUA. O remanescente da dívida está sobretudo relacionado com financiamento em zlotis polacos e reais brasileiros.

92% DA DÍVIDA DA EDPR COM TAXA FIXA

92% da dívida financeira da EDPR foi negociada com taxas de juro fixas e a maioria (cerca de 80%) tem prazos de maturidade posteriores a 2018. A EDPR segue uma estratégia de financiamento a longo prazo com taxa fixa, fazendo equiparar o seu perfil de fluxo de caixa operacional aos respetivos compromissos financeiros.

Em dezembro de 2012, a taxa de juros média era de 5,2%, um decréscimo de 20 pontos-base face a dezembro de 2011, refletindo o vencimento a longo prazo da dívida atual e as atrativas taxas conseguidas nos últimos financiamentos.

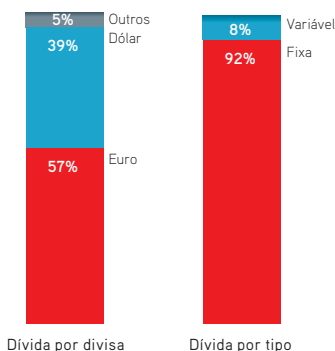
PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O passivo denominado em parcerias institucionais foi reduzido em 68 milhões de euros anuais (50 milhões de euros excluindo o efeito de conversão cambial) para 942 milhões de euros, após os benefícios fiscais capturados pelos parceiros institucionais.

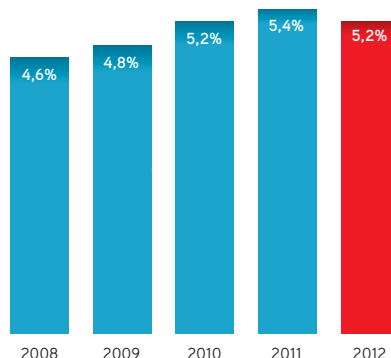
PARCERIAS INSTITUCIONAIS (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ€
Passivo com parcerias com invest. instit.	942	1.011	(68)

Perfil da dívida (%)



Custo da dívida (%)

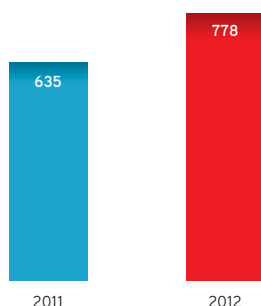


EUROPA

RECEITAS

Na plataforma europeia, a EDPR conseguiu um sólido crescimento anual de 22% nas receitas, que atingiram 778 milhões de euros. As receitas do segmento “Resto da Europa”, nomeadamente França, Bélgica, Polónia e Roménia representam 24% do total de receitas. Espanha e Portugal diminuíram a sua contribuição relativa para 57% e 19%, respetivamente.

Receitas líquidas da EDPR (€ milhões)



O desempenho das receitas foi impulsionado pelo crescimento na produção de eletricidade e pela melhoria dos preços alcançados. O crescimento na produção de energia elétrica foi fruto da nova capacidade que entrou em funcionamento ao longo do ano (+62 milhões de euros) e a um mais sólido recurso eólico (+35 milhões de euros), enquanto o aumento dos preços alcançados (+40 milhões de euros) foi originado pelo aumento de preços em Espanha, Portugal e no resto da Europa.

GERAÇÃO E TARIFA DA EDPR EU

	2012	2011	Δ%
Geração de eletricidade (GWh)	8.277	7.301	+13%
Preço médio de mercado (€/MWh)	94,2	88,0	+7%

TARIFA

O preço de venda médio em 2012 melhorou em 7% para 94,2 €/MWh, como resultado do aumento no resto da Europa, Espanha e Portugal. O resto da Europa contribuiu para esta melhoria com o aumento de 12% do preço de venda para 107 €/MWh, em conjunto com uma contribuição relativa mais elevada da produção da plataforma (21% em 2012 face a 18% em 2011). Na Península Ibérica, em Espanha registou-se um preço de venda mais elevado (+6% anual) devido a preços cobertos mais elevados e a um maior volume de produção vendida no âmbito da tarifa fixa (RD 661/2007), enquanto em Portugal os preços aumentaram (+3% por ano) sobretudo como reflexo da indexação à inflação.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais líquidos tiveram um aumento anual de 51% para 144 milhões de euros devido à redução de outras receitas operacionais (-26% ao ano) e ao aumento de outros custos operacionais (+43% ao ano).

O desempenho dos custos operacionais foi influenciado pelo aumento de impostos locais, rendas/locações e alugueres em linha com o sólido desempenho das receitas e o pagamento de €0,5/MWh de taxa de acesso à rede em Espanha, tendo também sentido o impacto de eventos não recorrentes (5 milhões de euros), sobretudo relacionados com o abate de ativos. O desempenho de outras receitas operacionais sofreu o impacto de 32 milhões de euros da reavaliação de ativos em 2012 face a 52 milhões em 2011. As despesas com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal aumentaram 17% e 7%, respetivamente, uma percentagem consideravelmente inferior à evolução das receitas (+22% por ano).

RÁCIOS EFICIÊNCIA DA EDPR EU (EXCLUINDO OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS)

	2012	2011	Δ%
Custos operacionais/ MW em operação (€/k)	52,9	47,4	+12%
Custos operacionais/MWh (€)	23,0	21,7	+6%

RESULTADOS OPERACIONAIS

O EBITDA atingiu 633 milhões de euros em 2012, o que significa uma melhoria anual de +17%, assente no desempenho das receitas. O decréscimo da margem EBITDA para 81% foi influenciada por eventos não recorrentes e pelo decréscimo de outros proveitos.

O EBIT teve um aumento anual de 30%, para os 374 milhões de euros, seguindo o crescimento do EBITDA e as alterações ao tempo de vida útil dos ativos.

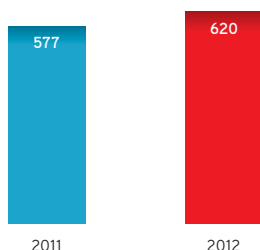
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA EDPR EU (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
Receitas	778	635	+22%
Outros proveitos operacionais	47	63	(26%)
Fornecimentos e serviços	(125)	(107)	+17%
Custos com pessoal	(25)	(23)	+7%
Outros custos operacionais	(41)	(29)	+43%
Custos operacionais líquidos	(144)	(96)	+51%
EBITDA	633	539	+17%
EBITDA/Receitas	81,5%	84,9%	(3 pp)
Provisões	0	0	(99%)
Amortizações	(260)	(252)	+3%
Amortizações do proveito diferido (subsídios governamentais)	1	1	(14%)
EBIT	374	289	+30%

AMÉRICA DO NORTE

RECEITAS

Receitas da EDPR NA (US\$ milhões)



As receitas em 2012 aumentaram 8%, beneficiando de maior capacidade em operação, de fator de utilização estável e de preços de venda mais elevados.

TARIFA

O preço de venda médio em 2012 aumentou 3% face a 2011 para US\$47/MWh. Este desempenho é um reflexo da atualização programada de 2% no preço médio de venda através de contratos de aquisição de energia a longo prazo ou com cobertura de preço e da melhoria anual de 3% no preço de eletricidade no mercado spot.

GERAÇÃO E TARIFA DA EDPR NA

	2012	2011	Δ%
Geração de eletricidade (GWh)	9,937	9,330	+6%
Preço de venda médio final (US\$/MWh)	47,1	45,7	+3%

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais tiveram um aumento de 6%, abaixo do ritmo de crescimento do negócio. Os gastos com fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento anual de 6% enquanto os custos com pessoal aumentaram 3% (ou 1 milhão de dólares). Outros custos operacionais incluem eventos não recorrentes relacionados com a racionalização do *pipeline* (12 milhões de dólares). Os custos operacionais numa base por MW reduziram 1%, o que se revela um bom indicador da elevada eficiência da Empresa.

RÁCIOS EFICIÊNCIA DA EDPR NA (EXCLUINDO OUTROS PROVEITOS)

	2012	2011	Δ%
Custos operacionais/ MWs em operação (média) (US\$/kW)	68,1	68,7	(1%)
Custos operacionais/MWh (US\$)	23,9	24,2	(1%)

RECEITAS OPERACIONAIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA EDPR NA (US\$ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
Proveitos com parcerias com investidores institucionais	457	422	+8%
Outros proveitos operacionais	164	155	+5%
Receitas	620	577	+8%
Outros proveitos operacionais	25	25	+3%
Fornecimentos e serviços	(150)	(141)	+6%
Custos com pessoal	(37)	(36)	+3%
Outros custos operacionais	(51)	(48)	+5%
Custos operacionais (líq.)	(212)	(201)	+6%
EBITDA	408	376	+9%
EBITDA/Receitas	66%	65%	+1 pp
Provisões	-	-	-
Amortizações	(300)	(292)	+3%
Amortização do proveito diferido (subsídios governamentais)	18	19	(5%)
EBIT	126	103	+22%

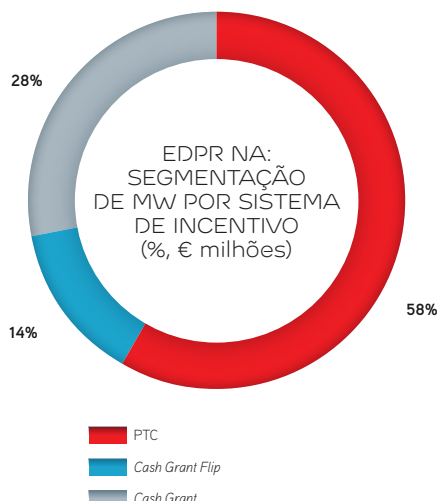
Em resumo, as receitas EBITDA nos EUA tiveram um aumento anual de 9% para 408 milhões de dólares em 2012, em linha com a evolução das receitas. No período de referência, a margem EBITDA melhorou +1pp para 66%.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

As receitas provenientes de acordos de parceria institucional aumentaram 5% para 164 milhões de dólares, o que se explica pelo aumento da produção dos projetos que geram créditos fiscais à produção. Os projetos que optaram por subvenção ao investimento beneficiaram de amortizações reduzidas, assinalados como compensação de amortizações de ativos subsidiados (18 milhões de dólares em 2012). O parque eólico Marble River candidatou-se ao programa de subvenção ao investimento, tendo recebido os incentivos nas primeiras semanas de Janeiro de 2013 (120 milhões de dólares).

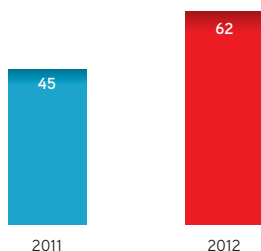
INCENTIVOS FISCAIS DA EDPR NA (US\$ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
Receitas com parcerias institucionais	163,6	155,4	+5%



BRASIL**RECEITAS**

Receitas da EDPR Brasil (R\$ milhões)



No Brasil, a EDPR atingiu receitas na ordem dos 62 milhões de reais em 2012, o que representa um aumento anual de 37%, acompanhando o desempenho da produção de energia e a evolução positiva do preço de venda.

Em 2012, o preço médio de venda da EDPR no Brasil aumentou 3% para R\$ 286/MWh acompanhando a atualização da inflação.

Atualmente, a EDPR conta com 120 MW em desenvolvimento no Brasil com a atribuição de contratos de aquisição de energia a 20 anos em dezembro de 2011 no leilão de energia A-5, o que claramente reforçou a presença da EDPR num mercado com baixo perfil de risco, recursos eólicos atrativos e fortes perspectivas de crescimento.

GERAÇÃO E TARIFA DA EDPR BRASIL

	2012	2011	Δ%
Geração de eletricidade (GWh)	231	170	+36%
Preço médio (R\$/MWh)	286,4	278,4	+3%

CUSTOS OPERACIONAIS E PROVEITOS

No geral, o EBITDA do período aumentou 36% para 42 milhões de reais, ao passo que a margem EBITDA atingiu 67%.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA EDPR BRASIL (€ MILHÕES)

	2012	2011	Δ%
Receitas	62	45	+37%
Outras receitas operacionais	-	-	-
Fornecimentos e serviços	(15)	(11)	+36%
Custos com pessoal	(3)	(3)	+4%
Outros custos operacionais	(2)	(1)	+295%
Custos operacionais (líq.)	(21)	(15)	+39%
EBITDA	42	30	+36%
EBITDA/Receitas	66,9%	67,3%	(0 pp)
Provisões	-	-	-
Depreciações e amortizações	(16)	(11)	+49%
Compensação de amortizações de ativos subsidiados	-	-	-
EBIT	26	20	+29%

RÁCIOS DE EFICIÊNCIA DA EDPR BR (EXCLUINDO OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS)

	2012	2011	Δ%
Opex/MW médio em operação (R\$ mil)	244,8	259,3	(6%)
Opex/MWh (R\$)	88,9	87,3	+2%

GESTÃO DE RISCO

Em consonância com o “perfil de risco controlado” que constitui um pilar estratégico, a EDPR implementou mecanismos de avaliação e gestão de riscos e oportunidades que podem ter impacto nos seus negócios, permitindo à Empresa aumentar a probabilidade de alcançar as suas metas financeiras.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO

Os processos de gestão de risco da EDPR são suportados por um modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de governo corporativo e transparência na comunicação com o mercado e com os seus acionistas. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não Executivos.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada diretamente pelo Comité de Risco e colocada em prática por todos os gestores da empresa. Este processo integrado assegura a identificação e priorização de riscos críticos, o desenvolvimento de estratégias de gestão de risco adequadas, e a implementação de mecanismos de controlo para assegurar o alinhamento da exposição de risco da EDPR com o perfil de risco desejado da Empresa.

ENFOQUE NO EBITDA EM RISCO

O QUE É O EBITDA EM RISCO?

O EBITDA em risco é utilizado na EDPR para medir a perda máxima de EBITDA associada a um determinado nível de confiança estatística. Esta métrica permite à Administração e aos gestores de risco avaliar como seria o EBITDA em cenários adversos e no pior cenário.

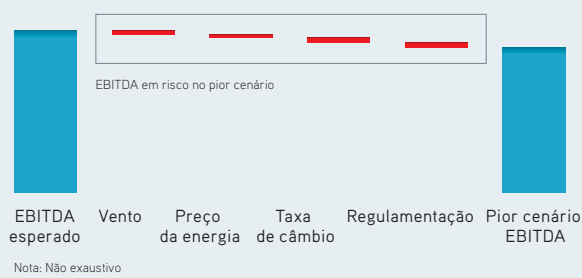
EBITDA EM RISCO NA EDPR

Em linha com o perfil de risco controlado da EDPR, a Administração estabelece metas para o EBITDA em risco, garantindo assim que a empresa está exposta a um nível de risco limitado. Esta abordagem aumenta a probabilidade de alcançar as nossas metas financeiras.

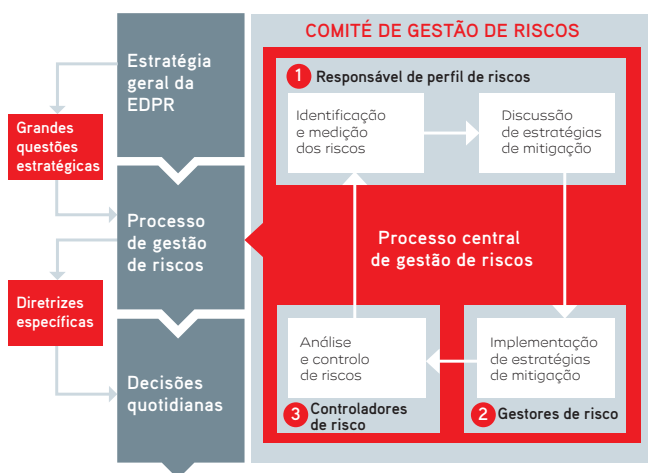
Uma das alavancas para a redução do EBITDA em risco é a eliminação da exposição a preços de mercado através de acordos de venda de energia a longo prazo ou de instrumentos financeiros de cobertura de preço. A EDPR está ativamente a administrar a sua exposição a preços de mercado, a fim de manter o EBITDA em risco dentro dos níveis conservadores definidos pela Administração.

A EDPR acompanha mensalmente a posição do EBITDA em risco com base em projeções para os preços de mercado, taxa de câmbio, energia eólica e outros fatores voláteis.

Perspetiva ilustrativa do EBITDA em risco



PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO NA EDPR



Comité de Risco da EDPR: pretende ser o fórum para discutir de que modo a EDPR pode otimizar a sua posição de risco-retorno de acordo com seu perfil de risco. O Comité integra e coordena todas as funções de risco e assegura a ligação entre a estratégia de risco e as operações da empresa.

As responsabilidades do Comité são:

- Analisar a exposição global da EDPR e propor ações de mitigação de risco;
- Acompanhar o grau de eficiência das ações de mitigação de risco;
- Rever limites transacionais, políticas de risco e macro-estratégias;
- Analisar os relatórios e as conclusões das áreas de análise de perfis de risco e de controlo de risco;
- Avaliar o alcance do trabalho da área de perfil de risco e as atividades planeadas.

As funções do Comité são:

Profiler de risco - Responsável pela definição de diretrizes e limites para a gestão do risco dentro da empresa e por assegurar o Comité de Risco.

Gestor de risco - Responsável pelas decisões operacionais diárias e por tomar ou mitigar riscos dentro dos níveis aprovados.

Controlador de risco - Responsável pelo acompanhamento do resultado de decisões de risco e do alinhamento das operações com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração.

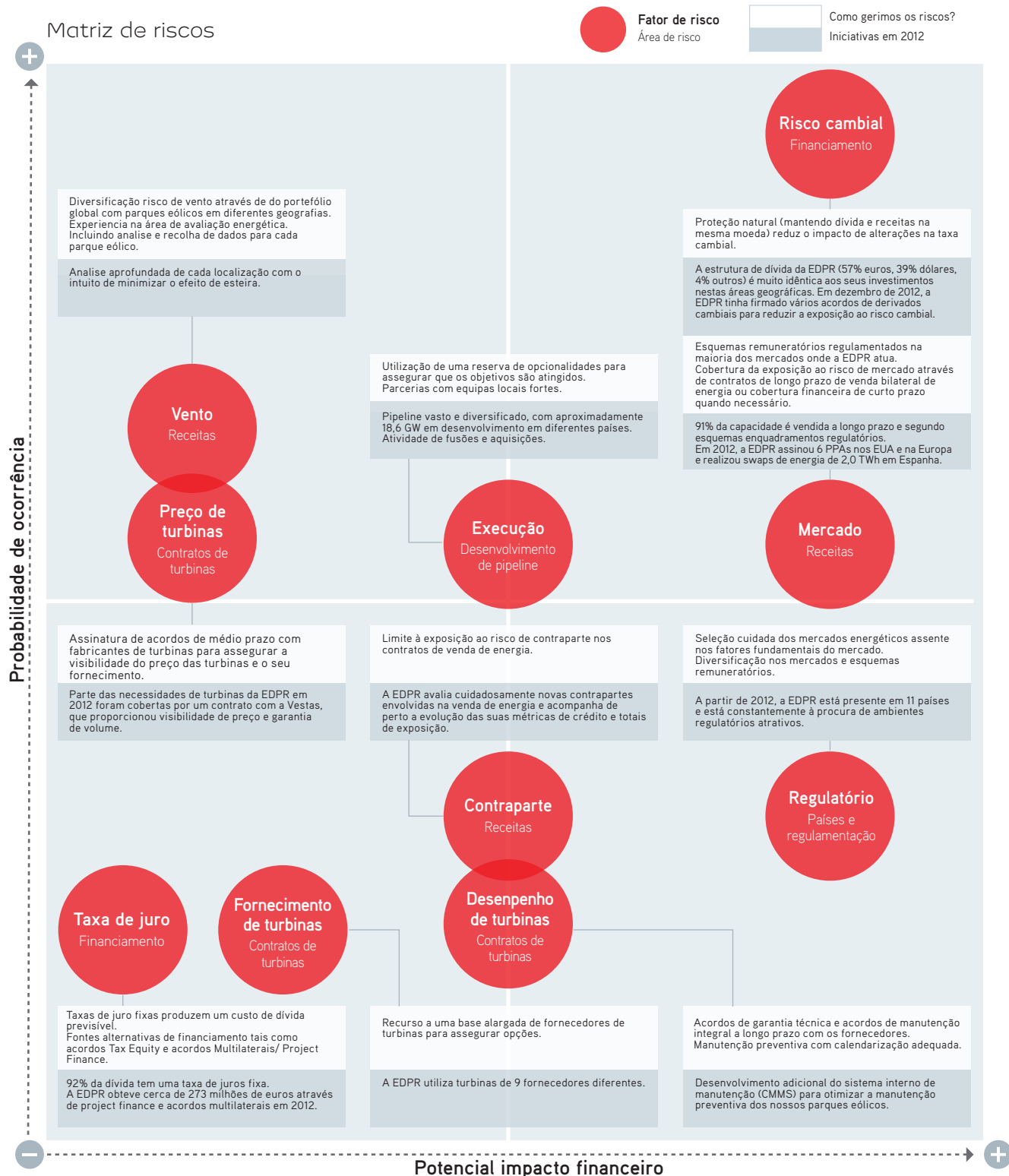
ÁREAS DE RISCO E PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Ao longo de todo o ciclo de negócio, as grandes questões estratégicas são levantadas e agrupadas por área de risco. Cada questão estratégica está sujeita ao processo de análise de risco da EDPR, a fim de criar orientações específicas para os gestores de risco.

Depois de uma análise detalhada da exposição da EDPR ao risco em todo o ciclo de negócio da energia eólica, foram identificadas diversas áreas e fatores de risco.

A matriz seguinte resume as principais áreas de risco e os fatores de risco do negócio da EDPR e as ferramentas utilizadas para geri-los. Adicionalmente, a matriz define as ações para reduzir o risco em 2012 e as vantagens competitivas estruturais da EDPR que ajudam a reduzi-las.

No capítulo sobre Governo Corporativo pode ser encontrada a descrição completa dos riscos e da forma como são geridos.





O NOSSO FUTURO

as nossas opções de crescimento 60

- plano de crescimento a curto prazo 60
- opções de crescimento para o futuro 61

equipa que prospera num ambiente desafiante 62

- mobilidade 62
- formação 62
- recrutamento 63

fazer mais pelo meio ambiente e pela comunidade 64

- estratégia ambiental no nosso plano de investimentos 64
- potencial impacto económico e social 64

o nosso desempenho financeiro futuro 66

- competências estratégicas e qualidade do portefólio 66
- crescimento seletivo gera *cash-flow* forte 66
- financiamento 66



VILLA CASTELLI (ITÁLIA, REGIÃO DE BRINDISI)

20 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA

40 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA EM ITÁLIA

REMUNERAÇÃO:

POOL + CERTIFICADOS VERDES

Villa Castelli, juntamente com a Pietragalla, são projetos importantes para a EDPR visto que marcam a entrada da Empresa no mercado Italiano. Este parque eólico de 20 MW, localizado na região de Brindisi, beneficia em pleno do anterior plano de remuneração. A EDPR espera que estes dois projetos serão seguidos por uma carteira estável de novos projetos, assegurando que Itália se converte numa importante geografia de crescimento para a EDPR.

AS NOSSAS OPÇÕES DE CRESCIMENTO

Em linha com a sua estratégia de crescimento, a EDPR concentra os seus esforços na captação e desenvolvimento de um número limitado de oportunidades, que estão associadas e complementam as plataformas existentes. O investimento nestes projetos de valor acrescentado irá sustentar o crescimento a curto e longo prazo, garantindo uma criação de valor contínua para os nossos acionistas.

PLANO DE CRESCIMENTO A CURTO PRAZO

O plano de crescimento da EDPR para o período 2012-2015 foi apresentado à nossa comunidade de investidores no Dia do Investidor 2012. Este plano prevê o aumento de 2,3 GW de energia renovável durante este período de quatro anos. O primeiro passo deste processo foi já realizado com sucesso através do aumento de 504 MW em 2012. Para os anos subsequentes, o aumento de capacidade será repartido entre os mercados de crescimento, os mercados centrais e novos mercados e/ou novas tecnologias.

MERCADOS DE CRESCIMENTO

O aumento de capacidade da EDPR nos próximos anos será fortemente enfocado nos mercados de crescimento, na Europa de Leste, na Europa Ocidental (excluindo a Península Ibérica) e no Brasil. Os fortes esforços de desenvolvimento que se seguiram à entrada da EDPR nestes mercados, há alguns anos, estão agora a dar frutos. Para o período 2013-2015, estes países são responsáveis por 60% do aumento de capacidade, tendo os mercados da Europa de Leste uma contribuição considerável.

A Europa de Leste será responsável por mais de um terço do plano de crescimento para 2012-2015. Este grande investimento nestas áreas geográficas tem por base a atratividade do mercado e o quadro legal e regulatório estável e transparente.

A França, a Bélgica e o Brasil irão também contribuir para o crescimento da EDPR neste período. Todas estas áreas geográficas proporcionam uma visibilidade a longo prazo aos investimentos futuros da EDPR.

MERCADOS PRINCIPAIS

Devido à maturidade do mercado e a questões regulatórias, o crescimento dos nossos mercados principais, em Espanha, Portugal e nos EUA, irá abrandar face aos últimos anos.

DETALHE DE ESQUEMAS REGULATÓRIOS

País	Esquema regulatório
Portugal	Tarifa fixa – Moratória para novos parques eólicos
França	Tarifa fixa
Espanha	Tarifa fixa – Moratória para novos parques eólicos
Bélgica	Pool + Certificados Verdes
Polónia	Pool + Certificados Verdes
Roménia	Pool + Certificados Verdes
Itália	Acordos de aquisição PPA definidos em concurso
R. Unido	Certificados Verdes. Novo sistema em debate (<i>offshore</i>)
EUA	Pool + Certificados Verdes / Acordos de aquisição PPA definidos em concurso e incentivos fiscais
Canadá	Tarifa fixa (Ontário)
Brasil	Acordos de aquisição PPA definidos em concurso

O crescimento na América do Norte dependerá da elegibilidade para créditos fiscais à produção (PTCs) e/ou oportunidades atrativas de acordos de aquisição PPA com compradores contratuais da produção de energia (*oftakers*).

Em Espanha e Portugal, uma moratória sobre a elegibilidade de novos parques eólicos para regimes de incentivo forçou a EDPR a parar novos investimentos. No entanto, os projetos que se enquadram no âmbito de anteriores acordos de regulamentação continuarão a ser executados, como é o caso do projeto ENEOP em Portugal ou do sobreequipamento de parques eólicos já existentes.

NOVOS MERCADOS E TECNOLOGIAS

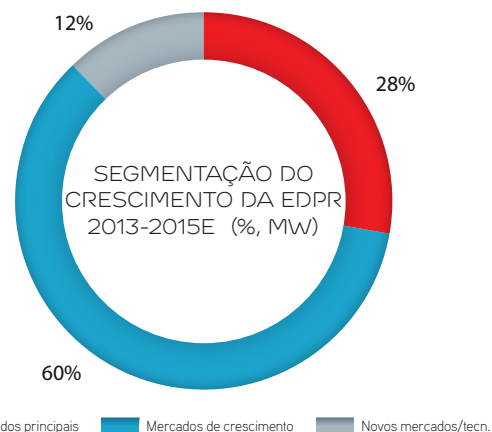
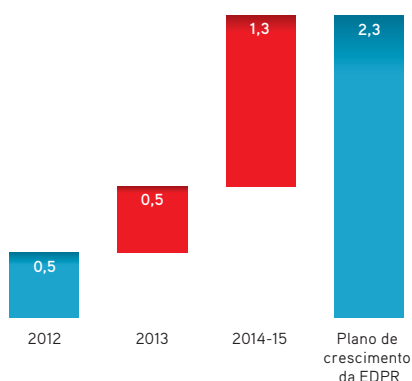
Entrar em novos mercados e/ou tecnologias é uma das principais iniciativas estratégicas que a EDPR estabeleceu no seu plano de crescimento. A execução desta iniciativa estratégica será responsável por 12% do crescimento para 2013-2015.

As equipas da EDPR têm identificado uma série de países potenciais que encaixam nos nossos critérios rigorosos de investimento. O potencial de crescimento, de qualidade da energia eólica ou solar, os recursos e a disponibilidade de quadros remuneratórios estáveis a longo prazo são apenas alguns dos critérios considerados importantes para um possível investimento.

Entrar em novas tecnologias é um objetivo que já começou a ser efetuado. Como resultado do forte aumento da competitividade, do alto potencial de crescimento desta tecnologia, e da excelente oportunidade identificada na Roménia, a EDPR instalou, em 2012, as suas primeiras centrais de energia solar.

Encaramos esta tecnologia com grande expectativa e esperamos que proporcione oportunidades de crescimento de alta qualidade a curto e a longo prazo.

Aumento da capacidade em 2012-2015 (GW)



OPÇÕES DE CRESCIMENTO PARA O FUTURO

A longo prazo, a EDPR depende da qualidade dos seus projetos em *pipeline*, bem como das atividades de prospeção nos seus mercados e tecnologias para garantir projetos importantes para a próxima década.

DESENVOLVIMENTO DE PIPELINE DE QUALIDADE

A EDPR possui um *pipeline* global e diversificado de projetos de 18,6GW, distribuídos por todas as áreas geográficas onde atualmente está presente. Estes projetos, principalmente constituídos por energia eólica *onshore*, encontram-se em vários estádios de desenvolvimento. Para classificar esses projetos é utilizado um sistema de classificação por níveis, que classifica como “Prospetivos” os projetos que se encontram em fase inicial de desenvolvimento, enquanto os projetos no “Nível 1” são os que estão próximo da construção. Atualmente, a EDPR tem cerca de 12,7GW em projetos em “Nível 3” ou “Prospetivos” com um conjunto sólido de opções para garantir o crescimento a longo prazo. Adicionalmente, 1,2 GW estão no “Nível 1” e 4,8 GW no “Nível 2” e estão em situação de garantir as nossas ambições a curto prazo.

NOVOS MERCADOS

A EDPR tem vindo a crescer, expandindo-se para novos países, através do desenvolvimento de projetos de raiz ou de transações estratégicas de projetos em estádios iniciais de desenvolvimento. Alavancando as suas capacidades internas, a EDPR escolheu cuidadosamente os seus mercados, considerando um conjunto de princípios que foram aplicados em cada entrada num novo país.

Ao considerar um novo mercado, a EDPR dá início a um programa, com a duração de diversos anos, em que contacta todos os intervenientes relevantes, entende as preocupações das principais stakeholders, identifica os principais riscos e constrangimentos, estabelece discussões com possíveis parceiros, e avalia tecnicamente, em detalhe, um conjunto de projetos específicos disponíveis nesse mercado. Uma decisão de entrada num novo mercado geralmente comporta várias decisões de não entrada em outros mercados que foram exaustivamente analisados, mas que foram descartados por não atingirem os padrões definidos pela EDPR, ou por não serem suficientemente competitivos nesse momento.

A EDPR dá grande importância não só à fiabilidade e à sustentabilidade do esquema tarifário do país para energias renováveis, mas também ao potencial do mercado para permitir a criação de elevado valor durante a fase de desenvolvimento dos projetos. É, portanto, colocado extremo cuidado e esforço em todos os mercados para aceder a um *pipeline* de projetos de muito alta qualidade, recorrendo também a capacidades locais para cumpri-los em tempo útil. Esta seleção

permanente e rigorosa de novos mercados para investimento deverá gerar novas oportunidades que permitirão aumentar o portefólio da EDPR a longo prazo.

NOVAS TECNOLOGIAS

Em consonância com a sua estratégia de crescimento, a EDPR analisa constantemente as perspetivas comerciais de uma vasta gama de tecnologias de energias renováveis que contribuem para um crescimento sustentável no futuro.

A escolha de tecnologias de investimento é baseada em dois critérios principais. O primeiro é a competitividade de cada tecnologia medida através do custo nivelado de energia (LCoE) durante toda a vida útil do ativo. A EDPR apenas considera investir em tecnologias que apresentam métricas competitivas de LCoE. Geralmente, este pressuposto exclui tecnologias em fase inicial de desenvolvimento, uma vez que a eficácia da tecnologia e a falta de histórico torna-a arriscada e pouco competitiva. O segundo critério de seleção é o potencial de crescimento do mercado. Apenas são consideradas as tecnologias que registam um forte crescimento durante um longo período de tempo, permitindo, portanto, vastas oportunidades.

OFFSHORE

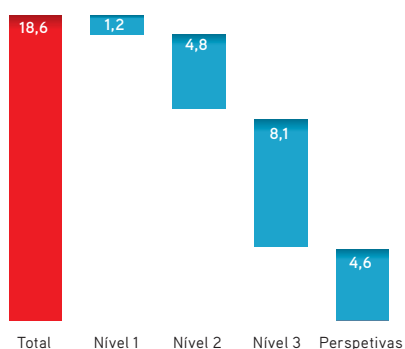
Segundo a Emerging Energy Research, a energia eólica *offshore* deverá crescer exponencialmente na Europa, passando de apenas 4% de aumento em 2011 para aproximadamente 31% no período 2012-2020. A EDPR entrou na tecnologia eólica *offshore* em 2010 quando venceu o projeto Moray Firth na terceira fase de desenvolvimento de energia eólica *offshore* no Reino Unido, na expectativa de que esta tecnologia poderia constituir uma opção de crescimento para a Empresa. Atualmente, a EDPR está a desenvolver dois projetos de energia eólica *offshore* no Reino Unido num total líquido de 1,5 GW, em parceria com a Repsol Nuevas Energías.

I&D EM TECNOLOGIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

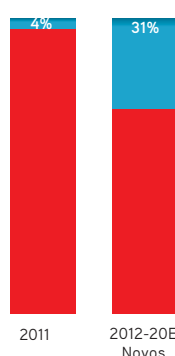
A EDPR reconhece a importância de esforços de investigação e desenvolvimento em tecnologias de energias renováveis. Só após muitos anos de testes, otimização e avanços tecnológicos é que as tecnologias em fase inicial de desenvolvimento evoluem para um ponto em que o investimento em larga escala se torna sustentável. Nesta medida, a EDPR participa, em parceria, no projeto inovador WindFloat liderado pela EDP Inovação.

Este projeto visa o desenvolvimento de uma tecnologia que irá permitir a exploração do potencial eólico no mar, em profundidades de mais de 40 metros. O projeto já instalou com sucesso uma turbina eólica de 2 MW numa plataforma flutuante semi-submersível que se encontra ancorada ao largo da costa de Portugal.

Segmentação do pipeline da EDPR (GW)



Crescimento do mercado europeu de energia eólica offshore (%)



Fonte: Emerging Energy Research

EQUIPA QUE PROSPERA NUM AMBIENTE DESAFIANTE

A EDPR procura formar e preparar a sua equipa de alto nível, com um enfoque claro em como enfrentar os desafios e oportunidades do futuro. Para tal, a EDPR implementou uma estratégia sólida de formação, desenvolvimento e mobilidade. Com estes esforços, pretendemos preservar a excelência do capital humano da Empresa, oferecendo aos nossos colaboradores um plano de desenvolvimento atrativo da carreira, com oportunidades de crescimento profissional.

MOBILIDADE

Para apoiar a estratégia de crescimento global da Empresa, a mobilidade é uma poderosa ferramenta para partilhar a cultura e as melhores práticas da EDPR com os novos mercados em que pretendemos entrar. Adicionalmente, também abre novos horizontes aos nossos colaboradores quanto ao desenvolvimento das suas carreiras.

Em 2012, iniciámos um processo para facilitar o acesso dos colaboradores às oportunidades que melhor correspondam aos seus planos de carreira. Os colaboradores foram encorajados a atualizar a informação disponível sobre a sua experiência profissional e as suas preferências em matéria de mobilidade.

Esta informação foi processada para identificar diferentes perfis dentro da Empresa, preparando-se, assim, futuras necessidades de mobilidade. Quando surgirem novas posições em aberto dentro da Empresa, será feita a correspondência com os perfis gerados por forma a priorizar a mobilidade interna com os colaboradores cujas competências, formação e preferências de mobilidade correspondam aos requisitos das novas posições.

FORMAÇÃO

Ao definirmos a nossa estratégia para o futuro, procuramos alinhar as necessidades atuais e futuras da organização com as capacidades dos colaboradores, apoiando, simultaneamente, as suas expectativas de desenvolvimento profissional e assegurando a sua empregabilidade contínua. Estamos empenhados em oferecer aos nossos colaboradores um plano de carreira atrativo, bem como oportunidades contínuas de formação profissional e académica

Métricas de formação	2012	2011	Δ%
Número de horas de formação (#)	14.611	17.873	(18%)
Investimento em formação (€ mil)	924	1.033	(11%)
Número de formandos (#)	2.270	2.004	(13%)

Nota 1: A formação em Portugal e no Brasil é da responsabilidade da EDP e, portanto, não está incluída.
Nota 2: As métricas não incluem formação em idiomas. Em 2012, a formação em idiomas representou 2.713 horas e 166 participações, enquanto em 2011 a formação em idiomas representara 20.123 horas e 1.681 participações.

Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar o seu potencial de desenvolvimento, o que dá origem a um plano de desenvolvimento personalizado, com a formação mais adequada às suas necessidades específicas. Este processo de avaliação do potencial é independente do processo de avaliação

do desempenho e baseia-se num modelo de 360 graus, no qual o sistema recolhe informação de diferentes fontes a partir da avaliação de desempenho do colaborador: o próprio, os seus pares, subordinados e diretores.

Em 2012, o número de participações em sessões de formação aumentou para 2.270, o que representa uma participação em 2,93 ações de formação por colaborador. Por outro lado, o número total de horas de formação diminuiu para 14.611, como resultado de uma alteração do perfil de formação para cursos mais enfocados e de menor duração.

ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS UNIVERSIDADE EDP

Nos próximos anos, a Escola de Energias Renováveis irá ganhar relevância como ferramenta que visa facilitar a partilha de know-how e proporcionar aos colaboradores uma visão geral dos desafios estratégicos que a Empresa enfrenta.

A Escola de Energias Renováveis foi criada em 2011, no contexto da Universidade EDP e, desde a sua criação, tem provado ser um sucesso, ministrando 23 sessões de formação (que representam 229 horas) para 389 formandos.



Sessão de formação da Escola de Energias Renováveis

A Escola também promoveu uma discussão estratégica, num workshop em 2012, que envolveu diretores de diferentes áreas de toda a Empresa. E os nossos parceiros de negócio também contribuíram para o objetivo da nossa escola através da colaboração em cursos, dos quais se destaca uma sessão de formação específica em energia eólica *offshore* realizada com a Repsol, e outras colaborações com a Universidade EDP.

PROGRAMA DE ELEVADO POTENCIAL

A nossa estratégia de formação também está enfocada no desenvolvimento da carreira dos nossos colaboradores de alto potencial, porque pretendemos que se tornem os futuros líderes e levem a EDPR para o próximo nível. Com este objetivo, em 2012 continuámos a disponibilizar aos colaboradores um programa de formação específico, designado Programa de Elevado Potencial (HIPO).

Através do Programa HIPO, os colaboradores são apoiados no seu desenvolvimento profissional, com a ajuda de um mentor que lhes proporciona aconselhamento sobre as suas carreiras, e a formação específica para desenvolver as competências sociais necessárias para crescer profissionalmente dentro da Empresa.

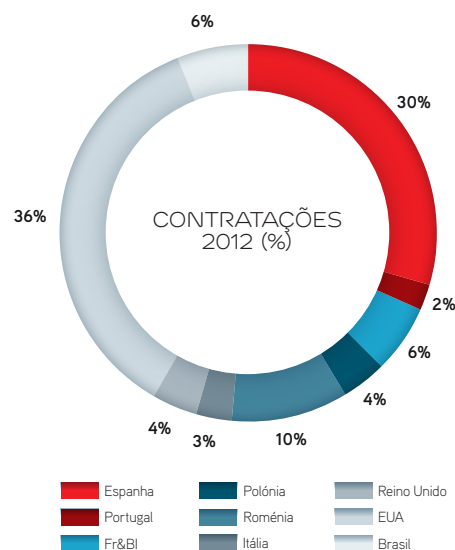
RESPONSABILIDADE DE LIDERANÇA

A liderança eficaz é um pré-requisito para o sucesso e desenvolvimento da Empresa. Em 2012, a EDPR proporcionou aos elementos das suas equipas de gestão formação em liderança de topo, abrangendo tópicos que vão desde as responsabilidades de liderança até ao estilo de liderança. Estas sessões de formação foram um excelente fórum para a partilha de experiências de liderança.

RECRUTAMENTO

A fim de assegurar o crescimento futuro, aumentar a eficiência e estimular a inovação, a EDPR está constante e globalmente à procura do melhor talento. Com este objetivo foi desenvolvida uma estratégia de recrutamento que garanta que os novos colaboradores contratados estão alinhados com os valores da empresa: Team Oriented Environment: EDPR promotes an environment based on team building.

- **Ambiente orientado para o trabalho em equipa:** A EDPR promove um ambiente baseado do desenvolvimento de equipas.
- **Desenvolvimento da carreira:** A EDPR reconhece a importância do desenvolvimento da carreira e ajuda os colaboradores a adquirirem conhecimentos e a dominarem o negócio das energias renováveis. A Empresa reconhece e recompensa os colaboradores pela sua inovação, trabalho e desempenho.
- **Diversidade:** A EDPR tem uma equipa diversificada, com colaboradores de uma grande variedade de origens e culturas.
- **Sustentabilidade:** A EDPR tem como objetivo incentivar a responsabilidade ambiental, económica e social dos seus colaboradores.



Em 2012, contratámos 145 colaboradores, de entre os quais 33% mulheres.

Além disso, num processo para atrair os recursos mais brilhantes para a Empresa, contratamos estagiários das principais universidades e escolas de negócios. Em 2012, 137 estagiários trabalharam na EDPR, tendo 9% deles recebido uma proposta de contrato a tempo inteiro.

Estagiários	Verão	Anual	Total	Contratos	(%)
Europa	4	70	74	5	7%
América do Norte	13	12	25	2	8%
Brasil	0	5	5	1	20%
Corporativo	3	30	33	5	15%
Total	20	117	137	13	9%

INTEGRAÇÃO DE NOVAS CONTRATAÇÕES

A EDPR tem uma cultura empresarial forte, e queremos que os novos colaboradores entendam esta cultura e rapidamente a adotem no seu dia-a-dia. Para incentivar que tal aconteça, os novos colaboradores participam numa série de workshops e atividades de desenvolvimento de equipas, destinadas a promover a integração e uma melhor compreensão da Empresa.

O nosso Welcome Day, um evento de três dias para novos colaboradores, permite que os novos colaboradores ganhem algum conhecimento básico sobre a Empresa, o nosso negócio e visitem um dos nossos parques eólicos.

Simultaneamente, os eventos de promoção destinam-se a criar um espírito de equipa, a fomentar o relacionamento entre novos colaboradores e facilitar a sua integração.



Aula de culinária como atividade de promoção junto dos novos colaboradores integrados em 2011

FAZER MAIS PELO MEIO AMBIENTE E PELA COMUNIDADE

Os planos de crescimento da Empresa na área de energias renováveis puras representam um sólido compromisso para promover a utilização de fontes de energia verde. Adicionalmente, assumimos o compromisso de apoiar e utilizar as melhores tecnologias disponíveis, a fim de preservar os recursos naturais e reduzir a poluição.

As nossas perspetivas de negócio futuras são as de criar um impacto positivo nas nossas comunidades e no meio ambiente. Ao longo dos próximos três anos, esperamos evitar cerca de 54 milhões de toneladas de CO₂. Continuaremos a recorrer às melhores práticas disponíveis, a fim de maximizar o retorno positivo para a comunidade.

ESTRATÉGIA AMBIENTAL NO NOSSO PLANO DE INVESTIMENTOS

O nosso plano de negócios para os próximos anos inclui MWs adicionais de energia limpa. A nossa estratégia de expansão é complementada com práticas ambientais que nos permitem atingir os nossos objetivos, garantindo um impacto positivo sobre o meio ambiente. Desde a fase inicial de desenvolvimento dos nossos projetos que consideramos os seus aspetos ambientais, seguindo a nossa política ambiental e de compromisso com a biodiversidade.

PROJECT DEVELOPMENT AND CONSTRUCTION

Em futuros projetos do nosso portefólio, a nossa abordagem continuará a basear-se numa adequada gestão dos riscos ambientais. A avaliação ambiental é uma componente crítica dos processos de viabilidade, iniciando apenas o desenvolvimento de projetos que consideramos serem ambientalmente sustentáveis.

No âmbito da nossa estratégia de desenvolvimento, realizamos exames ambientais e culturais para identificar e gerir potenciais riscos ambientais, bem como para determinar as restrições a serem consideradas no projeto, construção e operação das instalações, dada a natureza específica do local.

Os potenciais impactos ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacto ambiental das instalações, sendo também avaliadas alternativas viáveis e determinadas as medidas preventivas, de correção e compensação.

IMPACTOS CUMULATIVOS EM OFFSHORE

Na área de Moray Firth (Escócia), onde a EDPR está a desenvolver um projeto de *offshore*, temos vindo a desenvolver vários estudos para conhecer as características ambientais do local.

Neste processo, as avaliações de impacto cumulativo ganham particular relevância em projetos de grande escala. Estes estudos complementam a avaliação que a EDPR realiza do impacto do projeto individualmente com a avaliação dos efeitos que podem surgir a partir da interação do nosso parque eólico com outros projetos já existentes ou futuros.

Durante a fase de construção são vários os parceiros externos que desempenham um papel importante nas obras. Por essa razão, consideramos essencial envolver a cadeia de valor para assegurar que todos estão alinhados com nossa estratégia ambiental. Os requisitos ambientais e as melhores práticas da EDPR são incluídos na documentação para concurso ou nos planos específicos de gestão ambiental. Através de um plano de monitorização podemos garantir que as exigências ambientais são cumpridas. Em caso de um impacto ambiental inesperado ser identificado, somos capazes de rapidamente implementar a medida corretiva.

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DURANTE A CONSTRUÇÃO

No parque eólico da Serra de Carondio y Muriellos (Espanha), foram protegidas e monitorizadas várias lagoas e turfeiras durante os trabalhos de construção. O nosso objetivo era não só de proteger o sistema de água local, mas também a fauna que habita estas áreas (anfíbios e répteis).



Lagoa nos arredores da Serra Carondio e do parque eólico Muriellos

Após o período de construção, é nosso dever devolver o local ao seu estado inicial. Por isso, procedemos a trabalhos de restauração morfológica e ressemeadura. Em 2012, 149,29 ha foram restauradas.

Adicionalmente, para proteger determinadas espécies, em alguns casos, decidimos transplantar a vegetação. Este foi o caso de várias oliveiras silvestres, ou "acebuches", do Parque Eólico Janda III (Espanha), que foram transplantadas para as áreas vizinhas em 2012.

POTENCIAL IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL

A nossa estratégia de negócio para os próximos anos prevê a construção de novos parques eólicos nas nossas regiões geográficas atuais, bem como em novos países.

Desde o início da construção, os novos parques eólicos trazem uma ampla gama de benefícios para as comunidades locais. No entanto, é importante colaborar com os nossos stakeholders para garantir que eles maximizam o valor gerado.

MAXIMIZAR O VALOR PARTILHADO

A construção de um parque eólico inclui a construção de novas estradas e a reabilitação das existentes, a fim de transportar equipamento pesado (componentes de turbinas eólicas, transformadores de potência, etc.) para o local durante a construção. Durante a operação dos parques eólicos estas estradas são sujeitas a trabalhos de manutenção, adicionalmente

outras oportunidades, com claros benefícios para as comunidades locais tem sido identificadas, tais como, a melhoria da estrada de acesso para a ermida de Santa Quiteria na localidade de Tardienta, Espanha.

Além disso, a integração da nossa capacidade de produção também pode exigir atualizações nas redes de distribuição e transmissão pertencentes aos operadores do sistema. Essas atualizações permitem beneficiar indiretamente a qualidade do serviço oferecido nas áreas circundantes, minimizando interrupções no fornecimento de energia elétrica. Adicionalmente, em 2012, uma subestação da EDPR foi utilizada como apoio durante o trabalho de atualização da subestação de transmissão na área, garantindo um fornecimento de energia elétrica contínuo, uma vez que o equipamento estava pronto para cobrir interrupções durante os trabalhos de manutenção.

Em 2012 foram investidos 26 milhões de euros em investimentos em infraestruturas que beneficiaram as comunidades vizinhas.

MAXIMIZAR OPORTUNIDADES LOCAIS

A fim de maximizar o potencial de conteúdo local nos nossos projetos no Reino Unido, estamos a apoiar o desenvolvimento da cadeia de abastecimento local.

Começamos a colaborar com a Divisão de Energia do governo escocês, com a Highlands and Island Enterprise, e com a Scottish Enterprise para permitir às agências o acesso a partes específicas do processo de subcontratação do projeto.

Espera-se que o desenvolvimento deste novo mercado se traduza em crescimento e prosperidade para a região.

ENVOLVER A OPINIÃO LOCAL

A localização dos parques eólicos é selecionada com base numa pesquisa global que tem em linha de conta não só aspetos técnicos, mas também ambientais e sociais. O envolvimento precoce com as comunidades locais garante uma compreensão preciosa destas considerações sociais e um desenvolvimento favorável e calmo.

As consultas públicas são uma prática corrente para o desenvolvimento dos nossos projetos. As consultas públicas são participadas e recebem cobertura da imprensa local.

Além disso, estão disponíveis mecanismos de reclamação para garantir que as reclamações são devidamente registadas e tratadas. Em casos específicos, decidimos adotar uma abordagem mais proactiva e atualmente contamos com as câmaras municipais para filtrar e comunicar todas as reclamações, o que aumenta a transparência e evidencia um compromisso sério para resolver problemas assim que eles surgem.

Além disso, a interação com os proprietários durante a fase de desenvolvimento é muito ativa e positiva, influenciando a conceção do projeto. Procuramos sempre melhores práticas de envolvimento. Queremos proceder à gestão proactiva e próxima das relações com os proprietários das terras durante a fase de obras.

Em 2012 foi conduzido um projeto-piloto em Espanha com vista a melhorar as relações com os proprietários de terras durante a construção dos parques eólicos. A interação com

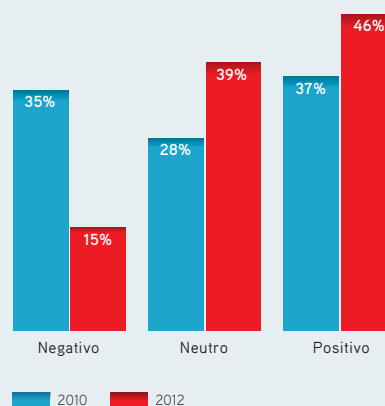
eles é fundamental para finalizar as obras de construção atempadamente. Foi registado um número mínimo de queixas, comprovando o elevado nível de satisfação dos proprietários de terras afetadas, não se tendo verificado qualquer perturbação das obras de construção. Esta experiência estabeleceu um padrão para os projetos de construção seguintes.

MUDANÇA DE ATITUDES

Em 2012, realizámos um inquérito nas áreas de influência dos parques eólicos de Margonin e Golancz (Polónia) para avaliar a perceção da comunidade em relação aos nossos parques eólicos. Participaram no inquérito 400 pessoas e os resultados foram comparados com os de uma pesquisa semelhante realizada em 2010.

De 2010 a 2012 a perceção das comunidades mudou significativamente, tendo os resultados do estudo revelado um aumento nas atitudes positivas face aos parques eólicos e uma diminuição acentuada das opiniões negativas.

Resultados do estudo
parque eólico de Golancz (%)



CONTRATAÇÃO LOCAL E PRÁTICAS DE SUBCONTRATAÇÃO

Embora não existam procedimentos internos que exijam explicitamente o recrutamento local, uma elevada percentagem dos nossos funcionários é proveniente de locais onde a empresa atua. Como resultado, contribuímos para o desenvolvimento económico local.

% de contratações locais	Todos os colaboradores		Administradores	
	2012	2011	2012	2011
Europa	92%	94%	n/a	67%
América do Norte	91%	88%	50%	n/a
Brasil	100%	100%	n/a	n/a
Corporativo	70%	72%	n/a	n/a

n/a: não aplicável. Não foram contratados Administradores nessa plataforma

Durante a construção dos nossos parques eólicos, a comunidade local pode ver a entrada de trabalhadores de construção temporários, que fornecem um impacto positivo na economia local, através da despesa local e do aumento das receitas fiscais de vendas.

Não há procedimentos internos para a prática de contratação de fornecedores locais. No entanto, em média, 78% das nossas despesas foram pagas a fornecedores locais.

O NOSSO DESEMPENHO FINANCEIRO FUTURO

Espera-se que a execução da estratégia da EDPR para o período 2012-15 resulte na criação de elevado valor para os nossos acionistas. A criação de elevado *cash-flow* do nosso crescente portefólio de ativos, aliada à solidez dos nossos resultados, derivados da nossa nova estratégia de financiamento, são os pilares deste plano.

COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS E QUALIDADE DO PORTEFÓLIO

O ponto de partida para o plano de negócios da EDPR a 4 anos são as suas competências-chave. Estas competências têm sido fundamentais para garantir o bom desempenho operacional e financeiro no passado e espera-se que continuem a ser as alavancas do nosso crescimento futuro. O know-how consolidado em termos de desenvolvimento e avaliação de energia eólica, engenharia e construção, O&M e gestão de ativos têm sido essenciais para o desempenho do negócio da EDPR.

Com base no seu conhecimento básico de desenvolvimento de ativos com altos fator de utilização e na sua estratégia de abordagem de baixo risco aos preços da energia, a EDPR possui a capacidade de garantir receitas premium e uma visibilidade de nível superior da sua rentabilidade. Numa perspetiva de custos, os esquemas de manutenção preventiva, a boa gestão de garantias e um portefólio diversificado de turbinas garantem excelentes rácios de custos operacionais. Tudo isto resulta num fluxo contínuo de *cash-flow* operacional, que é fundamental para proporcionar valor para o acionista.

CRESCIMENTO SELETIVO GERA CASH-FLOW FORTE

Para além da nossa atual base instalada, esperamos, nos próximos anos, o aumento de projetos com métricas de rentabilidade média acima do portefólio. Adicionalmente, como resultado do nosso enfoque contínuo na eficiência, esperamos uma evolução positiva dos nossos principais rácios de custos operacionais para a totalidade do portefólio. A combinação destes efeitos deverá produzir um aumento de 25% na nossa principal métrica de rentabilidade: EBITDA por MW médio em operação.

A reação em cadeia do aumento da nossa rentabilidade deverá resultar na evolução positiva do EBITDA. Esta métrica deverá atingir 1,35-1,50 mil milhões de euros até 2015. A capacidade instalada nos atuais mercados de crescimento da EDPR, bem

como em novos mercados/tecnologias irão desempenhar um papel significativo para alcançar esta meta.

FINANCIAMENTO

A nova estratégia de financiamento da EDPR assenta em três componentes principais: *cash-flow* operacional da capacidade instalada, encaixe resultante da execução da nossa estratégia de rotação de ativos e contratualização de operações competitivas de project finance.

ESTRATÉGIA DE ROTAÇÃO DE ATIVOS

A estratégia de rotação de ativos da EDPR assenta na nossa experiência fundamental de criação de valor ao longo das fases de construção, desenvolvimento e operação de projetos de energia renovável. Com base nesta experiência, a EDPR é capaz de transformar um projeto de alto risco – quando está em fase de desenvolvimento e construção – num projeto com um perfil de risco baixo, vida útil longa e fluxo estável e previsível de *cash-flow*.

A venda de participações minoritárias do nosso portefólio operacional permite à EDPR capturar o valor criado nas fases de maior risco, cristalizando o valor dos cash flows dos projetos, e gerando proveitos valiosos para reinvestir no negócio.

Em 2012, a EDPR concluiu com êxito dois negócios de rotação de ativos. O primeiro, nos EUA, consistiu na venda de participações minoritárias em quatro parques eólicos (599 MW). O segundo, em Portugal, foi a primeira de uma série de transações esperadas com a CTG, no âmbito da parceria estratégica firmada com a EDP.

Estas e outras transações devem gerar receitas de mais de 2 mil milhões de euros no período 2012-15, que constituem uma parte significativa do financiamento global para este período.

PROJECT FINANCE

Ao longo dos últimos dois anos, a EDPR assinou com sucesso uma série de acordos de project finance nas principais regiões geográficas onde está presente. A conclusão dos acordos permite à EDPR aceder a uma fonte competitiva de financiamento adicional, e também salienta a qualidade dos projetos, uma vez que têm de cumprir os critérios estritos dos bancos e de outros membros dos mercados globais de crédito.

Em 2012, a EDPR estabeleceu com sucesso três operações de project finance, relativas a projetos em Espanha, Bélgica e Roménia. As três operações incluem parques eólicos de 239 MW numa estrutura de financiamento a longo prazo de 273 milhões de euros a taxas competitivas.

Objetivos da EDPR para 2015

+25%

aumento do EBITDA por MW em operação até 2015

1.35-1.50

mil milhões de euros de EBITDA em 2015

>3x

aumento do lucro líquido vs. valores de 2011 a 2015





INFORMAÇÃO GRI

princípios do relatório	70
índice gri	71
parte I: divulgação de perfis	71
parte II: divulgação sobre a abordagem à gestão (dma)	74
parte III: indicadores de desempenho	76
informação adicional	87
relatório independente de garantia de fiabilidade	89
declaração sobre o nível de aplicação dos princípios gri	91



TOCHA (PORTUGAL, REGIÃO DA BEIRA LITORAL)

9 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA

1.005 MW*

DE CAPACIDADE INSTALADA EM PORTUGAL

5

TURBINAS

REMUNERAÇÃO:

TARIFA FIXA

O parque eólico da Tocha faz parte da carteira de produtos em desenvolvimento da EDPR em Portugal. Desde a entrada da EDPR em Portugal em 2007, o país tem sido uma fonte de crescimento constante da empresa. Este crescimento deu-se graças a projetos próprios e através da participação no consórcio da ENEOP - Eólicas de Portugal.

* inclui capacidade imputável à EDPR através do Consórcio da ENEOP

PRINCÍPIOS DO RELATÓRIO

Este relatório de sustentabilidade satisfaz os indicadores das Orientações G3 da Global Report Initiative (GRI) e presta também informações sobre os indicadores adicionais do suplemento para o setor elétrico relacionados diretamente com o negócio de energia, que consiste na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, essencialmente do vento.

A EDPR não é considerada uma *utility* (empresa de serviços públicos) propriamente dita. Em ambos os casos (indicadores GRI e indicadores do suplemento setorial) são explicadas as possíveis exceções, que se devem sobretudo ao facto do core business da empresa se basear na produção a partir de fontes renováveis, não incluindo a distribuição ou comercialização de energia. Também consideramos a energia produzida pelos nossos ativos eólicos como o nosso produto final. A EDPR assume o compromisso de progressivamente melhorar a informação disponibilizada.

"GLOBAL COMPACT" DAS NAÇÕES UNIDAS



O "Global Compact" é uma iniciativa das Nações Unidas lançada em 2000 que estabelece linhas de orientação para os negócios que entendam dever contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR tornou-se signatária desta iniciativa e está determinada a colocar em prática estes princípios, informando a sociedade dos progressos alcançados.

Adicionalmente, a Empresa dispõe de um Código de Ética que contém cláusulas específicas relativas aos direitos humanos. Em

conformidade com o Código, a EDPR expressa a sua total oposição a trabalhos forçados ou obrigatórios e defende que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base nas convenções, nos tratados e em iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho e o Global Compact das Nações Unidas.

O nosso Manual de Contratação inclui também um capítulo cujos princípios têm de ser aplicados por todos os departamentos de contratação e aquisição, o que significa que também na aquisição e contratação de produtos e serviços a EDPR envida todos os esforços para que os seus fornecedores aceitem cumprir os dez princípios do Global Compact das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção.

Para conhecer em maior detalhe o Global Compact das Nações Unidas, consulte www.unglobalcompact.org.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE

As diretrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para criar um padrão global de divulgação da informação relativa aos três pilares da sustentabilidade: desempenho económico, ambiental e social. A adesão de uma empresa a estas diretrizes significa a sua convergência com o conceito e as práticas da sustentabilidade.

Todo o relatório, incluindo os indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditado pela KPMG.

O quadro GRI estabelece uma lista de princípios que ajudam as organizações a garantir que o conteúdo dos seus relatórios é equilibrado e fidedigno. A EDPR aplicou estes princípios como base para o seu Relatório Anual de 2011.

Para saber mais sobre as linhas de orientação da GRI, visite www.globalreporting.org.

NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI

A empresa autodeclara ter alcançado o nível A+, tal como confirmado pela KPMG. Este relatório foi revisto pela GRI, confirmando-se que segue os standards definidos por esta iniciativa.

PRINCÍPIOS DA GRI

RELEVÂNCIA	INCLUSÃO DAS PARTES INTERESSADAS	CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE
Este relatório inclui a informação relevante para as partes interessadas da sociedade, tal como ela se apresenta nos estudos de materialidade conduzidos.	As preocupações e o feedback transmitidos por todas as partes interessadas foram tidos em conta durante a criação do relatório. Para informação adicional sobre quem são as nossas partes interessadas, consulte www.edpr.com .	Este relatório enquadra devidamente, e tanto quanto possível, a estratégia de contribuição para o desenvolvimento sustentável da sociedade.
ABRANGÊNCIA E EQUILÍBRIO	COMPARABILIDADE, PRECISÃO, CLAREZA E FIDEDIGNIDADE	PERIODICIDADE
Salvo declaração em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva de equilíbrio e objetividade.	A informação apresentada segue as linhas de orientação para tornar a informação comparável, rastreável, exata e fidedigna.	A informação apresentada neste relatório diz respeito ao ano fiscal de 2011. A EDPR compromete-se a transmitir informação sobre sustentabilidade pelo menos uma vez por ano.

ÍNDICE GRI

1ª PARTE: DIVULGAÇÃO DE PERFIS

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE							
1.1.	Declaração do Presidente e CEO	Completa	6-9				
1.2.	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	Completa	44,56-57,110-111				
2. PERFIL ORGANIZACIONAL							
2.1.	Denominação da organização relatora	Completa	4				
2.2.	Principais marcas, produtos e/ou serviços	Completa	4,12-15				
2.3.	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e joint ventures	Completa	12-15				
2.4.	Localização da sede social da organização	Completa	A sede da EDPR é em Madrid (Espanha)				
2.5.	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	Completa	12-15				
2.6.	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	Completa	123-124,150				
2.7.	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	Completa	12-13,20				
2.8.	Dimensão da organização relatora	Completa	12-13,18-19,150				
2.9.	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura acionista	Completa	4,123-124,171-173				
2.10.	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	Completa	16				
EU1	Capacidade instalada, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	12-13,18,34-35				
EU2	Produção líquida de energia, repartida por fonte primária de energia e pelo regime regulatório	Completa	12-13,36				
EU3	Número de clientes domésticos, industriais, institucionais e comerciais	Não			Não aplicável	A Empresa não tem clientes finais	
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição, à superfície ou subterrâneas, de acordo com o regime regulatório	Não			Não aplicável	O principal negócio da empresa é a geração de energia eólica.	
EU5	Alocação de licenças de emissão de CO ₂ ou equivalente, repartida pelo quadro ("framework") de comércio de emissões	Não			Não aplicável	O principal negócio da empresa é a geração de energia eólica.	
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO							
3.1.	Período abrangido (ano civil/fiscal, etc.)	Completa	4				
3.2.	Data do último relatório publicado	Completa	4				
3.3.	Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros)	Completa	4 A informação apresentada neste relatório reporta ao ano fiscal de 2012. A EDPR assume o compromisso de apresentar informação sobre a sua sustentabilidade pelo menos uma vez por ano.				
3.4.	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	Completa	"Contacte-nos" em www.edpr.com .				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
3.5.	Processo para a definição do conteúdo do relatório	Completa	4,65,70 Compreender corretamente os nossos stakeholders é da maior importância para a EDPR. Como consequência, realizamos consultas periódicas com os nossos stakeholders como parte integral do nosso trabalho. Na elaboração deste relatório consideramos vários estudos, benchmarks da indústria, resultados de consultas diretas e feedback obtido no diálogo com os nosso stakeholders, de forma a conseguirmos responder as suas preocupações. Para informação adicional consulte www.edpr.com .				
3.6.	Limite do relatório	Completa	4,70,150,215-223 [Nota 1 e Anexo 1 em Declarações financeiras] Para informação adicional consulte www.edpr.com .				
3.7.	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	Completa	4,70-86,150				
3.8.	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	Completa	4				
3.9.	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo	Completa	4,70-86 Para consolidar dados económicos e sociais, as taxas de câmbio utilizadas foram as do relatório financeiro.				
3.10.	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, natureza do negócio, métodos de medição)	Completa	4				
3.11.	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	Completa	4				
3.12.	Sumário do Conteúdo da GRI	Completa	70-86				
3.13.	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório	Completa	4,70,89-91				
4.	MODELO DE GOVERNO, COMPROMISSOS E CONTRATAÇÃO						
4.1.	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	Completa	101-108				
4.2.	Indicação sobre se o presidente do Conselho de Administração é, simultaneamente, um diretor executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	Completa	101-102				
4.3.	Declaração sobre o número e género dos membros do Conselho de Administração que são independentes e /ou administradores não executivos	Completa	101-102				
4.4.	Mecanismo para os acionistas e trabalhadores fazerem a apresentação de recomendações ou indicações ao Conselho de Administração	Completa	109,122				
4.5.	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos diretores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	Completa	120-122				
4.6.	Implementação de processos ao dispor do Conselho de Administração destinados a evitar conflitos de interesse	Completa	109,136-139				
4.7.	Processo para a determinação da composição, das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração e seus comités, incluindo qualquer consideração de género e outros indicadores de diversidade	Completa	101-108,136-139				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
4.8.	Declarações de missão ou de valores, códigos de conduta e princípios referentes ao desempenho económico, ambiental e social e o seu estado de implementação	Completa	109 Para informação adicional consulte www.edpr.com , para consultar o nosso compromisso com a sustentabilidade, princípios e a visão, missão e valores da nossa Empresa				
4.9.	Procedimentos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	Completa	4,70				
4.10.	Processos de avaliação do desempenho do próprio Conselho de Administração, no que diz respeito em particular ao seu desempenho económico, ambiental e social	Completa	120-122				
4.11.	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	Completa	44,56-57,110-111				
4.12.	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	Completa	4,109 A EDPR tornou-se signatária da Global Compact das Nações Unidas, seguindo as suas diretivas para o desenvolvimento sustentável e comprometeu-se em colocar em prática estes princípios e informar a sociedade do progresso alcançado.				
4.13.	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	Completa	Somos membros de diversas associações de energia em vários países onde estamos presentes, desempenhando um papel relevante no apoio ao desenvolvimento de energias renováveis. Consulte a informação a partes interessadas na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em www.edpr.com para uma listagem completa das organizações.				
4.14.	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	Completa	Consulte a informação a partes interessadas na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em www.edpr.com para uma identificação completa das partes interessadas				
4.15.	Base para a identificação e seleção das partes interessadas a serem envolvidas	Completa	70,73 A identificação dos grupos de partes interessadas com os quais a Empresa trabalha é o resultado de um processo interno de reflexão da gestão da Empresa. Consulte a informação a partes interessadas na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em www.edpr.com .				
4.16.	Abordagens ao relacionamento com partes interessadas, incluindo a frequência da relação, por tipo e por grupo de partes interessadas	Completa	70,73 Consulte a informação a partes interessadas na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em www.edpr.com . A Empresa utiliza diversos canais no relacionamento com as partes interessadas, tal como descrito no nosso site, e cada um dos canais disponíveis permite uma frequência e intensidade específicas para o relacionamento com as partes interessadas. A Empresa relaciona-se continuamente, através de sites, correio eletrónico e departamentos específicos, numa base diária com os seus colaboradores, investidores, comunicação social e fornecedores. Também são realizados periodicamente inquéritos internos e externos. A Empresa também proporciona outros meios de relacionamento não periódicos para assegurar que todas as dúvidas das partes interessadas são completamente resolvidas.				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
4.17.	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	Completa	70 Consulte a informação a partes interessadas na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em www.edpr.com .				

2ª PARTE: DIVULGAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM À GESTÃO (DMA)

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
DMA EC	DIVULGAÇÃO SOBRE A ABORDAGEM À GESTÃO ECONÓMICA						
	Desempenho económico	Completa	34-38,60-61				
	Presença no mercado	Completa	12-13,18				
	Impactos económicos indiretos	Completa	46-47,64-65				
	Disponibilidade e fiabilidade	Não			Não aplicável	O negócio da Empresa consiste na geração de energia eólica, e não inclui a transmissão de energia.	
EU6	Abordagem à gestão da garantia da disponibilidade e fiabilidade da eletricidade a curto e longo prazo	Não			Não aplicável	O negócio da Empresa consiste na geração de energia eólica, e não inclui a transmissão de energia.	
	Gestão da procura	Não			Não aplicável	O negócio da Empresa consiste na geração de energia eólica, e não inclui a transmissão de energia.	
EU7	Programas de gestão do lado da procura, incluindo programas para clientes domésticos, comerciais, institucionais e industriais	Não			Não aplicável	O negócio da Empresa consiste na geração de energia eólica, e não inclui a transmissão de energia.	
	Eficiência do sistema	Não			Não aplicável	O negócio da Empresa consiste na geração de energia eólica, e não inclui a transmissão de energia.	
	Investigação e desenvolvimento	Completa	20,39-40				
EU8	Atividade de investigação e desenvolvimento e custos destinados ao fornecimento de eletricidade fiável e à promoção do desenvolvimento sustentável	Completa	A EDP Inovação é a empresa do Grupo EDP responsável por as actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) e partilha os custos com outras empresas do Grupo. Para informação detalhada relativamente aos gastos de I&D consulte www.edpr.pt .				
	Descomissionamento de instalações	Não			Não aplicável	A empresa não possui centrais nucleares	
EU9	Reservas para o descomissionamento de centrais nucleares	Não			Não aplicável	A empresa não possui centrais nucleares	
DMA EN	ABORDAGEM À GESTÃO AMBIENTAL						
	Materiais	Não			Não material	O volume de materiais utilizados para geração de energia eólica não é significativo e como tal ainda não foi medido.	
	Energia	Completa	45-46				
	Água	Não			Não aplicável	A geração de energia eólica não tem impacto significativo na água	
	Biodiversidade	Completa	44-46,64				
	Emissões, efluentes e resíduos	Completa	44-46				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
	Produtos e serviços	Não			Não material	O consumo de eletricidade não tem impacto significativo no ambiente	
	Conformidade	Completa	Em 2012, não foi imposta qualquer sanção ambiental àEDPR.				
	Transporte	Completa	45-46				
	Avaliação global	Completa	44				
DMA LA ABORDAGEM À GESTÃO LABORAL							
	Emprego	Completa	41-43,62-63				
EU14	Programas e processos para garantir a disponibilidade de mão-de-obra qualificada	Completa	62-63				
EU15	Percentagem de empregados suscetíveis de reforma nos próximos 5 a 10 anos, repartidos por categoria de trabalho e por região	Completa	87				
EU16	Políticas e requisitos relativos à saúde e segurança dos trabalhadores, e dos trabalhadores das entidades contratadas e subcontratadas	Completa	43				
	Relacionamento entre os colaboradores e a administração	Completa	Geralmente, os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os trabalhadores que trabalham sob uma relação de trabalho com e para as respetivas empresas, independentemente do tipo de contrato, do grupo profissional em que estão classificados, da sua ocupação ou trabalho. No entanto, os assuntos relacionados com a própria organização corporativa, com as leis de cada país ou mesmo com os usos e costumes de cada país podem resultar em que alguns grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.				
	Saúde e segurança no trabalho	Completa	43				
	Formação e ensino	Completa	62-63				
	Diversidade e igualdade de oportunidades	Completa	41,63,87				
	Remuneração igual para mulheres e homens	Completa	41,63,87				
DMA HR ABORDAGEM À GESTÃO DE DIREITOS HUMANOS							
	Práticas de Investimento e de procedimentos de compras	Completa	70				
	Não discriminação	Completa	70				
	Liberdade de associação e de negociação coletiva	Completa	70				
	Abolição do trabalho infantil	Completa	70				
	Prevenção de trabalho forçado e escravo	Completa	70				
	Procedimentos de segurança	Não			Não aplicável	A Empresa não possui pessoal de segurança relevante	
	Direitos dos povos indígenas	Completa	70				
	Remediação	Completa	70				
DMA SO ABORDAGEM À GESTÃO SOCIAL							
	Comunidade	Completa	41,45-47,64-65				
EU19	Participação das partes interessadas no processo de tomada de decisões relacionadas com o planeamento energético e o desenvolvimento de infraestruturas	Completa	65				
EU20	Abordagem à gestão dos impactos de retirada	Não			Não aplicável	A Empresa não produz deslocações	
	Corrupção	Completa	83-84				
	Políticas públicas	Completa	83-84				
	Conduta desleal	Completa	83-84				
	Conformidade	Completa	83-84				
	Planeamento e resposta em caso de catástrofe ou emergência	Completa	43				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EU21	Planeamento de medidas de contingência, planos de gestão da catástrofe ou emergência, programas de formação e planos de recuperação ou regeneração	Completa	43				
DMA PR ABORDAGEM À GESTÃO DE PRODUTOS							
	Saúde e segurança do cliente	Não			Não aplicável	A nossa atividade principal e as iniciativas na área de Saúde e Segurança estão enfocadas nas instalações de produção de eletricidade e não no consumo final.	
	Rotulagem de produtos e serviços	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
	Comunicações de marketing	Não			Não aplicável	Não está relacionado com o negócio da Empresa, uma vez que a Empresa não procede a comunicações de marketing relacionadas com produtos.	
	Privacidade do cliente	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
	Conformidade	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
	Acesso	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
EU23	Programas, incluindo os desenvolvidos em parceria com o Estado, para a melhoria ou manutenção do acesso aos serviços de eletricidade e aos serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
	Transmissão de informações	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	
EU24	Práticas para a abordagem de barreiras derivadas da língua, cultura, baixa escolaridade e deficiência para aceder e usar com segurança a eletricidade e serviços de apoio ao cliente	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia não estando ligada ao consumo final.	

3A PARTE: INDICADORES DE DESEMPENHO

Económico

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
DESEMPENHO ECONÓMICO							
EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	Completa	18-19,46,88				
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devidas a alterações climáticas	Completa	26,44,56-57,110-111				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EC3	Cobertura das obrigações dos planos de benefícios definidos pela organização	Parcial	175 92% dos trabalhadores são elegíveis para o plano de poupança reforma	A Empresa não comunica o nível de participação nos planos de poupança reforma.	Não disponível	Os sistemas da empresa não estavam preparados para reportar o valor consolidado da participação total do grupo nos planos de pensões.	2014
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do Estado	Completa	123-124 Em 2012, a Empresa recebeu 176 M€ em desagravamento fiscal, <i>Cash Grant</i> e créditos fiscais federais e estatais à produção				

PRESEÇA NO MERCADO

EC5	Rácio entre o salário-base de entrada por comparação com o salário mínimo local por género em locais operacionais de relevância	Parcial	EDPR EU: 162,6% EDPR NA: 194,8% EDPR BR: 468,6% Considerámos locais de relevância todos os países onde temos uma presença significativa.	Não disponibilizamos rácios por género e país	Informação confidencial	Informação confidencial para proteger a privacidade dos dados dos trabalhadores em casos específicos.	
EC6	Política, práticas e proporção de custos com fornecedores locais em instalações operacionais de relevância	Completa	65 Por "local" referimo-nos a cada um dos países onde temos uma presença significativa.				
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local em locais operacionais de relevância	Completa	65				

IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS

EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono	Completa	46-47,64-65				
EC9	Compreensão e descrição de impactos económicos indirectos, incluindo o alcance dos impactos	Completa	46-47,64-65				

DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE

EU10	Capacidade planeada face à procura de eletricidade projetada a longo prazo, repartida por fonte de energia e regime regulatório.	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia, não estando ligada à transmissão ou distribuição de energia.	
------	--	-----	--	--	---------------	---	--

EFICIÊNCIA DO SISTEMA

EU11	Média do rendimento da produção das centrais termoeletricas, por fonte de energia e por regime regulatório.	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia, não estando ligada à transmissão ou distribuição de energia.	
EU12	Percentagem de perdas de energia na transmissão e distribuição.	Não			Não aplicável	A principal actividade da empresa é a produção de energia, não estando ligada à transmissão ou distribuição de energia.	

Ambiente

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
MATERIAIS							
EN1	Materiais utilizados, por peso ou volume	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizados para a produção de energia eólica não é significativa e portanto ainda não foi medida.	

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN2	Porcentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	Não			Não material	A quantidade de materiais utilizados para a produção de energia eólica não é significativa para as principais atividades da Empresa.	
ENERGIA							
EN3	Consumo direto de energia discriminado por fonte primária de energia	Não			Não aplicável	O principal negócio da Empresa é a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.	
EN4	Consumo indireto de energia discriminado por fonte primária de energia	Completa	45-46 Consumos indiretos de electricidade são referentes à electricidade necessária para o funcionamento dos nossos escritórios, bem como da turbinas nos períodos em que não conseguem gerar energia renovável suficiente para o seu consumo interno. Em 2012, a EDPR consumiu 193 TJ de electricidade. Consideramos que a electricidade consumida da rede foi gerada pelas fontes de geração principais do mix energético dos países onde estamos presentes.				
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	Não			Não aplicável	O principal negócio da Empresa é a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	Não			Não aplicável	O principal negócio da Empresa é a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e as reduções alcançadas	Parcial	46	A Empresa não informa sobre a extensão da redução da utilização de energia indireta durante o período do relatório nem sobre os pressupostos subjacentes e as metodologias utilizadas para calcular a utilização de outras fontes indiretas de energia nem indicar a fonte da informação.	Não material	O principal negócio da Empresa é a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. O nível de CO ₂ evitado devido à produção de energia renovável é maior do que os resultados das iniciativas realizadas para reduzir as emissões diretas.	
ÁGUA							
EN8	Consumo total de água, por fonte	Não			Não aplicável	A energia eólica não tem impacto significativo na água	
EN9	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	Não			Não aplicável	A energia eólica não tem impacto significativo na água	
EN10	Porcentagem e volume de água reciclada e reutilizada	Não			Não aplicável	A energia eólica não tem impacto significativo na água	
BIODIVERSIDADE							
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	Completa	45 Visite a nossa informação ambiental na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em: www.edpr.com .				
EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Completa	44-45,64 Para informação adicional, visite a nossa informação ambiental na Secção sobre sustentabilidade no nosso site em: www.edpr.com .				
EU13	Habitats protegidos ou recuperados	Completa	44-45,64				
EN13	Biodiversidade de habitats equivalentes, por comparação com a biodiversidade das áreas afetadas	Completa	44-45,64				
EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	Completa	44-45,64				

Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS						
EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	44-46 As emissões por consumo de gás foram estimadas segundo o protocolo GEE (gases com efeito de estufa). As emissões por consumo de eletricidade foram calculadas com os fatores globais de emissão de cada país e, no caso dos EUA, de cada estado.			
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	Completa	44-46 As emissões indiretas em 2012 de viagens de negócios e deslocações de trabalhadores foram estimadas segundo o standard DEFRA. A informação de 2011 foi estimada segundo o protocolo GEE, resultando em valores menores.			
EN18	Iniciativas para reduzir a emissão de gases com efeito de estufa e reduções alcançadas	Completa	44-46 A nossa atividade principal, a produção de energia eólica, já implica a redução de emissões GEE. Para calcular a redução das emissões, a produção de energia foi multiplicada pelos fatores equivalentes de emissão de CO ₂ de cada país e de cada estado nos EUA, apenas considerando energia fóssil. Em 2012, modificámos a metodologia para cálculo da redução de CO ₂ , para excluir a energia nuclear no fator de emissão, por considerarmos que a nossa energia só substitui a energia fóssil. Todas as medidas de redução futuras e passadas de CO ₂ , apresentadas neste relatório foram recalculadas de acordo com esta metodologia.			
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	Não		Não aplicável	A atividade da Empresa não produz emissões relevantes de substâncias destruidoras da camada de ozono	
EN20	NOx, SOx e outras emissões relevantes, por tipo e peso	Não		Não aplicável	A atividade da Empresa não produz emissões relevantes de NOx, SOx, e outras emissões relevantes	
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	Não		Não material	A atividade da Empresa não utiliza a água como recurso relevante	
EN22	Quantidade total dos resíduos, por tipo e método de tratamento	Parcial	44-45 Na Europa e no Brasil, o método de tratamento de resíduos tem sido indicado pelas empresas gestoras de resíduos, enquanto nos EUA o método de tratamento de resíduos tem sido determinado pelos padrões organizativos das empresas gestoras de resíduos. Para este relatório todos os resíduos foram classificados como perigosos ou não perigosos segundo a Lista Europeia de Resíduos (LER), não obstante em cada país onde a EDPR está presente cada parque deve seguir a legislação local aplicando os processos internos para tratar, etiquetar e armazenar os resíduos, e garantir assim o cumprimento da lei. Nalguns casos, como nos EUA, onde as nossas operações geram substâncias que são abrangidas por legislação específica (como no caso do óleos) seguimos os mais estritos padrões para a gestão e eliminação deste tipo de resíduos, garantindo assim o cumprimento integral de toda a legislação aplicável.	A Empresa não subdivide os montantes totais de desperdício (perigosos e não perigosos) por tipo: compostagem, para incineração (ou utilização como combustível), para injeção em profundidade, para armazenamento local e reciclagem vs. recuperação.	A Empresa diferencia resíduos perigosos e não perigosos pelos seguintes métodos de tratamento: reciclagem, recuperação (não reciclados), envio para um aterro e outros meios.	2014

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EN23	Número e volume total de derrames significativos	Completa	45 Consideramos que um derrame é significativo se for de cerca de 0,16 m3 e atingir o solo.				
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	Não			Não aplicável	A atividade da Empresa não inclui transporte, importação, exportação ou tratamento de resíduos.	
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial	Não			Não aplicável	A atividade da Empresa não utiliza água como recurso relevante	
PRODUTOS E SERVIÇOS							
EN26	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a dimensão da mitigação do impacto	Não			Não material	O consumo de eletricidade não tem impacto significativo no ambiente.	
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria.	Não			Não aplicável	Não está relacionado com o negócio da Empresa, visto o seu produto final ser Energia	
CUMPRIMENTO							
EN28	Valor monetário de multas relevantes e número total de sanções não monetárias pelo incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	Em 2012, não foram impostas quaisquer sanções ambientais à EDP.				
TRANSPORTE							
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de colaboradores	Completa	46				
GERAL							
EN30	Total de custos e investimentos totais em proteção ambiental, por tipo	Parcial	44	A Empresa não apresenta a informação sobre custos com proteção ambiental segmentados por tratamento de resíduos, tratamento de emissões, custos de remediação e prevenção e custos de gestão ambiental.	Não disponível	A Empresa utiliza uma categorização dos custos e investimentos em proteção ambiental diferente da definida pela GRI.	2014

Social: Práticas laborais e trabalho decente

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
EMPREGO							
LA1	Mão-de-obra total, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, detalhado por género	Completa	41,87				
LA2	Número total e taxa de novos colaboradores e rendimento dos empregados, por faixa etária, género e região	Completa	41,63,87				
EU17	Número de dias de trabalho dos empreiteiros e subempreiteiros em atividades de construção, operação e manutenção	Completa	432.837 dias trabalhados pelos nossos subempreiteiros, excluindo horas extra				
EU18	Percentagem dos trabalhadores de entidades contratadas e subcontratadas que frequentaram ações de formação relevantes de saúde e segurança	Completa	43,88				
LA3	Benefícios oferecidos aos empregados a tempo inteiro que não sejam disponibilizados aos trabalhadores temporários ou a tempo parcial, por localizações significativas de operação	Completa	42				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
LA15	Regresso ao posto de trabalho e taxas de retenção depois da baixa parental, por género	Parcial	87 Não houve trabalhadores que não tivessem regressado após gozo ou extensão da baixa parental.	A Empresa não informa sobre o número de trabalhadores que regressaram ao trabalho após o termo da baixa parental e que continuam a trabalhar doze meses após o seu regresso ao trabalho.	Não disponível	A Empresa começou a informar sobre este indicador em 2011 e a informação em falta não ficou disponível durante o processo de elaboração do relatório por forma a dar uma resposta consolidada de acordo com o princípio de completude da GRI.	2016
RELAÇÕES LABORAIS/GESTÃO							
LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	Completa	87 Dos 861 trabalhadores da EDPR, 27% estavam cobertos por acordos coletivos de trabalho.				
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	Completa	Em função da legislação de cada país, a EDPR poderá ter um período mínimo que a Empresa tem de respeitar para fazer o aviso formal de alterações organizativas nas empresas do Grupo com impacto sobre os trabalhadores. No entanto, é habitual comunicar antecipadamente eventos significativos ao grupo a que dizem respeito. Como empregador nos EUA, a EDPR cumpre a legislação em vigor: Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act e o Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs. Os trabalhadores que trabalharam mais de seis meses e 20 horas por semana devem ser avisados com uma antecedência prévia de 60 dias em caso de encerramento ou layoff.				
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO							
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde profissional	Completa	43				
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias de perdidos, absentismo e número total de mortes relacionadas com o trabalho, por região e por género	Parcial	43,88 Pequenos acidentes que apenas necessitam de primeiros socorros não estão incluídos. Dias = dias de trabalho calendarizados Número médio de subempregueiros: UE: 952 EUA: 594 BR: 34	A Empresa não informa sobre a taxa de doenças profissionais e absentismo.	Não disponível	Os sistemas da empresa não estavam preparados para reportar esta informação utilizando um critério comum para todas as geografias.	2015
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves	Parcial	43	A empresa não informa sobre trabalhadores envolvidos em atividades profissionais com elevada incidência ou elevado risco de doenças específicas.	Não disponível	Os sistemas da empresa não estavam preparados para reportar esta informação utilizando um critério comum para todas as geografias.	2015
LA9	Temas de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	Completa	A maioria dos acordos coletivos de trabalho da EDPR inclui os direitos e deveres dos trabalhadores relativamente à política de Saúde e Segurança da Empresa.				
FORMAÇÃO E ENSINO							
LA10	Média de horas de formação, por ano, por empregado, por género e por categoria de funções	Parcial	62 22,3 horas por empregado	A empresa não disponibiliza o detalhe do total de horas por categoria profissional ou género.	Não disponível	A informação não foi consolidada utilizando estas categorias.	

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e para a gestão de carreira	Parcial	62-63	A empresa não reporta se os programas de assistência a colaboradores que se vão reformar ou que terminaram a sua relação contratual oferecem: um plano de reforma antecipada; plano de requalificação; pagamentos por rotura; serviços de relocalização; ou assistência na transição a uma vida não ativa.	Não material	A nossa equipa é jovem e não será afectada por estes temas num futuro próximo.	2015
LA12	Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira, por género	Completa	62				

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	Parcial	41,87,136-139	A empresa não reporta a percentagem de colaboradores ou membros do governo da sociedade que pertencem a grupos minoritários.	Não material	Não existem grupos minoritários significativos na empresa	
------	---	---------	---------------	--	--------------	---	--

REMUNERAÇÃO IGUAL PARA MULHERES E HOMENS

LA14	Rácio do salário-base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional e por lugares significativos de operação	Parcial	87	Não informamos sobre o rácio por país.	Informação confidencial	Informação não revelada para proteger o direito à privacidade da informação dos trabalhadores em casos específicos.	
------	---	---------	----	--	-------------------------	---	--

Social: Direitos humanos

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO							
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos e contratos que incluem cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos	Completa	70				
HR2	Percentagem dos principais fornecedores, empresas contratadas e outros sócios que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas	Completa	70 Como a cultura empresarial dos países onde a EDPR está presente respeita inteiramente os direitos humanos, a Empresa não procedeu a qualquer avaliação relativa a direitos humanos dos fornecedores ou empresas contratadas e os seus acordos de investimento não incluem cláusulas relacionadas com os direitos humanos.				
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de colaboradores que beneficiaram de formação	Completa	70 Em 2011, a EDPR iniciou um programa de formação em Ética para todos os <i>Country Managers</i> , diretores e quadros superiores com equipa da EDPR EU e EDPR Corporate, com o duplo objetivo de: 1. Melhorar o processo ético da EDPR, e todas as ferramentas documentais disponíveis na Empresa; 2. Prepará-los para darem formação em ética às suas equipas. Cada diretor foi responsável por dar formação à sua equipa no primeiro trimestre de 2012.				

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
NÃO DISCRIMINAÇÃO							
HR4	Número total de casos de discriminação e ações corretivas tomadas	Completa	Em 2012, EDPR não registou nenhuma queixa contra a empresa por discriminação. Contudo, existe um caso pendente nos tribunais federal dos EUA, por alegada discriminação.				
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLETIVA							
HR5	Operações e fornecedores significativos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua abolição efetiva	Fully	70 O Código de Ética da EDPR inclui cláusulas específicas sobre o livre exercício da liberdade de associação. A Empresa não tem conhecimento de qualquer atividade levada a cabo que possa impedir o livre exercício da liberdade de associação ou do direito de adesão a um acordo coletivo de trabalho.				
TRABALHO INFANTIL							
HR6	Operações e fornecedores significativos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	70 O Código de Ética da EDPR inclui cláusulas específicas contra o trabalho infantil ou forçado. A Empresa não identificou qualquer operação que pudesse ter um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, forçado, obrigatório ou que violasse os direitos de pessoas indígenas.				
TRABALHO FORÇADO OU ESCRAVO							
HR7	Operações em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	Completa	70 O Código de Ética da EDPR inclui cláusulas específicas contra o trabalho infantil ou forçado. A Empresa não identificou qualquer operação que pudesse ter um risco significativo de incidentes de trabalho forçado, obrigatório ou que violasse os direitos de pessoas indígenas.				
DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS							
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação de direitos de pessoas indígenas e ações tomadas	Completa	70 A Empresa não identificou qualquer operação que pudesse ter um risco significativo de incidentes com os direitos de pessoas indígenas.				
AVALIAÇÃO							
HR10	Porcentagem e número total de operações que foram sujeitas a uma revisão dos direitos humanos e a uma avaliação do impacto	Completa	70 A EDPR possui mais de 200 parques eólicos e opera em 11 mercados, encontrando-se todos abrangidos pelo Código de Ética e pela regulamentação.				
REMEDIAÇÃO							
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos registadas, revistas e resolvidas através de um mecanismo formal de queixas	Completa	109,122				

Social: Responsabilidade Social

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
COMUNIDADE							
S01	Natureza, âmbito e eficácia dos programas e práticas que avaliam e gerem os impactos das operações sobre as comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada e percentagem de operações com programas implementados para envolver a comunidade local, realizar avaliações de impacto e incentivar o desenvolvimento	Completa	41,45-47,64-65				
EU22	Operações com impactos significativos, potenciais ou atuais, nas comunidades locais	Não			Não aplicável	A Empresa não produz deslocamentos	

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
S09	Medidas de prevenção ou mitigação de impactos significativos, potenciais e reais, nas comunidades locais implementadas na operação	Completa	41,45-47,64-65				
S010	Número de pessoas físicas ou economicamente deslocadas e sua compensação, por tipo de projeto	Completa	41,45-47,64-65				

CORRUPÇÃO

S02	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos relacionados com a corrupção	Completa	109 O Código de Ética da EDPR aplica-se a todos os trabalhadores e unidades de negócio. O Código está publicado na intranet da Empresa e é incluído na documentação de boas vindas entregue a todos os novos colaboradores, uma vez que todos têm de assiná-lo quando se incorporam na Empresa. Pelo Código de Ética, é proibido todo e qualquer tipo de corrupção, ativa ou passiva, quer sob a forma de atos como de omissões ou através da criação de situações de benefício ou influência ilícitos.				
S03	Percentagem de colaboradores que tiveram formação sobre práticas e procedimentos anticorrupção	Completa	Em 2011, a EDPR iniciou um programa de formação em Ética para todos os <i>Country Managers</i> , diretores e quadros superiores com equipa da EDPR EU e EDPR Corporate, com o duplo objetivo de: 1. Melhorar o processo ético da EDPR, e todas as ferramentas documentos disponíveis na Empresa; 2. Prepará-los para darem formação em ética às suas equipas. Cada diretor foi responsável por dar formação à sua equipa no primeiro trimestre de 2012.				
S04	Ações tomadas em resposta a incidentes de corrupção	Completa	109 A EDPR não tem conhecimento de quaisquer incidentes relacionados com corrupção registados em 2012. Adicionalmente, a Empresa dispõe de procedimentos internos para monitorizar o cumprimento do Código de Ética e definir ações a adotar em caso de incidentes. Para informação adicional, consulte a Secção Governo corporativo do presente Relatório, capítulo II.5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCO, ou visite a informação sobre ética na Secção sobre Governo corporativo no nosso site em: www.edpr.com .				

POLÍTICAS PÚBLICAS

S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	Completa	O setor de energias renováveis tem estado sujeito a debate público em todo o mundo. A EDPR está empenhada em contribuir para o diálogo sobre a política pública com as principais instituições públicas e as comunidades locais, que dê origem a iniciativas efetivas e soluções políticas que promovam o desenvolvimento das energias renováveis. Temos consciência de que só havendo certezas a nível legal e regulatório será possível assegurarmos um negócio sustentável a longo prazo, acrescentando valor de forma consistente para todas as partes interessadas e contribuindo para o desafio de fornecer energia limpa e sustentável. Para informação adicional sobre a nossa política pública, consulte a informação sobre partes interessadas na Secção sobre Sustentabilidade no nosso site em: www.edpr.com .				
-----	--	----------	--	--	--	--	--

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
S06	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, por país	Completa	Em 2012, a EDPR NA contribuiu com 40.450 dólares dos fundos corporativos para diversas campanhas incluindo comités de ação política e candidatos políticos estatais que defendem o objetivo da Empresa de aumentar as oportunidades para energias renováveis nos Estados Unidos. Na EDPR EU e na EDPR BR não houve quaisquer contribuições para partidos políticos em 2012.				
CONCORRÊNCIA DESLEAL							
S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	Completa	A EDPR não tem conhecimento de qualquer atuação legal por concorrência desleal, práticas antitrust ou de monopólio registadas em 2012.				
CUMPRIMENTO							
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Completa	Em 2012, a EDPR pagou duas coimas de 1.500 euros por perda num litígio.				

Social: Responsabilidade sobre os produtos

	Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CLIENTES							
PR1	Fases do ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados para melhoria e a percentagem dos produtos e serviços relevantes que são submetidos a esses procedimentos	Não			Não aplicável	A nossa atividade principal e as iniciativas na área de Saúde e Segurança estão enfocadas nas instalações de produção de eletricidade e não no consumo final	
PR2	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	Não			Não aplicável	A nossa atividade principal e as iniciativas na área de Saúde e Segurança estão enfocadas nas instalações de produção de eletricidade e não no consumo final	
EU25	Número de lesões e mortes para o público que envolvam ativos da empresa, incluindo sentenças judiciais, acordos e processos judiciais pendentes cujo objeto sejam doenças profissionais	Completa	Em 2012, a EDPR não identificou lesões ou mortes para o público envolvendo os ativos da Empresa.				
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS							
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	Não			Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
PR4	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	Não			Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
PR5	Práticas relacionadas com a satisfação do consumidor, incluindo resultados de inquéritos de medição da satisfação dos consumidores	Não			Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	

Descrição	Inclusão no relatório	Remissão / referência direta	Quando aplicável, indicar a parte não incluída no relatório	Motivo para a omissão	Explicação	A reportar em
COMUNICAÇÃO E MARKETING						
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não		Não aplicável	Não está relacionado com o negócio da Empresa, uma vez que a Empresa não procede a comunicações de marketing relacionadas com produtos	
PR7	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	Não		Não aplicável	Não está relacionado com o negócio da Empresa, uma vez que a Empresa não procede a comunicações de marketing relacionadas com produtos	
PRIVACIDADE DOS CLIENTES						
PR8	Número total de reclamações com fundamento relativas à violação da privacidade de clientes	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
CUMPRIMENTO						
PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
ACESSO						
EU26	Porcentagem de população não abrangida pela distribuição autorizada ou áreas de serviço	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
EU27	Número de cortes no fornecimento por falta de pagamento, repartidos por duração do corte e por regime regulatório	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
EU28	Frequência do período de interrupção no fornecimento de energia elétrica	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
EU29	Duração média do período de interrupção no fornecimento de energia elétrica	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	
EU30	Fator médio de disponibilidade das centrais de produção, por fonte de energia e por país ou regime regulador	Não		Não aplicável	O nosso principal negócio são as instalações de produção de eletricidade e não a distribuição aos clientes finais.	

INFORMAÇÃO ADICIONAL

INDICADORES DE CAPITAL HUMANO

Segmentação da força de trabalho	2012	% mulheres
POR TIPO DE EMPREGO		
Tempo inteiro	843	30%
Tempo parcial	18	100%
POR CONTRATO DE TRABALHO		
Sem termo	853	32%
Temporário	8	25%
POR PAÍS		
Espanha	337	31%
Portugal	63	13%
França	35	26%
Bélgica	1	0%
Polónia	37	30%
Roménia	29	38%
Itália	19	37%
Reino Unido	28	43%
EUA	291	36%
Brasil	21	33%

ROTATIVIDADE DOS COLABORADORES

Rotatividade dos colaboradores	Novas contratações	Saídas	Rotatividade
Total	145	80	13%
POR GÉNERO			
Mulheres	48	25	14%
Homens	97	55	13%
POR GRUPO ETÁRIO			
Menos de 30 anos	84	22	23%
30 a 39 anos	45	33	10%
Mais de 40 anos	16	25	9%
POR ÁREA GEOGRÁFICA			
Europa	60	28	11%
América do Norte	47	40	17%
Brasil	9	4	31%
Corporativo	29	8	10%

Nota: Rotatividade calculada como [(Novas contratações + Saídas) / 2] / (total de colaboradores - contratações temporárias).

RELAÇÕES LABORAIS

Colaboradores cobertos por acordos coletivos de trabalho	2012	%
Espanha	94	28%
Portugal	63	100%
França	35	100%
Bélgica	1	100%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Itália	19	100%
Reino Unido	1	4%
EUA	0	0%
Brasil	20	95%

IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO POR GÉNERO

Rácio de salário H/M	2012	Salário H/M
Conselho de Administração (Não Executivos)	9	n.a.
Diretores	68	111%
Gestores seniores	68	100%
Gestores	440	99%
Outros profissionais	222	96%
Administrativos	63	87%

COLABORADORES QUE REÚNEM OS REQUISITOS DE REFORMA

Colaboradores que iniciarão a reforma	Em 10 anos	Em 5 anos
POR CATEGORIA PROFISSIONAL		
Diretores	10	3
Gestores seniores	8	3
Gestores	17	3
Outros profissionais	6	1
Administrativos	8	5
POR PAÍS		
Espanha	12	3
Portugal	10	3
Polónia	2	0
EUA	23	9
Brasil	2	0

REGRESSO AO TRABALHO APÓS BAIXA PARENTAL

Licença de maternidade ou paternidade	Maternidade	Paternidade
Espanha	7	18
Portugal	0	1
França	0	1
Bélgica	0	0
Polónia	3	1
Roménia	0	0
Itália	1	0
Reino Unido	3	0
EUA	2	12
Brasil	0	0
Total	16	33

DESEMPENHO NA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA

Indicador de Saúde e Segurança	2012	2011	(%)
COLABORADORES DA EMPRESA			
Número de acidentes industriais	0	2	(100%)
Número de acidentes fatais	0	0	0%
Dias de trabalho perdidos por acidentes	0	34	0%
Taxa de ferimentos ¹	0,00	2,28	(100%)
Taxa de dias de trabalho perdidos ²	0	39	(100%)
TRABALHADORES SUBCONTRATADOS			
Número de acidentes industriais	22	19	+16%
Número de acidentes fatais	0	0	0%
Dias de trabalho perdidos por acidentes	717	587	+22%
Taxa de ferimentos ¹	6,35	5,97	+6%
Taxa de dias de trabalho perdidos ²	207	184	+13%

1. Taxa de ferimentos calculada em função de [# de acidentes/horas de trabalho * 1.000.000]
 2 Taxa de dias de trabalho perdidos calculada em função de [# de dias de trabalho perdidos/Horas de trabalho * 1.000.000]

ANÁLISE DE VALOR ECONÓMICO

Valor económico gerado e distribuído	2012	2011
Receitas	1.182	992
Outros proveitos operacionais	190	196
Ganhos / (perdas) na venda de ativos	3	10
Ganhos / (perdas) com empresas associadas	7	5
Proveitos financeiros	74	62
Valor económico gerado	1.457	1.265
Custo das vendas	24	35
Fornecimentos e serviços	262	225
Outros custos operacionais	86	57
Custos com pessoal	63	57
Custos financeiros	352	341
Imposto sobre o rendimento	85	29
Dividendos	0	0
Valor económico distribuído	872	744
Valor económico acumulado	584	521

INDEPENDENT ASSURANCE REPORT



KPMG Assesores S.L.
Edificio Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade para a Direcção da EDP Renováveis S.A.

(Tradução livre da versão em Castelhana.
Em caso de discordância, prevalece a versão em Castelhana.)

Foi realizada uma revisão da informação não-financeira contida no Relatório Anual da EDP Renováveis, S.A. (doravante “EDP Renováveis”) para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 (doravante “o Relatório”). A informação revista é limitada aos indicadores GRI nos capítulos “O nosso desempenho” “Capacidades sólidas numa equipa de nível mundial”, “Garantir a saúde e segurança”, “Impacto positivo no ambiente e na sociedade” e nos capítulos “O nosso futuro”, “Equipa que prospera num ambiente desafiante”, “Fazer mais pelo meio ambiente e pela comunidade” e na seção “Informação GRI”.

A Comissão Executiva da EDP Renováveis é responsável pela preparação e apresentação do Relatório em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)” do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido na seção “Informação GRI” do Relatório. Neste subcapítulo é detalhado o nível de aplicação auto-declarado, devidamente confirmado pela Global Reporting Initiative. A Comissão Executiva também é responsável pela informação e asserções incluídas no mesmo, pela determinação dos objectivos da EDP Renováveis no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade e pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e baseado no trabalho efectuado expressar uma conclusão. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC) e também de acordo com as linhas de orientação sobre trabalhos de revisão de Relatórios de Responsabilidade Corporativa do Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España (ICJCE). Estas normas requerem que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relatório está isento de distorções materialmente relevantes e o cumprimento dos requisitos éticos, incluindo requisitos de independência incluídos no Código de Ética da International Ethics Standards Board for Accountants.

Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Este relatório não tem como objectivo emitir uma opinião de auditoria.

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade ha consistido em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, e na execução dos procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado:

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação do Relatório;

- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;
- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Comparação da informação financeira incluída no Relatório com as contas anuais da EDP Renováveis, auditadas por terceiras partes independentes;

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório Anual da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o nível de aplicação A+ das Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 3.1 conforme referido no capítulo “Informação GRI” do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

(Assinado na versão em Castelhana)

José Luis Blasco Vázquez

27 de Março de 2013



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que EDP Renováveis apresentou seu relatório "Relatório e Contas 2012" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 das GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 27 Março 2013

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque EDP Renováveis submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outras, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 5 Março 2013. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidas materiais.



GOVERNO DA SOCIEDADE

declaração de cumprimento	94
assembleia geral de acionistas	98
órgãos de administração e fiscalização	101
secção I: temas gerais	101
secção II: conselho de administração	112
secção III: conselho geral e de supervisão, comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e conselho fiscal	119
secção IV: remuneração	120
secção V: comissões especializadas	122
informação e auditoria	123
anexos I, II, III, IV e V	133



TRAMANDAÍ (BRASIL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

70 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA

84 MW

DE CAPACIDADE INSTALADA NO BRASIL

31

TURBINAS

REMUNERAÇÃO:

TARIFA FIXA

O parque eólico de Tramandaí é o maior parque eólico da EDPR no Brasil, com uma capacidade instalada de 70 MW. Construído em 2011, o Tramandaí usufrui de um Acordo de Compra de Energia (PPA) de 20 anos e de grandes recursos eólicos. Desde a sua entrada no mercado brasileiro em 2008, a EDPR tem desenvolvido uma linha de projetos de qualidade, transformando a área num dos fatores de crescimento futuro da empresa.

O. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1 CÓDIGO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

A EDP Renováveis, S.A. (doravante designada “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a sociedade”) é uma Sociedade de direito espanhol, cotada no mercado regulado português.

A organização societária da EDP Renováveis está, assim, sujeita às recomendações contidas no “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em janeiro de 2010. Este código de governo societário pode ser consultado no site da CMVM na internet (www.cmvm.pt).

A organização e o funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo e códigos de ética e conduta nos negócios, tal como estabelecido pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes no “Código de Governo das Sociedades”, com as exceções indicadas na tabela em baixo. .

Na tabela seguinte, identificam-se as recomendações da CMVM previstas no referido código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDP Renováveis, e o capítulo do presente relatório onde as mesmas são descritas em maior detalhe.

0.2 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (RECOMENDAÇÕES DA CMVM)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição
I. ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adotada	Capítulo I.1
I.1.2 A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo I.3
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia-geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Adotada	Capítulo I.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adotada	Capítulo I.5
I.3 Voto e exercício do direito de voto		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Adotada	Capítulo I.9
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Adotada	Capítulo I.11
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade às sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Adotada	Capítulo I.6
I.4 Quórum deliberativo		
As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	Capítulo I.8
I.5 Atas e informação sobre deliberações adotadas		
Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia-geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Adotada	Capítulos I.13 e I.14
I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades		
I.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia-geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adotada	Capítulos I.7 e I.19
I.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotada	Capítulo I.20

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1 Temas gerais		
II.1.1 Estrutura e competência		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o governo da sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para o superar.	Adotada	Capítulo 0.1 e II.3-A.
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	Adotada	Capítulo II.5
II.1.1.3 O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adotada	Capítulo II.6
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o governo da sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Adotada	Capítulo II.9
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Adotada	Capítulo II.7
II.1.2 Incompatibilidades e independência		
II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Adotada	Capítulo II.14
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Adotada	Capítulo II.15
II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Adotada	Capítulo II.15
II.1.3 Elegibilidade e nomeação		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o residente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotada	Capítulos II.1 e II.3-C.
II.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Adotada	Capítulo II.16
II.1.4 Política de comunicação de irregularidades		
II.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adotada	Capítulo II.35
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo II.35
II.1.5 Remuneração		
II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: (i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da Sociedade e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Sociedade. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Adotada	Capítulo II.30, II.31, II.32 e II.33

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
II.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Adotada	Capítulo II.30 e II.32
II.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2º da Lei nº 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do nº 3 do Artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da Sociedade e a contenção na tomada de riscos.	Adotada	Capítulos II.29 e II.30
II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, do fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários.	Adotada	Capítulo II.32
II.1.5.5 Não existe	-	
II.1.5.6 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	Adotada	Capítulo I.15
II.1.5.7 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o governo da sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras Sociedades do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adotada	Capítulos II.31 e II.32
II.2 Conselho de Administração		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo II.3-A.
	Não adotada	
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura Societarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	(“De acordo com a lei espanhola, as matérias referidas nesta Recomendação podem ser delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão Executiva. É prática corrente, em Espanha, haver uma delegação de competências alargada, excetuando para os assuntos relacionados com a preparação das contas. No entanto, a Comissão Executiva informa sempre o Conselho de Administração de todas as decisões estratégicas ou alterações estruturais relevantes.”)	-
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	Capítulo II.8
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	Capítulo II.17
II.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adotada	Capítulo II.11
II.3 Administrador delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.		Capítulo II.3-A
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.		Capítulo II.3-A
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	-
II.4 Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura Societarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	-
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adotada	Capítulos II.4 e III.15
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida, referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	Capítulos II.4 e III.15
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Adotada	Capítulo II.24
II.4.5 O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Capítulo II.24

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Recomendação	Informação sobre a adoção	Descrição no relatório
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Adotada	Capítulos II.5e II.6
II.5 Comissões especializadas		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Adotada	Capítulos II.2 e II.3 D.
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não aplicável ("Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações são membros do Conselho de Administração. No entanto, os seus membros são considerados independentes, e não pertencem assim à Comissão Executiva. Em conformidade com os Artigos 23º e 217º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o esquema de remuneração dos Administradores deve ser fixado nos Estatutos da sociedade. Em Espanha, é prática corrente decidir em Assembleia Geral de acionistas a remuneração que compete ao Conselho de Administração, cabendo depois a este a decisão sobre o montante que deve ser atribuído a cada um dos Administradores.")	Capítulos II.2 e II.38
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adotada	Capítulo II.39
II.5.4 Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Adotada	Capítulo II.37

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 Deveres gerais de informação

III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adotada	Capítulo III.16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia-geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Adotada	Capítulo III.16
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adotada	Capítulo III.18
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adotada	Capítulos II.3-C e III.17
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o governo da sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adotada	Apartado III.17

IV. CONFLITOS DE INTERESSES

IV.1 Relações com acionistas

IV.1.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado	Adotada	Capítulo III.12
IV.1.2 Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adotada (De acordo com a lei espanhola e a estrutura de governo adotada pela Sociedade, estas funções foram delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.)	Capítulo III.13

0.3 AVALIAÇÃO GLOBAL DO GRAU DE ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

Em 2012, a EDPR continuou a sua tarefa de consolidação dos princípios e práticas de governo da Sociedade, o que está em linha com a evolução dos princípios regulatórios ocorrida em 2010, particularmente as modificações ao Código das Sociedades Comerciais e ao Código dos Valores Mobiliários portugueses que visam transpor a chamada Diretiva sobre os Direitos dos Acionistas, bem como com a entrada em vigor do Regulamento da CMVM nº 1.2010 e as suas recomendações sobre Governo das Sociedades Cotadas, na sua versão publicada em Janeiro de 2010.

O elevado nível de conformidade com as melhores práticas de governo corporativo por parte da EDPR foi reconhecido por um estudo independente desenvolvido em 2012 pela Universidade Católica Portuguesa a pedido da AEM – Associação de Sociedades Emitentes de Valores Cotados em Mercado, em que a Sociedade recebeu a classificação máxima – AAA – com base no relatório de governo corporativo de 2011 e a conformidade com as recomendações da CMVM supracitadas.

Adicionalmente, a fim de cumprir a Recomendação II.1.1.1 do Código de Governo das Sociedades português, e de acordo com os resultados da reflexão realizada pela Comissão de Auditoria e Controlo quanto aos termos da Recomendação II.5.1 parte ii), o modelo de governo adotado tem garantido um desempenho eficaz em articulação com os órgãos sociais da EDPR e tem-se mostrado adequado para a estrutura de governo da sociedade, sem quaisquer restrições para o desempenho do seu sistema de verificações e balanços adotado para justificar as alterações feitas nas práticas de governo da EDPR.

0.4 ANÁLISE DOS DESVIOS EM RELAÇÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

Na tabela anterior pode ser encontrada a explicação das recomendações da CMVM que a EDPR não adotou ou considera não aplicáveis, a sua justificação e outras observações relevantes, bem como referência ao capítulo do presente relatório onde se encontram.

I. ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

I.1 MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral são o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Rui Chancerelle de Machete, o Presidente do Conselho de Administração ou um seu representante, os demais Administradores, e o Secretário do Conselho de Administração, Emilio García-Conde Noriega.

Para além da Mesa da Assembleia Geral, e de acordo com a Recomendação I.1.1, o Presidente da Assembleia Geral da EDPR dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados para o exercício das suas funções. Assim, para além do Secretário da Sociedade e do apoio legal previsto para o efeito, a Sociedade contrata uma entidade especializada para recolher, processar e contar os votos.

I.2 INÍCIO E TERMO DO MANDATO DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas foi eleito a 4 de Junho de 2008 e reeleito a 11 de Abril de 2011, para um mandato de três anos. O Secretário da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas foi nomeado Secretário do Conselho de Administração a 4 de Dezembro de 2007. O Secretário do Conselho não tem uma data de termo de mandato, dado que, de acordo com a “*Ley de Sociedades de Capital*” (Lei espanhola das Sociedades de Capital), uma vez que não é membro do Conselho de Administração.

I.3 REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

Em 2012, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas da EDPR foi de 15.000 euros.

I.4 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Todos os acionistas, independentemente do número de ações que possuem, podem participar na Assembleia Geral de Acionistas bem como nas suas deliberações, com direito de voz e voto.

Para exercerem o seu direito de participação, a Sociedade informa na sua convocatória que os acionistas devem ter as suas ações registadas em seu nome na conta de valores mobiliários com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias úteis antes da data da Assembleia Geral de Accionistas.

Qualquer acionista com direito a participar poderá enviar um representante à Assembleia Geral de Acionistas, mesmo que essa pessoa não seja acionista. O poder de procuração é revogável. O Conselho de Administração pode solicitar que a procuração esteja na posse da Sociedade com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência, indicando o nome do representante.

A procuração deve ser específica para cada Assembleia Geral de Acionistas, apresentada por escrito ou enviada por meios de comunicação à distância, como o correio eletrónico.

1.5 SUSPENSÃO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Não há disposição expressa sobre este assunto nos Estatutos da Sociedade. Em caso de suspensão da Assembleia Geral, a EDPR pretende adotar a Recomendação 1.2.2 do Código de Governo das Sociedades português e não exigir o bloqueio das ações com mais de cinco dias de antecedência.

1.6 DIREITO DE VOTO

Cada ação dá direito a um voto.

1.7 RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTO

Os Estatutos da EDPR não incluem restrições ao direito de voto.

1.8 EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E QUÓRUM CONSTITUTIVO E DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Em relação ao exercício do direito de voto, a informação está disponível no capítulo 1.4.

De acordo com os Estatutos da EDPR e conforme estabelecido por lei, as Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem validamente em primeira convocatória se os acionistas, presentes ou representados por procurador, representarem pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital votante subscrito. A Assembleia Geral reunirá em segunda convocatória independentemente do valor do capital presente, a fim de respeitar o mínimo estabelecido no âmbito da “Ley de Sociedades de Capital” (Lei espanhola das Sociedades de Capital).

No entanto, para que sejam válidas as deliberações sobre emissão de obrigações, aumento ou redução do capital social, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade, e em geral qualquer alteração necessária aos Estatutos, em Assembleia Geral ordinária ou extraordinária será necessário: em primeira convocatória, que os acionistas, presentes ou representados por procurador, representem pelo menos 50 por cento (50%) do capital subscrito e, em segunda convocatória, que os acionistas, presentes ou representados por procurador, representem pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito. No caso de os acionistas presentes representarem menos de 50 por cento (50%) do capital subscrito, as resoluções só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas.

1.9 DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os acionistas podem votar em pontos da ordem de trabalhos referentes a quaisquer matérias da competência dos acionistas, por correspondência ou correio eletrónico. Para que o voto seja válido é necessário que seja recebido na Sociedade até à meia-noite do dia antes da data marcada para a primeira convocatória da Assembleia Geral de Acionistas.

O voto por correspondência pode ser revogado posteriormente através do mesmo meio utilizado, dentro do prazo estabelecido para o efeito ou participando pessoalmente ou através de representante na Assembleia Geral de Acionistas.

1.10 MODELO PARA VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

O Conselho de Administração aprova um Guia do Acionista para a primeira Assembleia Geral de Acionistas, detalhando o boletim de voto por correspondência, entre outros assuntos. O modelo está disponível aos acionistas em www.edpr.com.

1.11 PRAZO PARA RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os votos por correspondência devem ser enviados, por escrito, para o local indicado na convocatória, acompanhados da documentação indicada no Guia do Acionista. Nos termos do Artigo 15 dos Estatutos, os votos por correspondência devem ser recebidos na Sociedade antes da meia-noite (24:00 horas) do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

1.12 VOTO POR MEIOS ELETRÓNICOS

Para votar por meio de comunicação eletrónica, os acionistas devem manifestar tal intenção ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da forma indicada na convocatória da reunião, com antecedência suficiente para permitir o voto dentro do prazo estabelecido. Os acionistas receberão uma senha para efetuarem a votação por comunicação eletrónica no prazo e na forma estabelecidos na convocatória da Assembleia Geral. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos eletrónicos devem ser recebidos pela Sociedade antes da meia-noite do dia anterior à data da Assembleia Geral em primeira convocatória.

1.13 ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Uma vez que a EDPR é uma Sociedade cotada na Eurolist pela NYSE Euronext Lisbon, os acionistas têm acesso a informações sobre o governo corporativo no site da EDPR, em www.edpr.com. Excertos da ata da reunião, convocatória, ordem de trabalhos, propostas apresentadas à Assembleia Geral, e formas de participação devem ser colocadas à disposição dos acionistas cinco (5) dias após a realização da Assembleia Geral.

Dada a natureza pessoal das informações envolvidas, o registo não inclui as listas de presenças na Assembleia Geral. No entanto, de acordo com a circular nº 156.EMIT.DMEI.2009.515 da CMVM, aquando da realização de Assembleias Gerais, a EDPR substitui as listas de presenças por informação estatística sobre o número de acionistas presentes e representados.

Portanto, a EDPR publica no seu site extratos da ata da Assembleia Geral com todas as informações relativas à constituição da Assembleia e às decisões tomadas, incluindo propostas apresentadas e declarações de voto, caso haja.

O site também proporciona aos acionistas da EDPR informações sobre: i) os requisitos para participação na Assembleia Geral, ii)

votos por comunicação eletrónica, e iii) informação disponível na sede social.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS EM 2012

A 12 de Abril de 2012, teve lugar a Assembleia Geral de Acionistas da EDPR em Madrid.

A validade da reunião foi determinada pelo Presidente da Mesa, e o quórum definitivo de membros foi o seguinte:

- 154 acionistas estiveram presentes, com 25.999.436 ações, que representam 2,98% do capital social, e
- 344 acionistas fizeram-se representar, sendo 737.817.447 as suas ações, que representam 84,58% do capital social.

Compareceu à Assembleia Geral um total de 498 acionistas, incluindo os presentes e os representados, com um total de 763.816.883 ações, o que constitui um montante nominal de 3.819.084.415,00 euros do capital social, ou seja, 87,56% do capital social mencionado.

As sete propostas apresentadas à aprovação da Assembleia Geral foram todas aprovadas. O Extrato da ata da Assembleia Geral de 2012, a convocatória, a ordem de trabalhos, as moções submetidas à Assembleia Geral e as formas de participação estão disponíveis no site da Sociedade em www.edpr.com.

I.14 ACERVO HISTÓRICO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

O site da EDPR, www.edpr.com, contém todas as informações sobre as Assembleias Gerais de Acionistas da Sociedade nos últimos três anos.

I.15 PRESENÇA NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS DE UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Pelo menos um dos membros da Comissão de Nomeações e Remunerações estava presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas da EDPR.

I.16 INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Assembleia Geral é responsável pela aprovação da declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais da Sociedade apresentada pela Comissão de Nomeações e Remunerações através do Conselho de Administração.

Nos termos do Artigo 164^o da “Ley de Sociedades de Capital” (Lei das Sociedades de Capital espanhola), a Assembleia Geral avalia o desempenho da gestão da Sociedade e toma uma decisão anual sobre a manutenção da confiança, ou não, nos seus membros.

I.17 INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS SOBRE PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES E/OU OPÇÕES

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros dos órgãos sociais.

I.18 INTERVENÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS NA APROVAÇÃO DO SISTEMA DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

Conforme mencionado no capítulo I.16, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a política de remunerações, a qual incluiu também a aprovação do sistema de benefícios de reforma aplicável aos dirigentes incluídos neste sistema.

I.19 NORMA ESTATUTÁRIA DE LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS

Os Estatutos da EDPR não prevêm qualquer limitação do número de votos.

I.20 MEDIDAS DEFENSIVAS

A Sociedade não tomou quaisquer medidas defensivas que possam afetar os seus ativos em caso de mudança de controlo da sua estrutura acionista ou do Conselho de Administração.

Os Estatutos não contêm limitações à transmissibilidade das ações ou direitos de voto em qualquer tipo de decisão e sem limitações dos membros dos órgãos sociais da EDPR. Também não há decisões que entrem em vigor como resultado de uma oferta pública de aquisição.

O facto de a Sociedade não ter adotado quaisquer medidas destinadas a impedir ofertas públicas de aquisição está, portanto, em conformidade com a Recomendação I.6.1 do Código de Governo das Sociedades Portuguesas.

I.21 MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE

A EDPR não iniciou quaisquer acordos tendentes a uma mudança no controlo da Sociedade que não estejam de acordo com a prática normal em caso de financiamento de determinados projetos eólicos por parte de algumas Sociedades do grupo e em caso de acordos intra-grupo.

I.22 ACORDOS COM TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES

Não existem acordos entre a Sociedade e os membros do seu Conselho de Administração ou gestores que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de Administradores ou em caso de renúncia ou demissão sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO I: TEMAS GERAIS

II.1 IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Artigos 20º e 21º dos Estatutos da EDPR, o Conselho de Administração é constituído no mínimo por cinco (5) e no máximo por dezassete (17) Administradores. O seu mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por iguais períodos.

O número de membros do Conselho de Administração foi fixado em dezassete (17) por decisão da Assembleia Geral de Acionistas realizada a 21 de Junho de 2011*.

Nome	Cargo	Data da primeira nomeação	Data da reeleição	Termo de mandato
António Mexia	Presidente e Administrador	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Marques da Cruz	Administrador	16.05.2012	-	Até à próxima Assembleia Geral
Nuno Alves	Administrador	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
Gabriel Alonso	Administrador	21.06.2011	-	21.06.2014
João Paulo Costeira	Administrador	21.06.2011	-	21.06.2014
Rui Teixeira	Administrador	11.04.2011	21.06.2011	21.06.2014
Gilles August	Administrador (independente)	14.04.2009	21.06.2011	21.06.2014
João Lopes Raimundo	Administrador (independente)	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Manuel de Mello Franco	Administrador (independente)	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
Jorge Santos	Administrador (independente)	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
José Araújo e Silva	Administrador (independente)	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (independente)	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014

Em 2012, Ana Maria Fernandes, António Nogueira Leite, Francisco Queiroz de Barros de Lacerda e Luís Adão da Fonseca renunciaram ao cargo de Administradores. A 28 de Fevereiro de 2012, João Manso Neto foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Sociedade. Em Maio de 2012, João Marques da Cruz foi nomeado por cooptação como membro do Conselho de Administração até à próxima Assembleia Geral. A proposta de cooptação foi feita de acordo com o Artigo 23, n.º 2, dos Estatutos da EDPR.

A tabela anterior apresenta a composição do Conselho de Administração a 31 de Dezembro de 2012. No entanto, por proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações datada de 22 de Fevereiro de 2013, três (3) novos Administradores independentes foram nomeados por cooptação em reunião do Conselho de Administração realizada a 26 de Fevereiro de 2013. Adicionalmente, nesta reunião, o Conselho de Administração convocou uma Assembleia Geral que inclui, na sua ordem de trabalhos, a ratificação de tais nomeações.

COMISSÃO EXECUTIVA

De acordo com o Artigo 27º dos Estatutos da Sociedade, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de seis (6) e um máximo de nove (9) Administradores. Na reunião do Conselho de Administração de 12 de Abril de 2012, o número de membros da Comissão Executiva foi fixado em seis (6).

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhes são delegados têm de ser aprovados por uma maioria qualificada de dois terços (2.3) dos membros do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é constituída por seis (6) membros mais o Secretário. Os membros da Comissão Executiva atualmente são:

- João Manuel Manso Neto, que é o atual Presidente na sequência da sua nomeação pelo Conselho de Administração a 12 de Abril de 2012, após a renúncia de António Mexia como Presidente e membro da Comissão Executiva.
- Gabriel Alonso Imaz.
- João Paulo Nogueira de Sousa Costeira.
- Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.
- Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira.

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão Executiva.

Luís Adão da Fonseca renunciou ao cargo de membro da Comissão Executiva a 21 de Setembro de 2012, como consequência da sua renúncia como membro do Conselho de Administração. Devido à sua renúncia, o Conselho de Administração propõe, na próxima Assembleia Geral de Acionistas, reduzir o número de membros da Comissão Executiva para um mínimo de quatro (4) membros e um máximo de sete (7), sendo fixado em cinco (5) o número de membros da Comissão Executiva.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

De acordo com o Artigo 28º dos Estatutos da Sociedade, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) Administradores.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por três (3) membros independentes e um Secretário. Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco, que é o Presidente.
- João Lopes Raimundo.
- Jorge Santos.

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo.

II.2 COMISSÕES ESPECIALIZADAS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Nos termos do Artigo 29º dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não podem acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a Recomendação nº 44 do Código Unificado de Bom Governo aprovado por decisão da Comissão Nacional do Mercado de Valores espanhola (doravante, CNMV), tal como foi aditada pela Circular da CNMV 4.2007, de 27 de Dezembro, que estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser inteiramente constituída por Administradores externos, em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por Administradores independentes (em Espanha a Comissão só pode integrar Administradores), obedece assim tanto quanto possível à Recomendação referida no ponto II.5.2 do Código de Governo das Sociedades portugueses.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por três (3) membros independentes, mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações atualmente são:

- Jorge Santos, que é o Presidente.
- Rafael Caldeira Valverde

Dado que Francisco Queiroz de Barros de Lacerda renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração e, conseqüentemente, de membro da Comissão de Nomeações e Remunerações a 24 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração nomeia, na sua reunião de 26 de Fevereiro de 2003, um novo membro para esta Comissão.

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Sociedade.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos termos do Artigo 30º dos Estatutos, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente, havendo no caso desta comissão um Administrador não independente, Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDPR, os seus acionistas maioritários ou os seus Administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos da legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída por três (3) membros independentes, e ainda pelo Secretário.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco.
- Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.

Dado que António do Pranto Nogueira Leite renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração e, consequentemente, de membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas a 18 de Abril de 2012, o Conselho de Administração nomeia, na sua reunião de 26 de Fevereiro de 2003, um novo membro para esta Comissão.

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Sociedade. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Sociedade.

II.3 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES, E/OU DEPARTAMENTOS DA SOCIEDADE

A. ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Artigo 19º dos Estatutos, o Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Sociedade, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos Estatutos ou da legislação aplicável.

No que diz respeito às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração não detém este poder, mas, sob prévia delegação de poderes da Assembleia Geral, pode decidir o aumento do capital uma ou mais vezes. Esta delegação de competências deve obedecer às disposições legais e estatutárias.

Por outro lado, a Assembleia Geral pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições do mesmo, que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, da qual deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

De acordo com o Artigo 146º da Lei das Sociedades de Capital em vigor em Espanha, a Assembleia Geral autorizou o Conselho de Administração a adquirir as suas próprias ações que sejam emitidas pela Sociedade-mãe e/ou Sociedades afiliadas através dos seus órgãos sociais ao longo de um prazo de cinco anos a contar a partir da data da Assembleia Geral de 13 de Abril de 2010. Os termos desta aquisição estão disponíveis para consulta no site da Sociedade em www.edpr.com.

FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, o Conselho de Administração rege-se pelo Regulamento aprovado a 3 de Maio de 2008.

O Conselho de Administração deve reunir pelo menos quatro (4) vezes por ano, de preferência uma vez por trimestre. No entanto, o Presidente, por sua iniciativa ou de quaisquer 3 (três) dos seus membros, pode convocar uma reunião do Conselho, sempre que julgar necessário para os interesses da Sociedade. As reuniões são convocadas pelo Presidente, que pode delegar no Secretário o envio das convocatórias. As convocatórias devem ser enviadas pelo menos cinco (5) dias antes da data da reunião. Somente quando as circunstâncias o exigirem, pode o Presidente convocar uma reunião do Conselho de Administração sem respeitar a antecedência necessária.

As reuniões do Conselho de Administração consideram-se válidas sempre que metade mais um dos Administradores em exercício estiverem presentes ou se fizerem representar. Os Administradores devem comparecer pessoalmente às reuniões do Conselho, salvo impedimento excecional, caso em que podem solicitar por escrito a sua representação por outro membro do Conselho. Sem prejuízo do acima disposto, considera-se que o Conselho de Administração é validamente constituído, sem necessidade de convocatória, se todos os Administradores presentes ou representados aceitarem por unanimidade a sua validade e a ordem de trabalhos apresentada.

As decisões são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes. Cada um dos Administradores presentes ou representados tem direito a um voto, cabendo voto de qualidade ao Presidente, em caso de empate.

Para permitir aos Administradores Não Executivos uma decisão independente e informada, os Artigos 22º, 24º e 25º do Regulamento do Conselho de Administração estabelecem os seguintes mecanismos:

- As convocatórias devem incluir a ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, e ser acompanhadas de toda a informação e documentação existente que possa ser relevante;
- Os Administradores dispõem das mais amplas faculdades para obter informação sobre qualquer aspeto da Sociedade, para examinar os seus livros, registos, documentos e restantes antecedentes das operações da Sociedade. De forma a evitar desequilíbrios na gestão, o exercício do direito a informação deverá ser canalizado através do Presidente ou do Secretário do Conselho de Administração;
- Com o fim de ser auxiliado no exercício das suas funções, qualquer Administrador poderá solicitar a contratação, com débito à Sociedade, de assessores legais, contabilistas, técnicos financeiros ou comerciais e outros peritos. Tal solicitação deverá ser necessariamente baseada em problemas concretos de certo relevo e complexidade que se apresentem no desempenho do cargo. A solicitação da contratação de peritos será canalizada através do Presidente ou do Secretário do Conselho de Administração, que a submeterão à decisão do Conselho.

Além disso, a Comissão Executiva deve informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que tenha lugar depois de cada uma das reuniões da Comissão Executiva, entregando a todos os elementos do Conselho de Administração as atas das reuniões da Comissão Executiva.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes exceções:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de Administradores por cooptação;
- O pedido de convocatória ou a convocatória de Assembleias Gerais;

- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral;
- A alteração da sede social; e
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade.

Os membros da Comissão Executiva receberam a delegação dos poderes de representação da Sociedade, de maneira que quaisquer dois (2) dos seus membros podem agir conjunta e solidariamente em nome e em representação da Sociedade.

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Para além dos Estatutos, a Comissão Executiva rege-se ainda pelo Regulamento aprovado a 4 de Junho de 2008, bem como pelo Regulamento do Conselho de Administração. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no site www.edpr.com.

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunirá também sempre que pelo menos dois (2) dos seus membros o solicitem.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva, bem como as atas dessas reuniões.

As reuniões da Comissão Executiva são consideradas válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As suas decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente, em caso de empate.

Os Administradores Executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da Sociedade.

B. PODERES DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA E DO SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

António Mexia

Ao Presidente do Conselho de Administração compete a presidência da Sociedade e a sua inteira representação.

Sem prejuízo dos poderes que lhe forem conferidos pela lei e pelos Estatutos, o Presidente do Conselho de Administração detém ainda as seguintes atribuições:

- Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração, estabelecendo a ordem de trabalhos e conduzindo o debate e as deliberações;

- Servir de representante máximo da Sociedade na relação com organismos públicos e quaisquer entidades setoriais ou patronais.

O Presidente do Conselho de Administração é nomeado pelos membros do Conselho de Administração, exceto quando for expressamente designado pela Assembleia Geral. O atual Presidente do Conselho de Administração foi nomeado a 18 de Março de 2008 e reeleito a 21 de Junho de 2011 pelo Conselho de Administração.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

João Manso Neto

Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração a substituição do Presidente sempre que este não possa comparecer às reuniões. O Conselho de Administração pode também delegar poderes executivos no seu Vice-Presidente.

O Vice-Presidente é escolhido pelo Conselho de Administração, sob proposta do respetivo Presidente. O atual Vice-Presidente foi nomeado a 28 de Fevereiro de 2012.

Chief Executive Officer

João Manso Neto

O Conselho de Administração pode nomear um ou mais CEO. Os CEO são nomeados sob proposta do Presidente do Conselho de Administração ou de dois terços dos seus membros. Os CEO são nomeados por maioria qualificada de dois terços dos Administradores, e só podem ser escolhidos de entre os membros do Conselho de Administração.

As competências de cada CEO são aquelas que o Conselho de Administração venha a considerar necessárias em cada caso, com a ressalva de que a delegação de competências seja feita sempre de acordo com a lei e os Estatutos.

O atual CEO foi eleito a 28 de Fevereiro de 2012, incluindo-se entre as suas competências a coordenação e implementação das decisões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e a representação da Sociedade nas relações comerciais com terceiros e outras funções afins.

Secretário Do Conselho

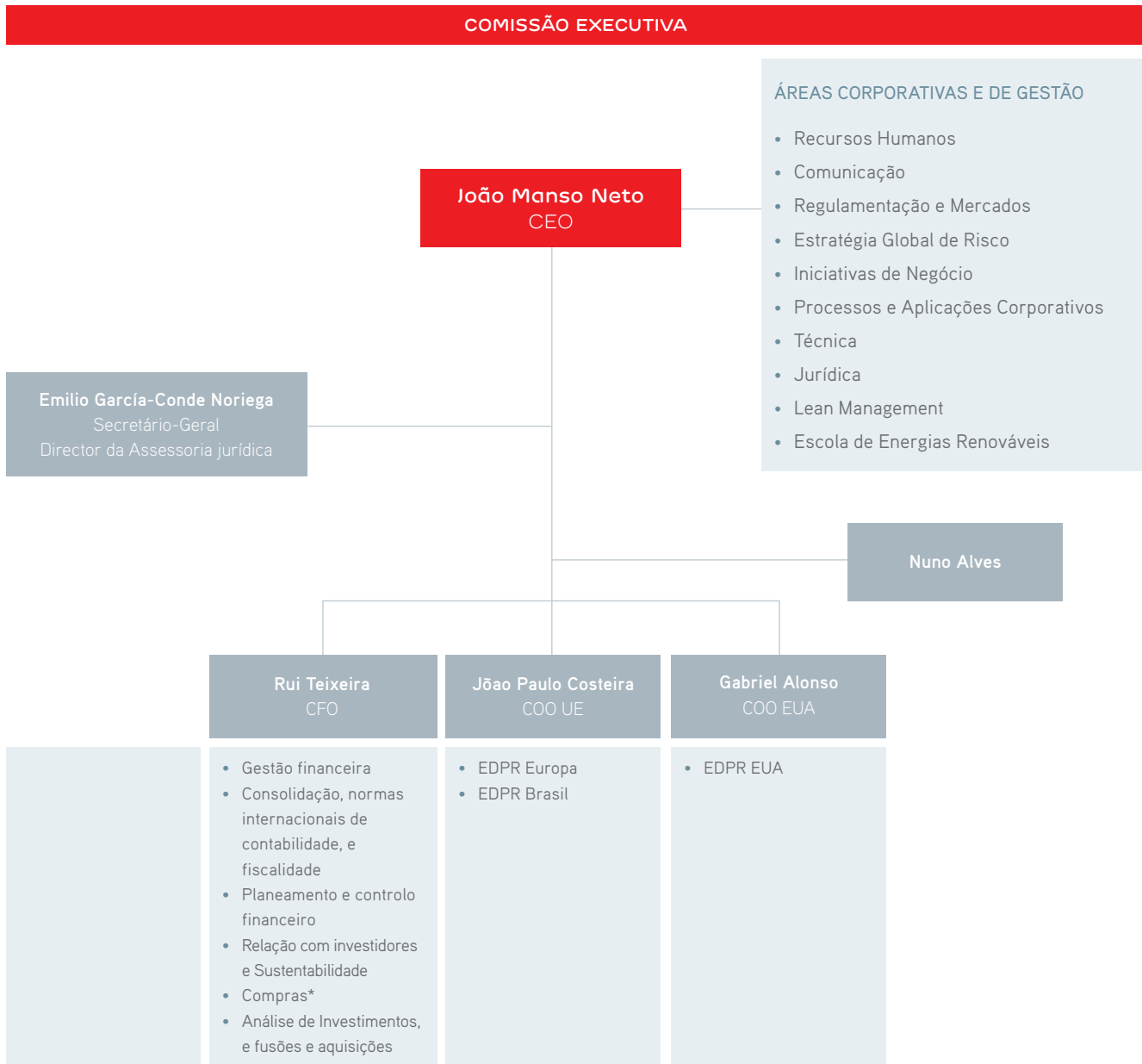
Emilio García-Conde Noriega

Os deveres do Secretário encontram-se dispostos na lei, nos Estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração. Em particular, as suas atribuições, de acordo com o Regulamento do Conselho e para além daquelas atribuídas nos Estatutos, são as seguintes:

- Prestar assistência ao Presidente do Conselho de Administração no desempenho das suas funções;
- Zelar pelo bom funcionamento do Conselho de Administração, ocupando-se de assessorar e informar o mesmo e os seus membros;
- Custodiar a documentação social;
- Indicar devidamente nos livros de atas o desenvolvimento das sessões do Conselho de Administração e dar fé das decisões das mesmas;
- Garantir, a todo o tempo, a legalidade formal e material das atuações do Conselho de Administração e providenciar para que as mesmas estejam de acordo com os Estatutos e com os regulamentos do Conselho;
- Seguir e verificar o cumprimento das disposições emanadas dos organismos reguladores e considerar as suas recomendações;
- Secretariar as várias comissões.

O atual Secretário do Conselho, que ocupa também os cargos de Secretário-geral e diretor do Departamento Jurídico da EDPR, foi nomeado a 4 de Dezembro de 2007.

ESTRUTURA DE GESTÃO



* Delegado pelo CEO

C. ÓRGÃOS DE SUPERVISÃO

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Nos termos do Artigo 28º dos Estatutos, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são nomeados pelo Conselho de Administração. O mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais só pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. Não obstante, findo este novo mandato, o Presidente pode manter-se como membro da Comissão de Auditoria e Controlo.

As competências da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor ao Conselho de Administração, para serem submetidas à Assembleia Geral, a nomeação dos auditores de contas da Sociedade, bem como as condições da sua contratação, o alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria e relacionados com auditoria –, a avaliação anual da sua atividade e a revogação ou renovação da sua nomeação (em cumprimento da Recomendação III.5 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);

- Supervisionar o processo de informação financeira e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos e, bem assim, avaliar os aludidos sistemas e propor os respetivos ajustamentos adequados às necessidades da Sociedade (em cumprimento da Recomendação II.1.1.3 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Supervisionar as atividades de auditoria interna e de compliance (em cumprimento da Recomendação II.4.6 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Estabelecer um contato permanente com os auditores de contas, zelando designadamente para que sejam asseguradas as condições, incluindo de independência, adequadas à prestação dos serviços por aqueles, atuando como interlocutor da Sociedade em quaisquer matérias relacionadas com o processo de auditoria de contas, assim como recebendo e mantendo informação sobre quaisquer questões em matéria de auditoria de contas (em cumprimento da Recomendação II.4.4 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Preparar um relatório anual sobre a sua ação supervisora, incluindo eventuais constrangimentos, e emitir parecer sobre o relatório de gestão, sobre as contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração (em cumprimento da Recomendação II.4.3 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Receber as comunicações sobre irregularidades em matéria financeira e contabilística apresentada por colaboradores, acionistas ou entidade que tenha um interesse juridicamente tutelado relacionado com a atividade social da Sociedade (em cumprimento da Recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades português de 2010);
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos considerar a importância dos assuntos que lhes sejam contratados e a situação económica da Sociedade;
- Organizar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Refletir sobre o sistema de governo adotado pela EDPR, procurando encontrar áreas em que possa ser melhorado;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Para além do disposto nos Estatutos e na lei, a Comissão de Auditoria e Controlo rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008 e alterado a 4 de Maio de 2010, e ainda pelo Regulamento do Conselho de Administração.

A Comissão deve reunir trimestralmente, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

D. OUTRAS COMISSÕES E ESTRUTURAS DE APOIO

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não têm caráter vinculativo.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os quadros de topo. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor a nomeação e a reeleição de Administradores nos casos de cooptação e noutros que sejam submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração a composição das suas diferentes comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos Administradores e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições contratuais dos Administradores;
- Informar e, se assim for o caso, propor ao Conselho de Administração a nomeação e/ou a destituição de quadros de topo, bem como as condições dos seus contratos e, em geral, a definição das políticas de contratação e retribuição de quadros de topo;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008, e ainda pelo Regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edpr.com.

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões. As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da Sociedade sobre as relações comerciais e legais entre a EDPR ou entidades relacionadas e a EDP ou entidades relacionadas;
- Aquando da aprovação dos resultados anuais, apresentar um relatório sobre as relações comerciais e legais entre o Grupo EDPR e o Grupo EDP, e sobre as operações entre as respetivas entidades relacionadas ao longo do ano fiscal em questão;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDPR e/ou as entidades relacionadas com a EDP e/ou as entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a 5.000.000,00 euros ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDPR no exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado entre a EDPR e a EDP, com data de 7 de maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração ou à sua Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências.

No caso de a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou legais estabelecidas entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas, a vigência de tais relações dependerá da aprovação de dois terços () dos membros do Conselho de Administração e do voto favorável de, pelo menos, metade dos membros propostos por entidades diferentes da EDP, incluídos os Administradores independentes, salvo se, previamente ao submissão para ratificação da Comissão de Operações entre

Partes Relacionadas, essa maioria de membros já se tivesse pronunciado favoravelmente.

O parágrafo anterior não se aplica às operações entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas sempre que as condições sejam equivalentes àquelas acordadas em operações com outras entidades não relacionadas com a EDPR e a EDP ou as respetivas entidades relacionadas.

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Para além do disposto nos Estatutos, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008, e ainda pelo Regulamento do Conselho de Administração. Estes regulamentos podem ser consultados em www.edpr.com.

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

II.4. RELATÓRIO ANUAL SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

O relatório anual sobre as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo para o exercício de 2012 está disponível para acionistas no site da Sociedade, juntamente com as demonstrações financeiras, em conformidade com as Recomendações II.4.2 e II.4.3 da CMVM. A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou restrições no desempenho das suas funções.

II.5. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

A. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO SOBRE O RELATO FINANCEIRO

Descrição Geral

A EDPR dispõe de um Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (SCIRF), atualizado e monitorizado em conformidade com as normas internacionais de controlo interno.

Este sistema abrange os principais aspetos do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission): manutenção de um ambiente de controlo para a preparação de informação financeira qualificada, avaliação dos riscos de relatórios financeiros, existência de atividades de controlo para mitigar os riscos de erro, informação, e comunicação e mecanismos de avaliação.

Para implementar e manter o SCIRF em termos operacionais, a EDPR desenvolveu um Modelo de Responsabilidades e um Manual de SCIRF.

O Modelo de Responsabilidades inclui as principais funções e atividades da gestão e manutenção do sistema em todos os níveis da organização, incluindo: monitorização das atividades relacionadas com o ciclo anual, implementação de controlos, documentação e supervisão.

A EDPR dispõe também de um Manual de SCIRF onde são estabelecidos os princípios gerais do Sistema de Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros, bem como a metodologia utilizada, os procedimentos para assegurar a eficácia do controlo interno, desenho de modelos, documentação, avaliação e relatórios.

Código de Ética e Canal de Ética

A EDPR rege-se por um Código de Ética publicado na intranet, que inclui princípios como transparência, honestidade, integridade, não discriminação, igualdade de oportunidades, e sustentabilidade.

O Código de Ética foi amplamente divulgado entre os colaboradores do Grupo, através de mecanismos de comunicação interna, entrega individual, entrega a novos colaboradores e publicação na intranet.

Há um forte compromisso da Sociedade em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código, estando diversas ações disponíveis para todos os colaboradores, como formação, questionários e discussões abertas das conclusões.

Há também um Canal de Ética e um Regulamento de Ética para articular as reivindicações específicas sobre o Código de Ética e resolver dúvidas sobre todos os assuntos relacionados com o Código de Ética.

Quaisquer participações sobre possíveis violações do Código de Ética são enviadas ao Provedor de Ética, que realiza uma primeira análise, encaminhando o seu parecer para a Comissão de Ética da EDPR, que procede à receção, registo, processo e elaboração de um relatório para o Conselho de Administração.

Em 2012 não foi comunicada ao Provedor de Ética qualquer irregularidade na EDPR.

Canal de Comunicação à Comissão de Auditoria e Controlo

Para além do Código de Ética e do Canal de Ética, a EDPR implementou um canal de comunicação com a Comissão de Auditoria e Controlo, que permite a comunicação direta à Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer práticas inadequadas a nível de contabilidade e finanças.

O funcionamento deste canal de comunicação é regulado pelo regulamento sobre procedimentos a serem adotados em matéria de comunicação à Comissão de Auditoria e Controlo. A comunicação pode ser efetuada por e-mail ou carta, que é recebida pelo Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo. Para garantir a confidencialidade, a informação apresentada é restrita e limitada.

Revisão e Atualização do Âmbito

O Manual SCIRF inclui a atualização anual do seu âmbito por forma a identificar as Sociedades, áreas e processos que devem ser incluídos no âmbito do SCIRF, de acordo com critérios de materialidade e risco, incluindo risco de erro ou fraude.

A análise de risco incluída no processo de definição do âmbito do SCIRF inclui diferentes tipos de risco (operacional, económico, financeiro, tecnológico ou jurídico) e objetivos de controlo de relatórios financeiros (existência e ocorrência, integralidade, medição, apresentação, divulgação, comparabilidade e direitos, e obrigações em termos de seu potencial impacto sobre as demonstrações financeiras).

Os resultados do âmbito atualizado com a metodologia descrita são comunicados em todos os níveis da organização envolvidos no SCIRF e supervisionados pela Comissão de Auditoria e Controlo.

Preparação, revisão e aprovação da informação financeira

Em processos e controlos SCIRF documentados, são estabelecidos mecanismos de captura de informação (incluindo a identificação do âmbito de consolidação). São também especificadas as etapas e controlos realizados para a preparação da informação financeira que fará parte das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos para análise e aprovação das informações financeiras são fornecidos pelas áreas de Planeamento e Controlo, Administração e Finanças. A informação financeira é acompanhada pela Comissão de Auditoria e Controlo, no âmbito das suas competências, antes da formulação das contas pelo Conselho de Administração.

O SCIRF inclui atividades de controlo relacionadas com estes processos, consubstanciadas no Controlo de Nível da Entidade, Controlo de Processos e Controlo Informático Geral. Estes processos incluem atividades de revisão e aprovação da informação financeira utilizada nos processos de elaboração de contas individuais, preparação de contas consolidadas, e processamento de demonstrações financeiras consolidadas.

A EDPR dispõe da descrição dos Perfis de Competência para os Cargos a serem realizados no exercício de cada posição, que inclui a descrição das suas principais responsabilidades. Estes Perfis incluem a descrição dos cargos chave das pessoas envolvidas na preparação de informação financeira. Estas descrições incluem as responsabilidades na preparação de informação financeira e de conformidade com os procedimentos de controlo interno.

A documentação dos processos projetados e dos controlos associados incluem, entre outros, a realização de atividades de encerramento para completar listas de verificação de encerramento mensal por entidade, fixando prazos para o encerramento, a identificação da relevância das operações, para que possam ser analisadas no nível apropriado, a análise da informação financeira, a existência de limitações nos sistemas para evitar registos errados ou a intervenção de pessoas não autorizadas, a análise de desvios ao orçamento, a análise das reuniões da Comissão Executiva e factos relevantes e significativos que poderiam causar um impacto significativo sobre as contas, ou a atribuição de responsabilidades para o cálculo dos montantes a serem provisionados, para que tal seja realizado por pessoal autorizado com as competências adequadas.

Para além dos processos mencionados, também estão documentados os principais processos de transação resultantes

do âmbito. A descrição das atividades e controlos é efetuada com o objetivo de assegurar o registo, avaliação, apresentação adequada e divulgação de transações em relatórios financeiros.

As atividades de controlo do SCIRF da EDPR também incluem as que estão relacionadas com sistemas e tecnologias da informação (Controlo Geral de Computadores), seguindo uma referência internacional, a ferramenta COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies). Entende-se a importância desta área quando se sabe que os sistemas de informação são as ferramentas com as quais as informações financeiras são preparadas, sendo, portanto, relevantes para operações com eles realizadas.

Estas atividades de controlo incluem as atividades relacionadas com o controlo de acesso às aplicações e sistemas, separação de funções, gestão de manutenção corretiva e evolutiva, novos projetos de implementação, administração e gestão dos sistemas, instalações e operações (back-ups, incidentes de segurança), seu acompanhamento adequado, e planeamento. Estas atividades são desenvolvidas tendo em conta os requisitos de controlo e supervisão.

Entre as atividades de atualização do âmbito do SCIRF, inclui-se uma análise periódica da existência de prestadores de serviços que executam atividades relevantes em relação aos processos de preparação de informação financeira.

Avaliação da eficiência do SCIRF

O Grupo EDPR foi submetido a uma auditoria ao seu SCIRF por auditor externo a 31 de dezembro de 2012. O auditor externo incluiu, no âmbito do seu trabalho de auditoria (ou seja, um parecer sobre o SCIRF do Grupo EDPR), trabalhos específicos sobre o SCIRF da EDPR.

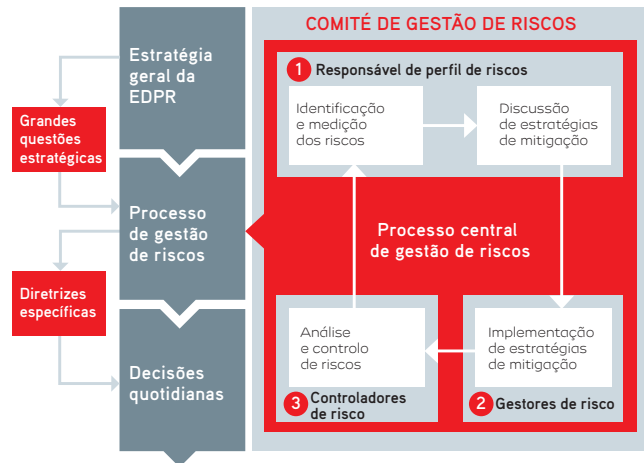
B. GESTÃO DE RISCO

O quadro geral de gestão de risco da EDPR não foi concebido de forma independente das principais atividades e processos da Sociedade, mas como parte fundamental das responsabilidades de gestão enquanto elemento integrador de todos os processos organizacionais, incluindo o planeamento estratégico.

ESTRUTURA E PROCESSOS DE RISCO

No quadro geral da estrutura de gestão de risco da EDPR, o processo de gestão de risco tem por objetivo garantir uma ligação entre a estratégia global da Sociedade e as decisões de gestão quotidianas, permitindo-lhe aumentar as probabilidades de alcançar os seus objetivos estratégicos.

A estratégia geral da EDPR assenta numa série de questões estratégicas fulcrais agrupadas por área de risco e depois submetidas ao processo de gestão do risco da Sociedade. O resultado do processo de gestão do risco traduz-se depois num conjunto de diretrizes específicas para cada área de risco, pelo qual se devem reger os gestores nas suas decisões, tendo em conta o perfil de risco assumido pela Sociedade.



II.6 RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

A. SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

Descrição Geral

A administração, governo e gestão da Sociedade compete aos órgãos sociais da Sociedade (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva) e cabe ao Conselho de Administração estabelecer a organização da Sociedade.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre a atribuição dos poderes da Comissão Executiva, do CEO, e da Comissão de Auditoria e Controlo. São também definidas pelo Conselho de Administração as linhas orientadoras para realização de operações com terceiros.

O Artigo 28º dos Estatutos da EDPR menciona que a Comissão de Auditoria e Controlo tem, entre outros poderes, a obrigação de conhecer os sistemas de controlo interno da Sociedade.

A Comissão de Auditoria e Controlo supervisiona o SCIRF no âmbito do exercício das suas atividades, através do acompanhamento e supervisão dos mecanismos desenvolvidos para a implementação, evolução e avaliação do SCIRF, e os resultados da análise de âmbito e a extensão da situação em termos de cobertura. Para este efeito, a Comissão de Auditoria e Controlo é assistida pelo Departamento de Auditoria Interna.

A EDPR conta com um Departamento de Auditoria Interna, que reporta ao Presidente do Conselho de Administração e é supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, tal como previsto na Lei Básica de Auditoria Interna.

As principais funções do Departamento de Auditoria Interna são definidos na Lei Básica de Auditoria Interna, que inclui, entre outras, as atividades de avaliação de sistemas de controlo interno, incluindo o sistema de controlo interno sobre os relatórios financeiros.

Os planos de trabalho anuais do Departamento de Auditoria Interna estão sujeitos à aprovação da Comissão de Auditoria e Controlo.

Entre essas atividades, a Auditoria Interna apoia a Comissão de Auditoria e Controlo no acompanhamento da implementação e manutenção do SCIRF e apresenta um relatório sobre os resultados da avaliação, as ações de melhoria identificadas, e a sua evolução.

A entidade dispõe de planos de ação para as ações de melhoria identificadas nos processos de avaliação do SCIRF, que são acompanhadas e supervisionadas pelo Departamento de Auditoria Interna, considerando o seu impacto sobre a informação financeira.

Também no ano de 2012, tal como em anos anteriores, foi efetuado um processo de auto certificação por parte dos responsáveis dos vários processos relativamente à atualização da documentação adequada sobre controlos do SCIRF e processos na sua área de responsabilidade e implementação de controlos com produção de documentação.

Avaliação do desempenho do SCIRF e pertinência para as necessidades da Sociedade

O auditor pode comunicar assuntos relevantes resultantes do seu trabalho de auditoria financeira e de quaisquer deficiências de controlo interno identificadas no decurso do seu trabalho. Para este efeito, o auditor convoca reuniões com a Comissão de Auditoria e Controlo que acompanha os resultados do seu trabalho geralmente uma vez por ano.

O mecanismo de elaboração do relatório do Departamento de Auditoria Interna para a Administração e para a Comissão de Auditoria e Controlo é especificado na Lei Básica de Auditoria Interna, incluindo a comunicação dos resultados do seu trabalho.

B. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO

FUNÇÕES DE GESTÃO DE RISCO E COMISSÃO DE GESTÃO DE RISCO

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizacionais distintas:

Funções de gestão de riscos	Descrição
1 Estratégia/ Perfil	Estratégia geral e política de gestão de risco Responsável por estabelecer as directrizes e os limites à gestão de risco dentro da sociedade Deve tentar apresentar e apoiar propostas relacionadas com a gestão estratégica de riscos
2 Gestão de Riscos	Gestão de risco e decisões de assunção de risco Responsável pelas decisões operacionais quotidianas e pela tomada de posições quanto à assunção de riscos e respectiva mitigação
3 Controlo de Riscos	Controlo dos riscos Responsável pelo acompanhamento dos resultados das decisões de assunção de riscos e por avaliar a aplicação específica em cada operação da política de assunção de riscos aprovada pela Comissão Executiva

A ferramenta de risco da EDPR foi projetada não como uma atividade autónoma das principais atividades e processos da Sociedade, mas antes como parte das responsabilidades de gestão enquanto elemento integrador de todos os processos organizacionais, incluindo o planeamento estratégico.

FERRAMENTA E PROCESSO DE RISCO

Através da ferramenta de risco da EDPR, o processo de risco visa interligar a estratégia global da Sociedade com as decisões dos gestores no dia-a-dia, permitindo à Sociedade aumentar a probabilidade de alcançar os seus objetivos estratégicos.

A estratégia global da EDPR encontra-se traduzida em grandes questões estratégicas que são agrupadas por área de risco e, em seguida, sujeitas ao processo de risco. O resultado do processo de risco é um conjunto de orientações específicas por área de risco que permitem apoiar os gestores nas suas decisões de acordo com o perfil de risco da Sociedade.

II.7 REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos sociais e comissões especiais da EDPR possuem regulamentos internos que estão disponíveis ao público no site da Sociedade, em www.edpr.com.

SECÇÃO II: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8 PODERES EXECUTIVOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.

II.9 PRINCIPAIS RISCOS ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS

ÁREAS DE RISCO RELACIONADO COM QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A seguinte lista traça um resumo das principais áreas de risco em que se incorre no âmbito do negócio da EDPR:

- 1. Países e regulamentação:** As mudanças de regulamentação do setor num dado país podem ter impacto nos negócios da EDPR;
- 2. Receitas:** O nível de receitas dos vários projetos da EDPR pode ser inferior ao previsto;
- 3. Financiamento:** A EDPR pode não conseguir garantir o financiamento necessário à prossecução de todos os investimentos planeados; a EDPR pode não conseguir cumprir as suas obrigações financeiras;
- 4. Contratos de aquisição de turbinas eólicas:** A alteração dos preços de aquisição de turbinas pode ter impacto na rentabilidade dos projetos; os contratos devem ter em atenção o risco de desenvolvimento dos projetos em *pipeline*;
- 5. Desenvolvimento de projetos em *pipeline*:** A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;
- 6. Operações:** Os projetos podem dar origem a um volume de produção diferente do antecipado.

II.9.1 Países e regulamentação

II.9.1.1. Riscos regulatórios

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDPR apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

O apoio às fontes de energia renováveis tem sido bastante acentuado nos últimos anos, e tanto a União Europeia como vários organismos federais e estaduais nos Estados Unidos da América têm reafirmado regularmente as suas intenções de prosseguirem e virem mesmo a reforçar esse apoio.

Não é possível, no entanto, garantir que este apoio se venha a manter, nem mesmo que a eletricidade produzida no futuro através de projetos de energias renováveis venha a beneficiar de obrigações de aquisição reguladas, de incentivos fiscais ou de outras medidas de apoio à geração de eletricidade a partir de

fontes de energia renováveis. A regulamentação que promove a energia verde foi revista ou está em estudo num vasto número de regiões..

Gestão dos riscos regulatórios

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios tanto através da diversificação (marcando presença em vários países) como pela participação ativa em várias associações ligadas à energia eólica.

II.9.2 Receitas

II.9.2.1 Exposição aos preços dos mercados de eletricidade

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços de mercado, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com boa visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a Sociedade tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos mercados onde é expectável uma volatilidade dos preços de mercado a curto prazo, a EDPR recorre a vários instrumentos de cobertura de riscos financeiros e de commodities, com o objetivo de otimizar a sua exposição a uma eventual flutuação dos preços da eletricidade. No entanto, pode não ser possível salvaguardar por inteiro a exposição a estes riscos, ou podem surgir outras dificuldades na execução das estratégias de cobertura de risco.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por um regime regulado de tarifas (Espanha, Portugal e França) ou em mercados onde, para além do preço da eletricidade vendida, a EDPR recebe também um prémio de produção predefinido pelas autoridades de regulação ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia e Roménia). Além disso, a EDPR está a desenvolver também as suas atividades em Itália e no Reino Unido, onde o mecanismo adotado é também o dos certificados verdes.

No caso da América do Norte, a EDPR concentrou a sua estratégia nos estados que têm em vigor programas RPS (Renewable Portfolio Standards), os quais atribuem incentivos às energias renováveis, os designados REC (Renewable Energy Credits), com estabelecimento de penalizações por não cumprimento, garantindo assim a previsibilidade das receitas. O mercado da América do Norte não está sujeito a nenhum sistema estrutural de regulação dos preços da eletricidade, ainda que ele possa existir no sistema de REC em alguns estados. A maior parte da capacidade instalada pela EDPR nos EUA está no entanto sujeita a preços predefinidos e determinados por contratos de longo prazo com os distribuidores locais, no seguimento da política de assinatura de contratos a longo prazo para a venda da produção registada nos seus parques eólicos.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo.

Gestão do risco associado à exposição aos preços do mercado de eletricidade

À luz da sua abordagem global de otimização da exposição aos preços do mercado elétrico, a EDPR procede a uma avaliação contínua e permanente de quaisquer desvios aos limites por si definidos, determinando assim os mercados em que poderá ser mais eficaz a prossecução de estratégias de cobertura de riscos financeiros. Em 2012, com o objetivo de gerir estes riscos de

exposição, a EDPR cobriu financeiramente uma parte substancial da sua produção em Espanha e, nos Estados Unidos, protegeu a sua exposição a longo prazo através de uma série de contratos de cobertura de riscos físicos e financeiros. Adicionalmente, protegeu parte da sua produção na Polónia e na Roménia.

II.9.2.2 Riscos associados à volatilidade da produção de energia

A quantidade de energia gerada pela EDPR nos seus parques eólicos, e com ela a sua rentabilidade, está dependente das condições climáticas, que podem variar de uma localização para a outra, mas também conforme as estações do ano e mesmo de uns anos para os outros. A produção de energia nos parques eólicos pode ser reduzida se a velocidade do vento ficar acima ou abaixo de certos níveis, já que as turbinas só podem funcionar quando a velocidade do vento se cifrar nos níveis estabelecidos.

As variações e flutuações nas condições de vento nos parques eólicos podem assim resultar em flutuações sazonais (ou outras) na quantidade de eletricidade gerada, e consequentemente na eficiência e nos resultados operacionais.

Gestão dos riscos associados à volatilidade da produção de energia

A EDPR consegue mitigar a volatilidade e sazonalidade dos recursos eólicos através do seu sólido domínio das questões envolvidas na conceção de parques eólicos, e também através da diversificação geográfica (em cada país e nos vários países em que opera) da sua base de ativos. Este “efeito de portefólio” permite que haja uma compensação das variações do vento em cada região, mantendo assim a produção total de energia relativamente estável. A EDPR desenvolve atualmente as suas atividades em 11 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil.

Existem produtos financeiros para proteger contra riscos climáticos. A EDPR está atualmente a explorar o interesse em contratar esses produtos para casos específicos.

II.9.3. Financiamento

II.9.3.1 Riscos associados à exposição aos mercados financeiros

A EDPR está exposta às flutuações das taxas de juro do seu financiamento. Este risco pode ser, no entanto, atenuado através da utilização de taxas de juro fixas e diversos instrumentos de cobertura de risco, incluindo swaps de taxas de juro.

Adicionalmente, devido à sua presença em vários países, as flutuações cambiais podem também ter um efeito material adverso nas condições financeiras da Sociedade e nos seus resultados operacionais. A EDPR protege-se dessas flutuações cambiais através de estratégias naturais de cobertura de risco, ou utilizando instrumentos de cobertura de risco como os contratos em divisas ou swaps de taxas de juro.

Os esforços de cobertura de risco da EDPR ficam assim minimizados, mas não eliminam o impacto da flutuação das taxas de juro e da volatilidade dos mercados cambiais.

Gestão de riscos financeiros

A evolução dos mercados financeiros é analisada a título permanente, de acordo com a política de gestão de risco do Grupo EDP aprovada pelo Conselho de Administração da EDPR.

O Conselho de Administração é responsável pela definição dos princípios gerais de gestão de riscos, e pela instituição de limites à sua exposição, no seguimento das recomendações da Comissão de Gestão de Risco.

Tendo em conta a política de gestão de risco e os limites de exposição previamente aprovados, o Departamento Financeiro identifica, avalia e submete à aprovação do Conselho a estratégia financeira mais apropriada a cada projeto ou localização.

II.9.3.1.1 Riscos associados às taxas de juro

O objetivo das políticas de gestão de riscos associados às taxas de juro é o de reduzir a exposição do pagamento das dívidas de longo prazo às flutuações dos mercados, fundamentalmente através da emissão de dívida a longo prazo com uma taxa fixa, mas também com a instituição de instrumentos financeiros derivados que permitam a permuta entre uma taxa variável e uma taxa fixa quando a dívida de longo prazo tiver sido emitida a taxas variáveis.

A EDPR dispõe de um portefólio de derivados de taxas de juro com maturações que variam aproximadamente entre os 2 e os 14 anos. São realizadas análises de sensibilidade ao justo valor dos instrumentos financeiros baseados nas taxas de juro.

Tendo em conta as políticas adotadas pelo Grupo EDP, a gestão dos seus fluxos de tesouraria é substancialmente independente da flutuação das taxas de juro nos mercados.

II.9.3.1.2 Risco cambial

A EDPR opera a nível internacional e está exposta assim ao risco cambial dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. Atualmente, a maior exposição a este risco cambial traduz-se na flutuação entre o dólar americano e o euro, que resulta principalmente das nossas operações nos EUA. Com o aumento das atividades em outras regiões fora da Zona Euro, a EDPR fica também mais exposta aos riscos associados a outras divisas nacionais na Polónia, Roménia, Brasil, Reino Unido e Canadá.

A política geral da EDPR baseia-se em estratégias de cobertura de risco cambial, procurando uma correspondência dos custos e receitas nas várias divisas, e minimizando assim o impacto das flutuações cambiais ao mesmo tempo que preserva o valor. Na sua essência, esta abordagem implica conseguir alcançar um fluxo de entrada de capitais numa determinada divisa semelhante ao fluxo de saída dos mesmos.

II.9.3.2 Risco do crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento da contraparte num dado contrato, quer por problemas temporários de liquidez, quer por problemas sistémicos de longo prazo.

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política da EDPR no que concerne ao risco de crédito de contraparte em transações financeiras é conduzida através da análise das capacidades técnicas, da competitividade, da notação de crédito e da exposição de cada contraparte. As contrapartes em transações derivadas e financeiras são restringidas a instituições de crédito de nível superior, pelo que não se pode considerar que haja um risco significativo de incumprimento das contrapartes e não são exigidas garantias para essas transações.

II.9.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de que a EDPR não venha a ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras.

Gestão do risco de liquidez

A estratégia da EDPR para a gestão da sua liquidez consiste em garantir, tanto quanto possível, que se verifica uma liquidez suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A EDPR tem uma estrutura financeira diversificada, composta por dívida corporativa e project finance, que considera, entre outros fatores, custos de financiamento, propriedade dos projetos e liquidez dos projetos em divisas.

Por fim, a EDPR utiliza um modelo financeiro para prever riscos de liquidez a médio e longo prazo por forma a atingir os objetivos estratégicos previamente definidos (EBITDA, rácio da dívida e outros).

II.9.4 Contratos de turbinas eólicas

II.9.4.1 Risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

O gerador de turbinas eólicas (WTG) é um elemento fulcral no desenvolvimento dos projetos relacionados com a produção de energia eólica pela EDPR, pelo que a sua escassez no mercado ou um aumento inesperado dos preços pode pôr em risco o desenvolvimento de novos projetos e a sua rentabilidade. A aquisição de turbinas eólicas representa a grande maioria do capital que é necessário investir na criação de um parque eólico (em média, entre 70% e 80%).

Gestão do risco associado ao fornecimento de turbinas eólicas

A EDPR enfrenta um risco limitado no que toca à falta de disponibilidade e a um eventual aumento dos preços dos geradores de turbinas eólicas (WTG), graças aos acordos-quadro estabelecidos com os principais fornecedores a nível mundial. A Sociedade utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de diversificar este risco de fornecimento.

II.9.5 Desenvolvimento dos projetos em *pipeline*

II.9.5.1 Riscos associados ao licenciamento

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que concerne ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o congestionamento das redes de distribuição e transmissão de energia.

Apesar de o nível de exigência ser variável em função das áreas geográficas, reconhecemos uma tendência dos legisladores para alinharem por regras e riscos de desenvolvimento mais restritivos, concentrando-se nas vertentes de licenciamento (nomeadamente em relação aos aspetos ambientais e urbanísticos) e conexão.

Neste contexto, a experiência que a EDPR adquire num determinado país ser-lhe-á útil para antever e lidar com situações semelhantes em outros países.

Durante a fase de desenvolvimento e desenho, a EDPR concentra-se na otimização dos seus projetos. Pelo facto de dominarmos as variáveis que podemos controlar, tais como a escolha da localização e a disposição ideal, pretendemos tornar os nossos projetos mais resilientes a um ambiente externo adverso.

Gestão dos riscos associados ao licenciamento

Os riscos associados ao licenciamento são reduzidos pelo facto de a EDPR conduzir as suas atividades em 11 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil), com um portefólio de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem também um grande número de projetos em *pipeline* localizados nas regiões mais atrativas, o que lhe garante alguma segurança perante a hipótese de poder vir a enfrentar atrasos no desenvolvimento de novos projetos e assegura os seus objetivos de crescimento.

II.9.6 Operações

II.9.6.1 Riscos associados ao desempenho das turbinas eólicas

A capacidade de produção dos parques eólicos depende da disponibilidade e nível de desempenho do equipamento necessário à sua operação, principalmente das várias componentes das turbinas eólicas e respetivos transformadores. Assim, o risco associado ao desempenho das turbinas eólicas baseia-se na hipótese de que o nível de produção de energia possa não corresponder às previsões, ficando aquém do ideal.

Gestão do risco associado ao desempenho das turbinas eólicas

A EDPR consegue atenuar este risco recorrendo a um conjunto alargado de fornecedores, reduzindo assim os riscos tecnológicos, estabelecendo contratos de manutenção de grande envergadura a médio prazo com os fornecedores das turbinas, e procedendo a uma manutenção preventiva e regular.

Mais recentemente, a EDPR tem vindo a subcontratar algumas das atividades mais técnicas de operação e manutenção dos seus parques eólicos, enquanto as atividades primárias e de maior valor acrescentado são asseguradas pela EDPR.

II.10 PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA A AUMENTO DE CAPITAL

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Sociedade, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral nos termos dos Estatutos ou da legislação aplicável.

A. A este respeito, o Conselho está especificamente mandatado para:

- Adquirir bens móveis, imóveis, direitos, ações e participações para a Sociedade, a qualquer título oneroso ou lucrativo;
- Alienar, hipotecar ou onerar bens da Sociedade, imóveis, direitos, ações e participações e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e celebrar empréstimos e operações de crédito considerados necessários;
- Negociar e formalizar atos e contratos com pessoas físicas e entidades públicas;
- Apresentar ações civis e criminais envolvendo a Sociedade, representando a Sociedade perante funcionários, autoridades, Sociedades, governo, tribunais administrativos ou económico-administrativos, de contencioso administrativo e judiciais; tribunais do trabalho e secções de trabalho dos tribunais supremos e dos tribunais de justiça das comunidades autónomas, sem limites, incluindo o Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia e, em geral, perante a administração pública a todos os níveis; intervir, promover, acompanhar e encerrar casos, julgamentos e processos; consentir nas decisões; recorrer do arquivamento de processos, incluindo recursos de cassação e outros recursos extraordinários; desistir ou chegar a acordo, comprometendo-se com processos de arbitragem, emissão de notificações e intimações e concessão de poderes de representação a advogados, procuradores ou outros com os poderes que sejam considerados necessários em cada caso, incluindo poderes gerais para processos judiciais e poderes especiais quando necessário; revogar tais poderes;
- Convocar a Assembleia Geral e submeter as propostas aos acionistas para consideração;
- Dirigir as operações da Sociedade e a organização do seu trabalho e operações, estar atualizado em relação aos negócios da Sociedade e suas operações, investindo em fundos, fazendo amortizações extraordinárias das suas obrigações, e tudo o que for considerado necessário para a melhor realização dos objetivos da Sociedade;

- Nomear e destituir Administradores e outros profissionais técnicos e administrativos; estipulando as suas responsabilidades e a sua remuneração;
- Concordar em mudar o local da Sociedade dentro da mesma área municipal;
- Criar pessoas jurídicas, conforme estipulado nos termos da lei, atribuindo e investindo nessas entidades todo o tipo de bens e direitos, e entrar em acordos de concentração e cooperação, associações, grupos, joint ventures, propriedade da comunidade e concordar com a sua modificação, transformação e dissolução;
- Todos os outros poderes especificamente atribuídos ao Conselho de Administração nos Estatutos ou por lei, sendo esta enumeração meramente indicativa, mas de nenhuma maneira restritiva.

A fim de garantir que os interesses comuns da Sociedade e das suas subsidiárias e outras Sociedades do Grupo são devidamente respeitados, o Conselho de Administração deve agir sempre em coordenação com essas Sociedades.

B. No que diz respeito às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração não dispõe desse poder, mas, sob delegação prévia de poderes da Assembleia Geral, poderá decidir o aumento do capital. Esta delegação de competências deve obedecer às disposições legais e estatutárias.

Por outro lado, a Assembleia Geral pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Sociedade, do mercado ou de quaisquer acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

II.11 REGRAS SOBRE A POLÍTICA DE ROTAÇÃO DE PELOUROS, NOMEAÇÃO E DEMISSÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão de Nomeações e Remunerações, de acordo com o seu regulamento, apresenta ao Conselho de Administração uma proposta com os nomes dos candidatos que considera reunirem as melhores qualidades para cumprir o papel de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração apresenta, subsequentemente, a proposta em Assembleia Geral de Acionistas que aprova a proposta por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos. Contudo, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas que assim desejarem, podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da sua divisão pelo número de Administradores e nomearem os Administradores que, usando apenas frações inteiras, são deduzidos da proporção correspondente. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Em caso de um ou mais lugares no Conselho de Administração ficarem vagos, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração poderá cooptar, entre os acionistas, quem irá ocupar o cargo até à realização da primeira Assembleia Geral de Acionistas, que ratificará o Administrador cooptado. Nos termos do Artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores, tal como sucede com outras decisões do Conselho, deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

De acordo com a lei espanhola e a prática das Sociedades espanholas, a gestão diária do negócio é garantida por um CEO. Este tipo de organização é diferente da que ocorre nas Sociedades portuguesas em que um "*conselho de administração executivo*" atribui áreas de negócio a cada administrador executivo.

II.12 NÚMERO DE REUNIÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O Conselho de Administração realizou seis (6) reuniões durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012. Foram elaboradas atas de todas as reuniões.

Em 2012, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu catorze (14) vezes, seis dessas reuniões foram plenárias e as restantes oito foram com os distintos departamentos cujo desenvolvimento da sua actividade é discutida com a Comissão.

Esta Comissão elaborou atas de cada uma das reuniões e informou o Conselho de Administração das suas decisões na primeira reunião do Conselho após cada reunião da Comissão.

II.13 NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva realizou quarenta e nove (49) reuniões durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012.

A Comissão Executiva elaborou atas de cada uma das reuniões realizadas e informou o Conselho de Administração das suas decisões na primeira reunião do Conselho após cada reunião da Comissão. As atas são também enviadas ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo.

II.14 MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Cargo	Data da primeira eleição	Data da reeleição	Termo do mandato
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Manso Neto	Vice-Presidente e Administrador Executivo	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
Nuno Alves	Administrador Executivo	18.03.2008	21.06.2011	21.06.2014
Gabriel Alonso	Administrador Executivo	21.06.2011	-	21.06.2014
João Paulo Costeira	Administrador Executivo	21.06.2011	-	21.06.2014
Rui Teixeira	Administrador Executivo	11.04.2011	21.06.2011	21.06.2014
Gilles August	Administrador Não Executivo	14.04.2009	21.06.2011	21.06.2014
João Lopes Raimundo	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Manuel de Mello Franco	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
João Marques da Cruz	Administrador Não Executivo	16.05.2012	-	Até à próxima Assembleia Geral
Jorge Santos	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
José Araújo e Silva	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador Não Executivo	4.06.2008	21.06.2011	21.06.2014

Os Estatutos da EDPR, que estão disponíveis para consulta no site da Sociedade (www.edpr.com), contêm regras sobre a independência necessária para o exercício de funções em qualquer órgão da Sociedade.

A informação relativa às normas legais e regulamentares para a Avaliação Independente está disponível no capítulo II.15.

O Conselho de Administração da EDPR considera que os seguintes Administradores cumprem os critérios de independência e incompatibilidade exigidos por lei e pelos Estatutos:

Nome	Cargo	Data da reeleição	Termo do mandato
Gilles August	Administrador (Independente)	21-06-2011	21-06-2014
João Lopes Raimundo	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Auditoria e Controlo	21-06-2011	21-06-2014
João Mello Franco	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo Membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas	21-06-2011	21-06-2014
Jorge Santos	Administrador (Independente) Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações Membro da Comissão de Auditoria e Controlo	21-06-2011	21-06-2014
José Araújo e Silva	Administrador (Independente)	21-06-2011	21-06-2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (Independente) Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações	21-06-2011	21-06-2014

II.15 REGRAS LEGAIS E REGULAMENTARES PARA AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E INCOMPATIBILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seguindo as recomendações da CMVM, o Artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração exige que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho sejam independentes. O Artigo 20.2º dos Estatutos da EDPR define como membros independentes do Conselho de Administração aqueles que são capazes de desempenhar as suas funções sem se encontrarem limitados por relações com a Sociedade, seus acionistas com participações significativas, ou seus Administradores e cumprir as demais exigências legais.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, não podem ser Administradores:

- Pessoas que façam parte da administração ou que estejam, de qualquer forma, associadas a qualquer concorrente da EDPR ou com ele relacionadas. Uma Sociedade deve ser considerada concorrente da EDPR se estiver direta ou indiretamente envolvida na produção, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou fornecimento de eletricidade ou gases combustíveis. É também considerada concorrente, toda e qualquer Sociedade que tenha interesses opostos aos da EDPR, seja o próprio concorrente ou qualquer uma das Sociedades do seu grupo, e os administradores, empregados, advogados, consultores, ou representantes de qualquer uma dessas Sociedades. As Sociedades pertencentes ao mesmo Grupo que a EDPR, inclusive no estrangeiro, não poderão, sob nenhuma circunstância, ser consideradas concorrentes da EDPR;
- Pessoas que se encontram em qualquer outra situação de incompatibilidade ou proibição pela Lei ou pelos Estatutos. Pela Lei espanhola, não estão autorizadas a ser administradores as pessoas que, entre outras situações, são: i) menores de dezoito (18) anos, (ii) desqualificadas, (iii) concorrentes, (iv) condenadas por determinados crimes, ou (v) exercem determinados cargos de direção.

II.16 PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

A Comissão de Nomeações e Remunerações, de acordo com o seu regulamento, apresenta ao Conselho de Administração uma proposta com os nomes dos candidatos que considera reunirem as melhores qualidades para cumprir o papel de membros do Conselho. O Conselho de Administração apresenta, subsequentemente, a proposta em Assembleia Geral de Acionistas que aprova a proposta por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos. Contudo, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas que assim desejarem, podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da sua divisão pelo número de Administradores e nomearem os Administradores que, usando apenas frações inteiras, são deduzidos da proporção correspondente. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Em caso de um ou mais lugares no Conselho de Administração ficarem vagos, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração poderá recorrer cooptar, entre os acionistas, quem irá ocupar o cargo até à realização da primeira Assembleia Geral, que ratificará o Administrador cooptado. Nos termos do Artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores, tal como sucede com outras decisões do Conselho, deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

II.17 ATIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

O Relatório Anual de Gestão da EDPR de 2012 inclui uma descrição da atividade dos Administradores Não Executivos e possíveis constrangimentos detetados. Com os mecanismos estabelecidos na regulamentação, os Administradores Não Executivos não têm encontrado dificuldades no desempenho das suas funções. Em 2012, os Administradores Não Executivos foram envolvidos no governo da Sociedade, não só através da participação em reuniões do Conselho de Administração, onde deram as suas opiniões sobre diferentes assuntos da Sociedade, apresentaram sugestões, e foram tomadas decisões sobre matérias por eles submetidas, mas também foram chamados a participar nas Comissões de Nomeações e Retribuições, de Operações entre Partes Relacionadas, e de Auditoria e Controlo, onde todos os membros são não executivos, à exceção da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, que integra um Administrador Executivo, Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.

II.18 BIOGRAFIAS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Anexo IV do Relatório apresenta uma breve descrição das carreiras profissionais e académicas dos Administradores.

II.19 FUNÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES

Os cargos ocupados nos últimos cinco (5) anos pelos membros do Conselho de Administração, aqueles que detêm atualmente, e as posições em Sociedades dentro e fora do Grupo estão listados nos Anexos I, II e III, respetivamente.

Além disso, as ações da EDPR detidas por cada Administrador estão descritas na tabela do Anexo V.

SECÇÃO III: CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL

A informação prevista nos Capítulos II.20 a II.23 do Regulamento nº 1.2010 da CMVM não se aplica à EDPR. O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei pessoal, corresponde ao chamado modelo “anglo-saxónico” estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

II.24 AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável por propor ao Conselho de Administração, para apresentação à Assembleia Geral de Acionistas, a nomeação dos auditores da Sociedade, os termos dos seus contratos, o âmbito das suas funções, e os termos de revogação e renovação dos seus contratos.

A fim de proteger a independência do Auditor Externo, as seguintes competências da Comissão de Auditoria e Controlo foram exercidas em 2012:

- Supervisão direta e exclusiva por parte da Comissão de Auditoria e Controlo;
- Avaliação das habilitações, independência e desempenho do Auditor Externo e do seu relatório anual sobre as informações de todas as relações existentes entre a Sociedade e os Auditores ou pessoas a eles relacionadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso. A Comissão de Auditoria e Controlo, de forma a avaliar a independência do Auditor Externo, obtém deste informações em relação à sua independência, de acordo com o Decreto-Lei nº 224.2008 de 20 de Novembro, que altera os Estatutos da Associação portuguesa dos Auditores Externos;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor Externo e publicado no seu site. Este relatório versa sobre um conjunto de matérias reguladas no Artigo 62º-A do Decreto-Lei nº 224.2008 de 20 de Novembro, principalmente relacionadas com o Sistema de Controlo Interno e com o processo de controlo de qualidade realizado pelas entidades competentes;
- Análise com o Auditor Externo do âmbito, planeamento e recursos a utilizar para os serviços a prestar.

Em 2012, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e com as Recomendações II.4.4 e II.4.5, esta Comissão foi a entidade primeira e direta e o órgão corporativo responsável pelo contacto permanente e directo com o Auditor Externo sobre assuntos que podem representar um risco para a sua independência e quaisquer outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. É também esta Comissão que recebe e guarda informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação relativas a auditorias e a normas de auditoria em vigor, a qualquer momento.

A Comissão de Auditoria e Controlo avaliou o desempenho do Auditor Externo quanto à prestação dos serviços contratados pela Sociedade e fez uma avaliação positiva da sua qualidade, considerando que cumprem as normas aplicáveis e que é aconselhável manter o mesmo auditor.

O trabalho do Auditor Externo, incluindo relatórios e auditorias de contas, foi supervisionado e avaliado em conformidade com as regras e normas aplicáveis, em especial as normas internacionais de auditoria. O Auditor Externo, em coordenação com a Comissão de Auditoria e Controlo, verifica a implementação das políticas de remuneração e a eficiência e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. O Auditor Externo reporta à Comissão de Auditoria e Controlo todas as lacunas encontradas.

A informação prevista nos Capítulos II.25 a II.28 do Regulamento nº 1.2010 da CMVM não se aplica à EDPR. O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei, corresponde ao chamado modelo “anglo-saxónico” estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

II.29 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES

Esta informação está disponível no capítulo II.30.

SECÇÃO IV: REMUNERAÇÃO

II.30 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do artigo 26^o dos Estatutos da Sociedade, a remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste numa quantia fixa a determinar pela Assembleia Geral para o conjunto dos Administradores, acrescida das despesas pela comparação nas reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os Administradores podem ser remunerados através da atribuição de ações da Sociedade, opções de aquisição de ações ou outros valores mobiliários que confirmam o direito à aquisição de ações da Sociedade, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das ações. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral e estar em conformidade com a legislação em vigor.

A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral é de 2.500.000 euros.

Nos termos do Artigo 26.4^o dos Estatutos da Sociedade, os direitos e deveres que advenham da condição de membro do Conselho de Administração deverão ser compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixas ou variáveis, que possam corresponder aos Administradores por outras relações laborais ou profissionais que, a existirem, desempenhem na Sociedade. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluída a sua presença num órgão de Administração, serão limitadas a um máximo anual a estabelecer em Assembleia Geral.

A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral para esta componente variável é de 600.000 euros.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é responsável por propor ao Conselho de Administração, embora de forma não vinculativa, o sistema, a distribuição e o montante das remunerações dos Administradores, tendo por base o montante global da remuneração autorizada pela Assembleia Geral. Pode ainda propor ao Conselho a definição dos termos e condições dos contratos a celebrar com os Administradores. O montante exato a ser auferido por cada Administrador, a periodicidade e as demais condições de remuneração são determinadas pelo próprio Conselho de Administração com base na proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Adicionalmente, esta Comissão define a remuneração variável a atribuir aos Administradores, com o objetivo de refletir o desempenho de cada um dos membros em cada ano do seu mandato (remuneração variável anual) e também o seu desempenho durante o seu mandato, estabelecendo uma componente variável consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da Sociedade (remuneração variável plurianual por um período de três anos), garantindo o alinhamento do desempenho dos órgãos sociais com os interesses dos acionistas.

A política de remuneração proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas

a 11 de Abril de 2011 (Política de Remunerações), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual para os membros da Comissão Executiva.

Para o período 2011-2013, foi decidido manter a estrutura de remuneração em termos das suas componentes, bem como o mesmo valor nominal da componente fixa anual que esteve em vigor durante o período 2009-2010, revendo os Indicadores-Chave de Desempenho para as componentes variáveis plurianuais e anuais.

II.31 REMUNERAÇÃO ANUAL INDIVIDUAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 foi a seguinte:

REMUNERAÇÃO	Euros			Total
	Fixo	Variável		
		Anual	Pluri-anual	
Administradores Executivos				
Ana Maria Fernandes ^{A)}	54.857	147.942	364.022	566.821
João Manso Neto (CEO) ^{B)}	-	-	-	-
Nuno Alves ^{B)}	-	-	-	-
Gabriel Alonso ^{C)}	-	-	-	-
João Paulo Costeira ^{C)}	-	-	-	-
Luis Adão da Fonseca ^{C)}	-	-	-	-
Rui Teixeira ^{C)}	-	-	-	-
Administradores Não Executivos				
António Mexia ^{D)}	--	--	--	--
António Nogueira Leite ^{E)}	-	-	-	-
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda ^{E)}	36.666	-	-	36.666
Gilles August	45.000	-	-	45.000
João Lopes Raimundo	60.000	-	-	60.000
João Manuel de Mello Franco	80.000	-	-	80.000
João Marques da Cruz ^{F)}	-	-	-	-
Jorge Santos	60.000	-	-	60.000
José Araújo e Silva ^{G)}	15.000	-	-	15.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	-	-	45.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	-	-	55.000
Total	451.523	147.942	364.022	963.487

A) Ana Maria Fernandes renunciou ao cargo de CEO da EDPR a 28 de Fevereiro de 2012. A remuneração fixa acima mencionada refere-se apenas aos meses em que a anterior CEO ainda estava em funções e foi paga em 2012, e a ajustamentos à remuneração variável pagos em Fevereiro de 2013.

B) À exceção dos membros da Comissão Executiva que também são Dirigentes, os membros da Comissão Executiva não recebem qualquer remuneração da EDPR. A 28 de Fevereiro de 2012, João Manso Neto foi nomeado Chief Executive Officer (CEO) e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDPR. A fim de aumentar a transparência e manter práticas de governo corporativo consistentes, e também para proporcionar a João Manso Neto o mesmo tratamento dos restantes Administradores, a Comissão de Nomeações e Remunerações propôs ao Conselho de Administração (que a aprovou) uma alteração à Política de Remunerações de forma a incluir a remuneração do CEO no montante de gestão definido no Contrato de Serviços de Administração Executiva.

C) Gabriel Alonso, João Paulo Costeira, Luis Adão da Fonseca e Rui Teixeira, como Dirigentes e membros da Comissão Executiva recebem a sua remuneração como colaboradores da EDPR, tal como descrito na tabela abaixo.

D) Em 2012, António Mexia apresentou a sua demissão como Presidente e membro da Comissão Executiva.

E) Em 2012, António Nogueira Leite e Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda renunciaram ao cargo de membros do Conselho de Administração. A remuneração acima mencionada refere-se apenas aos meses em que exerceram funções.

F) Em Maio de 2012, João Marques da Cruz foi nomeado por cooptação como membro do Conselho de Administração até à próxima reunião da Assembleia Geral de Acionistas. João Marques da Cruz recebe a sua remuneração através do Acordo de Serviços de Administração Executiva, o valor pago pela Sociedade à EDP foi ajustado, tendo sido incluído um valor adicional de administração de serviços não executivos, não tendo, portanto, recebido qualquer remuneração diretamente da EDPR.

G) A remuneração de José Araújo e Silva reflete apenas alguns meses do ano, uma vez que renunciou à sua remuneração durante o período em que exerceu funções numa Empresa Pública.

Segundo o Acordo de Serviços de Administração Executiva assinado com a EDP, na redação em vigor, a EDPR deve pagar à EDP, pelos serviços prestados pelos Administradores Executivos e pelos Administradores Não Executivos; o montante devido no âmbito desse Acordo pelos serviços de administração prestados pela EDP em 2012 são: i) 480.000 euros, valor correspondente à remuneração fixa dos Administradores Executivos, mais a componente variável, de acordo com a Política de Remunerações, mais a percentagem correspondente para o PPR, e ii) 90.000 euros, valor correspondente à remuneração fixa dos Administradores Não Executivos. O Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os que integram a Equipa de Gestão, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os Administradores Não Executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os Administradores, tendo em conta as respetivas funções.

Em 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, como colaboradores da EDPR, excluindo o CEO, foi a seguinte:

REMUNERAÇÃO	Euros			Total
	Fixo	Variável*		
		Anual	Plurianual	
Gabriel Alonso	250.000	75.000	0	325.000
João Paulo Costeira	250.000	75.000	0	325.000
Luis Adão da Fonseca A1	181.270	75.000	0	256.270
Rui Teixeira	250.000	75.000	0	325.000
TOTAL	931.270	300.000	0	1.231.270

*Corresponde ao valor variável anual de 2011.

A1 Luis Adão da Fonseca renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração e, consequentemente, de membro da Comissão Executiva a 21 de Setembro de 2012. A remuneração mencionada acima corresponde aos meses em que esteve em funções.

O Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva que são também Dirigentes funciona como um complemento efetivo de reforma e corresponde a uma percentagem entre 3% a 6% do respetivo vencimento anual definida de acordo com os planos de poupança aplicáveis no seu país de origem.

Além disso, os Dirigentes, exceto o CEO, recebem os seguintes benefícios não monetários: carro da Sociedade e, para os queos expatriados, subsídio de alojamento e subsídio de educação para os filhos, quando aplicável, num valor total de 256, 828 euros.

Os Administradores não recebem quaisquer benefícios não-monetários relevantes a título de remuneração.

II.32 ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A remuneração da Comissão Executiva é construída por três componentes: remuneração fixa (40% da remuneração total), bónus variável anual (27% da remuneração total) e plurianual (33% da remuneração total).

O bónus variável anual é definido até um máximo de 68% do salário anual e o bónus variável plurianual até um máximo de 102% do salário anual, sendo ambos calculados no final de cada ano do mandato de acordo com os seguintes indicadores:

- Desempenho relativo do retorno total para os acionistas (TSR) da EDPR vs. valores de referência (PSI-20 e outras a operar no mesmo setor);
- Crescimento da EDPR (aumento de MW e *pipeline* pronto a construir);
- Riscos resultados da EDPR (ROIC, EBITDA e resultados líquidos);
- Eficiência (disponibilidade técnica, OPEX.MW, CAPEX.MW).
- Perspetivas ambientais e sociais: (i) desempenho do Índice de Sustentabilidade aplicado à EDPR (método DJSI), (ii) inquérito de satisfação aos colaboradores, (iii) avaliação da Comissão de Nomeações e Remunerações.

De acordo com a Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se todos os indicadores-chave acima referidos forem cumpridos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

A remuneração do CEO e dos membros da Comissão Executiva que integram também a Equipa de Gestão foi paga diretamente pela EDPR, não tendo havido pagamento direto aos restantes membros da Comissão Executiva.

Esta prática de governo societário em matéria retributiva está de acordo com o modelo adotado no Grupo EDP, mediante o qual os Administradores Executivos da EDP não recebem qualquer remuneração diretamente das Sociedades do Grupo em cujos órgãos de administração participam, mas apenas através da EDP.

Não obstante, e em conformidade com a referida prática de governo societário, a EDPR celebrou com a EDP um Acordo de Serviços de Administração Executiva nos termos do qual a Sociedade suporta um custo pela prestação dos referidos serviços que corresponde ao valor da remuneração definida para os membros executivos do Conselho de Administração.

Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas enquanto Administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração.

Nenhum Administrador estabeleceu qualquer contrato com a Sociedade ou terceiros para o efeito de reduzir o risco inerente à variabilidade da remuneração estabelecida pela Sociedade.

Não há também na EDPR quaisquer compensações pela exoneração ou saída do cargo de nenhum Administrador.

II.33 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

- B) Esta informação está disponível no capítulo II.30.
C) Esta informação está disponível no capítulo II.32.

- D) Esta informação está disponível no capítulo II.32.
E) Esta informação está disponível nos capítulos II.30 e II.31.
F) Se algum membro da Comissão Executiva da EDPR deixar este órgão durante o mandato, por qualquer razão não derivada de uma mudança significativa no controlo da EDPR ou por fatores que não lhe sejam diretamente atribuíveis, ou seja, doença ou morte, incapacidade, ou um pedido para ocupar um cargo público, entre outros, o valor acumulado da remuneração variável plurianual reverterá para a EDPR. Pelo contrário, se a EDPR passar por um processo de aquisição, fusão ou mudança significativa no controlo acionista antes de finalizar o período de plurianual, os membros da Comissão Executiva terão assegurado o seu direito a cobrar todos os valores acumulados até à data na sua conta de remuneração variável plurianual.
G) Não aplicável a EDPR.
H) Não aplicável a EDPR.
I) Esta informação está disponível no capítulo II.31.
J) Não aplicável à EDPR.
L) Não aplicável a EDPR.
M) Não aplicável a EDPR.
N) Esta informação está disponível nos capítulos II.31 e II.32.
O) Não aplicável a EDPR.
P) Não aplicável a EDPR.
Q) Não aplicável a EDPR.

II.34 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Esta informação está disponível no capítulo II.32.

II.35 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

A EDPR realizou sempre a sua atividade implementando, de forma consistente, medidas que assegurem o bom governo das suas Sociedades, incluindo a prevenção de práticas incorretas, particularmente nas áreas de contabilidade e finanças.

A EDPR coloca à disposição dos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite comunicar direta e confidencialmente, à Comissão de Auditoria e Controlo, qualquer prática presumivelmente ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística e/ou financeira na sua Sociedade, em conformidade com as disposições do Regulamento nº 1.2010 da CMVM.

Com este canal para comunicação de práticas financeiras e contabilísticas irregulares, a EDPR tem como objetivo:

- Garantir condições que permitam aos trabalhadores comunicar livremente quaisquer dúvidas que possam ter nestas áreas à Comissão de Auditoria e Controlo.
- Facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se praticadas, podem causar sérios danos ao Grupo EDPR, seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contato com a Comissão de Auditoria e Controlo da Sociedade só é possível por correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é restrito.

Qualquer denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial e a origem da denúncia permanecerá anónima, desde que tal informação não comprometa a sua investigação. A Sociedade assegura ao colaborador que este

não sofrerá qualquer ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do seu direito a denunciar irregularidades, fornecer informações ou ajudar numa investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2012 não houve qualquer comunicação sobre irregularidades com impacto material na EDPR.

SECÇÃO V: COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO, SISTEMA DE GOVERNO E NOMEAÇÕES

A composição e o funcionamento da Comissão de Nomeações e Remunerações encontra-se descrito no capítulo II.3 C). Como explicado no capítulo II.11, a Comissão de Nomeações e Remunerações, de acordo com o seu regulamento, apresenta ao Conselho de Administração uma proposta com os nomes dos candidatos que considera reunirem as melhores qualidades para cumprir o papel de membros do Conselho. O Conselho de Administração apresenta, subsequentemente, a proposta em Assembleia Geral de Acionistas que aprova a proposta por maioria, por um período inicial de 3 (três) anos, podendo reeleger esses membros, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos. Contudo, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas que assim desejarem, podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da sua divisão pelo número de Administradores e nomearem os Administradores que, usando apenas frações inteiras, são deduzidos da proporção correspondente. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Em caso de um ou mais lugares no Conselho de Administração ficarem vagos, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, o Conselho de Administração poderá recorrer cooptar, entre os acionistas, quem irá ocupar o cargo até à realização da primeira Assembleia Geral, que ratificará o Administrador cooptado. Nos termos do Artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores, tal como sucede com outras decisões do Conselho, deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

Em relação à estrutura de governo da Sociedade, a fim de cumprir a Recomendação II.1.1.1, o modelo de governo adotado tem permitido garantir um desempenho eficaz e em articulação com os Órgãos Sociais da EDPR, revelando-se adequado à estrutura de governo da Sociedade, sem quaisquer restrições para o desempenho do seu sistema de verificações e balanço

II.37 NÚMERO DE REUNIÕES DAS COMISSÕES E ATAS

Em 2012, a Comissão de Nomeações e Remunerações realizou 4 (quatro) reuniões e a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas realizou 3 (três) reuniões. Foram efetuadas atas de para todas estas reuniões.

II.38 REFERÊNCIA AO FACTO DE UM MEMBRO DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES POSSUIR CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Comissão de Nomeações e Remunerações da EDPR tem pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

II.39 INDEPENDÊNCIA DAS PESSOAS CONTRATADAS PARA A COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações não celebrou qualquer contrato de trabalho ou fornecimento de serviços com qualquer pessoa singular ou coletiva.

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1 ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da EDPR é, a partir da oferta pública de venda inicial (IPO) em junho de 2008, no valor de 4.361.540.810 euros, e encontra-se repartido por 872.308.162 ações com o valor nominal de cinco (5) euros cada. Todas as ações são da mesma classe e série e estão todas subscritas e pagas.

As ações representativas da totalidade do capital social da EDP Renováveis foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de bolsa regulamentado NYSE Euronext Lisbon a 4 de junho de 2008.

EDP Renováveis, S.A.	
Capital social	EUR 4.361.540.810
Valor nominal das ações	EUR 5,00
Número de ações	872.308.162
Data do início da negociação	4 de junho de 2008

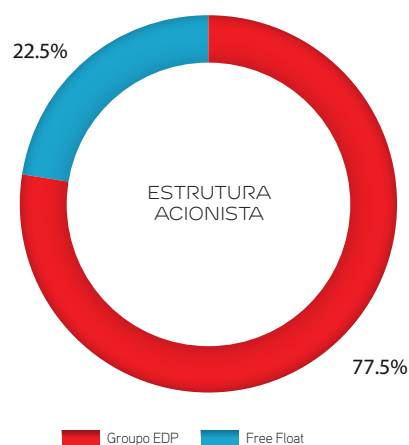
NYSE Euronext Lisbon	
ISIN	ES0127797019
Reuters RIC	EDPR.LS
Bloomberg Ticker	EDPR.PL

III.2 PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regulamenta os critérios e limites de participação dos acionistas.

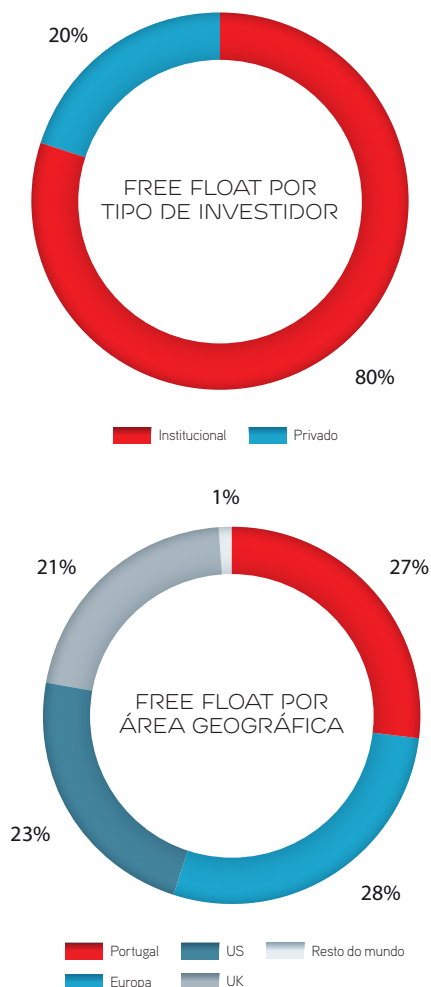
A partir de 31 de Dezembro de 2012, não foram identificadas quaisquer participações qualificadas na EDPR à exceção da EDP - Energias de Portugal, S.A.

Acionista	Nº de ações	% capital	% dos votos
EDP - Energias de Portugal			
EDP - Energias de Portugal, S.A. - Sucursal em Espanha	541.027.156	62,0%	62,0%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,5%	15,5%
Total	676.283.856	77,5%	77,5%



O nível de free float permanece inalterado desde a oferta pública de venda inicial em 22,5%. A 31 de dezembro de 2012, o free float da EDPR era composto por mais de 100.000 investidores institucionais e privados espalhados por mais de 45 países diferentes, com especial ênfase em Portugal, Estados Unidos e Reino Unido. Os restantes países europeus mais representativos são a Noruega, a França e a Suíça.

Os investidores institucionais representaram 80% do free float da EDPR, enquanto os investidores privados, principalmente portugueses, representam os restantes 20%



III.3 ACIONISTAS TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS

Não existem titulares de direitos especiais.

III.4 RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DE AÇÕES

Nos termos do Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade não existem restrições à transferência das ações da EDPR.

III.5 ACORDOS PARASSOCIAIS

O Conselho de Administração da EDPR não tem conhecimento de que atualmente existam acordos parassociais que possam levar a restrições na transferência de títulos ou direitos de voto.

III.6 REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

A alteração dos Estatutos da Sociedade é da responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas, que tem o poder de decidir sobre essa questão. De acordo com o Artigo 17º dos Estatutos da Sociedade (“Constituição da Assembleia Geral, Aprovação de Resoluções”), para que qualquer alteração necessária aos Estatutos seja validamente aprovada, a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária tem de seguir os seguintes requisitos:

- Em primeira convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representam pelo menos 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito.
- Em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representam pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito.

Caso os acionistas presentes representem menos de 50 por cento (50%) do capital de voto subscrito, as resoluções referidas no presente parágrafo só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado em Assembleia Geral de Acionistas.

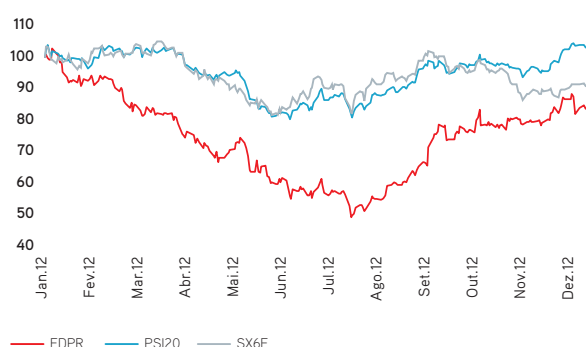
III.7 MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES

Não há nenhum mecanismo de controlo especificamente previsto para a eventual participação dos colaboradores da Sociedade no seu capital social na medida em que os direitos de voto não sejam diretamente exercidos por estes.

III.8 EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES DA EDPR

O valor da capitalização bolsista da EDPR a 31 de dezembro de 2012 era de 3,5 mil milhões de euros, uma queda de 15,5% do valor de 4,12 mil milhões de euros registados a 31 de dezembro de 2012, o equivalente a 3,99 euros por ação. A cotação das ações da EDPR ficou abaixo dos desempenhos do índice de referência da NYSE Euronext Lisbon - PSI-20 (3%), e do Dow Jones Eurostoxx Utilities - SX6E (-9%). O mínimo anual foi registado a 24 de julho (2,31 euros) e o máximo anual foi atingido a 6 de janeiro (4,86 euros).

Evolução da cotação das ações da EDPR vs. PSI20 & SX6E



III.9 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição dos dividendos deve ser proposta pelo Conselho de Administração da EDPR e autorizada por deliberação aprovada em Assembleia Geral. Em conformidade com as disposições legais em vigor, nomeadamente a Lei das Sociedades de Capital espanhola, os Estatutos da EDPR determinam que os lucros de um exercício anual tenham em conta:

- Os montantes a alocar a reservas legais;
- O montante aprovado pela mesma Assembleia Geral a atribuir aos dividendos das ações em circulação;
- O montante aprovado pela Assembleia Geral para constituir ou aumentar os fundos de reserva ou as reservas livres;
- O montante remanescente será contabilizado como excedente.

A política de dividendos expectável da EDPR, conforme anunciado no Dia do Investidor, a 22 de maio de 2012, prevê que a distribuição de dividendos a cada ano, no período entre 2013 e 2015, represente 25% a 35% do lucro atribuível aos acionistas. Assim, para 2013, o Conselho de Administração da EDPR propõe uma distribuição de dividendos de 34.892.326,48 euros, ou 0,04 euros por ação, que correspondem a um rácio de pagamento de 28% sobre os resultados consolidados do resultado líquido da EDPR em 2012.

III.10 PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES

A EDPR atualmente não tem planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações. Portanto, este capítulo não é aplicável.

III.11 PRINCIPAIS OPERAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE E OS MEMBROS DOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO OU FISCALIZAÇÃO

Em 2012, a EDPR não assinou qualquer contrato com os membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações qualificadas, excluindo a EDP, conforme mencionado abaixo.

Quanto a transações entre partes relacionadas, a EDPR e/ou as suas subsidiárias assinaram os contratos abaixo detalhados com a EDP - Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) ou outros membros do seu Grupo mas que não pertencem ao subgrupo EDPR.

Os contratos celebrados entre a EDPR e as partes relacionadas são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, de acordo com as suas competências, como mencionado no capítulo II.3 C) do presente relatório.

ACORDO-QUADRO

A 7 de Maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da admissão à negociação desta última. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDPR e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDPR. Esta última terá exclusividade a nível mundial, com exceção do Brasil, onde deverá desenvolver a sua atividade através de parcerias com a EDP – Energias do Brasil, S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com as energias eólica, solar, das ondas e/ou das marés, bem como as tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis suscetíveis de serem desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias, em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O acordo prevê também que a EDPR está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais, bem como a obrigação de a EDPR preparar as contas consolidadas do Grupo EDP.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP mantiver, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus Administradores.

ACORDO DE SERVIÇOS DE GESTÃO EXECUTIVA

A 4 de Novembro de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo de Serviços de Gestão Executiva, que foi renovado a 4 de Maio de 2011 e entrou em vigor a 18 de Março de 2011, tendo sido renovado a 10 de maio de 2012.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de gestão à EDP Renováveis, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da Sociedade. Ao abrigo do acordo, a EDP nomeia quatro pessoas da EDP para fazerem parte da Comissão Executiva da EDPR: i) dois membros executivos, que são membros da Comissão Executiva da EDPR, e ii) dois membros não executivos, pelos quais a EDPR paga à EDP um montante definido pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas.

No âmbito deste Acordo, a EDPR deve pagar a quantia de 1.295.000,00 euros, correspondente à remuneração fixa e variável, para os serviços de gestão prestados em 2012.

O termo de vigência do contrato é 21 de Junho de 2014.

ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento entre as Sociedades do Grupo EDP e as Sociedades do Grupo EDPR foram estabelecidos ao abrigo do Acordo-Quadro acima referido, incluindo atualmente os seguintes:

ACORDOS DE EMPRÉSTIMO

A EDPR (na qualidade de mutuário) celebrou contratos de financiamento com a EDP Finance BV (na qualidade de mutuante), uma sociedade detida a 100% pela EDP – Energias de Portugal, S.A. Tais contratos de financiamento podem ser estabelecidos quer em euros quer em dólares norte-americanos, tendo habitualmente uma maturidade de 10 anos e sendo remunerados a taxas calculadas com base em valores de mercado (arm's length).

À data de 31 de Dezembro de 2012, os acordos de empréstimo ascendiam a 1.451.042.386 euros e 1.986.641.541 dólares norte-americanos.

CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Foi celebrado um contrato de contra garantia através do qual a EDP ou a EDP Energias de Portugal, Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por “Garante” ou “EDP Sucursal”) se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDPR, da EDP Renewables Europe, SLU (doravante abreviadamente designada “EDPR EU”) e da EDPR North America LLC (doravante designada “EDPR NA”), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDPR é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDPR obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (arm’s length). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos. À data de 31 de Dezembro de 2012, estes contratos de contra garantia ascendiam a um total de 155.169.622 euros e 573.208.391 dólares.

Há um outro Acordo de contra garantia assinado, segundo o qual a EDP Energias do Brasil, SA, ou a EDPR em nome da EDPR Brasil, se compromete a proporcionar garantias corporativas ou a pedir a emissão de tais garantias, segundo os termos e condições solicitados pelas subsidiárias, e que tenham sido aprovadas, caso a caso, pela Comissão Executiva da EDPR. Cada uma das partes compromete-se a indemnizar a outra parte no valor pro rata da sua participação por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (arm’s length). A 31 de Dezembro de 2012, tais acordos de contra garantia totalizavam o pagamento de um montante correspondente a 291.105.540 reais por parte da EDPR à EDP Energias do Brasil.

CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

A EDP Sucursal e a EDPR celebraram um contrato através do qual a EDP Sucursal gere as contas de tesouraria da EDPR. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as Sociedades, remunerada com base em valores de mercado (arm’s length). À data de 31 de Dezembro de 2012, existiam três conta-correntes diferentes com o seguinte balanço e contrapartes:

- Em dólares americanos, com a EDP Sucursal por um montante total de 137.229.686,66 dólares a favor da EDPR;
- Em euros, com a EDP Sucursal por um montante total de 49.884.584,07 euros a favor da EDPR;
- Em euros, com a EDP Servicios Financieros España por um montante total de 62.137.593,97 euros a favor da EDPR.

Os acordos em vigor são válidos por um ano a partir da data de assinatura, sendo automaticamente renováveis por períodos iguais.

SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Devido ao investimento líquido na EDPR NA, EDPR Brasil e nas Sociedades polacas, as contas da EDPR estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, a EDPR negociou o seguinte swap cruzado de divisas e taxas de juro (CIRS):

- Em dólares norte-americanos e euros, com a EDP Sucursal por um montante total de 2.632.613.000,00 dólares;
- Em reais e euros, com a EDP Energias de Portugal por um montante total de 118.000.000,00 reais;
- Em zlotis polacos e euros, com a EDP Energias de Portugal por um montante total de 544.376.188,00 zlotis.

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO TAXA DE CÂMBIO

A EDP Sucursal e a EDPR estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos de curto prazo realizados na América do Norte, na Polónia, e nas subsidiárias na Roménia, fixando a taxa de câmbio EUR.USD, EUR.PLN e EUR.RON de acordo com os preços no mercado de futuros à data de cada contrato. À data de 31 de dezembro de 2012, os seguintes montantes permaneciam em dívida:

- EUR.USD, com a EDP Servicios Financieros España num montante total de 329.000.000,00 dólares;
- EUR.RON, com a EDP, S.A. num montante total de 297.813.400,20 novos leus romenos;
- EUR.PLN, com a EDP, S.A. num montante total de 533.594.285,30 zlotis polacos.

ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO COMMODITIES

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos para a cobertura de riscos relacionados com as vendas esperadas de energia no mercado espanhol, num volume total de 1.599 MWh para 2012, de acordo com os preços no mercado de futuros à data da assinatura dos acordos.

CONTRATO DE LICENÇA DE MARCA

A 14 de Maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato através do qual a primeira concede à segunda uma licença não exclusiva para utilização da marca “EDP Renováveis” no mercado das energias renováveis e atividades conexas.

Como contrapartida da concessão da licença de utilização da marca, a EDPR pagará à EDP um valor calculado com base na proporção dos custos imputáveis à primeira no orçamento anual do Grupo pelos serviços de gestão de imagem e de marca, sujeito a revisão anual. O valor estabelecido em 2012 foi de 1.500.000 euros.

A licença é concedida por tempo indeterminado e mantém-se em vigor até ao termo da titularidade da marca pela EDP ou até que a EDP deixe de ter a maioria do capital da EDPR ou de nomear a maioria dos seus Administradores. O contrato poderá ser resolvido

pela EDP em caso de não pagamento ou de incumprimento de qualquer das obrigações assumidas.

O contrato de licença de marca deve respeitar as condições estabelecidas no Acordo-Quadro.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de junho de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDPR, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulamentação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2012, o custo estimado dos serviços prestados foi de 6.658.273,00 euros. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDPR, à EDPR EU e à EDPR NA.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de Maio de 2008, a EDP Inovação, S.A. (doravante designada EDP Inovação), uma Sociedade do Grupo EDP, e a EDPR celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (doravante designado Acordo de I&D).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as Sociedades, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras Sociedades do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em Sociedades que desenvolvam determinados projetos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação o direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as Sociedades ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO CELEBRADO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A. E A EDP VALOR – GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS, S.A.

A 1 de Janeiro de 2003, a EDP Renováveis Portugal, S.A., que encabeça o subgrupo EDPR em Portugal, e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A. (doravante EDP Valor), uma Sociedade

do Grupo EDP, celebraram um acordo de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação à EDP Renováveis Portugal, por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a pagar à EDP Valor pela EDP Renováveis Portugal e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2012 foi de 945.127,36 euros.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período a 1 de janeiro de 2008.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS, S.A. E A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

A 1 de Janeiro de 2010, a EDPR e a EDP assinaram um contrato de gestão de serviços de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDPR dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

A quantia a pagar à EDP pelos serviços prestados em 2012 foi de 479.476,21 euros.

O contrato tem a duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por iguais períodos.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

ACORDO DE REPRESENTAÇÃO PELA HIDROELÉCTRICA DEL CANTÁBRICO, S.A. DO PORTEFÓLIO EM ESPANHA DA EDP RENOVÁVEIS, S.A.

A 27 de Outubro de 2011, a EDPR e a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. assinaram um acordo de serviços de representação.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDPR de serviços de representação no mercado e de gestão de risco para uma tarifa fixa baseada no volume de produção (0,12€/MWh) no mercado elétrico.

O contrato tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

ACORDO DE CONSULTORIA ENTRE A EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. E A EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (doravante EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP – Energias do Brasil S.A. (doravante EDP Brasil). Através deste acordo, e

mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

A quantia a pagar à EDP Brasil pelos serviços prestados em 2012 totalizou 246.330,09 reais.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E INFRAESTRUTURAS CELEBRADO ENTRE A EDP RENEWABLES EUROPE S.L.U., A HIDROCANTÁBRICO DISTRIBUCIÓN ELÉCTRICA S.A.U. E A HIDROCANTÁBRICO EXPLOTACIÓN DE REDES S.A.U.

A 10 de Janeiro de 2012, a EDPR Europe S.L.U., a Hidrocentradora Eléctrica S.A.U. (HCDE) e a Hidrocentradora Explotación de Redes S.A.U. celebraram um contrato de prestação de serviços de abastecimento e infraestruturas.

O objeto deste contrato é a prestação de serviços de comunicação e assistência técnica relacionados com as infraestruturas de produção de energia à EDPR Europe S.L.U.

A quantia a pagar à HCDE pelos serviços prestados em 2012 totalizou 1.560,26 euros.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

III.12 OPERAÇÕES ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

Em 2012, a EDPR não assinou qualquer contrato com outros titulares de participações qualificadas que não a EDP, como mencionado acima. No entanto, procedeu-se à assinatura de um contrato entre a EDPR e a China Three Gorges (CTG), acionista titular de participação qualificada Da EDP, mas não Da EDPR, para a aquisição de 49% do capital social da EDP Renewables Portugal (subsidiária da EDPR). A conclusão da operação está pendente de aprovação regulatória. A Comissão de Auditoria e Controlo da EDPR emitiu um parecer favorável a esta operação, seguindo a Recomendação IV.1.2 da CMVM.

III.13 INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO NA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

Os contratos celebrados entre a EDPR e os seus acionistas são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no capítulo II.3 C) do presente relatório e pela Comissão de Auditoria e Controlo. De acordo com o nº 1 c) do Artigo 9º do Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, a comissão ratifica, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as operações entre participações qualificadas de

outros titulares que não a EDP com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de que um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

III.14 DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS (NÚMERO, VALOR MÉDIO E MÁXIMO) DE NEGÓCIOS SUJEITOS À INTERVENÇÃO PRÉVIA DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e a Comissão de Auditoria e Controlo foram informadas de que em 2012 o valor médio e o valor máximo das transações analisadas pela Comissão foi de 1.837.724,50 euros e 6.658.273 euros, respetivamente.

O valor total das operações com o Grupo EDP em 2012 foi de 21 milhões de euros, o que corresponde a 8,1% do valor total de Supplies & Services, e de 262 milhões de euros para o total de custos operacionais.

III.15 RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Informações disponíveis no capítulo II.4.

III.16 DEPARTAMENTO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A EDPR procura tornar acessível aos seus acionistas, investidores e stakeholders toda a informação relevante sobre a Sociedade e o seu ambiente de negócio. A promoção de informação transparente, consistente, rigorosa, facilmente acessível e de alta qualidade tem um papel fundamental para criar a perceção exata da estratégia da Sociedade, da sua situação financeira, contas de ativos, projeções futuras, riscos e eventos significativos.

Deste modo, a EDPR procura fornecer aos investidores informação que os possa apoiar na tomada de decisões informadas, claras e completas relativamente aos investimentos a efetuar.

A EDPR criou um Departamento de Relações com os Investidores para assegurar o contato direto e permanente com todos os agentes e stakeholders relacionados com o mercado e garantir o princípio de igualdade entre os acionistas e evitar assimetrias no acesso à informação.

O Departamento de Relações com os Investidores da EDPR atua como intermediário entre a Sociedade e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que seguem a sua atividade, todos os investidores e os mercados financeiros em geral. O seu principal objetivo é garantir o princípio de igualdade entre os acionistas, prevenir as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuir o eventual desvio entre a perceção destes sobre a estratégia da Sociedade e o seu valor intrínseco. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDPR e pela manutenção de uma adequada relação institucional a nível da

informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as ações da EDPR foram admitidas à negociação e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

O representante da Sociedade para as relações com o mercado é o Administrador Rui Teixeira, membro da Comissão Executiva. O Departamento de Relações com os Investidores é coordenado por Rui Antunes e está sediado nos escritórios da Sociedade em Madrid, Espanha. Os seus contactos são os seguintes:

Contatos do Departamento de Relação com Investidores

Calle Serrano Galvache, 56
Centro Empresarial Parque Norte
Edifício Olmo – 7ª planta
www.edpr.com
Teléfono: +34 902 830 700
Fax: +34 914 238 429
Correo electrónico: ir@edpr.com

Em 2012, a equipa de gestão da EDPR e o Departamento de Relações com Investidores realizaram mais de 200 reuniões em escritórios da Sociedade e em 19 das principais cidades financeiras da Europa e dos EUA.

A EDPR tem clara consciência da importância de fornecer ao mercado informações claras, detalhadas e atempadas. Consequentemente, a EDPR publica informação confidencial sobre preços antes da abertura da Bolsa de Valores NYSE Euronext Lisbon através do sistema de informação da CMVM, e, simultaneamente, tornamos a mesma informação disponível na área de investidores do nosso site e através da lista de divulgação do Departamento de Relações com Investidores.

No momento do anúncio de novos resultados financeiros, a EDPR promove uma conferência de imprensa e um webcast, em que a Administração da Sociedade comunica ao mercado informação atualizada sobre as atividades da EDPR. Em cada um desses eventos os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de apresentar diretamente as suas questões e discutir os resultados da EDPR, assim como as perspetivas da Sociedade.

O Departamento de Relações com Investidores da EDPR mantém-se em contato permanente com os analistas financeiros que avaliaram a Sociedade e com todos os acionistas e investidores por correio eletrónico, telefone ou através de reuniões presenciais. Em 2012, tanto quanto sabemos, os analistas de venda emitiram mais de 200 relatórios de avaliação do desempenho da EDPR.

ANALISTAS

No final de 2012, tanto quanto temos conhecimento, 24 instituições elaboraram relatórios de investigação, acompanhando ativamente a atividade da Sociedade. A 31 de dezembro de 2012, o preço-alvo médio dos analistas era de 4,66 euros por ação, tendo a maioria dos analistas recomendado as ações da EDPR para compra: 17 recomendações de compra, 5 classificações neutras e apenas 1 analista com classificação suspensa.

INFORMAÇÃO ONLINE: WEBSITE E CORREIO ELETRÓNICO

A EDPR considera que a informação online é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação, pelo que atualiza o seu site na internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e da CNMV, a página da Sociedade também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

	Português	Inglês	Espanhol
Identificação da sociedade	✓	✓	✓
Demonstrações financeiras	✓	✓	✓
Regulamentos dos órgãos de administração e fiscalização	✓	✓	✓
Relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo	✓	✓	✓
Departamento de Relações com os Investidores: funções e contactos	✓	✓	✓
Estatutos	✓	✓	✓
Calendário de eventos da empresa	✓	✓	✓
Convocatória da Assembleia Geral	✓	✓	✓
Propostas apresentadas para discussão e aprovação em Assembleia Geral	✓	✓	✓
Atas das Assembleias Gerais de Accionistas	✓	✓	✓

Instituição Financeira	Analista	Preço Alvo	Recomendação
Banesto	António Cruz-Guzmán	6,75	Overweight
Bank of America Merrill Lynch	Julie Dollé	5,00	Buy
Barclays Capital	Monica Girardi	4,00	Equalweight
BBVA	Daniel Ortea	4,15	Market Perform
Millenium BCP	Vanda Mesquita	5,30	Buy
Espirito Santo	Fernando Garcia	4,95	Buy
BPI	Flora Trindade	5,15	Buy
Caixa BI	Helena Barbosa	-	Suspended
Cheuvreux	Jose Porta	4,52	Outperform
Citigroup	Andrew Smith	4,60	Buy
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	4,80	Buy
Fidentiis	Daniel Rodríguez	4,93	Buy
Goldman Sachs	Fred Barasi	4,30	Neutral
HSBC	Sean Mcloughlin	3,75	Overweight
JP Morgan	Sarah Laitung	4,70	Overweight
Macquarie	Shai Hill	4,40	Outperform
Morgan Stanley	Carolina Dores	4,80	Overweight
Natixis	Philippe Ourpatian	3,83	Neutral
Nomura	Javier Suarez	3,90	Buy
Redburn Partners	Archie Fraser	5,00	Buy
Sabadell	Jorge González	5,02	Buy
Santander	Joaquin Ferrer	4,90	Buy
Société Générale	Jorge Alonso	3,86	Hold
UBS	Alberto Gandolfi	4,50	Buy

III.17 REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO

Valores em euros	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Total	%
Auditoria e revisão legal das contas e declarações financeiras	177.000	633.974	68.170	790.791	411.581	2.081.517	83%
Outros serviços de garantia de fiabilidade (*)	40.000	54.440	-	30.677	11.730	136.847	5%
Subtotal dos serviços de auditoria e associados	217.000	688.414	68.170	821.469	423.311	2.218.364	89%
Serviços de consultoria fiscal	-	164.111	-	31.627	-	195.738	8%
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal de contas	10.500	29.510	-	-	40.000	80.010	3%
Subtotal dos serviços não associados à consultoria	10.500	193.621	-	31.627	40.000	275.748	11%
Total	227.500	882.035	68.170	853.095	463.311	2.494.112	100%

(*) Os honorários relativos à fiscalização do Sistema de Controlo Interno (SCIRF) das subsidiárias em Espanha (EUR 20.000 euros) e da EDPR AN(20.000 euros) foram adstritos a Portugal, já que as faturas foram emitidas neste país.

A EDP Renováveis segue uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo de quaisquer serviços não associados à auditoria que sejam entregues ao Auditor Externo, em conformidade com a recomendação III.1.5 do Código de Governo das Sociedades português. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2012.

Os serviços, para além dos serviços de auditoria, prestados à Sociedade pelo Auditor Externo e por entidades participadas ou incorporadas na mesma rede do Auditor Externo foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria, mediante análise de cada serviço específico, em que foram considerados os seguintes aspetos: (i) inexistência de efeitos sobre a independência do Auditor Externo e quaisquer salvaguardas utilizadas, e (ii) posição do Auditor Externo na prestação de tais serviços, nomeadamente a experiência do Auditor Externo e o seu conhecimento da Sociedade.

Além disso, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, esta é sempre considerada uma exceção. Desta forma, como referido acima, em 2012 esses serviços chegaram apenas a cerca de 5% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.

A fim de salvaguardar a independência dos Auditores Externos, a Comissão de Auditoria exerceu os seguintes poderes durante o exercício de 2012, que devem ser destacados:

- Nomeação e contratação dos Auditores Externos e responsabilidade pela definição da sua remuneração, bem como pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos Auditores Externos;
- Supervisão direta e exclusiva pela Comissão de Auditoria;
- Avaliação das habilitações, independência e desempenho dos Auditores Externos, e obtenção de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Sociedade e os Auditores ou pessoas a eles associadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso: a Comissão de Auditoria, para poder avaliar a sua independência, obteve dos Auditores Externos informação sobre a respetiva independência à luz do Artigo 62º B do Decreto-Lei nº 224.2008, de 20 de

novembro de 2008, que altera os Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;

- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu site. Este relatório cobre as matérias previstas no Artigo 62º A do Decreto-Lei nº 224.2008, incluindo aquelas sobre o sistema de controlo de qualidade interno da Sociedade de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade realizados por autoridades competentes;
- Definição da política de contratação da Sociedade para o caso de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;
- Análise com os Auditores Externos do âmbito, planeamento e recursos a serem utilizados nos seus serviços;
- Responsabilidade pela resolução de quaisquer diferendos entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos relativos à informação financeira.

Neste contexto, importa destacar que a independência dos Auditores Externos foi salvaguardada pela execução da política da Sociedade sobre pré-aprovação dos serviços a serem contratados a Auditores Externos (ou qualquer entidade participada ou incorporada na mesma rede dos Auditores Externos), o que resulta da aplicação das regras emitidas pela SEC nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços apresentada pelos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em especial, serviços de consultoria fiscal e outros serviços de “auditoria e relacionados com auditoria”.

III.18 REFERÊNCIA AO PERÍODO DE ROTATIVIDADE DO AUDITOR EXTERNO

O Auditor Externo da EDPR é, desde 2007, a KPMG Auditores S.L. O Auditor Externo está atualmente no seu segundo mandato de três anos, portanto, não há ainda necessidade de mudar de auditor de acordo com a Recomendação III.1.3 do Código de Governo das Sociedades português

ANEXO I

PRINCIPAIS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Nome	Cargo
ANTÓNIO MEXIA	Presidente Executivo (CEO) da EDP - Energias de Portugal, S.A. Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A
JOÃO MANSO NETO	Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. (CEO) Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL) Membro do Conselho de Administração do OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.
NUNO ALVES	Membro do Conselho de Administração (CFO) da EDP - Energias de Portugal, S.A.
JOÃO MARQUES DA CRUZ	Membro do Conselho da EDP Internacional, S.A. Presidente do Conselho de Administração da CEM - Sociedade Elétrica de Macau Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A.
RUI TEIXEIRA	Diretor Financeiro da EDP Renováveis, S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
JOÃO PAULO COSTEIRA	Diretor de Operações para a Europa e Brasil da EDP Renováveis, S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
GABRIEL ALONSO IMAZ	Diretor de Operações para a América do Norte da EDP Renováveis, S.A. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
GILLES AUGUST	CCofundador da August & Debouzy. Dirige atualmente o departamento corporativo da Sociedade.
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Membro do Conselho de Administração do OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS) Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP no Luxemburgo Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP em França Membro do Conselho de Administração do Millennium Banque Privée na Suíça Diretor-Geral do Banco Comercial Português Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Angola Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank nos EUA Membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA), Inc.
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal S.A.D.
JORGE SANTOS	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa Diretor do Departamento de Economia (ISEG) Membro do Conselho Científico do ISEG Coordenador do Mestrado em Economia no ISEG
JOSÉ ARAÚJO E SILVA	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, S.A. Administrador da Caixa Geral de Depósitos Membro do Conselho de Administração da RTP, Rádio Televisão de Portugal, S.A.
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Presidente e CEO do Liberbank S.A. Presidente do Banco de Castilla-La Mancha Presidente da Cajastur Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. Presidente da Naturgas Energía, S.A. Administrador da EDP Renewables Europe, SL Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração da CECABANK Membro do Conselho de Administração da UNESA
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

ANEXO II

CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM SOCIEDADES NÃO PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, S.A. OU A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

Nombre	Cargo
ANTÓNIO MEXIA	Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
JOÃO MANSO NETO	Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL) Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.
NUNO ALVES	N.A
JOÃO MARQUES DA CRUZ	N.A
RUI TEIXEIRA	N.A
JOÃO PAULO COSTEIRA	N.A
GABRIEL ALONSO IMAZ	N.A
GILLES AUGUST	Cofundador da August & Debouzy. Dirige atualmente o departamento corporativo da Sociedade.
JOÃO LOPES RAIMUNDO	Miembro del Consejo de Administración de OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS) Miembro del Consejo de Administración de CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente del Consejo de Administración de BCP Holdings USA, Inc. Director general de Banco Comercial Português
JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO	Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal S.A.D.
JORGE SANTOS	Administrador da Fundação Económicas Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IDEFE
JOSÉ ARAÚJO E SILVA	Consultor
MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ	Presidente e CEO da Liberbank, S.A. Presidente do Banco de Castilla-La Mancha Presidente da Cajastur Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração do CECABANK Membro do Conselho de Administração da UNESA
RAFAEL CALDEIRA VALVERDE	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

ANEXO III

CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM SOCIEDADES PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

	António Mexia	João Manso Neto	João Marques da Cruz	Manuel Ménéndez Menéndez	Nuno Alves	Gabriel Alonso	João Paulo Costeira	Rui Teixeira
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	-	-	-	-	G	-	-	-
Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP - Ásia Investimentos e Consultoria, Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP - Ásia Soluções Energéticas Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	RP	RP	RP	-	RP	-	-	-
EDP Energia Ibérica S.A.	-	A	-	-	-	-	-	-
EDP Finance BV	R	R	-	-	R	-	-	-
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
EDP Inovação, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
EDP Valor—Gestão Integrada de Serviços, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP—Energias de Portugal, S.A.	PCAE	A	-	-	A	-	-	-
EDP—Energias do Brasil, S.A.	PCA	-	-	-	A	-	-	-
EDP—Estudos e Consultoria, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
EDP—Imobiliária e Participações, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
Eléctrica de la Ribera de Ebro, SL	-	PCA	-	-	-	-	-	-
Energia RE, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
Hidrocantábrico Energía, SAU	-	-	-	-	PCA	-	-	-
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
Naturgás Energía Grupo, S.A.	-	VPCA	-	PCA	A	-	-	-
Sávida—Medicina Apoiada, S.A.	-	A	-	PCA	-	-	-	-
SCS—Serviços Complementares de Saúde, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Eléctrica, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
PCAE - Presidente do Conselho de Administração Executivo PCA - Presidente do Conselho de Administração.CEO Chief Executive Officer A - Administrador G - Gestor R - Representante RP - Representante Permanente								

CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM SOCIEDADES PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, S.A.

	António Mexia	João Manso Neto	João Marques da Cruz	Manuel Mênendez Menéndez	Nuno Alves	Gabriel Alonso	João Paulo Costeira	Rui Teixeira
EDP Renewables Italy, SRL	-	-	-	-	-	-	A	-
EDP Renewables Canada, Ltd	-	-	-	-	-	CEO	-	A
EDP Renewables Europe, S.L.	-	PCA	-	A	-	-	A	A
EDP Renewables France S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Renewables North America LLC	-	-	-	-	-	CEO	-	-
EDP Renewables Polska, SP, z.o.o.	-	-	-	-	-	-	A	A
EDP Renewables Romania SRL	-	-	-	-	-	-	PCA	-
EDP Renewables UK Ltd	-	-	-	-	-	-	A	A
EDP Renováveis Brasil, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	A	A
EDP Renováveis Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	A
ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
ENEOP 2 S.A	-	-	-	-	-	-	PCA	-
Greenwind, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	-
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	-	-	-	-	-	-	A	-

PCA – Presidente do Conselho de Administração
 CEO – Chief Executive Officer
 A – Administrador
 MCS – Membro do Conselho de Supervisão
 PAG – Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 G – Gestor

NOTA: Este anexo contém informações relativas a todas as principais Sociedades do Grupo EDP Renováveis. A informação relativa a outras Sociedades subsidiárias em que os membros do Conselho de Administração ocupam cargos de direção estão disponíveis na Nota 38 do Relatório e Contas anual.

ANEXO IV

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO LUÍS GUERRA NUNES MEXIA (PRESIDENTE)

Nascido a 12 de Julho de 1957, licenciou-se em 1980 em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça), onde foi também professor assistente no Departamento de Economia. Possui uma pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica. Foi membro dos órgãos sociais da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica, onde exerceu o cargo de diretor entre 1982 e 1995. Foi adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. De 1988 a 1990, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal). De 1990 a 1998, foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos. Em 1998, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e Transgás. Entrou para a Galp Energia em 2000, onde passou a exercer as funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Entre 2001 e 2004, foi Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia e Presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, foi nomeado ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal. Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE) entre 1999 e 2002, membro da Comissão Trilateral entre 1992 e 1998, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Ambelis, além de representante do Governo português junto da União Europeia num grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes de comunicação transeuropeias. A 30 de março de 2006, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP, tendo iniciado o seu mandato a 30 de junho de 2006. Foi reeleito para as mesmas funções a 15 de abril de 2009 e a 20 de fevereiro de 2012.

JOÃO MANUEL MANSO NETO (VICE-PRESIDENTE - CEO)

Nascido em 1958, licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia em 1981 e obteve uma pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982). Fez um curso de formação profissional através da Associação Americana de Banqueiros (1982) e concluiu a componente letiva do curso de mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o “Advanced Management Program for Overseas Bankers” na Wharton School, em Filadélfia. Entre 1981 e 1995 exerceu inúmeras funções no Banco Português do Atlântico, nomeadamente as de diretor da Divisão de Crédito Internacional, e diretor central de Gestão Financeira e Comércio a Retalho da Região Sul. Entre 1995 e 2002, trabalhou no Banco Comercial Português, ocupando os cargos de diretor-geral da Gestão Financeira, diretor-geral de Grandes Negócios Institucionais, diretor-geral de Tesouraria, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk na Polónia. Entre 2002 e 2003, foi membro do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios. Entre 2003 e 2005, integrou os quadros da EDP como diretor-geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado CEO da HC Energia, Presidente da Genesa e membro do Conselho de Administração da Naturgas Energia e da OMEL. A 30 de

março de 2006, foi nomeado para o Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de junho de 2006, e reeleito a 15 de abril de 2009 e a 20 de fevereiro de 2012. A 28 de fevereiro de 2012, foi nomeada Vice-Presidente do Conselho de Administradores e CEO da EDP Renováveis, S.A.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ

Nascido em 1961, é licenciado em Gestão (1984) pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, possui um MBA (1989) pela Universidade Técnica de Lisboa e uma pós-graduação em Marketing e Gestão de Sociedades Aéreas (1992) pela Universidade de Bath. International Air Travel Association, do Reino Unido. Começou sua carreira no Grupo TAP (Transportes Aéreos de Portugal) em 1984, onde exerceu várias funções até se tornar Diretor Geral. Entre 1997 e 1999 foi membro do Conselho de Administração da TAPGER. Entre 2000 e 2002, foi membro do Conselho de Administração de várias Sociedades dentro da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, nomeadamente da EMEF. De 2002 a 2005 foi CEO da AirLuxor, uma companhia aérea, e de 2005 a 2007 foi Presidente e CEO do ICEP - Instituto do Comércio Externo de Portugal, uma agência do Estado português para o comércio internacional e promoção. Desde março de 2007 é membro do Conselho de Administração da EDP Internacional S.A. e em 2009 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da CEM - Sociedade Elétrica de Macau. A 20 de fevereiro de 2012 foi nomeado membro do Conselho de Administração Executivo da EDP. A 8 de maio de 2012 foi nomeado membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. por cooptação.

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

Nascido em 1958, possui uma licenciatura em Engenharia e Construção Naval (1980) e um MBA (1985) pela Universidade do Michigan. Em 1988, entrou para o Departamento de Planeamento e Estratégia do Millennium BCP e em 1990 assumiu as funções de diretor associado da Divisão de Investimentos Financeiros do banco. Em 1991, Nuno Alves foi nomeado diretor de Relações com Investidores do Grupo e em 1994 assumiu o cargo de Diretor Coordenador do da Rede de Retalho. Em 1996, tornou-se diretor da Divisão de Mercados de Capitais do Banco CISF, atualmente Millennium BCP Investimento, e, em 1997, codiretor da Divisão de Banca de Investimento do banco. Em 1999, Nuno Alves é nomeado Presidente e CEO do CISF Dealer, a entidade de corretagem do Banco CISF. Desde 2000, antes da sua nomeação como CFO da EDP em março de 2006, Nuno Alves foi Administrador Executivo do Millennium BCP, responsável pelas áreas de Mercados de Capitais e Tesouraria do Grupo BCP. A 30 de março de 2006, foi nomeado membro do Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de junho de 2006, e sendo reeleito a 15 de abril de 2009 e a 20 de fevereiro de 2012.

GABRIEL ALONSO IMAZ
(COO - AMÉRICA DO NORTE)

Nascido em 1973, trabalha no setor da indústria eólica há mais de 14 anos, em vários países da Europa, América do Norte e Norte de África. É licenciado em Direito e possui um mestrado em Economia, ambos pela Universidade de Deusto, em Espanha, e concluiu o Programa Avançado de Gestão na Booth School of Business da Universidade de Chicago. Ingressou na EDP no início de 2007, como diretor-geral para a América do Norte, liderando a entrada da EDP na área das energias renováveis nos EUA, com a aquisição à Goldman Sachs da Horizon Wind Energy – a maior transação até à data no âmbito das energias renováveis. Foi também um elemento fundamental no lançamento da oferta pública inicial (IPO) da EDPR, em junho de 2008. Trabalhou na EDPR NA como Chief Development Officer (CDO) e Chief Operating Officer (COO), responsável pela supervisão do desenvolvimento, engenharia, construção, gestão de energia, adjudicação e operações e manutenção. É atualmente Chief Executive Officer da EDP Renewables North America LLC (EDPR NA), membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. (EDPR) e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da American Wind Energy Association (AWEA).

JOÃO PAULO NOGUEIRA DE SOUSA COSTEIRA
(COO - EUROPA)

Nascido em 1965, João Paulo Costeira é licenciado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e possui um mestrado em Administração de Sociedades pelo IEP.ESADE (Porto e Barcelona). Fez também o Programa de Desenvolvimento Executivo da École des HEC (Universidade de Lausana, 1997), o Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica do INSEAD (Fontainebleau, 2002) e o Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona, 2004). Foi diretor comercial da Portgás entre 1992 e 1998. Nesse ano, ingressou no Grupo Galp Energia, onde ocupou inúmeras funções: diretor-geral da LisboaGás, da Transgás Indústria e da Lusitaniagás, e membro da Equipa de Gestão da Galp Sociedades e da Galpgás. Em 2006, tornou-se membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha). Em 2007 ingressou na EDP Renováveis S.A., desempenhando atualmente as funções de Chief Operating Officer para a Europa, membro da Equipa de Gestão, membro da Comissão Executiva e membro do Conselho de Administração. É também Vice-Presidente da European Wind Association e da Asociación Sociadaderial Eólica, em Espanha.

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA
(CFO)

Nascido em 1972, Rui Teixeira possui um mestrado em Arquitetura Naval pelo Instituto Superior Técnico e um mestrado em Administração de Sociedades pela Universidade Nova de Lisboa. Entre 1996 e 1997, foi diretor adjunto do departamento comercial naval da Gellweiler – Sociedade de Equipamentos Marítimos e Industriais, Lda. Entre 1997 e 2001, trabalhou como gestor de projeto e inspetor naval para a Det Norske Veritas, com responsabilidades nas áreas de estruturas *offshore*, construção naval e reparação naval. Entre 2001 e 2004, foi consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, navegação e banca de retalho. Entre 2004 e 2007, passou a chefiar o planeamento Sociadaderial e a divisão de controlo dentro do Grupo EDP. Em 2007, assumiu também as funções de Chief Financial Officer da EDP Renewables Europe SL (antiga NEO). Foi nomeado Chief Financial Officer da Sociedade em 2008. É membro do Conselho de Administração e Administrador de diversas subsidiárias dentro do grupo da sociedade.

GILLES AUGUST

Nascido em 1957, Gilles August possui um mestrado em Direito pelo Departamento de Direito da Universidade de Georgetown, em Washington, D.C. (1986), uma pós-graduação em Direito Sociadaderial pela Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984), e um mestrado em Direito Privado pela mesma universidade (1981). Licenciou-se na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales (ESSEC). Entre 1984 e 1986, exerceu advocacia nos escritórios da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey, em Washington, D.C. Entre 1986 e 1991, foi associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salès, Vincent & Georges, em Paris. Em 1995, foi cofundador da sociedade de advogados August & Debouzy, onde dirige atualmente o departamento Sociadaderial. Foi docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e leciona atualmente no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers). É cavaleiro da Legião de Honra. Desde 2009, é Administrador não executivo da EDPR.

JOÃO JOSÉ BELARD DA FONSECA LOPES RAIMUNDO

Nascido em 1960, João Lopes Raimundo é licenciado em Administração e Gestão de Sociedades pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, e possui um mestrado em Administração de Sociedades pelo INSEAD. Entre 1982 e 1985, exerceu as funções de auditor sénior na BO – Binder Dijker Otte Co. Entre 1987 e 1990, foi diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A., e de 1990 a 1993 foi membro dos Conselhos de Administração do TOTTAFactor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A. Em 1993, exerceu cargos de direção na Nacional Factoring, na CISF Imóveis e na CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997 foi Administrador da CISF – Banco de Investimento e da Nacional Factoring. Em 1998, foi nomeado para o Conselho de Administração de várias Sociedades, incluindo a Leasing Atlântico, a Comercial Leasing, a Factoring Atlântico, a Nacional Leasing e a Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, foi Administrador do BCP Leasing, BCP Factoring e Leasefactor SGPS. De 2000 a 2003, desempenhou as funções de Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo) e Presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, integrou a administração do Banque Privé BCP (Suíça) e foi diretor-geral do Private Banking do BCP. É, desde 2006, Administrador do Banco Millennium BCP de Investimento, diretor-geral do Banco Comercial Português e Vice-Presidente e CEO do Millenniumbcp Bank, NA. É atualmente Administrador da CIMPOR – Cimentos do Portugal, SGPS, S.A., e Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings USA, Inc. Desde 2008, é também Administrador não executivo da EDPR, tendo integrado a Comissão de Nomeações e Remunerações entre 2008 e 2011, ano em que foi eleito para a Comissão de Auditoria e Controlo.

JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO

Nascido em 1946, João Manuel de Mello Franco é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Possui formação complementar em Gestão Estratégica e Administração de Sociedades, e foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear. Foi membro do conselho de gerência da Tecnologia das Comunicações, Lda., entre 1986 e 1989. Entre 1989 e 1994, foi Presidente do Conselho de Administração dos Telefones de Lisboa e Porto, S.A. e, entre 1993 e 1995, Presidente da direção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. De 1994 a 1995, foi Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Portuguesa Rádio Marconi e, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom. De 1995 a 1997, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. Entre 1997 e 2001, foi CEO (e, no último ano, Presidente do Conselho de Administração) da Soponata e, durante o mesmo período, Administrador e membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. Entre 2001 e 2004, foi Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. É, desde 1998, Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A., Presidente da Comissão de Auditoria desde 2007, membro da Comissão de Governo Societário desde 2006 e membro da Comissão de Avaliação desde 2008. É Administrador não executivo da EDPR desde 2008, sendo Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo e membro da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Foi membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom, SGPS, S.A., entre 2003 e 2008. Desde 2011, é também Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal, S.A.D.

JORGE MANUEL AZEVEDO HENRIQUES DOS SANTOS

Nascido em 1951, Jorge Santos é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, e obteve o mestrado em Economia pela Universidade de Bristol. É ainda doutorado em Economia pela Universidade de Kent. Obteve também o grau de doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, passando, posteriormente, a professor auxiliar, professor associado e, finalmente, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1997 e 1998, foi coordenador da equipa que elaborou a avaliação intercalar do II Quadro Comunitário de Apoio, e membro da equipa que elaborou a avaliação ex-ante do III Quadro Comunitário de Apoio. De 1998 a 2000, foi Presidente da Comissão Diretiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e, de 1998 a 2002, foi Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, foi coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal. Desde 2007, coordena o curso de mestrado em Economia e, desde 2009, é Presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. Em dezembro de 2011, foi eleito Presidente da Assembleia Geral do IDEFE. É Administrador não executivo da EDPR e Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações desde 2008, tendo sido eleito em 2011 para a Comissão de Auditoria e Controlo.

JOSÉ FERNANDO MAIA DE ARAÚJO E SILVA

Nascido em 1951, José Araújo e Silva licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e obteve formação especializada na Universidade de Paris IX, Dauphine, e no International Banker's Course do Midland Bank, em Londres. Iniciou a sua carreira profissional como professor assistente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e, em 1987 e 1988, foi responsável pelo curso de Gestão Financeira Internacional naquela universidade. Entre 1980 e 1983, desempenhou as funções de técnico a tempo parcial na Comissão de Coordenação da Região Norte, e em 1991 foi convidado como docente da Universidade Católica do Porto. Desde então, exerceu cargos de direção em várias Sociedades, incluindo o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e a Soserfin – Sociedade Internacional de Serviços Financeiros – Grupo do Porto. Tem estado envolvido na coordenação e gestão financeira da Sonae Investimentos SGPS, foi diretor executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A. e Vice-Presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A. Ocupou também cargos de direção na Tafisa, S.A., Spread, SGPS, S.A. e Corticeira Amorim, S.A. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Presidente da Caixa Seguros e Saúde, Caixa Leasing and Factoring e Locarent, além de Administrador não executivo em várias outras Sociedades. É Administrador não executivo da EDPR desde 2008.

MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ

Nascido em 1960, Manuel Menéndez Menéndez é licenciado em Economia e Administração de Sociedades e possui um doutoramento em Ciências Económicas, ambos pela Universidade de Oviedo. Foi Presidente do Conselho de Administração e CEO do Liberbank, S.A., uma instituição financeira formada através da integração dos negócios financeiros da Caja de Ahorros de Asturias, da Caja de Extremadura e da Caja Cantabria, além de Presidente dos Conselhos de Administração da Cajastur e do Banco de Castilla-La Mancha. É membro dos Conselhos de Administração da CECA e da ENAGAS, onde representa o Grupo Liberbank. É, também, professor no Departamento de Contabilidade e Administração de Sociedades da Universidade de Oviedo, orientou várias teses de doutoramento, desenvolveu trabalhos de investigação e foi conferencista em inúmeros cursos e seminários. As suas áreas de investigação preferenciais são a eficiência das instituições de crédito, o controlo de gestão em Sociedades descentralizadas e os mercados regulamentados. É também autor de vários livros e artigos científicos sobre estas matérias. É Presidente do Conselho de Administração da HC Energia e da Naturgás Energía e membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A., da EDP Renewables Europe SLU e da UNESA (a associação espanhola da indústria da energia elétrica). É Administrador não executivo da EDPR desde 2008.

RAFAEL CALDEIRA DE CASTEL-BRANCO VALVERDE

Nascido em 1953, Rafael Caldeira Valverde é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Ingressou em 1987 no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., onde foi o Administrador responsável pelas direções de Serviços Financeiros, de Clientes, de Financiamentos Estruturados e de Mercados de Capitais, bem como pelo Departamento de Originação e Informação. Entre 1991 e 2005, foi também membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Em março de 2005, foi nomeado Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com assento na Comissão Executiva da sociedade, funções que ocupa até hoje, juntamente com as de Administrador do BES Investimento do Brasil, S.A., da ESSI, SGPS, S.A., da ESSI Comunicações, SGPS, S.A., da ESSI Investimentos, S.A., e do Espírito Santo Investment Holdings Limited. É Administrador não executivo da EDPR desde 2008, sendo membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA

Nascido em 1955, Emilio García-Conde Noriega possui o grau de mestre em Direito pela Universidade de Oviedo. Foi selecionado, em 1981, para consultor jurídico da central energética de Soto de Ribera, detida por um consórcio formado pela Eletra de Viesgo, a Iberdrola e a Hidrocantábrico. Em 1995, foi assessor jurídico da central energética de Soto de Ribera, e diretor de administração e recursos humanos do consórcio. Em 1999, foi nomeado consultor jurídico da Hidrocantábrico e, em 2003, passou a exercer aí as funções de assessor jurídico e de membro da Comissão de Gestão. Atualmente, é assessor jurídico da EDP Renováveis, Secretário do Conselho de Administração e também diretor e/ou Secretário dos Conselhos de Administração de várias subsidiárias da Sociedade na Europa.

ANEXO V

AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS S.A. DE QUE SÃO TITULARES OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO A 31.12.2012

Nome	Diretas	Indiretas	TOTAL
António Luis Guerra Nunes Mexia	3.880	320	4.200
João Manuel Manso Neto	0	0	0
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	0	5.000
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	1.200	0	1.200
Gabriel Alonso Imaz	26.503	0	26.503
João Paulo Nogueira de Sousa Costeira	3.000	0	3.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	12.000	370	12.370
Gilles August	0	0	0
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	170	670	840
João Manuel de Mello Franco	380	0	380
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	0	200
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	0	80
Manuel Menéndez Menéndez	0	0	0
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	0	0	0





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

demonstrações financeiras	144
demonstração dos resultados consolidados	144
demonstração consolidada do rendimento integral	145
demonstração da posição financeira consolidada	146
demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados	147
demonstração dos fluxos de caixa consolidados	148
notas às demonstrações financeiras consolidadas	149
declaração de conformidade com a informação financeira	225
relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas	226
declaração de conformidade com o sistema de controlo interno do relato financeiro	227
relatório dos auditores ao sistema de controlo interno do relato financeiro	228

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração dos Resultados Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Volume de negócios	6	1.157.796	957.217
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	127.350	111.610
		1.285.146	1.068.827
Outros proveitos / (custos) operacionais:			
Outros proveitos operacionais	8	63.116	84.544
Fornecimentos e serviços externos	9	-261.810	-225.069
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-62.659	-60.832
Outros custos operacionais	11	-86.212	-66.732
		-347.565	-268.089
		937.581	800.738
Provisões do exercício		3	266
Depreciações e amortizações do exercício	12	-502.709	-468.493
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	12	15.231	14.986
		450.106	347.497
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros		2.766	10.499
Proveitos financeiros	13	74.188	61.555
Custos financeiros	13	-351.804	-305.685
Ganhos / (perdas) em associadas		6.833	4.796
Resultado antes de impostos		182.089	118.662
Impostos sobre lucros	14	-46.039	-28.038
Resultado líquido do exercício		136.050	90.624
Atribuível a:			
Accionistas da EDP Renováveis	29	126.266	88.604
Interesses não controláveis	31	9.784	2.020
Resultado líquido do exercício		136.050	90.624
Resultado por acção (básico e diluído) - Euros	28	0,14	0,10

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012		2011	
	Accionistas EDP	Interesses não	Accionistas EDP	Interesses não
	Renováveis	controláveis	Renováveis	controláveis
Resultado líquido do exercício	126.266	9.784	88.604	2.020
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-38.469	-7.375	-10.827	-1.109
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	7.875	1.922	1.622	200
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-129	-82	-7.673	844
Ganhos/ (perdas) actuariais	14	-	17	-
Efeito fiscal dos ganhos/ (perdas) actuariais	-4	-	-5	-
Diferenças cambiais de consolidação	1.580	-6.861	-15.686	-1.357
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-29.133	-12.396	-32.552	-1.422
Total do rendimento integral do exercício	97.133	-2.612	56.052	598

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração da Posição Financeira Consolidada
em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Activo			
Activos fixos tangíveis	15	10.536.907	10.454.621
Activos intangíveis	16	24.915	21.819
Goodwill	17	1.301.930	1.311.845
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	47.473	51.381
Activos financeiros disponíveis para venda	19	9.407	9.618
Activos por impostos diferidos	20	89.378	55.558
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	55.153	64.211
Outros devedores e outros activos	24	299.653	185.324
Total dos Activos Não Correntes		12.364.816	12.154.377
Inventários	21	16.209	23.751
Clientes	22	180.259	146.105
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	104.165	80.029
Outros devedores e outros activos	24	335.209	379.246
Impostos a receber	25	55.089	41.288
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		389	211
Caixa e equivalentes de caixa	26	245.837	219.922
Total dos Activos Correntes		937.157	890.552
Total do Activo		13.301.973	13.044.929
Capitais próprios			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	-74.385	-40.545
Outras reservas e resultados acumulados	28	458.202	365.531
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		126.266	88.604
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.423.659	5.327.166
Interesses não controláveis	29	325.168	126.559
Total dos Capitais Próprios		5.748.827	5.453.725
Passivo			
Dívida financeira de médio/longo prazo	30	3.657.083	3.691.068
Benefícios aos empregados		222	163
Provisões	31	63.603	57.982
Passivos por impostos diferidos	20	380.592	381.468
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	32	1.679.753	1.783.861
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	376.503	404.233
Outros credores e outros passivos	34	258.824	189.250
Total dos Passivos Não Correntes		6.416.580	6.508.025
Dívida financeira de curto prazo	30	217.237	135.054
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	704.610	707.590
Outros credores e outros passivos	34	157.876	189.119
Impostos a pagar	35	56.843	51.416
Total dos Passivos Correntes		1.136.566	1.083.179
Total do Passivo		7.553.146	7.591.204
Total dos Capitais Próprios e Passivo		13.301.973	13.044.929

: demonstrações financeiras :

EDP Renováveis, S.A.
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios Consolidados
para os exercícios findos em 31 Dezembro 2012 e 2011

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prêmios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças Cambiais	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	5.393.511	4.361.541	552.035	363.643	-15.316	-4.913	10.980	5.267.970	125.541
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-6.829	-	-	-1.268	-	-	-6.405	-7.673	844
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-10.114	-	-	-	-	-9.205	-	-9.205	-909
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	12	-	-	12	-	-	-	12	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-17.043	-	-	-	-15.686	-	-	-15.686	-1.357
Resultado líquido do exercício	90.624	-	-	88.604	-	-	-	88.604	2.020
Rendimento integral total do exercício	56.650	-	-	87.348	-15.686	-9.205	-6.405	56.052	598
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-3.419	-	-	-	-	-	-	-	-3.419
Aumento de capital na EDP Renováveis Brasil	1.493	-	-	-	-	-	-	-	1.493
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	5.215	-	-	2.810	-	-	-	2.810	2.405
Outras variações	275	-	-	334	-	-	-	334	-59
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	5.453.725	4.361.541	552.035	454.135	-31.002	-14.118	4.575	5.327.166	126.559
Rendimento integral									
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-211	-	-	-	-	-	-129	-129	-82
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-36.047	-	-	-	-	-30.594	-	-30.594	-5.453
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	10	-	-	10	-	-	-	10	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-5.281	-	-	-	1.580	-	-	1.580	-6.861
Resultado líquido do exercício	136.050	-	-	126.266	-	-	-	126.266	9.784
Rendimento integral total do exercício	94.521	-	-	126.276	1.580	-30.594	-129	97.133	-2.612
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-4.805	-	-	-	-	-	-	-	-4.805
Aumento de capital da EDP Renováveis Brasil	26.443	-	-	-	-	-	-	-	26.443
Alienação sem perda de controlo da Vento II (EDPR NA)	176.121	-	-	4.057	-3.224	-1.473	-	-640	176.761
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	2.822	-	-	-	-	-	-	-	2.822
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	5.748.827	4.361.541	552.035	584.468	-32.646	-46.185	4.446	5.423.659	325.168

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012	2011
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	1.141.490	987.826
Pagamentos a fornecedores	-285.247	-276.080
Pagamentos ao pessoal	-68.893	-56.807
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional	-75.573	13.197
	<u>711.777</u>	<u>668.136</u>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-45.465	-25.604
Fluxo das Actividades Operacionais	<u>666.312</u>	<u>642.532</u>
Operações em continuação	<u>666.312</u>	<u>642.532</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Activos financeiros	11.113	66.644
Activos fixos tangíveis	2.273	40.075
Outros recebimentos relativos a activos fixos tangíveis	489	605
Juros e proveitos similares	20.559	8.409
Dividendos	4.075	2.488
	<u>38.509</u>	<u>118.221</u>
Pagamentos:		
Aquisições de subsidiárias (líquidas de caixa e equivalentes) e outros investimentos	-28.880	-262.944
Activos fixos tangíveis	-612.495	-892.409
	<u>-641.375</u>	<u>-1.155.353</u>
Fluxo das Actividades de Investimento	<u>-602.866</u>	<u>-1.037.132</u>
Operações em continuação	<u>-602.866</u>	<u>-1.037.132</u>
Actividades de Financiamento		
Alienação de interesses não controláveis	175.687	3.879
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	-4.413	147.987
Juros e custos similares	-215.330	-164.089
Subsídios governamentais	4.817	2.587
Aumentos de capital e prémios de emissão de acções	26.517	5.863
Recebimentos / (pagamentos) de instrumentos financeiros derivados	166	-5.726
Dividendos pagos	-4.805	-7.365
Recebimentos / (Pagamentos) antecipados de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	-15.159	141.111
Fluxo das Actividades de Financiamento	<u>-32.520</u>	<u>124.247</u>
Operações em continuação	<u>-32.520</u>	<u>124.247</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>30.926</u>	<u>-270.353</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-5.011	-10.364
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)	<u>219.922</u>	<u>500.639</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	<u>245.837</u>	<u>219.922</u>

(*) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na Nota 26 às Demonstrações Financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis	150
2. Políticas contabilísticas	154
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	167
4. Políticas de gestão do risco financeiro	168
5. Perímetro de consolidação	171
6. Volume de negócios	173
7. Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	173
8. Outros proveitos de exploração	174
9. Fornecimentos e serviços externos	174
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	175
11. Outros custos de exploração	175
12. Depreciações, amortizações do exercício e proveitos diferidos	176
13. Proveitos e custos financeiros	176
14. Impostos sobre os lucros	177
15. Activos fixos tangíveis	178
16. Activos intangíveis	180
17. Goodwill	181
18. Investimentos financeiros em empresas associadas	184
19. Activos financeiros disponíveis para venda	185
20. Impostos diferidos activos e passivos	185
21. Inventários	187
22. Clientes	187
23. Devedores e outros activos de actividades comerciais	187
24. Outros devedores e outros activos	188
25. Impostos a receber	188
26. Caixa e equivalentes de caixa	188
27. Capital	189
28. Reservas e resultados acumulados	190
29. Interesses não controláveis	191
30. Dívida financeira	192
31. Provisões	193
32. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	194
33. Credores e outros passivos de actividades comerciais	195
34. Outros credores e outros passivos	195
35. Impostos a pagar	196
36. Instrumentos financeiros derivados	196
37. Compromissos	199
38. Partes relacionadas	201
39. Justo valor de activos e passivos financeiros	206
40. Eventos relevantes e subsequentes	209
41. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	210
42. Matérias ambientais	213
43. Relato financeiro por segmentos	213
44. Honorários de auditoria e outros	214
45. Nota de tradução	214
Anexo 1	215
Anexo 2	223

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

1. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial de energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2012, a EDP Renováveis detém 100% do capital social da EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), 100% do capital social da EDP Renewables North America, LLC ("EDPR NA"), 100% do capital social da EDP Renewables Canada, Ltd. ("EDPR Canada") e 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR BR").

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4.º em Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu à Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A. 780.633.782 acções ordinárias da EDP, representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., accionista maioritário da EDP Renováveis.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou accionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em activos do Grupo EDP Renováveis, representativos de 1,5 GW de capacidade instalada (900 MW em operação e 600 MW em construção).

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables Espanã, S.L. (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), Greenwind, S.A. (parques eólicos na Bélgica - parcerias com investidores locais), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália) e EDPR UK Limitada (projectos de desenvolvimento offshore).

As principais actividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América e serviços de gestão para a EDPR Canada.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

A 31 de Dezembro de 2012, a capacidade instalada total consolidada da EDP Renováveis e suas subsidiárias ("o Grupo" ou o "Grupo EDP Renováveis") apresenta-se como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estados Unidos da América	3.637	3.422
Espanha	2.310	2.201
Portugal	615	613
Roménia	350	285
França	314	306
Polónia	190	190
Brasil	84	84
Bélgica	57	57
Itália	40	-
	7.597	7.158

Adicionalmente, através da participação na ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. são atribuíveis à EDPR - consolidados pelo método de equivalência patrimonial - 390 MW (326 MW em 31 de Dezembro de 2011).

Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em Espanha, o sector eléctrico é regulado pela Lei 54, de 27 de Novembro de 1997, e pelas alterações subsequentes à legislação. Em Maio de 2007, o Governo Espanhol aprovou o Real-Decreto nº 661/2007 que veio implementar o novo enquadramento regulatório aplicável aos parques eólicos a serem construídos entre 2008 e 2012, e que será aplicável a todos os parques em exploração a partir de 31 de Dezembro de 2012.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

De acordo com o Real-Decreto nº 661 de 25 de Maio de 2007, publicado em 26 de Maio de 2007, os produtores de energia eólica têm o direito de escolher entre dois sistemas de remuneração: (i) tarifa regulada e (ii) preço de mercado ou prémio: os produtores de energia eólica recebem a cada hora o preço da pool acrescido de um prémio variável. Após a escolha entre um dos dois sistemas de remuneração, o mesmo é obrigatório durante pelo menos um ano. Os parques eólicos instalados antes de Janeiro de 2008 funcionam de acordo com o regime transitório previsto no Real-Decreto 661/2007, que é de facto idêntico ao anterior Real-Decreto 436/2004. Durante o regime transitório, que terminou em Dezembro de 2012, os produtores de energia eólica podiam escolher entre uma tarifa regulada e o preço de mercado acrescido de um prémio fixo.

Em Julho de 2010, o Ministério da Indústria, Turismo e Comércio estabeleceu um acordo com duas das principais associações de empresas de energias renováveis (la Asociación Empresarial Eólica y Protermosolar) para alterar a regulação existente. Deste acordo resultou a aprovação do Real-Decreto 1614/2010, de 7 de Dezembro, que estabelece (i) ou para os anos de 2011 e 2012, de 35% no prémio aplicável à produção eólica definido pelo Real-Decreto 661/2007, (ii) uma adenda ao artigo 44.3 do Real-Decreto 661/2007 clarificando que futuras revisões do prémio à produção de energia através de fontes renováveis apenas serão aplicadas para a capacidade instalada a partir de 2012, (iii) definição de um limite de 2.589 horas de operação para a capacidade instalada, a partir do qual o parque eólico não terá direito a receber qualquer prémio se as horas equivalentes do sistema como um todo ultrapassarem as 2.300 horas. O prémio será reposto de 2013 em diante.

Em 28 de Janeiro de 2012, o Governo espanhol promulgou o Real-Decreto 1/2012, que aprova a suspensão temporária da remuneração para capacidade de energia renovável não incluída no registo de pré-atribuição. Contudo, na prática esta regulamentação não afecta a recuperabilidade dos activos da EDP Renováveis.

Em Dezembro de 2012 através da Lei 15/2012 de 27 de Dezembro, o Governo espanhol aprovou uma taxa única de 7% (sobre receitas) aplicável a toda a produção de electricidade, a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro, estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

O sector eólico e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos ("cap") e mínimos ("floor"); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

Enquadramento regulatório das actividades em França

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França.

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao vício formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial de 2008 que estabeleceu as tarifas reguladas para projectos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (Conseil d'État) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. Em 15 de Maio, o Conselho de Estado Francês decidiu submeter o assunto para apreciação do Tribunal de Justiça da União Europeia (espera-se resolução no prazo de 12 a 18 meses). O governo francês solicitou ao Conselho de Estado que, caso a tarifa seja efectivamente cancelada, a aplicação desta decisão seja adiada até 2013, porque não são expectáveis efeitos retroactivos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

A 1 de Janeiro de 2013, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei "The American Taxpayer Relief Act" que contem a extensão dos créditos fiscais à produção (PTC) para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou uma nova data limite para o vencimento destes incentivos, 31 de Dezembro de 2013, e alterou os critérios de elegibilidade (os projectos serão elegíveis desde que estejam em construção até ao final de 2013). A legislação incluiu também um bônus de depreciação para os novos equipamentos a entrar em exploração que permite a depreciação de uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que o mesmo entra em exploração. Este bônus para a depreciação foi de 100% em 2011 e 50% em 2012.

Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

De acordo com a Lei da Energia, as diferentes formas de produzir energia através de recursos renováveis na Polónia são: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um fee de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o fee de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica é complexo dada a divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à organização do mercado eléctrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes, conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impor obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas certificados verdes são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de certificados verdes.

Em 21 de Março de 2012, o governo da Valónia aprovou um decreto que fixa as quotas de certificados verdes até 2020. As novas quotas são: (i) 19,4% em 2013; (ii) 23,1% em 2014; (iii) 26,7% em 2015; (iv) 30,4% em 2016. Para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2019, as quotas anuais serão fixadas até 2014, com base na avaliação a efectuar pelo regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE).

Em Julho de 2012, foi aprovado um novo imposto para os produtores eólicos em Valónia. De acordo com esta regulação, todos os produtores a quem sejam atribuídos certificados verdes deverão pagar 0,54€/kWh. O regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE) será o beneficiário deste imposto, cujo objectivo é suportar os custos resultantes da gestão dos certificados verdes.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia encontra-se regulado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os comercializadores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores de energia verde com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de Novembro introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Em particular, permite que os produtores de energia eólica recebam 2 CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor de mercado dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspecto fundamental desta alteração foi a análise da sobrecompensação, que deve ser realizada com periodicidade anual. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) deverá supervisionar os produtores que beneficiam do regime de apoio e elaborar relatórios anuais sobre este matéria. Caso seja detectada uma sobrecompensação, a ANRE deverá propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução será aplicada apenas às novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Electricidade e Gás Natural elimina a celebração de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de electricidade. Desta forma, o comércio de electricidade deve ser efectuado num mercado centralizado. Em 4 de Setembro de 2012, ANRE publicou a regulamentação do Mercado de Compensação de energia. Esta nova regulamentação tem impacto sobre a geração de energia eólica. Por um lado estabelece que o produtor não tem o direito a reclamar compensações por perda de certificados verdes decorrente da redução de energia produzida. Esta perda não pode ser recuperada. Adicionalmente, as novas regras podem resultar no aumento dos custos de compensação de desequilíbrios, na medida em que poderá levar a um aumento do défice que os produtores eólicos têm de assumir no preço quando a produção é inferior ao previsto.

Enquadramento regulatório das actividades em Itália

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) baseado no regime de tarifas reguladas. Os principais aspectos da nova regulação estabelecido pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores, (ii) a capacidade objecto de licitação é definida em trajectórias de diferentes tecnologias (apenas definido até 2015), (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (onshore). As ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %), (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e será concedida para a totalidade da vida útil média do parque eólico - 20 anos para energia eólica terrestre.

O novo sistema substitui o anterior baseado em certificados verdes. De acordo com o sistema anterior, os produtores obtinham receitas com a venda da energia eléctrica em mercado e com a venda de certificados verdes. Os parques eólicos construídos até Dezembro de 2012 (com algumas excepções) continuarão a operar sob o sistema anterior até 2015, quando o sistema de certificados verdes será transformado num regime de tarifas reguladas.

Enquadramento regulatório das actividades no Brasil

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energias renováveis obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2012 e 2011 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 28 de Fevereiro de 2013. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Antes de 2012, os custos de transacção diferidos relativos a parcerias institucionais estavam incluídos na rubrica de Outros devedores e outros activos - Não corrente. Em 2012, o Grupo EDP passou a incluir estes custos diferidos como uma redução à rubrica passiva de Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, em vez de serem apresentados no activo. Para efeitos comparativos, esta alteração na apresentação foi efectuada em todas as demonstrações da posição financeira apresentadas (ver nota 32).

b) Princípios de consolidação

Empresas subsidiárias

As empresas subsidiárias são entidades em que o Grupo exerce controlo. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das empresas subsidiárias foram, sempre que necessário, alteradas de forma a garantir a sua consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis na proporção do capital detido, mesmo que desta alocação resultem interesses não controláveis negativos.

Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer entre 20% e 50% dos direitos de voto da associada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição. O custo do investimento inclui os custos de transacção.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, após os ajustamentos de harmonização das suas políticas contabilísticas com as do Grupo, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis ao Grupo excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação de assumir essas perdas ou efectuar pagamentos em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Concentrações de actividades empresariais

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 — Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o "goodwill" na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- O justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos identificados.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor previsional. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes previsionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após esse período, os ajustamentos ao valor inicial dos activos líquidos adquiridos apenas são efectuados para corrigir um erro existente.

Para as concentrações de actividades empresariais realizadas por fases, o excesso dos activos transferidos, acrescido do justo valor da participação previamente detida na adquirida, face aos activos líquidos adquiridos e passivos assumidos, é reconhecido como "goodwill". Ajustes subsequentes a estes montantes são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação detida anteriormente e o seu valor contabilístico nos resultados do exercício consolidados, de acordo com a classificação da participação. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os montantes diferidos em capitais próprios relativos a participações anteriormente detidas para resultados do exercício ou reservas de consolidação, de acordo com a sua natureza.

Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o "goodwill" apurado era negativo, o mesmo era registado directamente em resultados do exercício.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorrê no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

Contabilização de aquisições de interesses não controláveis

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo aplicou a IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) na contabilização de aquisições de interesses não controláveis. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

De acordo com a nova política contabilística, as aquisições de interesses não controláveis não resultam no reconhecimento de "goodwill" sendo contabilizadas como transacções com accionistas. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Anteriormente o goodwill era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representavam as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos à data da transacção.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Transacções sob controlo comum

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

Opções de venda de interesses não controláveis

As normas IFRS não prescrevem um tratamento contabilístico específico para os compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias devidos por interesses não controláveis à data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais. Consequentemente, o Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação devida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill".

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do exercício, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o exercício, e custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do exercício de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor actualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à sua maturidade.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos por contrapartida do custo inicial do activo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii), não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

O Grupo não efectua transferências de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

Em cada data da demonstração da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos activos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros factores, a volatilidade do preço e a actual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a perda por imparidade não é revertida e qualquer evento subsequente que determine o aumento do justo valor é reconhecido em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

g) Custos com empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico	
Produção Eólica	25
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDP Renováveis, com base num estudo realizado por uma entidade independente, alterou a vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011 (ver nota 3).

i) Activos intangíveis

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil económica.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

ii) Imparidade de activos não financeiros

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

k) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes

O Grupo classifica os activos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são devidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são devidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

n) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Renováveis Portugal, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à idade da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pela IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Planos de contribuição definida

Em Espanha, Portugal e nos Estados Unidos da América, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no exercício em que a contribuição é efectuada.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	EDPR EU	EDPR NA
Custo médio por MW (Euros)	14.000	18.549
Valor residual por MW (Euros)	25.000	17.776
Taxa de desconto	6,33%	5,38%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de amortização (vida útil)	25	25

Com a alteração da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h), o custo de desmantelamento e descomissionamento foi calculado tendo em consideração este novo pressuposto, com efeitos prospectivos a partir de 1 de Abril de 2011.

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditto compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no exercício em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos exercícios subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, "unwinding" com passivos a valor descontado e "written put options" sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferença de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias deduzíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

u) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

v) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

w) Matérias ambientais

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

x) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais à produção (PTC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base "pro rata" pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados.

Após a "flip date", o investidor institucional mantém interesses não controláveis pela duração da sua parceria na estrutura. Os interesses não controláveis tem direito a distribuições em caixa e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 2,5% e 6%, com excepção da Vento VI, cujo parceiro institucional detém 17% do proveito. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado na "flip date" para estruturas PTC e geralmente seis meses após o quinto aniversário da data de comissionamento das turbinas ou a "flip date" consoante o que ocorra mais tarde, ou dez anos após o final do financiamento, caso a "flip date" ainda não tenha ocorrido. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a "funding date" até à "flip date", para reflectir o interesse minoritário do investidor institucional no Grupo EDPR na "flip date".

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

z) Actividades de concessão do Grupo EDPR (IFRIC 12)

O Comité de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009 sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A IFRIC 12 é aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infra-estruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como locações financeiras, uma vez que se considera que o operador não tem controlo sobre os activos. Estas estruturas são reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente de acordo com os termos do contrato:

Modelo do Activo Financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinados montantes monetários, independentemente do nível de utilização das infra-estruturas abrangidas pela concessão, resultando no reconhecimento de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do Activo Intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infra-estruturas afectas à concessão (risco de procura), resultando no reconhecimento de um activo intangível.

Modelo Misto

Este modelo é aplicável quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infra-estruturas da concessão.

A Gestão da EDPR concluiu que a IFRIC 12 não é aplicável, nos termos dos contratos em vigor, ao segmento do negócio do Grupo EDP Renováveis.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As IFRS prevêm tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, serão reconhecidas prospectivamente.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDPR procedeu à redefinição da vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos (ver nota 2h). A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi feita com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, que considerou a viabilidade técnica de extensão por mais 5 anos da vida útil desses activos. O referido estudo abrangeu 95% da capacidade eólica instalada do Grupo EDP Renováveis, nas diferentes geografias (Europa e América do Norte), considerando pressupostos e estimativas que requerem julgamento.

Imparidade de activos não financeiros

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, conseqüentemente, os resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver créditos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDPR. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, conseqüentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco e Leu Romeno).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adoptada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 36).

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

Milhares de Euros	31 Dez 2012			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	6.202	-7.581	-	-
PLN / EUR	11.628	-14.213	-	-
RON / EUR	5.957	-7.280	-	-
	23.787	-29.074	-	-

Milhares de Euros	31 Dez 2011			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	10.516	-12.853	-	-
PLN / EUR	-	-	3.309	-4.044
RON / EUR	-	-	-	-
	10.516	-12.853	3.309	-4.044

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 14 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 92% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações com instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade - Taxas de juro

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR EU e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 100 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

Milhares de Euros	31 Dez 2012			
	Resultados		Capitais Próprios	
	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	44.406	-48.749
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.333	1.333	-	-
	-1.333	1.333	44.406	-48.749

Milhares de Euros	31 Dez 2011			
	Resultados		Capitais Próprios	
	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	37.929	-40.540
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-1.839	1.839	-	-
	-1.839	1.839	37.929	-40.540

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das transacções financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes nos instrumentos financeiros derivados e transacções financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico do Grupo EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Gestão dos riscos de preço de mercado

Em 31 de Dezembro de 2012 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). No entanto, a EDPR EU tem a opção de vender electricidade através de tarifas reguladas garantindo preços mínimos. Nos restantes países os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas.

A EDPR EU e a EDPR NA contrataram "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa relacionados com a cobertura de preço das vendas de energia para os anos de 2012 e 2013 (ver nota 36). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir a produção de energia reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda de energia.

Gestão de capital

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institutional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

5. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2012, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

Empresas adquiridas:

- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 100% do capital social da Pietragalla Eolico S.R.L. (ver nota 17) e 85% do capital social da Sibioara Wind Farm, S.R.L.;
- A EDP Renewables Canada Ltd. adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
 - 0867242 BC Ltd.;
 - Eolia Renewable Energy Canada Ltd.;
 - South Branch Wind Farm Inc.
- A EDPR-RO-PV, S.R.L. (empresa constituída em Julho de 2012) adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas (ver nota 17):
 - Cujmir Solar S.R.L.;
 - Foton Delta S.R.L.;
 - Foton Epsilon S.R.L.;
 - Potelu Solar S.R.L.;
 - Studina Solar S.R.L.;
 - Vanju Mare Solar S.R.L.
- A EDP Renewables Polska SP. ZO.O. adquiriu 60% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O. e 100% do capital social da Korsz Wind Farm SP. ZO.O.

Empresas alienadas e liquidadas:

- A EDP Renewables North America, L.L.C. procedeu à liquidação da Horizon Wind Energy International, L.L.C.;
- A EDP Renewables España, S.L. procedeu à liquidação das empresas Parque Eólico Plana de Artajona, S.L.U., Parque Eólico Montes de Castejón, S.L., Siesa Renovables Canarias S L Compañía Eléctrica de Energías Renovables Alternativas S A U e Corporación Empresarial de Renovables Alternativas S L U;
- A Generaciones Especiales I, S.L. procedeu à alienação por 5.531 milhares de Euros da totalidade da sua participação financeira das seguintes empresas, tendo gerado um ganho de 2.857 milhares de Euros reconhecido como Ganhos/(Perdas) na alienação de activos financeiros:
 - 25% de capital social na Hidroastur S.A. (ver nota 18);
 - 80% de capital social na Hidroeléctrica del Rumblar S.L. (ver nota 15);
 - 100% de capital social na Hidroeléctrica Fuentesosa S.L. (ver nota 15);
 - 75% de capital social na Hidroeléctrica Gormaz S.A. (ver nota 15).
- Alienação de 49% do capital social da empresa 2007 Vento II, L.L.C. pelo montante de 175.687 milhares de Euros (225.721 milhares de USD que corresponde a um preço de venda de 230.000 milhares de USD deduzido das contribuições de capital e custos de transacção no montante de 2.800 e 1.478 milhares de USD, respectivamente) e consequente redução de 49% na participação financeira nas seguintes empresas (ver nota 29):
 - Telocasef Wind Power Partners, L.L.C.;
 - Post Oak Wind, L.L.C.;
 - High Prairie Wind Farm II, L.L.C.;
 - Old Trail Wind Farm, L.L.C.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Empresas fusionadas:

- As seguintes empresas foram fusionadas na Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U., que alterou a sua denominação para EDP Renovables España, S.L.:
 - Agrupación Eólica S.L.U.;
 - Desarrollos Eólicos, S.A.;
 - Ceasa Promociones Eólicas S.L.U.;
 - Generaciones Especiales I, S.L.;
 - Neo Catalunya S.L.;
 - Santa Quiteria Energía, S.L.U.;
 - Sinae Inversiones Eólicas S.A.

Empresas constituídas:

- 2012 Vento XI, L.L.C. * ;
- Castellana Wind S.R.L.;
- Central Eólica Aventura, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.;
- EDP Renewables SGPS, S.A.;
- EDP Renewables Belgium, S.A.;
- EDP Renewables Canada GP Ltd. * ;
- EDP Renewables Canada LP Ltd.;
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.;
- EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.;
- EDPR Wind Ventures XI, L.L.C. * ;
- EDPR-RO-PV, S.R.L.;
- Laterza Wind S.R.L.;
- MFW Gryf SP. Z.O.O.;
- MFW Neptun SP. Z.O.O.;
- MFW Pomorze SP. ;
- Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.;
- Monts du Forez Energie, S.A.S.;
- SBWFI GP Inc. * ;
- South Dundas Wind Farm LP * ;
- Verde Wind Power L.L.C. *

* O Grupo EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canadá, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e no Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2012 não têm quaisquer activos ou passivos, nem qualquer actividade operacional.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram:

Empresas adquiridas:

- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR UK, adquiriu 49% do capital social da Seaenergy Renewables Inch Cape Limited.;
- O Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR EU, adquiriu 85% do capital social da S.C. Ialomita Power, S.R.L.

Empresas alienadas e liquidadas:

- A Generaciones Especiales I, S.L. dissolveu e liquidou a subsidiária Sodecoan, S.L.;
- A Generaciones Especiales I, S.L. alienou o Subgrupo Veinco (ver Nota 15);
- A EDPR UK, vendeu uma participação de 8,36% no capital social da Moray Offshore Renewables Limited por 4.033 milhares de Euros. Como consequência, as participações nas subsidiárias MacColl Offshore Windfarm Limited, Stevenson Offshore Windfarm Limited e Telford Offshore Windfarm Limited também foram reduzidas em 8,36%;
- A Agrupación Eólica, S.L.U. vendeu a subsidiária Neomai Inversiones SICAV, S.A. por 40.894 milhares de Euros;
- A Sinae Inversiones Eólicas S.A., vendeu uma participação de 1,25% no capital social da Eólica Alfoz, S.L., por 106 milhares de Euros.

Empresas fusionadas:

- A Farma Wiatrowa Wyszogrod, S.P. Z.O.O. foi incorporada na Masovia Wind Farm I, S.P. Z.O.O.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Empresas constituídas:

- 2011 Vento X, L.L.C.;
- Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.*;
- EDP Renováveis Cantabria, S.L.;
- EDPR Wind Ventures X, L.L.C.;
- Paulding Wind Farm IV L.L.C.*;
- Pesteria Wind Farm, S.A.;
- Pochidia Wind Farm, S.A.;
- Rush County Wind Farm, L.L.C.*;
- Villa Castelli Wind, S.R.L.

* A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR NA e EDPR Canadá, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2011 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

Outras alterações:

- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 47% para 61% no capital social da Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L. através da sua subsidiária Santa Quitéria Energia, S.L.U.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 58% para 84% no capital social da Desarrollo Eólico Santa Quitéria, S.L. através da sua subsidiária Aplicaciones Industriales de Energias Limpias, S.L.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 51% para 100% do capital social das empresas Relax Wind Park II, SP. Z.O.O. e Relax Wind Park IV, SP. Z.O.O. através da sua subsidiária EDP Renewables Polska, SP. Z.O.O.;
- O Grupo EDPR aumentou a sua participação indirecta de 90% a 100% no capital social da Eólica da Sierra de Avila, S.L. através da sua subsidiária Sinae Inversiones Eólicas S.A.

6. VOLUME DE NEGÓCIOS

A rubrica de **Volume de negócios** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Vendas por sector de actividade/negócio e geografia:		
Electricidade na Europa	773.070	634.518
Electricidade nos Estados Unidos da América	355.508	302.890
Electricidade, outros	24.754	19.464
	1.153.332	956.872
Outros	6.850	17.709
	1.160.182	974.581
Prestação de serviços	4.961	4.888
Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:		
Custo das matérias primas e consumíveis	-292	-15.168
Varição dos inventários	-7.055	-7.084
	-7.347	-22.252
Total Volume de Negócios	1.157.796	957.217

7. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Os **Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA** são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais - EDPR NA	127.350	111.610
	127.350	111.610

Os proveitos decorrentes de parceiros institucionais — EDPR NA, incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (ver nota 32).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A rubrica de **Outros proveitos operacionais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	9.888	10.334
Ganhos obtidos em empreendimentos conjuntos	32.393	51.695
Outros proveitos operacionais	20.835	22.515
	63.116	84.544

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados com base em pressupostos de mercado em aproximadamente 120 milhões de Euros (190,4 milhões de USD) e registados como passivo não corrente (ver nota 33). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos operacionais. A amortização do exercício de 31 de Dezembro de 2012 foi de 9.888 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 10.334 milhares de Euros).

No decurso de 2012, o Grupo EDPR efectuou a alocação do preço de compra das diversas empresas adquiridas ao justo valor dos activos e passivos adquiridos da qual resultou um proveito operacional de 29.754 milhares de Euros na EDPR Roménia e 2.639 milhares de Euros na EDPR Itália (ver nota 17). Estas aquisições foram vantajosas devido ao poder negocial do Grupo EDPR, da sua capacidade de financiamento e liquidez e ao início do desenvolvimento do mercado de energia solar na Roménia que permite transacções favoráveis.

Durante 2010, o Grupo adquiriu 85% da EDP Renewables Italia, S.r.l. (ver nota 17). O vendedor detém uma put option sobre o Grupo EDPR relativa aos restantes 15% do capital social que, em linha com as políticas contabilísticas do Grupo, foi considerada como uma compra antecipada. O custo de aquisição reconhecido nas contas de 2011 inclui o montante liquidado em dinheiro, o preço contingente da implementação com sucesso dos processos em curso e o justo valor da put option. O preço contingente e o valor da put option estão ambos registados ao justo valor, baseados na melhor estimativa à data de compra (ver nota 34).

Em 2011, a EDPR Itália aumentou o seu capital social. O accionista minoritário, Energía in Natura, S.r.l. não participou neste aumento de capital, consequentemente, a percentagem de participação atribuível a interesses não controláveis reduziu de 15% para 6,48% e a responsabilidade associada à opção de venda foi reduzida pelo montante correspondente. Além do referido, no final do ano de 2011, o Grupo EDPR actualizou o justo valor dos montantes relativos à aquisição de 2010 (preço contingente e put option), tendo em consideração a informação existente no final do ano, a qual inclui uma redução no preço de venda estimado da electricidade a ser produzida e no número de MW a ser instalado no futuro. Face ao exposto, o Grupo EDPR reduziu o passivo associado à put option em 34.625 milhares de euros e ao preço contingente em 17.070 milhares de euros e reconheceu um proveito operacional em 2011 no montante de 51.695 milhares de euros (ver nota 34).

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Fornecimentos e serviços:		
Rendas e alugueres	40.670	34.857
Seguros	13.875	12.842
Conservação e reparação	143.250	126.601
Trabalhos especializados:		
Serviços de Informática, Jurídicos e de Consultoria	16.599	13.152
Serviços partilhados	11.866	7.918
Outros serviços	12.225	10.109
Outros fornecimentos e serviços	23.325	19.590
	261.810	225.069

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de **Custos com o pessoal e benefícios aos empregados** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Custos com o pessoal		
Remuneração dos órgãos sociais	945	1.063
Remunerações	52.320	51.257
Encargos com remunerações	7.582	8.130
Remuneração variável dos colaboradores	8.937	15.104
Outros custos	971	6.145
Trabalhos para a própria empresa	-15.339	-23.466
	55.416	58.233
Benefícios aos empregados		
Custos com planos de pensões	2.825	2.282
Custos com plano médico e outros benefícios	3.320	317
Outros	1.098	-
	7.243	2.599
	62.659	60.832

A 31 de Dezembro de 2012, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (2.802 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (23 milhares de Euros).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Órgãos sociais	14	17
	14	17
Directores / Chefias superiores	68	62
Quadros médios	504	453
Profissionais altamente qualificados e qualificados	221	206
Outros empregados	64	71
	857	792
	871	809

As empresas do Grupo EDPR consolidadas pelo método de consolidação proporcional, não contribuíram com funcionários (31 de Dezembro de 2011: 14 incluídos em Outros empregados).

O número de trabalhadores inclui a Gestão e todos os funcionários de todas as empresas subsidiárias e associadas.

11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de **Outros custos operacionais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Impostos directos	20.115	17.946
Impostos indirectos	21.824	16.738
Perdas em imobilizações	17.035	11.813
Custos com locações de centros produtores de electricidade	12.147	8.998
Outros custos e perdas operacionais	15.091	11.237
	86.212	66.732

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

12. DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E PROVEITOS DIFERIDOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1.801	1.592
Equipamento básico:		
Produção eólica	433.518	415.583
Outro equipamento básico	16	119
Equipamento administrativo e utensílios:	10.253	6.714
Outros activos fixos tangíveis	1.862	1.819
Imparidade	53.401	5.058
	500.851	430.885
Outros activos intangíveis:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	1.858	2.120
Imparidade de goodwill		
	-	35.488
	502.709	468.493
Amortização de proveitos diferidos:		
Subsídios governamentais	-15.231	-14.986
	-15.231	-14.986
	487.478	453.507

Em resultado dos testes de imparidade efectuados em activos de geração eólica (ver pressupostos na nota 17), foram reconhecidas perdas por imparidade nos montantes de 45.617 e 7.784 milhares de Euros na EDPR EU e na EDPR NA, respectivamente (ver nota 15).

Em 2011, a rubrica Imparidade do "goodwill" inclui essencialmente, uma perda por imparidade do Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de euros resultante da avaliação efectuada à recuperabilidade destes activos em função da actualização dos pressupostos relativos às estimativas de MW a instalar e aos preços de energia futuros (ver notas 8 e 17).

13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de **Proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	16.770	10.844
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	5.483	19.913
Justo valor	24.321	8.980
Diferenças de câmbio favoráveis	27.010	20.578
Outros proveitos financeiros	604	1.240
	74.188	61.555
Custos financeiros:		
Juros suportados	215.987	204.094
Instrumentos financeiros derivados		
Juros	21.152	16.156
Justo valor	35.136	3.211
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.496	42.284
Trabalhos para a própria empresa	-15.697	-33.927
"Unwinding"	72.824	68.279
Outros custos financeiros	11.906	5.588
	351.804	305.685
Resultados financeiros	-277.616	-244.130

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados - Juros está relacionada com a liquidação de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 34 e 36).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2g) das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2012, os juros suportados, que ascendem a 15.697 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 33.927 milhares de Euros) (ver nota 15) e estão incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa. As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variaram entre 1,81% e 10,25% (31 de Dezembro de 2011: 2,62% e 13,06%).

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos cujo juro é definido a taxas de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos no valor de 3.366 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 2.995 milhares de Euros) (ver nota 31) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 68.431 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 62.538 milhares de Euros) (ver nota 31).

14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2008. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS (autoridade tributária dos Estados Unidos) poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (5 anos em Portugal a partir de 2012, 18 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A EDP Renewables Europe, S.L. e as suas subsidiárias preenchem declarações fiscais individuais de acordo com a lei fiscal. No entanto, as maiores empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime de Consolidação contido nos artigos 64º e 82º do Royal Legislative Decree 4/2004, em que a lei revista do imposto sobre o rendimento foi aprovada. As subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Genesa e da EDP SA - Sucursal en España (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Imposto corrente	-85.225	-29.060
Imposto diferido	39.186	1.022
	-46.039	-28.038

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado antes de impostos	182.089	118.662
Imposto do exercício	-46.039	-28.038
Taxa efectiva de imposto	25,28%	23,63%

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado antes de impostos	182.089	118.662
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto Teórico	-54.627	-35.599
Imposto do exercício	-46.039	-28.038
Diferença	8.588	7.561
Reavaliações, amortizações, depreciações e provisões	5.403	-835
Capitalização dos activos por impostos diferidos relacionados com perdas fiscais de exercícios anteriores	361	8.221
Activos por impostos diferidos não reconhecidos relativos a perdas fiscais geradas no exercício	-4.908	-2.792
Investimentos financeiros em associadas	1.692	1.432
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	-	3.488
Despesas não dedutíveis	-7.753	-1.276
Efeitos de taxa de imposto em jurisdições estrangeiras	4.847	-3.175
Benefícios fiscais	4.196	1.896
Outros	4.750	602
	8.588	7.561

As taxas de imposto nos países em que o Grupo EDP Renováveis opera são as seguintes:

País	Subgrupo	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Espanha	EDPR EU	30,00%	30,00%
Portugal	EDPR EU	31,50%	29,00%
França	EDPR EU	33,33%	33,33%
Itália	EDPR EU	27,50%	27,50%
Polónia	EDPR EU	19,00%	19,00%
Bélgica	EDPR EU	33,99%	33,99%
Roménia	EDPR EU	16,00%	16,00%
Canadá	EDPR Canada	26,50%	26,50%
Estados Unidos	EDPR NA	37,73%	37,22%
Brasil	EDPR BR	34,00%	34,00%

15. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	24.601	21.389
Edifícios e outras construções	16.700	16.053
Equipamento básico		
Produção Eólica	11.572.839	10.905.666
Outro equipamento básico	6.484	9.151
Equipamento administrativo	62.336	48.753
Outros activos fixos tangíveis	14.201	13.675
Activos fixos tangíveis em curso	1.080.675	1.203.445
	12.777.836	12.218.132
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício	-447.450	-425.827
Imparidades do exercício	-53.401	-5.058
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-1.740.078	-1.332.626
	-2.240.929	-1.763.511
Valor líquido contabilístico	10.536.907	10.454.621

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis, no período de 31 de Dezembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	21.389	3.942	-82	-	-417	-231	24.601
Edifícios e outras construções	16.053	954	-	-	-366	59	16.700
Equipamento básico							
Produção Eólica	10.905.666	9.610	-539	771.474	-114.251	879	11.572.839
Outro equipamento básico	9.151	-	-108	61	-	-2.620	6.484
Equipamento administrativo	48.753	11.176	-188	3.178	-673	90	62.336
Outros activos fixos tangíveis	13.675	1.660	-13.911	12.875	-82	-16	14.201
Activos fixos tangíveis em curso	1.203.445	662.760	-4.862	-787.588	6.674	246	1.080.675
	12.218.132	690.102	-19.690	-	-109.115	-1.593	12.777.836

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Edifícios e outras construções	5.487	1.801	-	-	-105	4	7.187
Equipamento básico:							
Produção Eólica	1.723.783	433.518	52.977	-203	-19.663	-35	2.190.377
Outro equipamento básico	8.011	16	-	-108	-	-1.691	6.228
Equipamento administrativo	18.222	10.253	2	-188	-318	-17	27.954
Outros activos fixos tangíveis	8.008	1.862	422	-1.033	-76	-	9.183
	1.763.511	447.450	53.401	-1.532	-20.162	-1.739	2.240.929

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

O movimento ocorrido na rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da aquisição da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., da Pietragalla Eolico S.R.L., da aquisição de empresas fotovoltaicas pela EDPR-RO-PV, S.R.L. e o efeito da venda das empresas detentoras das mini-hídricas em Espanha (ver nota 5).

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Valor Bruto:							
Terrenos e recursos naturais	18.867	2.322	-	153	-5	52	21.389
Edifícios e outras construções	13.896	146	-24	1.993	158	-116	16.053
Equipamento básico:							
Produção Eólica	9.536.702	80.835	-6.646	1.158.187	136.548	40	10.905.666
Outro equipamento básico	8.917	24	-	-	-	210	9.151
Equipamento administrativo	29.186	3.047	-2.262	17.631	990	161	48.753
Outros activos fixos tangíveis	13.846	2.421	-12.501	9.756	85	68	13.675
Activos fixos tangíveis em curso	1.666.957	741.915	-17.615	-1.187.720	1.010	-1.102	1.203.445
	11.288.371	830.710	-39.048	-	138.786	-687	12.218.132

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Edifícios e outras construções	3.787	1.592	-	-24	145	-13	5.487
Equipamento básico:							
Produção Eólica	1.274.124	415.583	5.036	-87	29.113	14	1.723.783
Outro equipamento básico	7.870	119	-	-	-	22	8.011
Equipamento administrativo	13.454	6.714	-	-2.261	314	1	18.222
Outros activos fixos tangíveis	7.365	1.819	22	-1.308	61	49	8.008
	1.306.600	425.827	5.058	-3.680	29.633	73	1.763.511

A rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da venda do Subgrupo Veinco realizada pela EDPR EU, durante o primeiro semestre de 2011.

Durante 2011, o Grupo EDPR alterou a vida útil dos parques eólicos com base num estudo técnico realizado por uma entidade independente, com efeito prospectivo a partir de 1 de Abril de 2011, conforme descrito na nota 3 — Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas.

Os Activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisados como se segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Actividade eléctrica		
Grupo EDPR EU	842.278	757.921
Grupo EDPR NA	212.783	433.240
Outros	25.614	12.284
	1.080.675	1.203.445

Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, para a EDPR EU e o Grupo EDPR NA, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 15.697 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 33.927 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 15.339 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2012 (31 de Dezembro de 2011: 23.466 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na Nota 37 - Compromissos.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Valor bruto:		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	47.221	42.462
Activos intangíveis em curso	4	4
	47.225	42.466
Amortizações acumuladas:		
Depreciações e amortizações do exercício	-1.858	-2.120
Depreciações acumuladas	-20.452	-18.527
	-22.310	-20.647
Valor Líquido	24.915	21.819

A propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui 14.035 milhares de Euros e 30.186 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica da EDPR Portugal (31 de Dezembro de 2011: 14.035 milhares de Euros) e Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2011: 25.500 milhares de Euros), respectivamente.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	42.462	24	-	-	-601	5.336	47.221
Activos intangíveis em curso	4	-	-	-	-	-	4
	42.466	24	-	-	-601	5.336	47.225
Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	20.647	1.858	-	-	-154	-41	22.310
	20.647	1.858	-	-	-154	-41	22.310

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Valor bruto:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	41.069	5	-	-	620	768	42.462
Activos intangíveis em curso	-	4	-	-	-	-	4
	41.069	9	-	-	620	768	42.466
Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por Imparidade/ Reversões	Alienações/ Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Amortizações acumuladas:							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	18.342	2.120	-	-	250	-65	20.647
	18.342	2.120	-	-	250	-65	20.647

17. GOODWILL

No Grupo, a decomposição de "Goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e a parte correspondente ao justo valor dos activos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Moeda Funcional	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Actividade eléctrica			
Goodwill registado no Grupo EDPR EU	Euro, Lei, Zloty	700.234	698.403
Grupo EDPR Espanha	Euro	534.610	534.642
Grupo EDPR Portugal	Euro	42.588	42.588
Grupo EDPR França	Euro	65.752	65.752
Grupo EDPR Itália	Euro	23.044	23.044
Outros	Euro, Lei, Zloty	34.240	32.377
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	Dólar americano	600.302	611.882
Goodwill registado no Grupo EDPR BR	Real	1.394	1.560
		1.301.930	1.311.845

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/Outros	Saldo em 31 Dez
Actividade eléctrica							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	534.642	-	-32	-	-	-	534.610
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	65.753	-	-	-	-	-	65.753
Grupo EDPR Itália	23.044	-	-	-	-	-	23.044
Outros	32.376	164	-	-	1.699	-	34.239
Grupo EDPR NA	611.882	-	-	-	-11.580	-	600.302
Grupo EDPR BR	1.560	-	-	-	-166	-	1.394
	1.311.845	164	-32	-	-10.047	-	1.301.930

Os movimentos em "Goodwill", por subgrupo, durante 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminuições	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/Outros	Saldo em 31 Dez
Actividade eléctrica							
Grupo EDPR EU							
Grupo EDPR Espanha	547.488	-	-12.846	-	-	-	534.642
Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
Grupo EDPR França	66.504	-	-	-751	-	-	65.753
Grupo EDPR Itália	57.781	-	-	-34.737	-	-	23.044
Outros	35.031	-	-	-	-2.655	-	32.376
Grupo EDPR NA	592.915	-	-	-	18.967	-	611.882
Grupo EDPR BR	1.699	-	-	-	-139	-	1.560
	1.344.006	-	-12.846	-35.488	16.173	-	1.311.845

O decréscimo do "goodwill" no Grupo EDPR Espanha no montante de 12.846 milhares de Euros resulta do preço final da responsabilidade relativa à put option da Caja Madrid sobre interesses não controláveis detidos por esta entidade sobre a EDP Renovables España (3.363 milhares de Euros) e da venda do Subgrupo Veinco (9.483 milhares de Euros). Esta participação foi vendida por 15,8 milhões de Euros gerando uma mais valia de 732 milhares de Euros.

Em 2011, a actualização dos pressupostos relativos às estimativas de MW a instalar e aos preços da energia originou uma imparidade no Grupo EDPR Itália no montante de 34.737 milhares de Euros (ver nota 8 e 12).

Outras informações referentes aos PPA ("Purchase Price Allocation") e concentrações de actividades empresariais de 2012

Grupo EDPR Itália

Em 2012, o Grupo EDPR Itália adquiriu 100% do capital social da empresa Pietragalla Eolico S.R.L. (ver nota 5) e concluiu o respectivo PPA o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 2.639 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	1.227	10.300	11.527
Outros activos (incluindo licenças)	-	-	-
Total do activo	1.227	10.300	11.527
Impostos diferidos passivos	-	2.833	2.833
Passivo corrente	1.035	-	1.035
Total do Passivo	1.035	2.833	3.868
Activos líquidos adquiridos	192	7.467	7.659
Custo de aquisição	5.020	-	5.020
Badwill	-	-	-2.639

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Outros

Durante o ano de 2012, o Grupo EDPR Roménia adquiriu 99,99% do capital social das empresas Cujmir Solar S.R.L., Foton Delta S.R.L., Foton Epsilon S.R.L., Potelu Solar S.R.L., Studina Solar S.R.L. e Vanju Mare Solar S.R.L. (ver nota 5) e concluiu os respectivos PPA os quais originaram o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 29.754 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	26	43.305	43.331
Outros activos (incluindo licenças)	500	14.167	14.667
Total do activo	526	57.472	57.998
Impostos diferidos passivos	-	9.195	9.195
Passivo corrente	513	-	513
Total do Passivo	513	9.195	9.708
Activos líquidos adquiridos	13	48.277	48.290
Custo de aquisição	18.536		18.536
Badwill			-29.754

Durante 2012, o Grupo EDP Renováveis pagou o montante de 30.279 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 15.317 milhares de Euros) por concentrações de actividades empresariais e "success fees" relacionados com aquisição de empresas do Grupo EDPR Espanha (2.325 milhares de Euros), Grupo EDPR Polónia (7.348 milhares de Euros), EDPR Roménia Fotovoltaico (8.801 milhares de Euros), Grupo EDPR Itália (2.520 milhares de Euros), Grupo EDPR Canadá (4.807 milhares de Euros) e Outros (4.478 milhares de Euros, dos quais 3.200 milhares de Euros relacionados com o Grupo EDPR Bélgica).

Testes de Imparidade do "goodwill" - Grupo EDPR

O goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos activos. O goodwill é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua actividade, pelo que, para determinar o valor recuperável do goodwill alocado a cada país, são agregadas as diferentes unidades geradoras de caixa (UGC) existentes em cada geografia.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de fluxos de caixa descontados. Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

A projecção dos fluxos de caixa futuros é baseada na vida útil dos parques eólicos (25 anos) sendo consistente com o método de depreciação actual. Esta projecção também considera os contratos "off-take" de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, para os activos com exposição ao mercado.

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são analisados como segue:

- Produção de energia: os "net capacity factors" usados em cada unidade geradora de caixa utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;
- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações aprovadas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil. Quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa.
- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que entrem em operação nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, as expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projecções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores.
- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terreno e os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos;

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

- Valor terminal — é utilizado como uma percentagem de 15% do valor inicial do investimento em cada parque eólico, actualizado à taxa de inflação esperada.

- Taxa de desconto: as taxas de desconto utilizadas reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR considerando os riscos específicos associados a cada unidade geradora de caixa apresentando as seguintes bandas de variação:

	2012	2011
Portugal e Espanha	7.0% - 7.1%	6.7%
Estados Unidos da América	5.5% - 6.8%	5.0% - 6.9%
Resto da Europa	5.9% - 8.2%	6.0% - 8.6%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou análises da sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efectuados, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Uma diminuição de 2,1% no "net capacity factor" nos Estados Unidos da América;
- Uma diminuição de 10% nos preços de mercado nos Estados Unidos da América;
- Uma diminuição de até 10% no valor terminal na Europa.

Adicionalmente, o Grupo EDPR realizou uma análise de sensibilidade adicional aumentando em 100 pontos base a taxa de desconto utilizada no caso base para a EDPR NA e EDPR EU. Estas análises de sensibilidade, realizadas para cada pressuposto independentemente, não determinaram a existência de indícios de imparidade no valor do "goodwill" alocado a cada país.

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Investimentos em associadas:		
Investimentos financeiros em associadas	47.473	51.381
Valor contabilístico	47.473	51.381

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

O detalhe dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	
	Valor Bruto	Imparidade
Empresas associadas:		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.498	-
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	9.933	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	9.908	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	7.043	-
Outros	6.091	-
	47.473	-

Milhares de Euros	31 Dez 2011	
	Valor Bruto	Imparidade
Empresas associadas:		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.951	-
Desarrollos Eólicos de Canarias, S.A.	12.372	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	10.696	-
Parque Eólico Sierra del Madero S.A.	5.040	-
Outros	8.322	-
	51.381	-

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A movimentação dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	51.381	45.871
Aquisições	-	13.592
Alienações	-2.389	-3
Resultados de associadas	6.833	4.796
Dividendos recebidos	-3.512	-3.412
Diferenças de câmbio	42	1.419
Alterações no método de consolidação	-	-4.790
Outros	-4.882	-6.092
Saldo em 31 de Dezembro	47.473	51.381

As alienações estão relacionadas com a venda pela Generaciones Especiales I, S.L. da sua participação financeira na Hidroastur S.A., incluída na rubrica de Outros investimentos em associadas (ver nota 5).

19. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	8.636	8.847
Outros	771	771
	9.407	9.618

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são idênticos aos utilizados no teste de imparidade.

A percentagem de capital social, direitos de voto, activo líquido e resultado líquido das últimas demonstrações financeiras aprovadas dos investimentos financeiros disponíveis para venda, analisam-se como segue:

	Sede	% do capital	Direitos de voto	Activo Líquido	Resultado Líquido
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid	17,00%	17,00%	27.122	3.772

20. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS E PASSIVOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Prejuízos fiscais reportáveis	632.050	540.156	-	-
Provisões	11.497	7.796	4.896	-
Instrumentos financeiros derivados	15.720	13.091	361	49
Activos fixos tangíveis	24.662	19.646	315.013	225.121
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	418.434	425.145
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	251.786	271.959
Encargos financeiros não dedutíveis	16.230	-	-	-
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-611.281	-543.013	-611.281	-543.013
Outros	500	17.882	1.383	2.207
	89.378	55.558	380.592	381.468

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos activos e passivos estão essencialmente relacionados com a Europa e os Estados Unidos da América, tal como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Europa:				
Prejuízos fiscais reportáveis	24.541	19.733	-	-
Provisões	8.821	7.468	4.896	-
Instrumentos financeiros derivados	15.953	7.285	361	49
Activos fixos tangíveis	22.316	19.646	15.142	1.098
Encargos financeiros não dedutíveis	16.230	-	-	-
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	331.673	351.780
Outros	500	1.098	1.342	2.207
	88.361	55.230	353.414	355.134
Estados Unidos da América:				
Prejuízos fiscais reportáveis	606.550	520.423	-	-
Provisões	2.356	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-233	5.806	-	-
Activos fixos tangíveis	2.346	-	299.803	224.023
Alocação de justos valores a activos e passivos	-	-	81.288	66.902
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	251.786	271.959
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-611.019	-543.013	-611.019	-543.013
Outros	-	16.784	-	-
	-	-	21.858	19.871

Os movimentos dos impostos diferidos activos e passivos líquidos durante o exercício é analisado como se segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo inicial	55.558	38.519	-381.468	-371.600
Dotação a resultados	27.257	18.417	11.928	-16.563
Dotação a reservas	8.621	-1.107	1.173	2
Alterações na taxa de imposto e outros movimentos	-2.058	-271	-12.225	6.693
	89.378	55.558	-380.592	-381.468

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Data limite de reporte:		
2012	-	352
2013	249	249
2014	264	239
2015	108	7 556
2016	1.505	20 882
2017	3.649	742
2018 to 2032	1.659.359	1 363 370
Sem data limite de reporte	268.983	275 396
	1.934.117	1.668.786

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

21. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Adiantamentos por conta de compras	5.547	8.344
Produtos acabados e intermédios	3.469	12.194
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	7.193	3.213
	16.209	23.751

A rubrica de Produtos acabados e intermédios respeita, na sua maioria, a parques eólicos em construção.

22. CLIENTES

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Clientes curto prazo - Corrente:		
Europa:		
Espanha	67.141	64.424
Roménia	26.467	5.440
Polónia	13.356	12.420
Portugal	12.210	11.803
Resto da Europa	15.798	15.451
	134.972	109.538
Estado Unidos da América	42.575	31.660
Outros	4.054	6.344
	181.601	147.542
Perdas por imparidade	-1.342	-1.437
	180.259	146.105

23. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	7.140	6.775
Serviços prestados	10.648	5.167
Adiantamentos a fornecedores	49.516	45.445
Outros devedores e operações diversas	36.861	22.642
	104.165	80.029
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente:		
Custos diferidos (Grupo EDPR Portugal)	42.809	44.715
Outros devedores e operações diversas	12.344	19.496
	55.153	64.211
	159.318	144.240

Os Custos diferidos (Grupo EDPR Portugal) - Não corrente respeitam a rendas antecipadas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos são diferidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores inclui essencialmente os adiantamentos a fabricantes de equipamentos e a fornecedores.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

24. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de **Outros devedores e outros activos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Outros devedores e outros activos - Corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	302.214	324.242
Instrumentos financeiros derivados	7.323	9.430
Garantias e depósitos caucionados	15.067	14.943
Outros devedores e operações diversas	10.605	30.631
	335.209	379.246
Outros devedores e outros activos - Não Corrente:		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	236.196	123.560
Garantias e depósitos caucionados	48.484	45.828
Instrumentos financeiros derivados	5.145	8.650
Outros devedores e operações diversas	9.828	7.286
	299.653	185.324
	634.862	564.570

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem 62.138 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP Servicios Financieros España, S.A., 189.114 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 198.713 milhares de Euros) relativos a empréstimos concedidos pela EDP Renováveis, S.A. à EDP, S.A. - Sucursal en España, 7.896 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 99.324 milhares de Euros) de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal, S.A. à ENEOP — Eólicas de Portugal, S.A. e 28.244 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 19.920 milhares de Euros) de empréstimos concedidos pela EDPR Europe, S.L. à EDP, S.A. - Sucursal en España.

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não corrente incluem essencialmente 232.200 milhares de Euros de empréstimos concedidos pela EDP Renováveis Portugal S.A. ao Grupo ENEOP (31 de Dezembro de 2011: 117.880 milhares de Euros).

A rubrica Garantias e depósitos caucionados - Não corrente está relacionada com os depósitos bancários constituídos de forma a assegurar o cumprimento das responsabilidades associadas aos "project finance" de determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

25. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	16.243	15.163
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	33.610	21.738
Outros impostos	5.236	4.387
	55.089	41.288

26. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Numerário:		
Caixa	2	2
Depósitos Bancários:		
Depósitos à ordem	240.667	188.607
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	65	24.636
Outros depósitos	5.103	6.677
	245.835	219.920
Caixa e equivalentes de caixa	245.837	219.922

Em 2012 foram realizadas liquidações a parcerias institucionais.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

27. CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As acções estão sob a forma de acções ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas acções e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

As empresas que detêm directa ou indirectamente pelo menos 10% do capital social da EDP Renováveis em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de órgãos sociais:

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº de acções	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros(*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	872.308.162	100,00%	100,00%

(*) Acções cotadas na Euronext de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das acções detidas nas suas participadas EDPR NA e EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	126.266	88.604
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em milhares de Euros	126.266	88.604
Nº médio ponderado de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,10
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,14	0,10
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,14	0,10
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários em Euros	0,14	0,10

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-
Número médio de acções realizadas	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

28. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Reservas		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-46.185	-14.118
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	4.446	4.575
Diferença cambial de consolidação	-32.646	-31.002
	-74.385	-40.545
Outras reservas e resultados acumulados:		
Resultados acumulados	372.944	286.175
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	24.592	18.690
	458.202	365.531
	383.817	324.986

Reserva de primeira consolidação

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2012 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	50.838.439,82
Distribuição	
Reserva legal	5.083.843,98
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	10.862.269,36
	50.838.439,82

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A aplicação do resultado do exercício de 2011 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual de 13 de Abril de 2012, foi a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	59.018.372,50
Distribuição	
Reserva legal	5.901.837,25
Resultados acumulados	53.116.535,25
	59.018.372,50

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

Milhares de Euros

Saldo em 1 de Janeiro de 2011	10.980
Sociedad Eólica de Andalucía	-7.725
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	1.320
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	4.575
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-129
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	4.446

Diferença cambial de consolidação

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2012		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2011	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar americano	USD	1,319	1,285	1,294	1,392
Zloty	PLN	4,074	4,185	4,458	4,121
Real brasileiro	BRL	2,704	2,508	2,416	2,327
Lei	RON	4,445	4,459	4,323	4,239
Libra Esterlina	GBP	0,816	0,811	0,835	0,868
Dólar canadiano	CAD	1,314	1,284	1,322	1,376

29. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Interesses não controláveis de resultados	9.784	2.020
Interesses não controláveis de capital e de reservas	315.384	124.539
	325.168	126.559

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Grupo EDPR NA	176.825	-
Grupo EDPR EU	115.389	115.937
Grupo EDPR BR	32.954	10.622
	325.168	126.559

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis está essencialmente relacionado com: (i) os resultados atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 9.784 milhares de Euros; (ii) alienação sem perda de controlo da Vento II (Grupo EDPR NA) tendo gerado interesses não controláveis de 176.761 milhares de Euros (ver nota 5); (iii) aumentos de capital atribuíveis a interesses não controláveis da EDP Renováveis Brasil, S.A. de 26.443 milhares de euros; (iv) dividendos pagos pela EDPR EU a interesses não controláveis, no montante de 4.805 milhares de Euros; (v) diferenças de conversão cambial negativas atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 6.861 milhares de Euros; (vi) efeito da redução da reserva de justo valor atribuível a interesses não controláveis no montante de 5.453 milhares de Euros.

30. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Dívida financeira - Corrente		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	77.777	66.876
Grupo EDPR BR	17.709	59.165
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	113.644	-
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	1.763	2.061
Grupo EDPR NA	1.122	1.050
Juros a pagar	5.222	5.902
	217.237	135.054
Dívida financeira - Não Corrente		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	718.681	588.353
Grupo EDPR BR	73.501	91.997
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	2.843.114	2.986.433
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	20.521	21.893
Grupo EDPR NA	1.266	2.392
	3.657.083	3.691.068
	3.874.320	3.826.122

A Dívida financeira - Não corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.843.114 milhares de euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 6 anos e vencem juros à taxa fixa.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2012, estes financiamentos ascendiam a 815.562 milhares de euros (670.840 milhares de Euros em 31 Dezembro 2011), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A análise da rubrica de Dívida financeira, por maturidade, é apresentada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Empréstimos bancários:		
Até 1 ano	100.270	129.512
De 1 ano a 5 anos	319.176	295.382
A mais de 5 anos	473.006	384.968
	892.452	809.862
Suprimentos obtidos:		
Até 1 ano	114.082	2.431
De 1 ano a 5 anos	241.000	241.000
A mais de 5 anos	2.602.114	2.745.433
	2.957.196	2.988.864
Outros empréstimos:		
Até 1 ano	2.885	3.111
De 1 ano a 5 anos	21.787	24.285
A mais de 5 anos	-	-
	24.672	27.396
	3.874.320	3.826.122

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
	Valor Contab.	Valor Mercado	Valor Contab.	Valor Mercado
Dívida financeira - Corrente	217.237	217.237	135.054	135.054
Dívida financeira - Não corrente	3.657.083	3.468.395	3.691.068	3.262.999
	3.874.320	3.685.632	3.826.122	3.398.053

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (Não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (Corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

Milhares de Euros	Total	2013	2014	2015	2016	2017	Anos seguintes
Dívida financeira - Corrente	217.237	217.237	-	-	-	-	-
Dívida financeira - Não corrente	3.657.083	-	102.890	84.135	329.892	65.046	3.075.120
	3.874.320	217.237	102.890	84.135	329.892	65.046	3.075.120

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 38 das demonstrações financeiras consolidadas.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda, é apresentado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Empréstimos em Euros	2.173.786	2.035.563
Empréstimos em Dólares Americanos	1.508.329	1.538.832
Empréstimos em outras moedas	192.205	251.727
	3.874.320	3.826.122

31. PROVISÕES

A rubrica de **Provisões** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	63.336	57.694
Provisão para outros riscos e encargos	267	288
	63.603	57.982

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A rubrica Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos a serem incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui 37.652 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2011: 34.523 milhares de Euros), 15.968 milhares de Euros para parques eólicos em Espanha (31 de Dezembro de 2011: 14.507 milhares de Euros), 4.087 milhares de Euros para parques eólicos em Portugal (31 de Dezembro de 2011: 3.768 milhares de Euros), 874 milhares de Euros para parques eólicos no Brasil (31 de Dezembro de 2011: 896 milhares de Euros), 1.879 milhares de Euros para parques eólicos em França (31 de Dezembro de 2011: 1.622 milhares de Euros), 1.498 milhares de Euros para parques eólicos na Roménia (31 de Dezembro de 2011: 1.165 milhares de Euros), 1.030 milhares de Euros para parques eólicos na Polónia (31 de Dezembro de 2011: 886 milhares de Euros) e 348 milhares de Euros para parques eólicos na Bélgica (31 de Dezembro de 2011: 327 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	57.694	53.156
Reforço da responsabilidade	3.092	452
Efeito financeiro do desconto ("unwinding")	3.366	2.995
Outras variações e diferenças cambiais	-816	1.091
Saldo no final do exercício	63.336	57.694

O Reforço da responsabilidade inclui o efeito da actualização dos pressupostos da provisão para desmantelamento.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	288	631
Redução do exercício	-3	-266
Outras variações e diferenças cambiais	-18	-77
Saldo no final do exercício	267	288

32. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

A rubrica **Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	737.598	773.252
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	942.155	1.010.609
	1.679.753	1.783.861

O movimento de Investidores Institucionais em parques eólicos nos EUA é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	1.783.861	1.632.418
Recebimentos dos investidores institucionais	-	153.192
Pagamentos realizados por custos de transacção diferidos	-176	-871
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-14.983	-11.966
Outros proveitos operacionais (ver nota 7)	-127.350	-111.610
"Unwinding" (ver nota 13)	68.431	62.538
Diferenças cambiais	-32.601	60.160
Outros	2.571	-
Saldo no final do exercício	1.679.753	1.783.861

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, aos investidores.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Conforme referido na nota 2 a), o Grupo alterou a apresentação dos custos de transacção diferidos relativos a parcerias institucionais nos EUA e passou a deduzi-los nesta rubrica. Em exercícios anteriores, os montantes destes custos diferidos eram incluídos em Outros devedores e outros activos - Não corrente. Em conformidade com a IAS 1, o Grupo reexpressou retrospectivamente o comparativo de 2011. Desta forma, o Grupo reclassificou 12.948 milhares de Euros a 31 de Dezembro de 2011 de Outros devedores e outros activos - Não corrente - Outros devedores e operações diversas para a rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

Em 2011, o Grupo EDPR, através da sua subsidiária EDPR NA, obteve 116 milhões de dólares americanos (aproximadamente 83 milhões de Euros) de financiamento de capital institucional do Bank of America Corporation e do Paribas North America em troca de uma participação no portfólio da Vento IX e 124 milhões de dólares americanos, dos quais 97 milhões de dólares americanos (aproximadamente 70 milhões de Euros) realizados antecipadamente, pelo financiamento de capital institucional da JPM Capital Corporation e da Wells Fargo Wind Holdings em troca de uma participação no portfólio da Vento X.

33. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	78.341	82.972
Fornecedores de imobilizado	579.540	582.280
Férias, subsídios de férias e outros encargos com trabalhadores	14.999	20.584
Outros credores e operações diversas	31.730	21.754
	704.610	707.590
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não Corrente:		
Subsídios governamentais e participações para invest. imobilizado	323.763	339.209
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	49.449	61.663
Outros credores e operações diversas	3.291	3.361
	376.503	404.233
	1.081.113	1.111.823

Os subsídios governamentais para investimentos em imobilizado estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América (ver nota 1).

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de Dólares Americanos, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos operacionais (ver nota 8).

34. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de **Outros credores e outros passivos** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Outros credores e outros passivos - Corrente:		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	11.663	207
Instrumentos financeiros derivados	63.079	129.582
Credores - Empresas do grupo	37.700	37.891
Outros credores e operações diversas	45.434	21.439
	157.876	189.119
Outros credores e outros passivos - Não Corrente:		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	39.496	48.053
Credores - Empresas do grupo	30.864	31.103
Instrumentos financeiros derivados	182.318	106.115
Outros credores e operações diversas	6.146	3.979
	258.824	189.250
	416.700	378.369

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A rubrica Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas - Não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar pela aquisição da EDPR Itália, do Relax Wind Group, EDPR Romênia, Greenwind, Elektrownia Wiatrowa Kresy, Bodzanow, Strarozreby, Wyszorod, Elebrás e de empresas fotovoltaicas detidas pela EDPR-RO-PV, S.R.L (ver nota 5).

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados — Corrente e Não corrente inclui 128.493 e 41.369 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2011: 129.276 e 79.184 milhares de Euros, respectivamente), relativos a um instrumento de cobertura em dólares americanos e Euros com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em dólares americanos (ver nota 36).

Outros credores e operações diversas — Corrente inclui 35.220 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 18.148 milhares de Euros) relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento.

Adicionalmente, as rubricas Outros credores e operações diversas — Corrente e Não corrente incluem os montantes de 3.572 e 4.213 milhares de Euros, respectivamente, relacionados com interesses não controláveis (31 de Dezembro de 2011: 3.356 e 756 milhares de Euros).

De acordo com a Lei espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o Grupo divulgou o detalhe dos pagamentos efectuados pelas empresas espanholas a fornecedores durante o ano de 2012 (distinguindo aqueles que excederam os limites legais de prorrogação), o prazo médio de pagamentos, os saldos em dívida a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 com antiguidade superior ao limite legal, que se apresentam como segue:

Milhares de Euros	Pagamentos e pagamentos fora do prazo legal à data de			
	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
	Montante	%	Montante	%
Dentro do prazo legal	197.375	82,28%	200.088	48,19%
Remanescente	42.503	17,72%	215.150	51,81%
Total de pagamentos do ano	239.878	100,00%	415.238	100,00%
Prazo médio de pagamentos (dias)	66,55		31,76	
Valores a pagar já vencidos relativamente ao período legal	16.212		27.873	

A 31 de Dezembro de 2012, o saldo de fornecedores cuja data de vencimento excede o limite legal inclui 10.560 milhares de Euros relativos a empresas do Grupo (31 de Dezembro de 2011: 22.165 milhares de Euros).

Esta lei fixa em 75 dias o prazo legal máximo de pagamento para 2012 e em 85 dias para 2011. A EDP Renováveis aplicou este critério na preparação das divulgações exigidas pela Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC (Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas) relativamente a dívidas vencidas a fornecedores comerciais e, conseqüentemente, a informação relativa a 2012 e 2011 não é directamente comparável.

35. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	17.283	8.838
Retenções na fonte	18.193	24.026
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	17.877	15.320
Outras tributações	3.490	3.232
	56.843	51.416

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment hedge").

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

A 31 de Dezembro de 2012, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	3.646	-170.296	1.132.501	122.412	693.674	1.948.587
	<u>3.646</u>	<u>-170.296</u>	<u>1.132.501</u>	<u>122.412</u>	<u>693.674</u>	<u>1.948.587</u>
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow hedge"						
"Swaps" de energia	5.589	-3.316	230.797	98.354	-	329.151
"Swaps" de taxa de juro	-	-54.288	120.888	187.975	270.335	579.198
	<u>5.589</u>	<u>-57.604</u>	<u>351.685</u>	<u>286.329</u>	<u>270.335</u>	<u>908.349</u>
Negociação						
"Swaps" de energia	3.233	-3.324	19.012	898	-	19.910
"Swaps" de taxa de juro	-	-172	470	1.881	470	2.821
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-1.045	-	57.000	-	57.000
"Forwards" de moeda	-	-12.956	428.744	9.290	-	438.034
	<u>3.233</u>	<u>-17.497</u>	<u>448.226</u>	<u>69.069</u>	<u>470</u>	<u>517.765</u>
	<u>12.468</u>	<u>-245.397</u>	<u>1.932.412</u>	<u>477.810</u>	<u>964.479</u>	<u>3.374.701</u>

A 31 de Dezembro de 2011, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nacional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de "Net investment"						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	7.807	-208.460	1.132.501	77.008	693.674	1.903.183
	<u>7.807</u>	<u>-208.460</u>	<u>1.132.501</u>	<u>77.008</u>	<u>693.674</u>	<u>1.903.183</u>
Cobertura de fluxos de caixa "Cashflow hedge"						
"Swaps" de energia	5.961	-29	61.500	1.098	-	62.598
"Swaps" de taxa de juro	5	-26.931	41.846	184.337	198.763	424.946
	<u>5.966</u>	<u>-26.960</u>	<u>103.346</u>	<u>185.435</u>	<u>198.763</u>	<u>487.544</u>
Negociação						
"Swaps" de energia	2.251	-277	2.101	551	-	2.652
"Forwards" de moeda	2.056	-	38.803	-	-	38.803
	<u>4.307</u>	<u>-277</u>	<u>40.904</u>	<u>551</u>	<u>-</u>	<u>41.455</u>
	<u>18.080</u>	<u>-235.697</u>	<u>1.276.751</u>	<u>262.994</u>	<u>892.437</u>	<u>2.432.182</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 24) ou Outros credores e outros passivos (nota 34) consoante a sua natureza.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos ("net investment") dizem respeito ao CIRS ("Currency interest rate swap") em USD e Euros contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 38 e 39. O justo valor é calculado com base em modelos internos, conforme descrito na nota 39. Os derivados de cobertura de investimento líquido incluem ainda CIRS em PLN e BRL com a EDP, com o objectivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis na Polónia e no Brasil.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram "swaps" de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

: demonstrações financeiras :

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo (ver nota 4), mas que não são elegíveis nos termos nas IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública.

As variações de justo valor, incluindo juros corridos, dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Instrumento de cobertura	Risco coberto	31 Dez 2012		31 Dez 2011	
			Variações justo valor Instrum.	Riscos	Variações justo valor Instrum.	Riscos
"Net Investment"	"Swaps" de taxa de juro e moeda	Subsidiárias em USD, PLN e BRL	34.014	-33.410	-55.530	55.530
"Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Taxa de juro	-33.953	-	-15.999	-
"Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço de energia	-3.670	-	6.219	-
"Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Taxa de câmbio	-	-	2.789	-
			-3.609	-33.410	-62.521	55.530

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	-24.458	-13.632
Variações de justo valor		
"Swaps" de taxa de juro	-33.659	-16.333
"Swaps" de energia	-5.449	6.110
"Forwards" de moeda	-	2.789
Empréstimos como cobertura de instrumentos (certificados verdes)	-4.487	-
Transferências para resultados	-2.249	-4.502
Ineficácia	-	1
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	7.375	1.109
Efeito da venda sem perda de controlo (Vento II)	-1.473	-
Saldo no final do exercício	-64.400	-24.458

No decurso do terceiro trimestre de 2012, a EDPR adoptou a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, com o objectivo da cobertura do risco cambial da venda futura dos certificados verdes atribuídos aos parques eólicos Cernavoda e Pestera na Roménia. Os preços de venda estão indexados às taxas de câmbio EUR/RON para os quais foram eleitos como instrumentos de cobertura os empréstimos em Euros obtidos em regime de "project finance" para esses projectos.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados dos exercício de 2012 e 2011 são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Cobertura de "Net investment" - ineficácia	604	-
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	944	3.117
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas	1.305	1.385
Ineficácia	-	-1
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	-12.363	2.653
	-9.510	7.154

O montante de Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no Volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em Proveitos financeiros e Custos financeiros, respectivamente (ver nota 13).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2012 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
Contratos de taxa de juro			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[1,36% - 5,01%]	[0,18% - 0,75%]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,22%
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[0,35% - 4%]	[0,2% - 3,9%]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/BRL	[5,38% - 5,65%]	[0,19% - 0,22%]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[3,16% - 3,84%]	0,19%

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2011 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
Contratos de taxa de juro			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[2,68% - 5,01%]	[1,43% - 1,81%]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,90%
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[1,48% - 2,83%]	[2,17% - 3,47%]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[3,91% - 4,03%]	1,39%

37. COMPROMISSOS

A 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os compromissos assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Garantias de carácter financeiro		
Grupo EDPR NA	3.411	3.478
Grupo EDPR EU	-	2.178
	3.411	5.656
Garantias de carácter operacional		
EDP Renováveis, S.A.	762.197	655.213
Grupo EDPR NA	368.113	408.147
Grupo EDPR EU	69.285	36.954
Grupo EDPR BR	9.215	100
	1.208.810	1.100.414
Total	1.212.221	1.106.070
Garantias reais	14.065	16.512

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estes financiamentos totalizavam, respectivamente, 815.562 milhares de Euros e 670.840 milhares de Euros, montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo.

Adicionalmente a EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destes financiamentos aos investidores institucionais para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA. A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas responsabilidades ascendiam a 901.301 milhares de Euros e 942.123 milhares de Euros, respectivamente (montantes já considerados na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os compromissos por dívidas financeiras (que figuram na demonstração da posição financeira), as rendas vincendas de locações operacionais e as restantes obrigações de compra (que não figuram na demonstração da posição financeira) são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	4.881.982	278.215	537.579	735.867	3.330.321
Rendas vincendas de locações operacionais	978.488	37.759	77.249	76.600	786.880
Obrigações de compra	686.894	369.037	144.244	43.511	130.102
	6.547.364	685.011	759.072	855.978	4.247.303

Milhares de Euros	31 Dez 2011				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	5.184.933	326.786	545.454	515.460	3.797.233
Rendas vincendas de locações operacionais	918.874	35.694	72.745	70.520	739.915
Obrigações de compra	1.619.040	906.488	669.351	23.917	19.284
	7.722.847	1.268.968	1.287.550	609.897	4.556.432

As obrigações de compra incluem, essencialmente, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na Quinze Mines (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 17 de Julho de 2014 e 17 de Julho de 2016 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR FR, uma opção de compra de 51% sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR FR. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 6,48% do capital social da EDPR Itália, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 6,48% do capital social da EDPR Itália, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação. O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:

- quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
- quando a EDPR Itália conseguir construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galilea e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento.

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019.

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

38. PARTES RELACIONADAS

O número de ações detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

	31 Dez 2012	31 Dez 2011
	N.º de ações	N.º de ações
Conselho de Administração Executivo		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	12.370	10.505
Gabriel Alonso Imaz	26.503	18.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	1.200	-
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
	53.773	42.708

De acordo com o previsto no artigo 229º da Ley de Sociedades de Capital (Código das Sociedades Comerciais Espanhol), os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram e o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Em cumprimento com o artigo 229º da Ley de Sociedades Anónimas, os membros e as partes relacionadas da administração do accionista maioritário declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

Membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
António Luís Guerra Nunes Mexia	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
João Manuel Manso Neto:	
Naturgás Energia, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eléctrica de La Ribera del Ebro, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidrocantábrico Energia, S.A.U.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Energia Ibérica S.A.	Membro do Conselho de Administração
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Finance BV	Representante
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Imobiliária e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Energia RE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Sãvida - Medicina Apoiada, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Soc.Unip.Lda	Gerente

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP — Ásia Investimentos e Consultoria, Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP — Ásia Soluções Energéticas Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Finance BV	Representante
Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Manuel Menéndez Menéndez:	
Naturgás Energía, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira:	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes — Energia Eólica, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada LP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDPR Renewables Canada GP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
SBWF GP Inc.	Membro do Conselho de Administração
South Branch Wind Farm Inc.	Membro do Conselho de Administração
Eolia Renewable Energy Canada Inc.	Membro do Conselho de Administração
0867242 B.C. Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros S.L.U	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
João Paulo Nogueira Sousa Costeira:	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.U	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes — Energia Eólica, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Eólica de Montenegro, S.A.	Membro do Conselho de Administração
ENEOP 2 — Exploração de Parques Eólicos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Romania, Srl	Membro do Conselho de Administração
Cernavoda Power, Srl	Membro do Conselho de Administração
Greenwind, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables France, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Centrale Eolienne Neo Truc de l'Homme, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Vafines	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien du Clos Bataille	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de Varimpre	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Bocages	Gerente
Parc Eolien des Longs Champs	Gerente
Socpe de la Mardelle	Gerente
Socpe de la Vallée du Moulin	Gerente
Socpe de Sauvageons	Gerente
Socpe des Quinze Mines	Gerente
Socpe Le Mée	Gerente
Socpe Petite Pièce	Gerente
CE Canet Pont de Salars SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Gueltas Noyal Pontivy	Presidente do Conselho de Administração
CE Patay SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Saint Barnabé SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Segur SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts de la Madeleine Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts du Forez Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Calengeville, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Neo Plouvien, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de la Hetroye, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Saugueuse, SARL	Gerente
Eolienne des Bocages, SARL	Gerente
Eolienne d'Étalondes, SARL	Gerente
Parc Eolien d'Ardennes, SARL	Gerente
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Gerente
Parc Eolien de Roman, SARL	Gerente
EDP Renewables Polska SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park I SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park III SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Italia, Srl	Membro do Conselho de Administração
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação S.A.	Presidente do Conselho de Administração

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Membro do Órgão Social	Cargo ocupado
Empresa	
Gabriel Alonso Imaz:	
EDP Renewables Canada, Ltd.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables North America, LLC e subsidiárias (ver anexo I)	Presidente do Conselho de Administração
American Wind Energy Association	Administrador Executivo

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com atividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

Membro do Órgão Social	Número de acções
Empresa	
António Luís Guerra Nunes Mexia:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	41.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Manso Neto:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	125.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	3.878
Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	7.880
Iberdrola	27
Teresa Sancho, parte relacionada de Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	7.881
Iberdrola	26
João Manuel de Mello Franco:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	980
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379

Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

Com referência em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Presidente	566.821	551.362
Vogais	396.666	512.083
	963.487	1.063.445

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Ana Maria Fernandes renunciou ao cargo de CEO e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDPR a 28 de Fevereiro de 2012. A remuneração (variável e fixa) acima mencionada diz respeito apenas aos meses de 2012 em que exerceu essas funções e aos acertos pagos em Fevereiro de 2013. A 28 de Fevereiro de 2012, João Manso Neto foi nomeado CEO na qualidade de Consejero Delegado e Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDPR. De forma a aumentar a transparência e fomentar as boas práticas de governo societário, e garantindo um tratamento consistente a João Manso Neto face aos restantes membros dos órgãos sociais, a Comissão de Vencimentos propôs ao Conselho de Administração (que deu a sua aprovação) uma alteração à Política de Remunerações, no sentido de incluir a remuneração do CEO no "fee" de gestão no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva. A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adoptado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração directamente das empresas em que ocupam esses cargos, mas através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante de 1.295 milhares de euros (componentes fixa e variável) relativo a serviços de gestão prestados pela EDP em 2012 (2011: 380 milhares de Euros, remuneração fixa).

Adicionalmente, a remuneração dos membros da Comissão Executiva, que também são administradores e que recebem a sua remuneração como colaboradores da EDPR, excluindo o CEO, foi, em 2012, de 1.231 milhares de Euros (2011: 1.857 milhares de Euros).

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos aos administradores da sociedade nem aos principais directores.

Em 2012 e 2011, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos	Passivos	Valor Líquido
EDP Energias de Portugal, S.A.	7.027	14.500	-7.473
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	225.309	218.464	6.845
Empresas do Grupo Hidrocentríbrico (sector eléctrico)	49.875	1.568	48.307
Empresas associadas	256.353	-	256.353
Outras empresas do Grupo EDP	107.306	2.972.445	-2.865.139
	645.870	3.206.977	-2.561.107

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.956.758 milhares de Euros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos	Passivos	Valor Líquido
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.025	5.574	4.451
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	247.999	108.110	139.889
Empresas do Grupo Hidrocentríbrico (sector eléctrico)	46.370	1.746	44.624
Empresas associadas	224.114	2.169	221.945
Outras empresas do Grupo EDP	47.892	2.996.070	-2.948.178
	576.400	3.113.669	-2.537.269

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.986.433 milhares de Euros.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Custos operacionais	Custos financeiros
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.595	1.479	-3.310	-16.268
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	2.878	-12.196	-6.489
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	403.965	-	-4.470	-890
Empresas associadas	912	10.999	-	-1
Outras empresas do Grupo EDP	149.877	19.458	-5.826	-186.361
	565.349	34.814	-25.802	-210.009

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de electricidade ao comercializador de último recurso em Portugal, nos termos da legislação em vigor, e vendas de electricidade ao Grupo HC, que desempenha o papel de agente comercial do Grupo EDPR.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Custos operacionais	Custos financeiros
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	4.861	-11.285	-3.197
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	15.633	-8.368	-2.174
Empresas do Grupo Hidrocontábrico (sector eléctrico)	358.814	-	-4.994	-700
Empresas associadas	1.533	6.820	-	-69
Outras empresas do Grupo EDP	137.903	5.961	-6.992	-152.362
	498.250	33.275	-31.639	-158.502

Com o objectivo de cobrir o risco cambial da EDP Renováveis e da EDP Sucursal, o Grupo EDP contratou um "swap" de taxa de juro e moeda (CIRS) em dólares americanos e em Euros, entre a EDP Renováveis e a EDP Sucursal. Em cada período de reporte, o CIRS é reavaliado ao seu valor justo valor, o que corresponde a uma reavaliação à data da moeda estrangeira, resultando numa cobertura perfeita (reavaliação do investimento na EDPR NA e do financiamento externo em USD). O montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal a 31 de Dezembro de 2012 relacionado com este CIRS é de 169.862 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 208.460 milhares de Euros a pagar) (ver notas 34 e 36).

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a EDP, S.A. e a Hidrocontábrico concederam garantias financeiras (45.467 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2011: 57.272 milhares de Euros) e operacionais (375.772 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2011: 393.130 milhares de Euros) aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 37).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

39. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2012			31 Dez 2011		
	Moedas			Moedas		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	0,19%	0,31%	7,06%	1,36%	0,58%	10,41%
6 meses	0,32%	0,51%	7,09%	1,62%	0,81%	10,15%
9 meses	0,43%	0,69%	7,08%	1,79%	0,97%	10,04%
1 ano	0,54%	0,84%	7,14%	1,95%	1,13%	10,04%
2 anos	0,38%	0,39%	7,71%	1,31%	0,73%	10,48%
3 anos	0,44%	0,48%	8,19%	1,36%	0,82%	10,75%
5 anos	0,77%	0,83%	8,64%	1,72%	1,23%	10,98%
7 anos	1,12%	1,27%	9,00%	2,07%	1,64%	11,05%
10 anos	1,57%	1,81%	9,33%	2,38%	2,03%	11,22%

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor, são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição (nota 19).

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter" (OTC), o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

"Swap" de taxa de juro e moeda (CIRS) com a EDP Sucursal (nota 36)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13 e 24.

: demonstrações financeiras :

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Valor contab.	Justo valor	Diferença	Valor contab.	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	9.407	9.407	-	9.618	9.618	-
Clientes	180.259	180.259	-	146.105	146.105	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	159.318	159.318	-	144.240	144.240	-
Outros devedores e outros activos	622.394	622.394	-	546.490	546.490	-
Instrumentos financeiros derivados	12.468	12.468	-	18.080	18.080	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	389	389	-	211	211	-
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	245.837	245.837	-	219.922	219.922	-
	<u>1.230.072</u>	<u>1.230.072</u>	<u>-</u>	<u>1.084.666</u>	<u>1.084.666</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Dívida financeira	3.874.320	3.685.632	-188.688	3.826.122	3.398.053	-428.069
Fornecedores	657.881	657.881	-	665.252	665.252	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.679.753	1.679.753	-	1.783.861	1.783.861	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	99.469	99.469	-	107.362	107.362	-
Outros credores e outros passivos	171.303	171.303	-	142.672	142.672	-
Instrumentos financeiros derivados	245.397	245.397	-	235.697	235.697	-
	<u>6.728.123</u>	<u>6.539.435</u>	<u>-188.688</u>	<u>6.760.966</u>	<u>6.332.897</u>	<u>-428.069</u>

A EDP Renováveis enquadró a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

Milhares de Euros	31 Dezembro 2012			31 Dezembro 2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	9.407	-	-	9.618
Instrumentos financeiros derivados	-	12.468	-	-	18.080	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	389	-	-	211	-
	<u>-</u>	<u>12.857</u>	<u>9.407</u>	<u>-</u>	<u>18.291</u>	<u>9.618</u>
Passivos financeiros						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	7.785	-	-	4.112
Instrumentos financeiros derivados	-	245.397	-	-	235.697	-
	<u>-</u>	<u>245.397</u>	<u>7.785</u>	<u>-</u>	<u>235.697</u>	<u>4.112</u>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2012	31 Dez 2011	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Saldo no início do exercício	9.618	18.380	4.112	271.338
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	-211	2.070	-	-
Aquisições	-	-	3.572	3.356
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	101	-270.582
Alienações	-	-10.832	-	-
Transferências de / (para) Nível 3	-	-	-	-
Saldo no fim do exercício	9.407	9.618	7.785	4.112

Os credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções sobre interesses não controláveis.

40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

EDPR acorda com CTG primeiro investimento em participações minoritárias em parques eólicos

A 20 de Dezembro de 2012, a EDP Renováveis, S.A. ("EDPR"), sociedade detida em 77,5% pela EDP, chegou a um acordo com a China Three Gorges International (Hong Kong) Company Limited ("CTGI HK"), uma subsidiária controlada integralmente pela China Three Gorges ("CTG"), para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal, S.A. ("EDPR PT") e de 25% dos suprimentos realizados a esta sociedade, por um preço global de 359 milhões de Euros.

A transacção está sujeita à prévia obtenção de autorizações regulatórias das entidades competentes, sendo esperada a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2013.

O perímetro da transacção abrange 615 MW de parques eólicos em operação em Portugal, com uma vida média de 6 anos, assim como 29 MW em desenvolvimento, que beneficiam de uma remuneração em regime de "feed-in-tariff", definida pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005, artigo 4. Esta transacção corresponde a uma venda a interesses não controláveis, sem perda de controlo, em 2013 de acordo com a política contabilística 2 b).

Esta transacção insere-se no âmbito da parceria estratégica EDP/CTG acordada em Dezembro de 2011 e que se iniciou em Maio de 2012.

Governo Espanhol publica Real Decreto-Lei com alterações regulatórias para o sector eléctrico

A 2 de Fevereiro de 2013, o Governo espanhol publicou no Boletim Oficial do Estado o Real Decreto-Lei 2/2013 ("RDL 2/2013") que inclui um conjunto de alterações regulatórias aplicáveis ao sector eléctrico, afectando os activos de energia eólica.

As principais alterações regulatórias que o RDL 2/2013 apresenta face ao Real Decreto 661/2007 com impacto na EDP Renováveis, S.A. ("EDPR"), e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, são as seguintes:

- O valor do incentivo no regime de mercado + prémio foi fixado em 0,00€/kWh;
- As instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial, que estejam actualmente a ser remuneradas de acordo com a opção de mercado + prémio, podiam escolher, até 15 de Fevereiro de 2013, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013, se queriam ou não continuar a operar no regime mercado + prémio (isto é, vender a sua electricidade ao preço de mercado). Se não tiver sido tomada nenhuma decisão até essa data, todas as instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial seriam automaticamente incluídas no regime de tarifa regulada. Adicionalmente, o Real Decreto 2/2013 estabelece que um operador que opte por vender energia no regime mercado + prémio não pode futuramente optar pelo regime de tarifa regulada.
- O índice utilizado para a actualização anual de todas as actividades reguladas do sector eléctrico será a inflação anual excluindo produtos energéticos e alimentares, e qualquer impacto de alterações de impostos.

O Governo Espanhol não introduziu quaisquer alterações em relação ao objectivo das energias renováveis para 2020 em Espanha.

À data do fecho das contas de 2012, o Conselho de Administração da EDPR encontra-se a avaliar o impacto das alterações regulatórias mencionadas anteriormente nos fluxos de caixa do portfolio espanhol. Neste contexto, é razoável esperar que essas alterações unilaterais introduzidas pelo governo espanhol através do RD-L 2/2013 tenham um impacto significativo a partir de 2013 por via da redução dos fluxos de caixa dos projectos e reduzindo a rentabilidade dos activos espanhóis. Como resultado, a EDPR continuará a fomentar o diálogo de forma a negociar uma solução mas mantendo em aberto outras vias. Uma análise de sensibilidade preliminar aos testes de imparidade não resultaria em impactos significativos nas contas consolidadas da EDPR.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Reavaliação de activos em Espanha

Em 27 de Dezembro, o Governo Espanhol publicou a Lei 16/2012 que inclui diversas medidas tributárias direccionadas à consolidação das finanças públicas e ao incentivo da actividade económica e que incorpora alterações relevantes no Imposto sobre o Rendimento, nomeadamente a opção, para os sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento, de realizar uma reavaliação dos seus activos. A Gestão encontra-se actualmente a analisar a possibilidade e os potenciais impactos da reavaliação dos seus activos em 2013.

41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, podem ser analisadas como segue:

Annual Improvement Project

Em Maio de 2012, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. As alterações são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua aplicação antecipada permitida.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A alteração clarifica a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida, sempre que se efectue reexpressões retrospectivas, reclassificações ou alterações às políticas contabilísticas. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do exercício anterior.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis. A alteração efectuada a esta norma esclarece que se os equipamentos de serviço cumprem com a definição de activo fixo tangível não devem ser classificados em inventários.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A alteração clarifica que os impostos relacionados com a distribuição de dividendos e detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar. As alterações efectuadas alinham as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares, permitindo que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como activos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adopção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Novembro de 2009 a IFRS 9 — Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em Outubro de 2010, não foi ainda adoptada pela União Europeia.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta estes activos financeiros e dos fluxos de caixa contratados a cada activo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida e que uma entidade detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital no seu reconhecimento inicial e registar as variações de justo valor subsequentes e as mais ou menos-valias realizadas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas reconhecidos em reservas não podem ser reclassificados para resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam reconhecidos desta forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício em que são recebidos.
- não há excepção que permita valorizar ao custo os investimentos em partes de capital não cotados e os derivados relacionados. No entanto, existe orientação sobre as circunstâncias excepcionais em que o custo de um instrumento desse tipo poderá ser uma aproximação adequada ao seu justo valor;
- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no Rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados, substituindo a IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Esta norma estabelece um modelo único a ser aplicado na avaliação da existência de controlo sobre subsidiárias, em que um investidor detém controlo sobre uma subsidiária quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao poder sobre a mesma. Foi introduzido o conceito de "de facto control".

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 11 — Empreendimentos Conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspecto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, os quais passam a ser obrigatoriamente registados pelo método de equivalência patrimonial.

Nos termos desta norma, a estrutura de um empreendimento conjunto deixa de ser o principal factor na determinação do modelo de contabilização. A classificação de um empreendimento conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 12 — Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os activos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação detida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício;
- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas deve ser divulgada: (i) a natureza extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contratual com os outros investidores; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas;
- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011 a IFRS 13 — Mensuração ao justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação a divulgar. Os principais aspectos considerados são os seguintes: (i) princípios do justo valor; (ii) técnicas de valorização apropriadas e hierarquia de justo valor e (iii) requisitos adicionais de informação a divulgar.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta norma.

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2012, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respectivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles
- os impostos da demonstração do rendimento integral devem ser alocados na mesma base.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) — Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "joint ventures" definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "joint ventures".

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IAS 32 — Instrumentos Financeiros: Apresentação, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Esta alteração clarifica as condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na posição financeira de uma entidade, como segue: (i) uma entidade tem o direito legal de efectuar a compensação dos montantes reconhecidos; e (ii) uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

42. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental e que se detalham como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2012	31 Dez 2011
Investimento na área do ambiente	3.174	1.910
	3.174	1.910

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 63.336 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2012 (57.694 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2011) (ver nota 31).

43. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e têm quatro segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo em Portugal, Espanha, resto da Europa e EUA. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características na sua maioria como consequência das diferentes regulamentações em cada zona. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

Outras operações incluem as empresas do subgrupo EDPR BR, os investimentos financeiros e restantes actividades (centrais de biomassa e mini-hídricas), que não estão incluídas nos segmentos reportáveis. Nenhum destes segmentos preenche os limites quantitativos para a determinação de segmentos reportáveis em 2012 ou 2011.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 2. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pelo CEO do Grupo. Os lucros de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Portugal - Inclui essencialmente empresas do grupo EDPR Portugal;
- Espanha - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade em Espanha;
- Resto da Europa - Inclui empresas do grupo EDPR EU com actividade na Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- Estados Unidos da América inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR NA com actividade no país;
- Outros - Inclui as empresas pertencentes ao grupo EDPR BR, EDPR Canadá, os investimentos financeiros e as restantes actividades (centrais de biomassa e mini-hídricas) não incluídas nos segmentos de negócio.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O segmento Ajustamentos diz respeito a ajustamentos de consolidação dos investimentos financeiros nas subsidiárias do Grupo EDPR e outros ajustamentos de consolidação e intra-segmento.

Definição de segmento

Os valores reportados em cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

A demonstração da posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio é determinada com base nos montantes registados directamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A demonstração dos resultados para cada segmento de negócio é determinada tendo por base os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das subsidiárias e respectivas unidades de negócio, corrigida da anulação das transacções intra-segmentos.

44. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2012 e 2011. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com a Lei 19/1988 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de euros):

	31 Dezembro 2012					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	177	634	68	791	411	2.081
Outros serviços de auditoria	40	54	-	31	12	137
	217	688	68	822	423	2.218
Serviços de Consultoria fiscal	-	164	-	32	-	196
Outros serviços	10	30	-	-	40	80
	10	194	-	32	40	276
Total	227	882	68	854	463	2.494

	31 Dezembro 2011					
	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	166	639	83	688	308	1.884
Outros serviços de auditoria	180	61	-	31	13	285
	346	700	83	719	321	2.169
Serviços de Consultoria fiscal	-	-	-	24	9	33
Outros serviços	9	-	-	-	-	9
	9	-	-	24	9	42
Total	355	700	83	743	330	2.211

45. Nota de tradução

Estas demonstrações financeiras constituem uma tradução livre da versão original emitida em Inglês em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). Em caso de eventuais discrepâncias, a versão original em Inglês prevalece sobre esta tradução.

ANEXO 1

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2012 e 2011, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Empresa-Matriz do Grupo e actividades conexas:						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-Matriz do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.A.	Oviedo	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Geografia Europa						
Espanha:						
EDP Renewables Europe, S.L. (Empresa-Matriz Europa)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	KPMG	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Saragoça	Não auditada	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	Não auditada	48,70%	60,63%	48,70%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ceprastur, A.I.E.	Oviedo	Não auditada	56,76%	56,76%	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	KPMG	75,83%	75,83%	75,83%	75,83%
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	95,08%	95,08%	95,08%	95,08%
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	83,96%	100,00%	83,96%	100,00%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	Não auditada	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renováveis Cantábria, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eneroliva, S.A.	Sevilha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	83,73%	83,73%	83,73%	83,73%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renovables España, S.L. (antiga Generaciones Especiales I, S.L.)	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	KPMG	59,59%	59,59%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	KPMG	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Eólica Muxía, S.L.	Corunha	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
NEO Energia Aragón, S.L.	Madrid	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Torre Madrìna, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic Molinars, S.L.	Girona	Não auditada	54,00%	90,00%	54,00%	90,00%
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eòlico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
Parque Eòlico Belchite, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eòlico La Sotonera, S.L.	Saragoça	KPMG	64,84%	64,84%	64,84%	64,84%
Parque Eòlico Los Cantales, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques de Generación Eòlica, S.L.	Burgos	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Parques Eòlicos del Cantàbrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	Não auditada	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Sierra de la Peña, S.A.	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Sotromal, S.A.	Soria	Não auditada	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Portugal:						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables, SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Eòlica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Eòlica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Eòlica de Montenegro, Lda	Aguiar	KPMG	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Malhadizes - Energia Eòlica, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
França:						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. NEO Truc L'homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Callengeville, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne D'Etalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Le Mee, S.A. R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Eolien D'Ardenes	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Polónia:						
EDP Renewables Polska, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	60,00%	60,00%	-	-
Karpacka Mala Energetyka, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Korsze Wind Farm SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Masovia Wind Farm I, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Gryf SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
MFW Neptun SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
MFW Pomorze SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Relax Wind Park I, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	96,43%	96,43%	96,43%	96,43%
Relax Wind Park II, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, SP. ZO.O.	Varsóvia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Roménia:						
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDPR-RO-PV, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Foton Delta, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Foton Epsilon, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
VS Wind Farm, S.A. (antiga Pochidia Wind Farm, S.A.)	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Potelu Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
S.C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Sibioara Wind Farm, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	85,00%	85,00%	-	-
Studina Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Vanju Mare Solar, S.R.L.	Bucareste	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Reino Unido:						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	66,64%	66,64%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	Não auditada	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Itália:						
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Laterza Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Pietragalla Eolico, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Re Plus - S.R.L.	Milão	Não auditada	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Repano Wind S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.R.L.	Milão	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bélgica:						
EDP Renewables Belgium	Bruxelas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Holanda:						
Tarcan, BV	Amesterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Geografia América do Norte						
EUA:						
EDP Renewables North America, L.L.C. (Empresa-Matriz EUA)	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2008 Vento III, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2012 Vento XI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power VII, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind, Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Five-Spot, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	Novo México	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind, Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Windfarm III, L.L.C.	Indiana	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tumbleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, L.L.C.	Texas	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitestone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	Califórnia	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canadá:						
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0867242 BC, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDP Renewables Canada GP, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
EDP Renewables Canada LP, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
Eolia Renewable Energy Canada, Ltd.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
SBWFI GP, Inc.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
South Branch Wind Farm, Inc.	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-
South Dundas Wind Farm LP	Ontário	Não auditada	100,00%	100,00%	-	-

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011		
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto	
Geografia América do Sul							
Brasil:							
EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%	
Central Eólica Aventura, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-	
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-	
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-	
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-	
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	-	-	
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%	
Elebrás Projectos, Ltda	São Paulo	Não auditada	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%	

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2012, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% Devida	% Direitos de Voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Sara	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova lorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova lorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Empresa	Activo Não Corrente Euro'000	Activo Corrente Euro'000	Passivo Não Corrente Euro'000	Passivo Corrente Euro'000	Total Capital Próprio Euro'000	Total Proveitos Euro'000	Total Custos Euro'000	Resultado Líquido Euro'000
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	43.999	9.885	11.605	6.815	35.464	17.995	-10.119	7.876
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	4	-	9	-5	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	22.304	3.230	17.489	1.934	6.111	5.568	-3.570	1.998
Flat Rock Windpower, L.L.C.	147.901	2.304	1.308	130	148.767	11.170	-14.062	-2.892
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	59.348	568	504	34	59.378	2.388	-4.966	-2.578
Tebar Eólica, S.A.	12.872	6.349	11.141	2.498	5.582	4.398	-3.482	916

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2011, são as seguintes:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% Devida	% Direitos de Voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Saragoça	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	KPMG	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova lorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova lorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

: demonstrações financeiras :

Empresa	Activo	Activo	Passivo	Passivo	Total	Total	Total	Resultado
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Capital	Proveitos	Custos	Líquido
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Próprio	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	47.204	9.709	19.424	6.826	30.663	17.986	-10.214	7.772
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	4	-5	-	9	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	23.319	5.025	18.850	2.134	7.360	5.255	-3.578	1.677
Flat Rock Windpower, L.L.C.	158.942	3.125	1.265	28	160.774	11.565	-13.815	-2.250
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	63.658	863	487	68	63.966	2.740	-4.609	-1.869
Tebar Eólica, S.A.	14.607	6.095	13.063	2.220	5.419	4.108	-3.276	832

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2012		2011	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	Barcelona	Não auditada	18,97%	38,96%	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	Huesca	Não auditada	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	Oklahoma	Não auditada	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	Burgos	Não auditada	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canárias, S.A.	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%	35,96%	35,96%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	Asturias	KPMG	29,90%	29,90%	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	Soria	Ernst & Young	42,00%	42,00%	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	Edimburgo	Deloitte	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	Ciudad Real	Não auditada	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

: demonstrações financeiras :

ANEXO 2

EDP Renováveis, S.A.
Actividade do Grupo EDP por Segmentos de Negócio
Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Milhares de Euros	Produção Eólica								
	EUROPA						E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
	Portugal	Espanha	Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total			
Volume de negócios	149.333	434.424	182.986	24.066	-13.271	777.538	355.504	24.754	1.157.796
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	-	-	-	-	-	-	127.350	-	127.350
	149.333	434.424	182.986	24.066	-13.271	777.538	482.854	24.754	1.285.146
Outros proveitos / (custos) operacionais									
Outros proveitos operacionais	815	6.255	35.586	1.573	2.311	46.540	19.796	-3.220	63.116
Fornecimentos e Serviços Externos	-20.952	-75.477	-33.670	-19.121	24.124	-125.096	-116.456	-20.258	-261.810
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-3.016	-7.142	-2.933	-11.451	-	-24.542	-29.016	-9.101	-62.659
Outros custos operacionais	-7.513	-22.130	-9.891	-1.536	68	-41.002	-39.516	-5.694	-86.212
	-30.666	-98.494	-10.908	-30.535	26.503	-144.100	-165.192	-38.273	-347.565
	118.667	335.930	172.078	-6.469	13.232	633.438	317.662	-13.519	937.581
Provisões	3	-	-	-	-	3	-	-	3
Amortizações e Depreciações	-27.082	-180.244	-48.782	-4.032	-	-260.140	-233.458	-9.111	-502.709
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	779	115	225	-	-	1.119	14.112	-	15.231
	92.367	155.801	123.521	-10.501	13.232	374.420	98.316	-22.630	450.106
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	2.766	-	-	-	2.766	-	-	2.766
Outros proveitos financeiros	-	563	16.742	163.436	-162.929	17.812	5.573	28.550	51.935
Juros obtidos	11.000	7.161	2.020	174.635	-175.315	19.501	729	2.023	22.253
Outros custos financeiros	-1.185	-2.064	-23.291	-527	763	-26.304	-78.354	-25.311	-129.969
Juros suportados	-35.185	-119.372	-75.560	-253.155	175.234	-308.038	-793	86.996	-221.835
Ganhos / (perdas) em associadas	4.094	3.270	-531	-	-	6.833	-	-	6.833
Resultado antes de imposto	71.091	48.125	42.901	73.888	-149.015	86.990	25.471	69.628	182.089
Imposto sobre lucros	-18.578	-11.581	-11.705	22.556	313	-18.995	-3.901	-23.143	-46.039
Resultado líquido do exercício	52.513	36.544	31.196	96.444	-148.702	67.995	21.570	46.485	136.050
Atribuível a:									
Accionistas da EDP Renováveis	50.470	33.825	29.901	96.447	-148.702	61.941	16.657	47.668	126.266
Interesses não controláveis	2.043	2.719	1.295	-3	-	6.054	4.913	-1.183	9.784
Resultado líquido do exercício	52.513	36.544	31.196	96.444	-148.702	67.995	21.570	46.485	136.050
Activos									
Activos fixos tangíveis	507.691	2.941.560	1.733.352	160.612	-	5.343.215	4.991.866	201.826	10.536.907
Activos intangíveis e Goodwill	42.109	473.201	92.355	1	93.973	701.639	610.286	14.920	1.326.845
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	8.567	12.136	2.638	22.291	45.632	1.840	1	47.473
Activo corrente	291.941	353.678	227.139	1.544.840	-1.727.712	689.886	129.095	118.176	937.157
Capitais Próprios e Passivos									
Capitais Próprios e Interesses não controláveis	113.873	1.247.542	249.839	218.993	-1.346.134	484.113	3.388.092	1.876.622	5.748.827
Passivo corrente	291.338	836.298	941.953	563.144	-1.439.737	1.192.996	277.131	-333.560	1.136.567
Outras informações:									
Aumentos do ano									
Activos fixos tangíveis	9.316	74.436	289.804	118.798	-	492.354	178.449	19.299	690.102
Activos intangíveis e Goodwill	-	-	177	-	-	177	11	-	188

* O Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.

: demonstrações financeiras :

EDP Renováveis, S.A.
Actividade do Grupo EDPR por Segmentos de Negócio
Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Milhares de Euros	Produção Eólica								
	EUROPA						E.U.A.	Outros e Ajustam.	Grupo EDP Renováveis
	Portugal	Espanha	Resto da Europa *	Outros	Ajustam.	Total			
Volume de negócios	138.576	379.527	126.212	18.292	-27.744	634.863	302.890	19.464	957.217
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA						-	111.610		111.610
	138.576	379.527	126.212	18.292	-27.744	634.863	414.500	19.464	1.068.827
Outros proveitos / (custos) operacionais									
Outros proveitos operacionais	2.094	5.502	1.606	8.195	45.159	62.556	17.712	4.276	84.544
Fornecimentos e Serviços Externos	-21.481	-66.595	-23.138	-14.543	19.103	-106.654	-101.262	-17.153	-225.069
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-2.988	-6.856	-3.948	-9.050	-	-22.842	-25.936	-12.054	-60.832
Outros custos operacionais	-5.455	-16.459	-6.626	-1.238	1.130	-28.648	-34.839	-3.245	-66.732
	-27.830	-84.408	-32.106	-16.636	65.392	-95.588	-144.325	-28.176	-268.089
	110.746	295.119	94.106	1.656	37.648	539.275	270.175	-8.712	800.738
Provisões	-	266	-	-	-	266	-	-	266
Amortização do exercício	-28.643	-133.675	-49.084	-5.338	-35.488	-252.228	-209.653	-6.612	-468.493
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	913	140	242	1	-	1.296	13.690	-	14.986
	83.016	161.850	45.264	-3.681	2.160	288.609	74.212	-15.324	347.497
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	10.499	-	-	-	10.499	-	-	10.499
Outros proveitos financeiros	-	906	19.660	25.020	-23.842	21.744	8.299	756	30.799
Juros obtidos	7.072	6.269	1.515	178.452	-179.101	14.207	539	16.010	30.756
Outros custos financeiros	-280	-1.869	-33.548	-12.751	10.275	-38.173	-72.098	-9.091	-119.362
Juros suportados	-35.050	-114.724	-63.808	-247.094	179.057	-281.619	1.283	94.013	-186.323
Ganhos / (perdas) em associadas	2.167	1.746	-7	889	-	4.795	-	1	4.796
Resultado antes de imposto	56.925	64.677	-30.924	-59.165	-11.451	20.062	12.235	86.365	118.662
Imposto sobre lucros	-15.665	-16.277	2.759	30.805	2.365	3.987	-5.813	-26.212	-28.038
Resultado líquido do exercício	41.260	48.400	-28.165	-28.360	-9.086	24.049	6.422	60.153	90.624
Atribuível a:									
Accionistas da EDP Renováveis	39.733	44.995	-26.586	-28.329	-9.086	20.727	6.422	61.455	88.604
Interesses não controláveis	1.527	3.405	-1.579	-31	-	3.322	-	-1.302	2.020
Resultado líquido do exercício	41.260	48.400	-28.165	-28.360	-9.086	24.049	6.422	60.153	90.624
Activos									
Activos fixos tangíveis	526.275	3.152.540	1.356.113	47.049	-	5.081.977	5.162.441	210.203	10.454.621
Activos intangíveis e Goodwill	42.494	97.172	90.416	69	470.034	700.185	618.437	15.042	1.333.664
Investimentos financeiros em empresas associadas	-	9.381	14.700	-	25.423	49.504	1.877	-	51.381
Activo corrente	133.706	445.113	144.866	1.430.075	-1.496.724	657.036	137.865	95.651	890.552
Capitais Próprios e Passivos									
Capitais Próprios e Interesses não controláveis	97.953	936.440	223.278	121.189	-935.817	443.043	3.332.379	1.678.303	5.453.725
Passivo corrente	229.146	1.005.260	554.386	463.909	-1.371.231	881.470	396.278	-194.569	1.083.179
Outras informações:									
Aumentos do ano									
Activos fixos tangíveis	10.119	168.898	155.079	28.771	-	362.867	407.894	59.949	830.710
Activos intangíveis e Goodwill	-	-	5	-	-	5	-	4	9

* Resto da Europa inclui os seguintes países: Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Roménia e Reino Unido.



Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

DECLARAM

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2013.



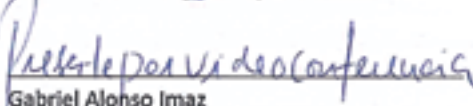
António Luís Guerra Nunes Mexia



Nuno Maria Pestana de Almeida Alves



Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira



Gabriel Alonso Imaz



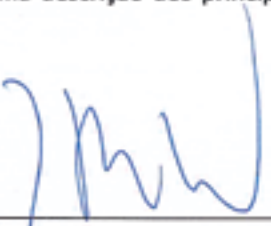
José Fernando Maia de Araújo e Silva



João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo



Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde



João Manuel Manso Neto



João Manuel Veríssimo Marques da Cruz



João Paulo Nogueira da Sousa Costeira



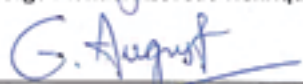
Manuel Menéndez Menéndez



João Manuel de Mello Franco



Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos



Gilles August

KPMG Auditores S.L.
Ventura Rodríguez 2
28002, Oviedo

Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Aos Accionistas da
EDP Renováveis, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, S.A. (a “Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2012, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o mapa de alterações aos capitais próprios consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as notas relativas ao exercício findo naquela data. Conforme mencionado na nota 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a sua preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia e outras disposições legais sobre informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, baseada na nossa auditoria de acordo com a legislação e regulamentação de auditoria aplicável em Espanha, que exigem a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, apreciação, em termos globais, da sua apresentação, bem como as políticas e os critérios contabilísticos adoptados e a as estimativas efectuadas estão de acordo com as normas relacionadas com a informação financeira.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e outras disposições legais sobre informação financeira.

O relatório de gestão consolidado de 2012 contém as explicações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. face à situação do Grupo, a evolução do seu negócio e outros assuntos, e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a informação divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas de 2012. Enquanto auditores o nosso exame é limitado à verificação do relatório de gestão no âmbito descrito neste parágrafo e não inclui a revisão de outra informação que não a extraída directamente dos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós

27 de Fevereiro de 2013



Relatório do Conselho de Administração Executivo para as matérias do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro Consolidado do Grupo EDP Renováveis

De acordo com as melhores práticas de governo societário, o Conselho de Administração Executivo deve assegurar a criação e funcionamento do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento deste Sistema e propor o respectivo ajustamento às necessidades do Grupo.

O Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro Consolidado do Grupo EDP Renováveis está desenhado para fornecer uma segurança razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro consolidado e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas para uso externo de acordo os princípios contabilísticos geralmente aceites e adoptados pelo Grupo.

Tendo como base os trabalhos realizados, o Conselho de Administração Executivo da EDP Renováveis conclui que à data de 31 de Dezembro de 2012 o Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro Consolidado do Grupo cumpria adequadamente estes objectivos.

Dadas as limitações inerentes a um Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro, este autonomamente, não impede nem detecta os erros, meramente garante com um razoável grau de segurança a fiabilidade da preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Projeções de avaliações de eficácia do Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro Consolidado para períodos futuros estão susceptíveis ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados, por possíveis alterações de condições, ou de que o grau de conformidade com as políticas e/ou procedimentos possa deteriorar-se.

A eficácia do Sistema referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foi avaliada pela KPMG & Associados, auditor externo e independente do Grupo, que emitiu um Relatório Independente sobre o Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro Consolidado do Grupo EDP Renováveis.



Director Executivo



Director Financeiro

27 De Fevereiro 2012

Devido às limitações inerentes a qualquer forma de sistema de controlo interno, há sempre a possibilidade de que o controlo interno sobre o sistema financeiro não consiga evitar ou detetar os erros ou irregularidades que possa surgir, devido a erros de avaliação, erro humano, fraude ou má prática. Extrapolar a eficácia da avaliação a anos futuros engloba o risco de que os controlos possam deixar de ser adequados às condições em mudança ou erosão nos níveis de conformidade com as políticas e procedimentos.

Na nossa opinião o sistema de controlo interno financeiro do Grupo, reportado a 31 de dezembro de 2012, é eficaz em todos os aspetos materiais, de acordo com os critérios estabelecidos no Enquadramento Integrado de Controlo Interno, emitido pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) relativamente aos processos de negócio e controlo globais e o enquadramento do COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*) relativamente aos controlos dos sistemas da Tecnologia da Informação.

A 27 de fevereiro de 2013, de acordo com a legislação de contabilidade em vigor em Espanha, emitimos um relatório de auditoria sobre as contas anuais consolidadas do Grupo para o exercício de 2012, exprimindo uma opinião não qualificada.

Este relatório foi emitido de acordo com o vosso pedido. Não aceitamos qualquer responsabilidade junto de terceiros para além dos destinatários previstos deste relatório.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós
27 de fevereiro de 2013

